



Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
Escola de Artes, Filosofia e Ciências Humanas – EFLCH
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS

**NAS TRAMAS DA POLÍTICA:
UMA ETNOGRAFIA DA AÇÃO COLETIVA NA FAVELA DE VILA
PRUDENTE**

Kassia Beatriz Bobadilla

São Paulo - 2016



Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
Escola de Artes, Filosofia e Ciências Humanas – EFLCH
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS

**NAS TRAMAS DA POLÍTICA:
UMA ETNOGRAFIA DA AÇÃO COLETIVA NA FAVELA DE VILA
PRUDENTE**

Autora: Kassia Beatriz Bobadilla

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientador: Prof^o Dr. José Lindomar Coelho de Albuquerque

Coorientador: Prof^o Dr. Alexandre Barbosa Pereira

São Paulo – 2016

KASSIA BEATRIZ BOBADILLA
NAS TRAMAS DA POLÍTICA: UMA ETNOGRAFIA DA AÇÃO COLETIVA NA
FAVELA DE VILA PRUDENTE

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Lindomar Coelho de Albuquerque

Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Barbosa Pereira

Banca de Aprovação: 10/11/2016

Presidente: Prof. Dr. Lindomar Coelho de Albuquerque
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Titular: Profa. Dra. Andréa Miguel Marques Barbosa
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Titular: Prof. Dr. Guilherme André Aderaldo
Universidade de São Paulo - USP

Agradecimentos

Depois dessa empreitada de mais de dois anos de pesquisa, de tantos afetos e conhecimentos trocados com colegas e amigos que estiveram juntos em campo e/ou na Academia, não consigo deixar de me emocionar ao lembrar esses momentos.

Agradeço à Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado concedida durante esse período, a qual me permitiu dedicar-me com mais afinco à pesquisa. Num momento tão crítico para as universidades federais, mediante diversos cortes de verbas, ainda tenho esperanças que outros e outras estudantes poderão se beneficiar do Programa Demanda Social, da expansão das universidades federais e sua instalação em regiões periféricas.

Essa dissertação jamais teria sido iniciada ou concluída sem a presença e orientação dos professores José Lindomar Coelho de Albuquerque e Alexandre Barbosa Pereira. Um agradecimento mais que especial a vocês, por terem topado orientar essa aprendiz a antropóloga e acompanhar-me nessa empreitada de pesquisa. Ao professor Lindomar que acreditou em mim e no meu potencial como pesquisadora e ao professor Alexandre que chegou logo em seguida para compor esse “time”. Muito que aprendi com vocês vai além dos ensinamentos e conhecimentos antropológicos e sociológicos; envolve pensar a produção acadêmica num modelo muito mais colaborativo e longe de qualquer traço de arrogância. Sou muito grata e honrada por ter tido a presença e orientação de vocês em minha trajetória como pesquisadora.

Agradeço à professora Andréa Barbosa pela acolhida na UNIFESP desde o início, no âmbito da disciplina de antropologia urbana e por ter me direcionado para não abandonar meu carinho e apreço pela abordagem etnográfica na pesquisa. Obrigada por ter despertado ainda mais minha paixão pela antropologia e por ter me apresentado o Visurb (Grupo de Pesquisas Visuais e Urbanas) nessa trajetória.

Agradeço ao professor Marcos Ruffino e à professora Liana de Paula pela supervisão durante o estágio-docência. Ao professor Ruffino ainda por ter se entusiasmado com minha pesquisa e feito apontamentos bastante interessantes sobre questões que tínhamos “em comum” no nosso campo.

Na ocasião de minha banca de qualificação, agradeço aos professores Gilberto Geribola Moreno e Andréa Barbosa pela dedicada e rigorosa leitura de meu relatório, bem como pelas sugestões e comentários tecidos sobre o texto que se encontrava em construção. Foi muito bom poder contar com tamanha generosidade intelectual e assim aprender ainda mais com os apontamentos de vocês.

Minha transição do campo da gestão de políticas públicas para as ciências sociais não teria ocorrido se a professora Taniele Rui não tivesse cruzado meu caminho durante a especialização na FESPSP. Sua ternura e conhecimento são incomensuráveis e me sinto lisonjeada por ter deles compartilhado. Devo muito a ela por essa guinada em minha trajetória acadêmica. Têm “parte da culpa” também os professores Carlos Filadelfo e Adalton Marques que me apresentaram para muitas das bibliografias aqui presentes.

O professor Gabriel Feltran também foi bastante presente nessa minha trajetória de pesquisa. Se de início foram suas pesquisas na própria Favela de Vila Prudente e em bairros próximos que me chamaram a atenção sobre seu conteúdo e abordagem, sua disposição e interesse em debater meu trabalho foi bastante gratificante para mim. Durante o seminário Descentramentos na UFSCar, em 2015, e logo após minha banca de qualificação pude ouvir atentamente suas sugestões, críticas e direcionamentos que ainda têm me ajudado a pensar e repensar meu objeto e recorte de pesquisa.

Os espaços de debate em congressos e seminários também engrandeceram meu repertório de referências bibliográficas e de análises a serem feitas a partir de meu universo empírico. Agradeço desde já pela seleção de meus manuscritos nessas ocasiões e àqueles que os comentaram de maneira generosa, prestando-se a indicar pontos de atenção e a incentivar-me dizendo que eu tinha um potencial objeto de pesquisa em mãos. Guilherme Aderaldo e Stella Paterniani obrigada por compartilharem suas análises e reflexões a partir das incríveis pesquisas de vocês, as quais acompanho com tamanha admiração. Aos professores Marcelo Kunrath Silva e Luciana Tatagiba, por terem me incentivado a continuar trabalhando na linha da antropologia da política e a enxergar suas potencialidades na investigação das instituições políticas a partir desse ângulo.

No cotidiano do mestrado não posso deixar de agradecer a duas amigas e companheiras que compartilharam comigo as dores e delícias do mestrado, até por termos uma sintonia com relação aos nossos objetos de pesquisa. Luana de Paula e Jennifer Souza, obrigada pela amizade e cumplicidade que criamos nesse processo, pelas angústias que partilhamos e conquistas que seguimos celebrando. Agradeço também aos meus companheiros de mestrado com os quais dividi cervejas, aulas, prazos, risadas e correrias dessa fase: Jéssica, Douglas, Diogo, Karlene e Cinthia. Ana Lídia e Jéssica, em especial, obrigada por serem uma inspiração e pelo apoio que me levou à genealogia de mestrandas do Lindomar. Obrigada ao apoio de Daniel e Deise, ambos eachianos e uspianos como eu e que já tinham percorrido esse caminho de GPP para as Ciências Sociais.

Aos Visurbianos muito obrigada por me acolherem no grupo, por me ensinarem tanta coisa e por mostrarem que a vida acadêmica é muito mais leve quando compartilhada e livre de isolamento. Obrigada por me apresentarem o Pimentas, inicialmente, a partir de tantos olhos, câmeras e registros do grupo.

Aos membros da Revista Pensata, agradeço por esse incrível espaço em que pude atuar, construindo e compartilhando o que acreditamos como a função social e pedagógica da produção acadêmica no campo das ciências sociais. Uma experiência exaustiva, mas muito engrandecedora em diversos aspectos.

Às sempre amigas e companheiras de diversas fases da minha vida: Nayara, Patrícia, Fernanda, Flávia Camila, Erika, Luanna, Bruna, Gabriela e Priscilla obrigada por todo apoio, inspiração e incentivo. Junto a vocês eu sigo forte. Rogério, Walquiria, Thiago, Bruno e Milena agradeço pela amizade repleta de luta, debates e mesas de bar.

Agradeço aos meus pais Aurélio e Ivete por todo apoio que vêm me concedendo em minha trajetória, seja acadêmica ou profissional. À minha mãe Ivete, jamais conseguirei expressar o quanto sua força e apoio me fazem maior e me levam a crer que sou capaz de enfrentar um mundo. Obrigada por ainda se prestar a ouvir incessantemente minha leitura sobre trechos dessa dissertação, sem nem reclamar de termos incompreensíveis ou do cansaço que isso trazia.

Obrigada à minha irmã Larissa, pela irmandade e admiração que nutrimos uma pela outra. Obrigada por vibrar com minhas conquistas, mesmo não entendendo muito desse universo da irmã “de humanas”.

Aos meus avós e abuelos (*in memoriam*) agradeço por tudo que eles representam enquanto alicerces dessa família. Ao “seo” Arlindo e à “dona” Antônia, especialmente, com quem convivi e fui criada por toda minha infância. Vocês me ensinaram tanta coisa que hoje ainda tendo a identificar “sementinhas” que vocês plantaram e que viriam a fazer parte de meus valores como profissional e pessoa.

Agradeço ao mestre Kiyoshi Inoue e ao Taekwondo por terem me ensinado a superar meus limites e a ter disciplina em tudo que me proponho a fazer. Foi o tatame quem me acolheu nos momentos de estafa mental e revigorou minhas energias durante a escrita.

Não posso deixar de agradecer aos meus amigos, companheiros e colegas da Favela de Vila Prudente. Foram tantas idas e vindas, festas, reuniões, meras conversas nas casas e nos becos que não posso deixar de nutrir uma profunda admiração e apreço pelas relações que ali estabeleci e pessoas que conheci. Aprendi a ver e viver a favela como parte inerente do meu cotidiano, de meus trajetos e de meus afetos.

Obrigada às organizações e lideranças da Favela de Vila Prudente pela receptividade e participação nessa pesquisa. Sobretudo, um agradecimento aos educadores das ONGs da favela, coletivos juvenis e às lideranças do Movimento de Defesa do Favelado por compartilharem comigo suas trajetórias, angústias, histórias e conquistas do cotidiano de trabalho. Agradeço ao André por me ensinar tanto, às vezes mais que a universidade, transmitindo ainda uma incomensurável alegria de viver. Mari e Geraldine obrigada pela companhia e trocas que tivemos como “estudiosas” na/da favela, cada uma em sua área, mas tendo em comum aquela paixão que criamos pelo *Favelão*.

Agradeço especialmente ao Cristiano, sua família e amigos próximos por tanto carinho e acolhida na casa e coração de vocês. Cristiano transitou da posição de um interlocutor privilegiado para um amigo presente e preocupado com meus trabalhos. Durante a finalização da escrita da dissertação foi ele quem zelou e advertiu a todos da favela “deixem ela terminar tranquila a pesquisa dela agora”. Acho que jamais conseguirei agradecer pelo tanto que recebi de você e de toda família.

De surpresa, fui muito bem acompanhada nessa aventura do mestrado. Foi meu parceiro e companheiro Diogo quem muitas vezes se animou, e me animou, com meus esboços de mapas e dos textos. Ouvi reclamações e angústias dessa minha vida acadêmica sem titubear, sempre me dizendo que eu daria conta de tudo. Está aqui, nós demos conta!

*Hoje
Hoje eu viela
E ela mudou bastante
Mesmo ainda sem ladrilhos de pedrinha cintilante
E vi seus filhos, que nem eu antigamente
Correndo por ela contentes, inocentemente
Viela crescendo
Sempre sendo mãe de mais alguém
Viela acolhendo os que nada têm e nem a ninguém.
Viela dando abrigo pra sonho de vida melhor
Na esquina há perigo, mas já vi ela pior
Viela discriminada, como se fosse nada
Até as tias enquadrada
Só por ser favelada?
Viela desrespeitada
Viela calada
Viela lavada de sangue na vida dada
Viela sem saída ou se acabar no escadão
Viela encontrando outra aumentando a ocupação
Viela e a população, da favela
Um mutirão de vela contra a escuridão da cela
Viela desamparada, sem endereço
Já viela alagada e sem manjedoura pra berço
Viela mal iluminada e cheia de lodo
Viela assustada vendo o bicho passar o rodo
Viela descalçada, não se pisa sem cuidado
Pedras rolam, certo por certo
Ninguém tá desavisado
É viela então
Vê direito, pisa devagar
O bagulho é daquele jeito
Viela embarricada pela morte de uma filha
Executada, por organizada quadrilha
Vi ela em chamas, debaixo de tiro e gás*

*Anciãos, bebês e damas sem direito a paz
Depois disso ainda viela, mais forte que antes
Mesmo tendo filhos difamados como meliantes
Viela ser reconstruída pelos vizinhos
Viela mais unida, não estamos mais sozinhos
Viela guardando campana bem de cima da laje
Viela aqui na atividade e não admite caguetagem
Vi ela marginalizada por toda sociedade
Vi ela criminalizada por ser da comunidade.
Por que ela é perseguida?
Por que ela é suspeita?
Será por viver a vida em perspectiva estreita?
Se ela falasse um comício faria,
Talvez assim melhorasse a vida na periferia
Mas o que ela declarar será usado contra ela
Que não é uma alameda
É apenas uma viela
Quando eu a vi, não foi amor ao primeiro olhar
A achava feia, constrangedora e vulgar
Mas hoje,
Hoje eu entendo ela, e a gente que vive nela
Que como eu, não tem vergonha em dizer:
É nós favela! É nós!
(Eu Viela – Dugueto Shabazz)*

trama

tra·ma

sf

1. Em um tecido, conjunto de fios que se cruzam no sentido transversal do tear, entre os fios da urdidura; textura: “[...] vedes esta rosa entre folhas, labiada em pétalas esplêndidas sobre a trama da tecelagem?” (RP).
2. O tecido formado pelo entrelaçamento dos fios; tela.
3. Espécie de rede cuja estrutura é formada por elementos que se cruzam e se interligam.
4. CIN, LIT, TEAT, TV Desenrolar de acontecimentos constituindo a ação em uma produção artística e literária; entrecho, enredo, intriga, urdidura.
5. Maquinação, geralmente secreta, com objetivo de prejudicar algo ou alguém; armação, conluio, conspiração.
6. Negócio feito por meio de permuta; barganha, escambo, troca.

Fonte: MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em:
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo desvelar os significados da política e os meandros da ação coletiva na Favela de Vila Prudente, localizada na zona leste de São Paulo e tida como a favela mais antiga da cidade. Nessa perspectiva, a pesquisa lança um olhar etnográfico sobre o cotidiano da favela e atuação de lideranças comunitárias, organizações e outros atores. Promovendo um diálogo entre antropologia urbana e antropologia da política, esse estudo insere-se no campo de debate sobre a questão urbana e as formas de organização de grupos sociais tidos como "às margens" do Estado. Acompanhando os conflitos, alianças e disputas que permeiam as relações políticas na favela, pretendo analisar como noções em torno da memória e do território são articuladas de forma estratégica e a partir dos distintos repertórios e contornos que a ação coletiva adquire nesse contexto específico e entre gerações de lideranças e grupos que nele atuam.

Palavras-chave: favela, política, ação coletiva, antropologia da política, liderança comunitária.

Abstract

This dissertation aims to uncover the meanings of politics and the intricacies of collective action in Favela de Vila Prudente, located on the east side of São Paulo and considered the oldest slum in the city. In this perspective, research uses an ethnographic look at the daily of slum and the actions of community leaders, organizations and other actors. Promoting a dialogue between urban anthropology and anthropology of politics, this study is part of the field of debate on urban issues and forms of organization of social groups regarded as "the margins" of the state. Following the conflicts, alliances and disputes that permeate the favela's political relations, I pretend analyse how notions around memory and territory are articulated strategically and from different repertoires and contours that collective action acquires in this particular context and between generations of leaders and groups who work in it place.

Keywords: slum, politics, collective action, political anthropology, community leadership.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AAPOIO – Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste

CAFOD – Catholic Agency for Development Overseas

CCJ – Centro de Cursos de Capacitação da Juventude

CCVP – Centro Cultural de Vila Prudente

CDL – Curso de Dinâmica para Líderes

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CTCVP – Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CORAFASP – Órgão do Conselho Coordenador das Associação de Favelas de São Paulo

FABES – Secretaria da Família e Bem-Estar Social

FLM – Frente de Luta por Moradia

HIS – Habitação de Interesse Social

JMJ – Jornada Mundial da Juventude

MDF – Movimento de Defesa do Favelado

MUF – Movimento Unificado de Favelas

PCC – Primeiro Comando da Capital

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

UMM – União dos Movimentos de Moradia

VAI – Programa de Valorização de Iniciativas Culturais

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

Sumário

PRÓLOGO - Fragmentos do político e da política na favela	13
Introdução	19
Refinando o objeto de pesquisa: política e ação coletiva na favela	21
Inserção em campo e escolhas metodológicas: uma trajetória de pesquisa	30
Organização do texto	43
Capítulo 1 – Apresentação da favela: percursos etnográficos	45
A favela entre tempos e espaços	46
O <i>Favelão</i> e seu entorno	61
Entre becos e vielas	71
Capítulo 2 – A favela como espaço político: entre práticas e discursos	81
A favela e seus agires políticos: práticas, tempos e domínios	81
“Ser ou não ser favela?”: representações e discursos	98
“Tudo é político, mesmo que o político não seja tudo”	105
Capítulo 3 – A pequena política da favela: memórias, temporalidades e conflitos entre Associação e MDF	111
A favela do “seo” Espíndola, o eterno presidente da Associação	113
A Igreja que <i>faz política</i> na favela: A chegada de Padre Patrick e o MDF	121
<i>Luta e compromisso</i> do MDF: vocabulário e matrizes discursivas	127
Quem manda na favela? Disputas por reputação, honra e prestígio	132
Dramas sociais na favela: as eleições de 1984 e a construção da creche	135
Capítulo 4 - Os desafios e arranjos nos novos tempos da política na favela	151
As “crias” de Patrick e Espíndola	153
Quando o “inimigo é outro”: eleições de 2012 da Associação	160
Anos 2000: A favela e o <i>jovem favelado</i> viram “potência”	166
Os desafios da juventude do MDF	168
Coletivos juvenis e jovens lideranças: agenciamentos e disputas	174
“História da favela, tomada 1, ação!”: nos bastidores do “Doc Sou Favela”	185
Considerações Finais	193
Referências Bibliográficas	199

PRÓLOGO - Fragmentos do político e da política na favela

Caderno de Campo - 13 de abril de 2014

Reunião de Moradores da Favela de Vila Prudente¹

Conforme agendado na última reunião, e reiterado por um convite no *Facebook*, André [liderança do Movimento de Defesa do Favelado– MDF] convida a todos para uma reunião de moradores da Favela de Vila Prudente, no domingo, às 15h. O dia escolhido para essas reuniões procura contemplar aqueles moradores que trabalham aos sábados e meio período aos domingos.

No meu caminho até a igreja São José Operário, percebo que vários cartazes da reunião foram afixados nos postes e paredes, com as informações “Reunião sobre as obras do monotrilha – 13/04/2014 (domingo) às 15h - Local: Igreja São José Operário”.

Chego na igreja e noto que o número de moradores presentes é bem maior do que na última reunião [22/02/2014]. Cumprimento Cristiano [presidente da cooperativa de reciclagem e de um coletivo de jovens da favela] e a esposa de André, Maria Rita. Logo depois, chega Josenilda [outra liderança do MDF] e nos cumprimenta animadamente.

Cristiano está com uma camisa nova do EcoCineFavela, projeto realizado por seu coletivo, os símbolos da Prefeitura de São Paulo e do VAI [Programa de Valorização de Iniciativas Culturais] estampam a parte de trás da camisa, logo abaixo da frase SOU FAVELA. Elogio o *grafitti* que ilustra a camisa e ele diz que já encomendou uma para mim. André, Maria Rita e Josenilda passam entregando panfletos do Programa Urbano, um projeto do MDF em parceria com a APOIO [Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste] que debate sobre mudanças climáticas e impactos ambientais no campo da moradia popular [o projeto é financiado pela CAFOD [Catholic Agency for Development Overseas]. André vem em nossa direção e entrega uma câmera fotográfica nas mãos de Cristiano e pede que ele tire algumas fotos da reunião. André veste uma camisa da Cáritas Austrália, outra instituição financiadora dos projetos do MDF. Em tom de chacota, Cristiano dirige-se às lideranças do MDF: “Oh, no final da reunião vou entregar meu cartão de serviço de carreto para fazer a mudança do pessoal lá pra Iguatemi”, diz ele referindo-se a um bairro da zona leste extremamente afastado, cerca de 40 km da favela, em que se estariam construindo moradias populares.

Com cerca de 100 participantes na reunião, André começa com alguns informes a respeito dos casos de dengue identificados na favela.

Um segundo informe da reunião é referente aos resultados da eleição do Conselho Municipal de Habitação de São Paulo. André assim informa: “Domingo passado ocorreram as eleições para o Conselho Municipal de Habitação e eu gostaria de agradecer a todos que se dispuseram a ir até a subprefeitura votar. Sei que domingo é um dia de preguiça, mas mesmo assim a chapa “Construindo a Unidade Popular”

¹A situação etnográfica aqui reproduzida tem como fonte meu caderno de campo e segue tal descrição. Para tornar certos termos e informações inteligíveis ao leitor, apenas inseri algumas explicações e referências a pessoas, projetos e situações prévias que estão indicados entre colchetes ao longo do texto. Tais personagens voltarão a ser mencionadas e devidamente apresentadas ao longo do trabalho.

conquistou 11 cadeiras no Conselho, e eu estou como suplente de uma das companheiras eleitas. Obrigada então pela força e participação de todos.”

“Acho que vocês ficaram sabendo essa semana, ou ouviram ao menos falar, de diversas ocupações que ocorreram no centro da cidade. Essas ocupações foram organizadas pela Frente de Luta por Moradia e dois prédios no centro de São Paulo foram ocupados para pressionar o governo a desapropriar alguns imóveis lá do centro que estão abandonados e com IPTU atrasado. Para isso, eles também estão organizando algumas marchas até a CDHU [Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano]. Uma delas ocorreu na última quinta-feira e nós conseguimos estar presentes e conversar com um dos técnicos da CDHU.

A CDHU, para quem não sabe, é o órgão responsável por cuidar de parte da demanda da habitação. Como isso funciona: no caso de uma desapropriação aqui na favela [por causa das futuras obras do monotrilho], o metrô passa o dinheiro para a CDHU construir as moradias e então eles que ficam responsáveis por levantar a quantidade de famílias a serem atendidas e o de unidades a serem construídas.”

Em meio a fala de André mais moradores vão chegando, a ponto que não encontram mais lugares para sentar e concentram-se até do lado de fora da igreja. André continua: “Nossa conversa com a CDHU foi em cima de possíveis soluções perante uma desapropriação aqui na favela. Mas aí qual o problema que a CDHU colocou, que eles não têm dinheiro e que por isso dependemos do valor que o metrô destinará para a construção das moradias. Um outro problema é que não tem terreno para esse fim aqui na região. Para vocês terem uma ideia, o terreno mais próximo que eles indicaram fica... sabe Guaianazes? Então, depois ainda!”

O alvoroço e falatório tomam conta da igreja. Os moradores conversam entre si sobre “o absurdo” de ser mandado para depois de Guaianazes, como uma senhora do banco à frente esbravejava.

André retoma em alto e bom som: “Calma gente, calma! Vamos todos ouvir primeiro para que depois ninguém saia falando por aí que vai todo mundo ser mandado para Guaianazes. No dia 1º de abril a gente também participou de uma reunião com a diretoria do metrô; eu, Ticão e mais os representantes dos moradores, dos que estão aqui o André e a Marcela. Primeiramente, a gente tentou discutir sobre a necessidade da obra de interligação entre o monotrilho e o trem na estação Ipiranga [da CPTM]. Não teve nem conversa sobre isso, o diretor falou ‘a obra vai acontecer e nem há o que questionar isso’. O que a gente propôs então é que pensássemos em formas de impactar menos no terreno da favela.”

O burburinho toma conta da igreja novamente.

André pede calma novamente e silêncio para que continue. “Então, nós perguntamos e questionamos sobre o traçado do monotrilho e se teríamos acesso a ele. Eles disseram que não tinham ainda, aí dissemos que então gostaríamos de discuti-lo; temos a possibilidade de influenciar esse traçado. Para isso, nós conseguimos marcar uma nova reunião para o dia 15 de abril. É a chance de resolvermos os problemas de moradia aqui na região da Vila Prudente. Por isso a luta agora é para garantirmos o terreno aqui ao lado da favela, para que o metrô desaproprie e compre todo o terreno e que seja construída habitação popular, principalmente para alocar as famílias que tiveram suas casas impactadas pelas obras. Agora, se o metrô não quiser desapropriar e comprar todo

terreno, aí sim teremos um problema. Aí vamos ter que fazer um ato político, nem que seja entrar de madrugada e ocupar o terreno ao lado.”

Ticão [morador do bairro e amigo de André, do diretório do PT] pede a palavra e André lhe passa o microfone: “Pessoal, como o André já falou dá para ver que a luta vai ser difícil, todos sabemos, mas temos que nos unir para isso. Nesse período, período de eleições, o que vai acontecer é que vai aparecer muita mentira. Então, para qualquer tipo de esclarecimentos sobre essas questões, nos procurem, eu, o André, os representantes dos moradores. Tá bom?”

André retoma sua fala: “Então gente, na próxima reunião o metrô disse que já terá esse traçado. Olha, ouçam bem e certinho o que eu tô falando para que depois não saiam falando que todo mundo vai ser mandado pra longe. A gente vai pressionar o metrô que nem aconteceu lá na favela das Linhas Correntes [favela localizada próxima à de Vila Prudente e que ia ser impactada por obras do monotrilha também]. Quem viu o que aconteceu lá? A favela estava para ser retirada, mas a gente [MDF e alguns moradores da favela] conseguiu que a obra fosse feita com uma curva mais aberta, isso acabou livrando a favela de uma remoção. Qual o problema, quer dizer, problema para eles do metrô? É que a obra encareceu. Então, por isso que temos que ver o traçado detalhado para saber no que ele irá impactar. Bom, eu vi que tem muita gente que já levantou a mão, vamos abrir para as perguntas.”

Um senhor, na faixa dos 40 anos, levanta a mão. André lhe entrega o microfone, o senhor pergunta: “André, já que vocês tão mais informados disso, então por que o político que veio essa semana na Sede [da Associação de Moradores – Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente] falou que o monotrilha não ia passar mais aqui não?”.

Um falatório toma conta da igreja, André olha para Ticão e balbucia algumas palavras ininteligíveis. Algumas pessoas a minha volta comentam que na quarta-feira houve uma reunião com um “político” que falou que a obra não atingiria a favela.

André conversa mais alguma coisa ao pé do ouvido com Ticão e retoma com o microfone em punho: “Então pessoal, como o Ticão já falou, é ano de eleição. E vocês sabem que é só agora que muito político vem falar com a gente. Sabe, todo mundo aqui tem o direito de ter seu candidato, seu partido. Nesse caso, por exemplo, quem esteve aqui foi um assessor de uma vereadora, e ele foi trazido pela Associação de Moradores.

O senhor então se levanta e diz bastante irritado: “Então André, você tava lá! Você viu o que ele falou. Aquele cara é um mentiroso então?!”

Nesse momento de muito falatório, percebo que muitos olham para o fundo da igreja, para uma aglomeração de pessoas em um canto. O presidente da Associação de Moradores está no meio desse grupo.

André então se dirige ao presidente: “Já que o senhor está aqui, porque você não vem aqui na frente e explica o que foi aquela reunião e o que disse o convidado de vocês”.

Ele embrenha-se no meio das pessoas e sai antes que André concluísse sua fala.

O senhor que iniciou a discussão então grita olhando para a porta: “Deixa, depois a gente vai lá tirar satisfação com ele”.

As perguntas dos moradores continuam. Uma jovem moradora, aparentemente com menos de 30 anos, pergunta: “Por que o metrô não compra esse terreno e passa pra gente?”

André assim explica: “O que acontece quando o metrô resolve fazer uma obra, ele desapropria o que vai usar para a obra e compra uma área para destinar à CDHU para fazer moradia para as famílias atingidas. O que acontece é que a favela está numa área municipal e o terreno ao lado pertence ao governo do estado, o que a gente gostaria é que sentasse a prefeitura e o governo para conversar e entrar em um acordo sobre o terreno. O metrô diz que quer entregar a obra em 2017, mas a gente tá cansado de saber como funciona obra pública, né? Sempre atrasa.”

Outras perguntas que seguem relacionam-se com a data final real da entrega da obra e se André tem ideia de quantos “barracos” vão ser atingidos.

Uma moça no segundo andar da igreja levanta-se e fala em alta voz mesmo sem o microfone: “O problema de quando tem essas coisas é que eles desapropriam e tiram nós das casas mesmo sem ter um lugar para gente ir, e sem saber se vamos voltar. Aí que nem eu, que tem filhos pequenos, eles dão uma bolsa-aluguel que nem dá para pagar meio aluguel aqui na Vila. Eu moro aí para a Anhaia Mello e já aviso que não saio nessas condições.”

André ouve atentamente a fala da moça e responde: “É importante sua questão! Todo mundo ouviu o que ela (ele pergunta o nome dela), a Camila falou? A gente precisa futuramente pactuar sobre o que iremos aceitar ou não. No caso da Favela do Tolstoi, em que houve a remoção de 2 mil unidades, os moradores decidiram que os que não voltariam para o mesmo local seriam encaminhados para outros projetos de habitação. Então eles saíram de lá só com a chave do apartamento na mão. Não aceitaram sair com o auxílio-aluguel.”

A moça retoma a fala: “É isso, só sair com a chave na mão. Ninguém quer essa história de bolsa-aluguel. Mas André, não adianta só a gente estar aqui. Sai aí na Rua da Igreja, na rua do lado e você vai ver o tanto de gente não fazendo nada e que também não vem participar. Sabe, as pessoas deveriam estar aqui, eu também deixei de fazer um monte de coisas para estar aqui. Porque aí quando você fala que temos que decidir juntos, então nós precisamos de mais gente participando aqui. Aqui não tem nem metade dos moradores da favela.”

André elogia a fala da jovem e encaminha sua fala: “Você disse tudo Camila, por isso quanto mais gente estiver aqui, melhor! Mas o que vai acontecer, e a gente sabe bem como é, é que muita gente só vai se mexer quando a água bater na bunda. Aí eles vão perceber que não é a luta de cada um, é nossa luta, não só da Vila Prudente, mas das favelas. Esse ano, a Associação de Moradores fez 59 anos; ano que vem serão 60 anos. E como vamos comemorar isso? Fazendo luta ou não? Não sei vocês, mas eu lembro dos meus pais e de toda luta dessa favela. Do primeiro esgoto construído em mutirão e também da creche. Nós não podemos perder esse tesouro feito com as mãos de nosso pais e avós! Olhem quanta coisa a gente passou aqui. Se antes a gente era periferia, hoje a gente é centro. Temos o direito de usar os avanços daqui da nossa região.”

Como informes finais, André fala sobre a importância do Plano Diretor Estratégico e da demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social na região de Vila Prudente, “esse plano está em construção ainda, e temos que estar a par da demarcação das áreas da nossa região, especialmente aquelas que serão voltadas para moradia popular, as ZEIS”.

André olha para o relógio e volta-se para o público que já se dispersava: “Bom, depois da Páscoa voltamos com uma reunião e continuaremos tentando uma reunião com o prefeito Fernando Haddad e o governador. É isso gente, não vou me estender mais. Esperamos cada vez mais pessoas presentes aqui. Viva nossa luta e viva nossa organização.”

Os moradores respondem animadamente “Viva” e saem batendo palmas.

Permaneço mesmo após o término da reunião na igreja, pois aguardava que André me concedesse uma entrevista agendada previamente.

Ticão, Maria Rita, Josenilda, Cristiano e Cleber [uma liderança do MDF da região de Sapopemba] permanecem na igreja conversando. Cristiano pergunta a Ticão sobre como regularizar sua situação no PT, já que estaria com a carteirinha de filiado vencida. Já Josenilda e Maria Rita riem e discutem sobre a situação com o presidente da Associação na reunião.

Maria Rita comenta: “Não, e aí a secretária dele [presidente] tava do meu lado e aí ela saiu de fininho e comentou comigo ‘tô indo porque a coisa vai esquentar para o lado dele agora (risos)’.” Josenilda diz: “É a coisa vai esquentar para o lado dele, já tô até vendo o pessoal da favela batendo na porta dele para tirar satisfação.” Cleber completa: “O André ainda o chamou para vir aqui na frente, e ele foi saindo de fininho. É, o André é um cara muito calmo.”

Pergunto ingenuamente se o MDF e a Associação de Moradores não atuam juntos e se conversam. Maria Rita responde enfaticamente: “Os dois juntos? Não mesmo! Na Associação eles são do tipo que alia com quem tá ganhando na verdade, é tudo coisa de interesse. E ele [presidente] ainda tenta desmoralizar tudo o que o André faz por aí.” Pergunto se seria porque ele estaria aliado a algum outro partido. Josenilda responde dessa vez: “Ele fecha com o partido que está ganhando.”

André, que agora se aproximava de nosso grupo, já chega participando da conversa: “Mas é bom o que aconteceu aqui hoje na reunião, ver que o povo está acordando. Sabe aquele senhor que perguntou da reunião da Sede? Ele, antes de sair, chegou em mim e disse que ia agora mesmo na casa do presidente tirar satisfação”. André se afasta novamente quando alguém lhe chama para fora da igreja.

Maria Rita continua comentando sobre a situação: “É bom mesmo que as pessoas saiam com a pulga atrás da orelha, para refletir quem tá falando mentira. Por isso eu falo para o André que é bom ter gente junto com ele nessas reuniões, para depois provar que ele não tá mentindo, é proteção para ele depois também né!

Quando Cleber comenta sobre o baixo quórum de participação, se comparado ao número de moradores da favela, Maria Rita e Josenilda compartilham a mesma explicação: “O pessoal lá de cima [parte de trás da favela] não está nem aparecendo na reunião. Eles nem vêm porque eles acham que não é problema deles, que não vai acontecer nada com a casa deles. Até quem vem na reunião também vem com essa mentalidade, na verdade. Sabe, eles vêm pensando ‘ai, o que vai acontecer com a minha casa’ e não com a favela toda, com o vizinho, com o coletivo”.

Josenilda comenta sobre como irá repercutir a reunião entre os moradores: “Já pensou eles terem entendido que vai todo mundo para Guaianazes (risos)”. Pergunto se existem alguns boatos sobre isso na favela. Ela continua dando risada e responde: “Tem, mas não sei quem espalhou por aí. Falaram que depois de Guaianazes tem uma área com

placas falando que é para receber as famílias de Vila Prudente. Deve ser no mínimo alguma coisa escrita com o símbolo da subprefeitura ou algo de Vila Prudente e aí já inventam toda essa história.”

André volta da frente da igreja com certo ar de inconformismo, chega balançando a cabeça em tom de desaprovação. Maria Rita pergunta aonde ele estava e o que aconteceu. Ele respira fundo e começa a contar: “Tava lá fora conversando com o Luiz* [traficante da favela]. Você acredita que alguém foi falar a ele que eu estava fazendo reunião de portas fechadas, que eu estava mentindo para o povo sobre a obra do monotrilha aqui?”

Maria Rita se mostra aflita e pergunta como isso aconteceu. André responde calmamente: “Não, então, eu vi a movimentação deles [donos da *biqueira*] lá fora e fui lá conversar para ver o que estava acontecendo. Expliquei que desde sexta-feira estou convocando os moradores para a reunião, falei: ‘Irmão, eu coleí cartaz da reunião em tudo que foi poste aqui na favela’. Ainda bem que o Andrey da comissão estava lá fora também, e confirmou o que eu falei aqui. Ele não é burro, sacou logo qual é! Terminou ainda falando que ‘tá junto com nós’ (risos), que se precisar derrubar o muro do terreno aí do lado para gente ocupar, é pra falar com ele que eles arranjam as ferramentas.”

André dirige-se a mim e diz que podemos fazer ali mesmo a entrevista. Maria Rita, ainda irritada, comenta comigo antes de ir embora: “Ainda bem que eles conhecem o André e sabem qual é a dele, se não, ele já tinha rodado nessa!”

André retorna com uma garrafa d’água e, ainda visivelmente ansioso, comenta antes que eu inicie a entrevista e ligue o gravador: “Você tá vendo, todo mundo faz política nessa favela, até o PCC [Primeiro Comando da Capital]”.

Introdução

Meu interesse sobre questões ligadas à temática da juventude e atuação dos coletivos culturais nas regiões periféricas da cidade de São Paulo foi o que me levou à Favela de Vila Prudente num primeiro momento. Interessada em estudar novas formas de engajamento político e de lazer dos jovens moradores desse território, foi assim que, em julho de 2013, conheci Cristiano, na época, com 28 anos. O jovem trabalhava como catador de materiais recicláveis numa cooperativa de reciclagem da favela e também me contou na ocasião que havia criado um coletivo cultural formado por jovens da favela. Passei então a frequentar as atividades do coletivo EcoInformação voltadas para a realização de exposições e produções audiovisuais na favela. Acompanhando essas atividades também conheci a ampla rede de colegas e amigos de Cristiano, entre os quais faziam parte as lideranças do Movimento de Defesa do Favelado (MDF). Foi assim que a figura de André passou a estar presente em meus relatos de campo. Para além dos relatos sobre o projeto EcoCineFavela, realizado pelo Coletivo EcoInformação, meus cadernos de campo viram-se imersos de anotações e descrições de eventos que envolviam as reuniões e assembleias de moradores da favela.

Em novembro de 2013, quando a notícia sobre a interligação das obras do monotrilho, Linha 15 – Prata do metrô², ganhou as páginas de um jornal de bairro, um furor tomou conta da favela, causando uma preocupação imensa nos moradores e, principalmente, nas lideranças comunitárias da favela. André junto com o MDF encabeçaram essas negociações com a Companhia do Transporte Metropolitano de São Paulo (Metrô) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Cristiano frequentava de início algumas dessas reuniões, mas eu também passei a frequentá-las mesmo sem sua presença. Acompanhei muitas reuniões nas favelas, assembleias do MDF, algumas audiências públicas e conversei com muitos moradores sobre essa situação. O impacto da obra do monotrilho no cotidiano dos moradores da favela tornou-se assim meu objeto de pesquisa quando resolvi ingressar no mestrado, em agosto de 2014.

² O projeto de interligação do monotrilho, Linha 15- Prata, pretende ligar a estação Vila Prudente do metrô à estação Ipiranga da Companhia Paulista do Trem Metropolitano (CPTM). Para a construção dessa interligação, a diretoria do metrô previu uma intervenção no terreno da favela que atingiria algumas moradias.

Como André já havia previsto, conforme reunião descrita no prólogo dessa dissertação, e a partir de informações privilegiadas a que teve acesso por meio de sua rede de contatos com vereadores e secretários municipais, a obra de interligação desse trecho não seria entregue antes de 2018³. Felicidade e alívio para os moradores. Infortúnio, porém, feliz, de pesquisa para mim. Observando cotidianamente o temor dos moradores e os anseios de deixar o local em que residiam por décadas, além de todas as memórias que aquele território guardava; não tive como não me sentir aliviada também!

Passei então a folhear avidamente meus cadernos de campo e a ouvir gravações e entrevistas em busca de um novo recorte de pesquisa. Com mais de um ano de pesquisa de campo deveria haver algo que perpassasse minhas idas a campo, apenas restava identificá-lo. Pois como assim sugere Geertz (2012) – com o sarcasmo e provocações que lhe são típicos – “tropeçar entre meros acontecimentos e depois elaborar descrições sobre como eles se associam é aquilo em que, de forma semelhante, o conhecimento e a ilusão consistem” (GEERTZ, 2012, p. 10).

Imersa em campo há mais de um ano, talvez tenha sido o tempo, a rotina e a minha proximidade com as lideranças comunitárias da favela que tinham ofuscado meu olhar como pesquisadora em algum momento. Seguindo as orientações de Velho (1978), para além de “exotizar” aquilo que tinha se tornado “familiar” para mim; busquei identificar alguns possíveis posicionamentos conscientes e inconscientes de minha parte que poderiam estar me impedindo de relativizar e refletir sistematicamente sobre o que vinha observando. Foi lendo justamente o relato da reunião descrita no prólogo que um *insight* me surgiu. “Tudo o que aparece aqui é sobre política”, foi minha primeira constatação ao ler não só esse, mas outros relatos de campo. Estava ali algo tão presente em todas minhas observações: a política na favela! A política que, em algum momento, havia sido ofuscada pela minha própria formação acadêmica, em gestão de políticas públicas, e meu olhar viesado sob essa condicionante.

Como assim ensina Cardoso de Oliveira (2000), para o exercício do trabalho do antropólogo não bastam olhos disciplinados, mas também os ouvidos e a própria escrita.

³A entrega do trecho estava prevista para 2017, porém, com o anúncio de paralisação das obras, em agosto de 2015, não há previsão para a conclusão da construção desse trecho. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/gestao-alckmin-nao-vai-priorizar-monotrilho-nos-extremos-da-cidade.html> (28/08/2015)

Pensar a política e as formas de ação coletiva de moradores e lideranças da favela envolveria, então, colocar em perspectiva minhas interpretações normativas e condicionadas, influenciadas pela minha formação acadêmica e também por minhas experiências como universitária, branca, de classe média.

Perseguir os contornos, formas e significados da política na favela envolveria, assim, tratar a própria categoria “política” como etnográfica, como sugerem os estudos do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP)⁴. Promovendo concomitantemente um desmonte de preconceções essencialistas e abertura para compreender como a “política” ganhava novos contornos a partir da ação coletiva de meus interlocutores da favela, interseccionando-se com domínios muitas vezes tidos como distantes ou exclusivos do campo da política, como a religião, violência, família, etc. (PEIRANO, 1998).

A “política”, o “político”, o “favelado”, a “luta”, a “fofoca”, o “crime”, a “história da favela”, as “lideranças” da favela, entre outros termos e categorias; tudo se emaranha e ganha novos significados nas tramas da política nessa favela.

Refinando o objeto de pesquisa: política e ação coletiva na favela

Partindo da situação etnográfica descrita no prólogo desse trabalho percebem-se diversos elementos que compõem o complexo quadro da política na favela. A partir da minha pesquisa de campo pude assim presenciar as contradições, conflitos, disputas e alianças entre moradores e lideranças comunitárias da favela, em diferentes momentos e contextos. Passei a notar que os dispositivos de gestão do cotidiano da favela eram, então, operados por diversos atores atuantes nessa dinâmica, em que se destacavam: associação de moradores, organizações não-governamentais (ONGs), movimentos sociais, igrejas, grupos e coletivos juvenis e, por vezes, também mediados pelo tráfico de drogas. Conectados a esses por suas redes, ainda estavam organizações

⁴O Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), fundado em 1997, tem sua sede no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional, e reúne pesquisadores de várias instituições. Seu objetivo é examinar a política vivida, dando ênfase à etnografia e, portanto, aos aspectos do tecido social em sua totalidade. Informação extraída do site do NuAP: <http://nuap.etc.br/>

internacionais de fomento, partidos políticos, empresas e fundações empresariais e diversos agentes dos órgãos do Estado⁵.

Nessas situações presenciadas encontravam-se em voga as representações, discursos e práticas atribuídos à política e às formas de exercício da ação coletiva na Favela de Vila Prudente, que passei assim a delimitar como meu objeto de estudo. Essa favela específica também já recebeu a atenção do professor e pesquisador Gabriel Feltran (2005) que, em sua pesquisa de mestrado, abordou o surgimento e atuação dos movimentos sociais nas periferias de São Paulo como o MDF. Uma década depois dessa pesquisa, e a partir de minha experiência empírica, passei a notar que distintos agires políticos eram imperativos na favela e demarcavam relações de alteridade entre grupos e atores. Minhas análises centraram-se mais especificamente na triangulação das atuações e relações entre a associação de moradores, o MDF e os grupos e coletivos juvenis.

A partir da descrição e análise dos distintos *modus operandis* dessas organizações e grupos, o marcador geracional mostrou-se relevante e levou-me a suscitar a hipótese de que, mediante a alteração e renovação do quadro de lideranças e organizações presentes na favela, teriam se alterado conseqüentemente os repertórios e emergido novas formas de ação coletiva na favela. Cabe enfatizar nesse ponto que trabalho essa noção de gerações na perspectiva de Mannheim (1982[1952]), ao compreender que indivíduos pertencentes a uma mesma geração compartilhariam de “uma situação comum na dimensão histórica do processo social” (MANNHEIM, 1982, p.71[1952]). Foi nessa linha que Moreno (2014), em sua pesquisa sobre continuidades e rupturas geracionais na vida associativa nas periferias da cidade de São Paulo, assim tratou de:

Compreender a ação coletiva como a criação e manifestação de possibilidades para a vida política na qual os indivíduos se apropriam de elementos das dimensões propriamente socializadoras e de elementos que compõem os processos de subjetivação em um movimento de produção de singularidades políticas em face da criação de novas configurações sociais. (MORENO, 2014, p.27).

⁵ Por não considerar o Estado como homogêneo, ressalto aqui sua composição por diversos órgãos (secretarias e outras pastas), os quais apresentam e travam posturas e relações distintas com os atores e organizações da favela.

Procuro orientar-me nessa direção ao pensar que meus interlocutores criam e atribuem diversos sentidos ao *fazer política*⁶ na favela por meio de suas atuações, representações e discursos. Atribuindo a eles, elementos que fazem parte do universo e das redes sociais com que se relacionam, com suas experiências pessoais e seus pertencimentos a grupos e organizações presentes na favela.

Nesse sentido é notável, principalmente em suas falas e discursos, a presença de elementos relacionados a questões identitárias e à memória com relação ao território em que vivem e/ou atuam. Se identificar como *favelado*, morador da *comunidade* ou da *favela* ganham uma conotação estrategicamente política nos diferentes contextos em que atuam, ao mesmo tempo em que criam tensões quanto aos significados distintos que tais categorias e representações implicam para cada indivíduo e contexto, como procurarei explorar ao longo desse trabalho. As diversas memórias e histórias que embalam as narrativas de lideranças e dos moradores da favela também são acionadas de modo a legitimar suas atuações ou deslegitimar seus adversários políticos.

Refinar meu olhar com relação a esse objeto de estudo levou-me então a formular três questões norteadoras: Quais são os *modus operandis*, imbuídos de significados, que a política adquire no contexto dessa favela? Como se configura a ação coletiva na favela a partir dos distintos atores, grupos e organizações ali presentes? Como identidade e memória ganham um uso estrategicamente político na atuação das lideranças da favela? Para responder tais questões, além de trabalhar intensamente meus registros de campo, seria necessário mobilizar um amplo referencial teórico-metodológico que desse conta de iluminar e dialogar com meu campo de pesquisa. Isso me levou a refletir, num primeiro momento, sobre estudos que analisassem os embricamentos e sentidos da política e da ação coletiva em territórios tidos como “marginalizados”, como o território em questão, a favela.

Nesse rol, o emblemático artigo de Machado da Silva, intitulado “A política na favela”, publicado nos Cadernos Brasileiros, em 1967, já trazia elementos importantes para a caracterização da política nesse território específico. As trocas entre moradores das favelas com políticos “profissionais” da esfera político-partidária, a desconstrução da ideia de existência de um tipo único de favela e a especificidade da forma com que as atividades políticas são geridas nesse território são alguns dos pontos mais significativos

⁶ A partir desse ponto, termos e expressões nativas serão citados em formato itálico.

desse artigo. Por outro lado, considero que algumas visões e opiniões presentes nesse texto acabam estigmatizando e rotulando as práticas políticas desses atores da favela como “menos desenvolvidas” ou “problemáticas”. A construção e utilização de determinadas categorias pelo autor, como “burguesia favelada” ou “caráter do favelado”, para referir-se aos diferentes comportamentos dos moradores da favela com relação à política, ora tidos como apáticos e passivos, ora “proveitadores” e manipuladores das relações políticas, mostram-se carregadas de juízos morais e de valores que se relacionariam com as noções de política típicas do meio no qual o autor teria sido socializado.

Diante de interpretações como essa, voltei-me a recordar de uma das lições da antropologia formuladas por Geertz (2001):

Para descobrir quem as pessoas pensam que são, o que pensam que estão fazendo, e com que finalidade pensam que o estão fazendo, é necessário adquirir uma familiaridade operacional com os conjuntos de significados em meio os quais elas levam suas vidas. (...). Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente. (GEERTZ, 2001, p.26).

Goldman (2006), discorrendo sobre a proposta trazida pelo campo da antropologia da política, reforçaria tais preceitos ao enfatizar que devemos investigar o que é considerado como política do “ponto de vista nativo”. Nessa direção, o autor indica três objetivos que deveriam reger a produção de teorias etnográficas da política (GOLDMAN, 2006, pp. 41-42). O primeiro objetivo refere-se a livrar-se das questões extrínsecas colocadas por teóricos políticos - sejam estes cientistas ou “revolucionários”, como satiriza Goldman – que tentam substancializar a política com o uso normativo e impositivo de categorias típicas de seus campos de atuação. O segundo objetivo orienta a evitar cuidadosamente as abordagens e interpretações sobre a política “efetuadas em termos negativos - aquelas que privilegiam as faltas, ausências, ideologias e manipulações” (GOLDMAN, 2006, p.42). Por fim, o terceiro objetivo volta-se a ampliar o campo de análise do que se entende por política, “recusando a falsa distinção entre o central e o periférico” ao permitir que questões e campos que normalmente se exclui da política, como os “faccionalismos, as segmentaridades, as redes sociais, certamente; mas também o parentesco, a religião, a arte, a etnicidade, etc” sejam assim abordados (GOLDMAN, 2006, p.42).

Seguindo essa perspectiva da antropologia da política, a qual pretendo desenvolver mais ao longo do trabalho, meus esforços de pesquisa envolveriam identificar e interpretar quais concepções de política meus interlocutores elaboram a partir de suas vivências e experiências na favela. Pois, como analisa Cefai et al. (2011, pp. 99-100), “a política local não se deixa compreender senão no seu local concreto, com seus parâmetros sociais, espaciais e temporais”.

Para discorrer acerca da ação coletiva delimitei e circunscrevi como campo dessa investigação empírica a atuação de determinados atores e grupos, os quais atuariam de forma mais longínqua e com destaque no cotidiano da favela. A noção de ação coletiva aqui trabalhada tem como referência as definições de Howard Becker e da escola do interacionismo simbólico, tal qual a compreende como a atuação conjunta das mesmas pessoas para produzir uma variedade de eventos diferentes de maneira recorrente (BECKER, 1977).

A ação coletiva relaciona-se, então, às formas de mobilização de grupos sociais, sejam eles definidos a partir de recortes de classe, identitários, geracionais, etc. São essas distintas formas de mobilização de grupos e atores, em consonância ou divergência, que acabariam constituindo o que trato como a *política* na favela. Ao longo do texto procurarei me referir a essas ações a partir das próprias categorias empíricas desenvolvidas pelos meus interlocutores, como “mobilização”, “articulação”, “prática política”, “jeito de fazer política”, entre outras.

Surgiu assim o desafio de como abordar e trabalhar a singularidade de um local como a favela estudada, mobilizando referenciais teóricos que dessem conta de explicar tamanha complexidade que esse território apresentava. Situada numa região conhecida como centro expandido⁷, a Favela de Vila Prudente não se encaixa no padrão periférico das favelas na cidade de São Paulo, como assim vêm mostrando as pesquisas de Saraiva e Marques (2005; 2011). Ao conviverem nos meandros dos bairros de Vila Prudente, Mooca e Ipiranga, os moradores da favela vivenciam a dualidade do meio urbano. Pelo fato de residirem num território ainda precarizado em termos de infraestrutura e de acesso a serviços públicos, mas que ao mesmo tempo está inserido numa região tida

⁷O Centro Expandido da cidade de São Paulo é uma área localizada ao redor do centro histórico da cidade e delimitada pelo chamado minianel viário, composto pelas marginais Tietê e Pinheiros, as avenidas Salim Farah Maluf, Afonso d'Escagnolle Taunay, Bandeirantes, Juntas Provisórias, Presidente Tancredo Neves, Luís Inácio de Anhaia Melo e o Complexo Viário Maria Maluf.

como “central”, cercada por condomínios e prédios de alto padrão, grandes comércios, *shopping centers* e que oferece uma infraestrutura de transportes e de mobilidade urbana diferenciados, quando comparada às periferias da cidade.

Apesar da ampla produção acadêmica no campo das ciências sociais sobre a dinâmica das favelas cariocas⁸, a discussão sobre favelas no contexto paulistano se faz de forma menos intensa. Dessa forma, busco trabalhar com esse referencial sobre favelas no limite em que suas formulações me permitam elucidar algumas questões observadas em campo.

Entre os estudos mais clássicos sobre favelas em São Paulo, sobretudo numa perspectiva mais sócio-histórica, estão os de Pasternak (1984; 2002) e Pasternak e Vêras (1990) que se concentram nas análises quantitativas e censitárias das desigualdades sociais que se expressam na consolidação dos núcleos de favelas na metrópole paulistana. Ainda na busca de pesquisas voltadas a compreender a dinâmica social das favelas em São Paulo, os estudos de Paulino (2007) e Lara (2012), das áreas de Arquitetura/Urbanismo e Geografia, respectivamente, desvelam, entre outros aspectos, o processo de estigmatização pelo qual passaram as primeiras favelas da cidade, dentre as quais a de Vila Prudente.

Entre as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito dos projetos e núcleos do Centro de Estudos da Metrópole (CEM) e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)⁹, muitas dedicam-se a analisar questões como a sociabilidade, desigualdade, segregação e redes sociais no contexto de algumas favelas paulistanas. Uma favela que tem recebido atenção especial na análise desses processos é a Favela do Paraisópolis, por sua “situação periférica” em relação ao bairro do Morumbi, como mostram as pesquisas de Almeida e D’Andrea (2004) e Almeida, D’Andrea e De Lucca (2008).

Ainda sob essa perspectiva, a Favela Vila Nova Jaguaré, localizada na zona oeste de São Paulo, ganhou a atenção de Kowarick (2009) ao discorrer sobre sua

⁸ Dou destaque aos estudos de Machado da Silva (1967; 2002; 2004), Perlman (1977); Valladares (1978; 2005), Zaluar (1985), Pandolfi e Grynszpan (2003) Machado da Silva e Leite (2004), Zaluar e Alvito (2006) e Burgos (2006);

⁹ Destaco aqui os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Etnografias Urbanas, coordenado pelo Prof. Dr. Ronaldo Almeida (UNICAMP) e o Projeto “As margens da cidade: grupos urbanos ‘marginais’, política e violência em três territórios do estado”, de coordenação do Prof. Gabriel de Santis Feltran

organização e dinâmica social e, posteriormente, de Moya (2010), que a tomou como campo de pesquisa de seu doutorado, para análise das práticas de sobrevivência e de melhoria de vida entre os moradores dessa favela.

O padrão histórico de segregação urbana que organizou a metrópole paulistana, e que ainda predomina na cidade¹⁰, promoveu a chamada “expulsão” dos pobres e das classes populares de bairros e áreas centrais, principalmente pelo efeito da elevação dos preços dos aluguéis e imóveis, originada desde 1940 com a crise da habitação na cidade (BONDUKI, 1994). Além disso, outras intervenções do Estado e do setor privado acabaram estruturando os espaços urbanos tal qual estes estão configurados, em que no caso paulistano ainda se sobressai o padrão centro-periferia. Dessa forma, os estudos no campo das ciências sociais, produzidos nas décadas de 1970 e 1980, centravam-se em analisar os processos de produção das periferias urbanas, tidas como “espaços de moradia da força de trabalho responsáveis por fazer girar a máquina econômica da metrópole, nos quais não há presença estatal e as casas são autoconstruídas em loteamentos clandestinos e irregulares” (MARQUES, 2005, p.23).

Por esse lado, consolidou-se na sociologia urbana uma vertente de estudos que, dialogando com conceitos e preceitos marxistas, partiam da observação do “capitalismo perverso” e seus efeitos na forma com que moradores e trabalhadores organizavam-se para enfrentar os desafios da segregação e desigualdade social que abarcavam a cidade (KOWARICK, 2000). A noção de “espoliação urbana”, criada por Lúcio Kowarick (1979), visava, então, a abarcar as “produções simbólicas realizadas por atores que confeccionam discursos como sinais positivos ou negativos sobre uma situação concreta de exclusão, a partir da qual estruturam as orientações de suas ações coletivas” (KOWARICK, 2000, p. 14). Como nos mostra Frúgoli Jr. (2005), até esse momento as pesquisas ainda privilegiavam análises macroestruturais sobre o mundo urbano e deixavam de abordar fenômenos que a teoria marxista não podia elucidar.

Este é o ponto de referência sob o qual Ruth Cardoso e Eunice Durham, junto com seus orientandos, inauguraram uma linhagem de estudos na antropologia urbana, em que as periferias urbanas configuravam-se como tema e lócus de suas pesquisas (MAGNANI, 2012, p.42). Cardoso e Durham concentraram-se, pois, em acompanhar as

¹⁰ Não deixo de considerar sob esse aspecto que outros padrões de segregação operam concomitantemente na dinâmica urbana de São Paulo, como já preconizou Caldeira (2000) sobre o surgimento dos enclaves fortificados em regiões periféricas.

trajetórias dos migrantes no meio urbano, as condições e modos de vida das populações na periferia e a atuação dos movimentos sociais urbanos. Ambas antropólogas apostaram numa chave de leitura que privilegiava um olhar “de dentro” para os movimentos sociais urbanos, extrapolando concepções clássicas da luta de classes e busca de novas linhas interpretativas para o fenômeno (DURHAM, 2004). Analisando a organização e dissidências presentes internamente nos movimentos sociais, as autoras evidenciam uma faceta até então desconhecida, ou ofuscada, nos estudos com esse recorte. Cardoso (1994) denuncia assim certo engajamento militante por parte dos pesquisadores que estudaram o tema ao mesmo tempo em que refuta idealizações românticas ou apriorísticas sobre as formas de organização desses movimentos.

Teresa Caldeira, que fez parte do grupo de orientandos de Ruth Cardoso, de tal modo discorre sobre os interesses de pesquisa desse grupo no período:

Tentar analisar as formas de organização popular surgidas recentemente em função de reivindicações que se referem, sobretudo, à qualidade de vida na cidade, colocando em evidência a novidade dos movimentos: uma nova forma de fazer política saudada como genuinamente popular e democrática (CALDEIRA, 1984, p.8).

Caldeira (1984) seguiu esse mesmo percurso rumo à periferia, mais especificamente ao Jardim das Camélias, periferia da zona leste de São Paulo. A pesquisadora propôs-se a investigar as representações e opiniões de uma série de moradores sobre a política e suas relações com os movimentos sociais. Tomando um dos “fragmentos” mais relevantes de sua pesquisa, Caldeira já enfatizava que nesse contexto social é “necessário conceber a política em termos amplos, como uma relação de forças, sem a mediação obrigatória de instituições e aparelhos ligados ao Estado” (CALDEIRA, 1984, p. 287).

Na virada dos anos 1980 e 1990, concomitante ao processo de redemocratização do Brasil, foi Vera Telles que, em interface com a sociologia urbana e a sociologia do trabalho, dedicou-se a investigar os dilemas relacionados à cidadania e consolidação dos direitos sociais (TELLES, 2001), e às trajetórias sociais e formas de mobilidade urbana dos moradores das periferias de São Paulo (TELLES, 2006). Suas pesquisas qualitativas, sempre repletas de conteúdo etnográfico, revelam também as transformações, rupturas e continuidades nas experiências e referências dos indivíduos no meio urbano. Nesse aspecto, a autora passou a focar novas linhas da realidade

urbana que se conjugavam com as situações de exclusão social, vulnerabilidade e pobreza nas tramas da cidade. Telles e um grupo de pesquisadores detiveram-se então a investigar questões relacionadas a violência, criminalidade, mercados lícitos e ilícitos, bem como as fronteiras dos legalismos e ilegalismos na cidade (TELLES, 2010; CABANES et al, 2011).

Atualmente, as pesquisas sobre ação coletiva e dinâmica social nas periferias paulistanas têm se voltado a compreender questões mais contemporâneas como as práticas de lazer de jovens nesses espaços (PEREIRA, 2005; 2010), o fenômeno dos coletivos e produções culturais nas periferias (NASCIMENTO, 2006; 2011; D'ANDREA, 2013; ADERALDO, 2013), além de desvelar como as dinâmicas do “mundo do crime”, gerenciadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), e de como este tem organizado e regulado o cotidiano dos moradores dessas regiões periféricas (MARQUES, 2009; BIONDI, 2010; FELTRAN, 2011). De forma semelhante, como mostrarei ao longo de meu primeiro capítulo, a emergência de algumas destas questões e atores também alteraram substancialmente o cotidiano da favela estudada.

Para além de pensar a política e ação coletiva na Favela de Vila Prudente, esse recorte de minha pesquisa articula-se com questões mais amplas que têm sido abordadas por autoras como Das e Poole (2004), no que tange a uma antropologia das margens do Estado, a partir de uma etnografia que busca compreender o Estado a partir das “práticas, lugares e linguagens considerados como às margens do Estado-nação” (VEENA DAS; POOLE, 2004, p.3, trad. minha). Num território como a favela, caracterizado por muitos dos meus interlocutores como “carente”, “precário” e em que se conviveria com a “ausência” do Estado, estaria aqui uma oportunidade de apreender como atores concretos “às margens” vivenciam e organizam-se cotidianamente.

Deste modo, essa perspectiva abre uma interessante possibilidade de análise, “não porque capta formas ‘exóticas’ presentes nas margens, mas porque insinua que as margens são implicações necessárias do Estado e a regra é parte constitutiva da exceção” (VEENA DAS; POOLE, p. 4, trad. minha). Nessa linha vem trabalhando Javier Auyero (2011), ao etnografar as dinâmicas políticas de populações pobres no espaço urbano, especialmente nos contextos argentino e norte-americano. A partir destes contextos, o autor procura desestabilizar noções e categorias como “clientelismo político” e “patronagem” ao mostrar como essas mediações clientelistas adquirem

significados distintos e tornam-se estratégicas para que os mais pobres solucionem seus problemas cotidianos.

Percorrendo essa vasta literatura e produção acadêmica que norteiam meu recorte de pesquisa, procurei refinar meu objeto de estudo a partir da conjugação desses referenciais teóricos que pudessem e, detivessem-se apenas a, iluminar questões empíricas oriundas de situações observadas em campo. Pois como ensina Geertz (2001) “examinar dragões, não domesticá-los ou abominá-los, nem afogá-los em barris de teoria, é tudo que consiste a antropologia” (GEERTZ, 2001, p.65).

Inserção em campo e escolhas metodológicas: uma trajetória de pesquisa

“Sempre compreendo o que faço depois que já fiz. O que sempre faço nem seja uma aplicação de estudos. É sempre uma descoberta. Não é nada procurado. É achado mesmo. Como se andasse num brejo e desse no sapo. Acho que é defeito de nascença isso.” (Manoel de Barros – Pintura)

Retomar as leituras de meus cadernos e anotações de campo e ouvir novamente os trechos de entrevistas e gravações de reuniões gera esse tipo de compreensão quase que posterior depois de toda experiência de pesquisa ocorrida. Mesmo prezando em trazer e apresentar “dados objetivos de campo” para esse processo de textualização, não posso deixar de lado meu “anthropological blues” (DA MATTA, 1978), ou seja, em sentir e trazer à tona os aspectos carismáticos e afetivos que emergiram das minhas relações com meus interlocutores na favela.

Percorrendo meus cadernos também passo a perceber como algumas situações de campo foram delineando questões e produzindo *insights* sobre a política na favela. Na ocasião em que cursei a disciplina “Pesquisa de Campo em Antropologia Urbana”¹¹, o professor José Guilherme Cantor Magnani fantasiava jocosamente e atribuía a esses

¹¹ No segundo semestre de 2013, cursei como ouvinte a disciplina “Pesquisa de Campo em Antropologia Urbana”, do curso de graduação em Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP

momentos de descobertas como resultado da ação de “duendes da pesquisa de campo”. Talvez seja fruto da ação desses duendes que minha pesquisa ganhou consistência e fôlego nesses dois anos, ou talvez defeito de nascença, como assim atribui o poeta Manoel de Barros.

Inicialmente, devo discorrer aqui, minimamente, sobre minha visão prévia sobre a favela e como essa foi delineando-se como lócus e objeto de estudo. Como moradora do bairro de Vila Prudente, oriunda de uma família de classe média e branca, cresci rodeada por discursos, valores e representações sobre o “problema” dessa favela no bairro. Sob os signos da precariedade, pobreza e violência esse território habitava meu imaginário, assim como de boa parte da sociedade, como local perigoso e proibido. Vale ressaltar que regiões e territórios estigmatizados como a favela foram, historicamente, estudados e interpretados como redutos de desorganização social, matrizes discursivas caras aos estudos iniciais da Escola de Chicago¹².

A partir de meu percurso na universidade, por meio de atividades de extensão na graduação e, posteriormente, na especialização, meus interesses de pesquisa passaram a convergir para esse território: a Favela de Vila Prudente. Tão próxima e tão distante de mim até então. Minha primeira inserção em campo ocorreu em julho de 2013, como contei na primeira parte dessa introdução.

A ida à Cooperativa ReciFavela foi previamente agendada por telefone: segunda-feira, 29 de julho de 2013, às 8h30 da manhã. Compareci ao local no horário combinado e tive que aguardar Cristiano, até então presidente da cooperativa, por cerca de uma hora. Durante a espera, fui confundida com uma assistente social por alguns catadores que lá trabalhavam. Minha conversa inicial com Cristiano durou quase uma hora. Naquele momento sentia uma necessidade imensa de justificar e explicar meus interesses de pesquisa por projetos sociais e culturais na favela. Devo ter falado demais nesse primeiro momento. Contei sobre minha formação acadêmica, trabalhos já realizados e conhecimento – diga-se “de gabinete” – que detinha sobre a favela. Ele ouviu atentamente, sem desdenhar de minha evidente inexperiência e desconhecimento sobre aquele território. Respondeu que poderia me ajudar e contou que há alguns anos

¹² Entre esses estudos da primeira e segunda geração da Escola de Chicago destacam-se os de Thomas, Burgess, Park e Hughes. Ver mais em: JOSEPH, Isaac. *A respeito do bom uso da Escola de Chicago*. In: VALLADARES, Lícia Prado. *A Escola de Chicago: Impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

vinha incentivando para que “pessoas de fora” conhecessem a “verdadeira realidade da favela”.

Se na hora não havia me atentado, agora consigo analisar com mais criticidade a fala de Cristiano dirigida a mim. Essa demonstrava ter sido minimamente ensaiada e já reproduzida a outros “visitantes” e “pessoas de fora” em situações anteriores. Foi assim que identifiquei o que Zaluar (1986) considera ser o “discurso para fora”, construído por informantes privilegiados, dirigidos a um público mais amplo e externo àquela dinâmica. Portanto, não foi à toa que Cristiano tornou-se um de meus principais interlocutores na pesquisa que realizei para o meu curso de especialização¹³. Não seria nenhum exagero de minha parte comparar a figura de Cristiano para mim na favela tal qual a de Doc para Willian Foote Whyte em Cornerville (WHYTE, 2005), e de Taso para Sidney Mintz em Barrio Jauca (MINTZ, 1984). Sendo reconhecida como amiga de Cristiano, pude ter mais acesso e circulação livre na favela¹⁴ ao longo do tempo.

Basta perpassar meu caderno de campo e relembrar meus diversos momentos na favela para saber que muitos ocorreram na casa de Cristiano, de seus familiares e amigos. Com mais frequência, as reuniões e outras ocasiões formais da pesquisa deram espaço para uma cerveja amistosa, uma festa de família, entre outros momentos. Ser amiga do “Santista” e da família dos “Sardinhas”, como Cristiano e sua família eram reconhecidos na favela, permitiu que eu adentrasse com mais facilidade alguns espaços e estabelecesse relações com diversos moradores. Ao mesmo tempo em que essa amizade foi estratégica e construiu possibilidades e oportunidades para minha pesquisa, esta não foi baseada numa relação utilitária. Minha relação com Cristiano e seus familiares sempre foi, e continua sendo, repleta de afeto e cumplicidade. Sempre convidada para tomar um café ou dar uma passada na casa de alguém, passei a ser vista como amiga e “quase” da família, como sua mãe gostava de reforçar. Minha ausência na favela, por um mês que fosse, chegava a preocupar D. Jaci, mãe de Cristiano, “você tem

¹³ Em 2014, no âmbito da especialização em Psicossociologia da Juventude e Políticas Públicas, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e sob orientação da Profª Dr. Taniele Rui, apresentei o trabalho de conclusão de curso intitulado “Com um pé na favela e outro na política”: Trajetórias e atuação de lideranças comunitárias na Favela de Vila Prudente”. Nesse trabalho apresentei as trajetórias e atuação de Cristiano e André em seus respectivos espaços e grupos de atuação.

¹⁴ A circulação em áreas com presença forte do tráfico e a entrada por alguns acessos da favela eram zonas quase que restritas para não-moradores, como Cristiano me avisou desde início. No entanto, em sua companhia, minha presença passou a ser aceita e reconhecida e pude assim ampliar meus trajetos na favela.

que dar notícias, tá sumida Kassia, tava preocupada com você”, dizia-me a matriarca da família.

Foi talvez por esses laços de amizade que propus a Cristiano, e posteriormente a André, que estudasse suas trajetórias durante minha especialização. Como admite Mintz (1984) no caso da elaboração da autobiografia de Taso, seu interlocutor de pesquisa, também tive de aceitar a responsabilidade por qualquer distorção ou perda de “objetividade” que, supostamente resultaria de minha amizade com ambos. Nesse aspecto cheguei a refletir inúmeras vezes o quanto minha relação com meus interlocutores deveria ser mais distante ou mais próxima, e o quanto os antropólogos conseguiam lidar com essas questões, mais que científicas e objetivas, mas afetivas e éticas. Se a assimetria na relação antropólogo-informante já se faz tão grande, porque reforçá-la negando a possibilidade de estabelecimento de laços de amizade entre uma moradora “da Vila” e moradores da favela? Dessa forma, não abordo nesse texto uma mera experiência entre estranhos e distantes interlocutores, trato aqui de expor minha observação e interação com amigos, vizinhos e pessoas com quem venho me relacionando de forma intensiva há pelo menos três anos.

O desmonte de tais dúvidas e angústias também se deu em minha banca de defesa da especialização, em dezembro de 2014. Na ocasião, Cristiano e mais alguns amigos compareceram para prestigiar-me e também para “ouvir o que você escreveu sobre a gente”. Meu nervosismo expressava-se mais com relação aos meus amigos/interlocutores do que com os integrantes de minha banca, e devo assim reconhecer que os professores que a compunham também se sentiram em situação semelhante¹⁵. “Não imaginava que com essas histórias ela escreveria tantas páginas. Ela até lembrou de algumas coisas, como quando me atrasei”, foi a fala de Cristiano ao final de minha banca, quando lhe perguntaram sobre como ele se sentia ao ver e poder ler meu trabalho. Cristiano pediu uma cópia de meu trabalho, disse que lia atentamente e enviaria para alguns parceiros da cooperativa, aqueles que se interessavam por sua história de vida. Também fui convidada a escrever um *post* sobre meu trabalho, para ser divulgado no *Facebook* da Cooperativa Recifavela.

¹⁵ Uma das integrantes de minha banca chegou a me dizer antes da arguição que deixaria de criticar determinado ponto sobre a trajetória de Cristiano, pois seria ruim assim fazê-lo com o jovem presente.

Dois desafios vieram logo depois de minha banca e concomitantemente com meu ingresso no mestrado. Um primeiro dizia respeito em aproximar-se dos adversários políticos de meus interlocutores privilegiados, ponto enfatizado pelos integrantes da minha banca, uma vez que agora meu projeto de pesquisa envolvia captar questões que extrapolavam os grupos e organizações dos quais Cristiano e André participavam. O segundo desafio envolvia conviver e lidar com os impactos que minha pesquisa inicial teria causado em meus interlocutores e amigos.

Ausentei-me da favela por três meses, talvez o mais longo período desde o início da pesquisa. Quando retornei, entre março e abril de 2015, ao encontrar André pessoalmente este parabenizou-me pelo trabalho de conclusão do curso, bem como os militantes do MDF que encontrei. Disseram não terem lido meu trabalho por falta de tempo, mas que se mantinham interessados em lê-lo e para que eu dispusesse de uma cópia para a biblioteca da organização. Cristiano manteve-se distante nesse período, detendo-se a mandar algumas mensagens de boas festas no final do ano. Quando nos encontramos depois desse longo tempo ele foi enfático: “É, vi que não dá para mandar seu trabalho para a CAFOD e para outros financiadores, já que você criticou tanto algumas coisas deles. Isso me complicaria com eles”. Cristiano referiu-se às críticas que teci aos meios e exigências de financiamento que a Cooperativa e o MDF tinham que se submeter. Críticas as quais elaborei a partir das próprias falas dele e de André.

A relação com Cristiano teve de ser reconstruída. Mesmo assim, seu jeito provocador às vezes levava-o a soltar, em meio a uma reunião, e em tom de ironia, “não fala isso que a Kassia vai colocar na pesquisa dela”. Como apontam Marques e Villela (2005), isso demonstra que a reflexividade de nossas pesquisas não começa nem se encerra na produção da etnografia. Possuir entre nossos leitores alguns de nossos nativos traz questões interessantes para serem refletidas, sobretudo, nas implicações que elas trazem para o ofício do antropólogo.

Nesse ponto cabe enfatizar que meu papel e lugar em campo foram alterando-se substancialmente ao longo desses dois anos de pesquisa. Se inicialmente minhas idas a campo eram devidamente pré-agendadas e ocorriam sempre na companhia de lideranças da favela, passei então a frequentar a favela sem muita cerimônia, deixando de levar meu caderninho de anotações e caneta que sempre me acompanhavam. Sendo

apresentada como “a estudante da USP¹⁶ que estudava a favela”, também ganhei o substantivo de “amiga” em algumas ocasiões. Mesmo com o peso que o título da universidade traz, o fato é que a caracterização como estudante me atribuía certa plasticidade, uma posição como que de aprendiz, em que algumas formalidades são dispensadas. Além de estudante, também fui a jornalista que estava “escrevendo um livro sobre a favela”, como assim fui apresentada por uma moradora. Para meus interlocutores mais próximos, exerci o papel de “revisora” gramatical de textos e projetos que eles escreviam. Perante tais solicitações pude assim ter acesso às ideias e elaborações textuais que estes produziam.

Nesse período da pesquisa pude experimentar e testar os limites de “socialização no mundo da política”, como discorre Kuschnir (2003) ao acompanhar diferentes cotidianos da política em sua pesquisa. A autora, ao acompanhar a atuação de políticos, cita uma série de situações que vivenciou e coloca em xeque a ideia de que o pesquisador possa ser um elemento neutro nesses contextos. Dessa forma, assim como Kuschnir, também fui solicitada para ajudar em diversas tarefas inerentes às atividades políticas de meus interlocutores e indagada sobre minhas predileções partidárias e posicionamentos perante temas polêmicos. Realizei cadastro de famílias em reuniões do MDF, acompanhei crianças em atividades externas do Centro Cultural da favela, escrevi relatos de reunião para o Blog Vozes das Comunidades, servi refrigerantes e pipocas durante exposições do EcoCineFavela e perdi a conta das vezes em que ajudei a organizar ou a limpar espaços depois dessas atividades. Por outro lado, fui colocada muitas vezes na parede, como quando indagada sobre a escolha de meus candidatos nas eleições de 2014 ou sobre minha posição quanto a temas polêmicos como a legalização da maconha, redução da maioria penal e até sobre minha visão a respeito do tráfico de drogas.

Devo dizer que não respondi todas as perguntas que me eram feitas, porém emiti minha opinião em outras vezes. Busquei fazer tudo de maneira cautelosa, expondo meus argumentos, sem imposição ou alarde quanto a opiniões contrárias, por mais

¹⁶ Mesmo que muitos soubessem que eu realizava o mestrado pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, minha graduação na Universidade de São Paulo – USP ainda tinha um peso nas falas de meus interlocutores.

conservadoras que muitas parecessem¹⁷. Sempre me coloquei disposta a ouvir e a compreender tais posicionamentos distintos entre os moradores da favela, e por mais que me identificasse com alguns, jamais tomei-os como únicos ou imperantes. A própria contradição entre o universo do pesquisador e do grupo pesquisado sempre foi parte constitutiva de minha pesquisa.

Pesquisando a política na favela tentei circular entre os atores, grupos e organizações com certa fluidez. Esse foi um grande desafio, já que conflitos, disputas e alianças marcam essas relações e podiam assim ser atizados pela minha presença, ou ainda pior, em que minha figura poderia ser associada a um ator e adversário político. Dilemas e problemas como esses sempre estiveram presentes e reconheço que consegui driblá-los minimamente para a concretização da pesquisa. Ao mesmo tempo, percebo que receios, dúvidas e até abstenções permearam minhas relações com esses atores.

Sabendo dos conflitos entre os responsáveis pelo Blog Vozes das Comunidades e o Coletivo EcoInformação, muitas vezes me esquivei do “fogo cruzado”, por exemplo, quando os jovens do Coletivo votaram contra o empréstimo dos equipamentos fotográficos para o editor do Blog, ou quando esse mesmo editor pediu-me que escrevesse algo em nome do Coletivo. Quando questionada em tais situações, meu silêncio ou desculpas eram estratégicos e o medo de romper ou estremecer relações com meus interlocutores me levavam a tal posicionamento. Ainda reflito sobre se essa foi uma boa estratégia, mas devo dizer que ela foi um tanto profícua.

Minha identidade como estudante e pesquisadora, interessada sobre a favela e com certa habilidade textual levaram-me também a ser convidada a participar como integrante de alguns projetos da favela. Em julho de 2014, foi constituído um Fórum de Segurança da Favela de Vila Prudente¹⁸, com a participação de representantes de todas as organizações atuantes na favela. André que deu início a essa articulação, mediante o assassinato de um jovem morador pela polícia e atuação truculenta da força policial na favela, convidou-me a integrar o Fórum e a participar das reuniões. Tendo se restringido a quatro reuniões e à realização de uma oitiva contra violência policial, a atuação do Fórum foi breve, cerca de três meses.

¹⁷ Sem nenhum tom pejorativo, atribuo o termo “conservadoras” para pautas e opiniões que se remetem a valores morais e de controle social, prezando por questões como manutenção da “família tradicional”, incentivo à repressão policial, em prol do encarceramento e do papel da mulher na sociedade.

¹⁸ Pretendo abordar alguns momentos da atuação do Fórum no Capítulo 2.

Em outro momento, mais recentemente no segundo semestre de 2015, Cristiano convidou-me a fazer parte da equipe de gravação do “Doc Sou Favela”, um documentário sobre a história da favela¹⁹. Sabendo de meus interesses de pesquisa, fui acionada para ajudar a elaborar roteiros de entrevista para os moradores que seriam entrevistados para o documentário. Essa participação me permitiu desvelar ainda mais a história da favela, significados e interpretações presentes no cotidiano dos moradores e a vivenciar relações dentro do grupo.

No período intenso de gravações do documentário, o qual se estendeu por quatro meses, pude situar-me ainda mais entre meus interlocutores e a perder um pouco da imagem que tinha como sendo “de fora” da favela. Neste aspecto, atribuições criativas como “favelada de alma”, “patricinha-favelada” ou frases como “a favela agora não sai de você” passaram a ser dirigidas a mim. Essas expressões representavam uma tentativa de meus interlocutores de me inserirem no grupo ou de diluírem as diferenças que nos distanciavam, criando uma identificação e aceitação, por mais que artificial e/ou momentânea. No dia de lançamento do documentário na favela, em dezembro de 2015, essas questões mostraram-se latentes quando recebi das mãos de Cristiano uma das condecorações do prêmio “Sou Favela”, criado pelo EcoInformação e que visava reconhecer pessoas e lideranças atuantes na favela pelos trabalhos prestados. Sendo a única do grupo a receber o prêmio, Cristiano explicou posteriormente aos jovens durante uma reunião: “a Kassia recebeu o prêmio por ela estar aqui sempre correndo junto com a gente, afinal ela não precisava mesmo estar aqui”.

Deslocando-se de uma “observação-participante” para uma “participação-observante”²⁰ nesses momentos, fiz parte dos conflitos dos grupos e experimentei sensações oriundas dessas situações. Senti-me incomodada pela baixa participação e cooperação entre os jovens do coletivo em alguns momentos, com a centralização de tarefas na mão de algumas lideranças da favela e me vi aflita com os prazos das gravações. Entre outras situações de campo, experimentei a angústia e adrenalina na realização de uma ocupação de um terreno ocioso nos arredores da favela e o receio

¹⁹ O projeto do documentário foi iniciativa do Coletivo EcoInformação e contou com minha participação e de mais um produtor de cinema, além dos jovens que já integravam o coletivo. No Capítulo 4 tratarei com mais profundidade de todo processo que o envolveu.

²⁰ A “participação-observante” caracterizar-se-ia como uma experimentação e “mergulhos” por parte do pesquisador no cotidiano, situações e experiências de seus próprios interlocutores. Ver: WACQUANT, 2002

com a chegada da polícia. Como evidencia o caso emblemático de Malinowski em “Um diário no sentido estrito do termo” (1997), há um grande precipício entre experiência e escrita no trabalho antropológico, por isso torna-se quase que pífia minha tentativa de abarcar todas experiências, afetos e sensações que vivenciei em campo para este texto.

Foi por meio dessas experiências e participações que fui aprendendo a decorar trajetos diversos entre os becos estreitos da favela e a seguir regras de circulação vigentes naquele território, sobretudo, aquelas instituídas pelos *donos da biqueira*²¹. Passaram a ser compartilhadas comigo também “fofocas” e histórias sobre fatos antigos da favela considerados constrangedores ou permeados por “tabus”.

Situações como essas me levaram a ter contato com tantos “segredos públicos” da favela que meu desafio aqui no texto se remete ao que foi questionado por Colaço (2012): “como transformar em texto etnográfico uma experiência de campo tão cheia de significados e, ao mesmo tempo, minimizar a exposição de meus interlocutores?” (COLAÇO, 2012, p.124). Tendo consciência e responsabilidade por tais informações utilizei-me de estratégias assim como as sugeridas pelo autor. Primeiramente, devo avisar que muitas situações e falas, impossíveis de serem dissimuladas, deixaram de ser reproduzidas nesse texto por comprometer e constranger muitos de meus interlocutores. Como indicam Marques e Villela (2005): “ao lado das observâncias da ética, a decisão entre o que publicar ou calar pode ter a ver com o reconhecimento de relações de poder envolvidas, na relação entre nativo e antropólogo, mas também dos nativos entre si, na generalidade dos trabalhos da disciplina” (MARQUES; VILLELA, 2005, p.56).

Sendo extremamente relevantes e intrínsecas a essa pesquisa a própria identificação e caracterização do local estudado, não pude criar uma favela ou um território fictício, como assim fizeram Elias e Scotson (2000) com Winston Parva. Os nomes das principais organizações e grupos aqui estudados foram mantidos e sempre citados à medida que as informações presentes não lhes prejudicassem. Com relação aos meus interlocutores, busquei atribuí-los pseudônimos de modo a preservar suas identidades. Cristiano e André, meus interlocutores privilegiados, como já tiveram suas identidades expostas em minha primeira pesquisa (BOBADILLA, 2014), assim também as mantive nesse texto. No caso de figuras públicas e/ou lideranças históricas da favela,

²¹ O único ponto de venda de drogas na favela é gerido, atualmente, por um grupo de traficantes que se revezam semanalmente e que estariam ligados ao PCC.

procurei identificá-las quando necessário ou relevante, deixando de fazê-lo em caso de exposição excessiva. Detive-me em alguns momentos do texto a produzir narrativas ficcionais, de modo a obscurecer e embaralhar tempos, situações, grupos e atores para que estes não fossem identificados, no caso de informações e situações delicadas. Pode-se notar que esse jogo entre o que é “realidade” ou “ficção” no texto etnográfico ganhou densidade e configurou-se como estratégia metodológica nessa presente pesquisa.

Com uma favorável inserção em campo e mediante as questões subjetivas que envolviam meu objeto de estudo, desde início privilegiei a observação-participante como principal método da pesquisa, combinando-a em alguns momentos com a realização de entrevistas semi-estruturadas. No que tange à observação-participante, Becker (1994) elucida que declarações espontâneas ou dirigidas de nossos interlocutores, sejam elas públicas ou com certo tom de confidência, permitem que “o pesquisador possa interpretar tais declarações e descrições como indicações da perspectiva do indivíduo sobre o ponto em questão” (BECKER, 1994, p. 53). Nesse ponto, Valladares (2007), ao resenhar o livro “Sociedade de Esquina”, elenca que Foote Whyte (2005) teceu importantes contribuições metodológicas para o método de observação-participante, entre as quais considero relevantes destacar:

A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado. Uma autoanálise faz-se, portanto, necessária e convém ser inserida na própria história da pesquisa. A presença do pesquisador tem que ser justificada (WHYTE, 2005, p. 301) e sua transformação em "nativo" não se verificará, ou seja, por mais que se pense inserido, sobre ele paira sempre a "curiosidade" quando não a desconfiança.

(...)

A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa (p. 303). As entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias (p. 304), devendo a coleta de informações não se restringir a isso. Com o tempo os dados podem vir ao pesquisador sem que ele faça qualquer esforço para obtê-los. (VALLADARES, 2007, pp.153-154)

Minha experiência com a realização de algumas entrevistas foi meramente pontual. Durante minha pesquisa da especialização, André, Cristiano e alguns militantes do MDF concederam-me entrevistas que tiveram mais um tom de conversa em razão de nossa relação, mas não tão informal, porque o gravador estava ali presente. Já ao longo

do mestrado, voltei a realizar entrevistas principalmente com interlocutores com quem tinha menos contato e como forma de aproximar-me, a exemplo dos membros da diretoria da Associação de Moradores.

Na situação de realização de uma entrevista enfrentei a hostilidade de minha interlocutora quando questionei “como você acha que seu trabalho se relaciona com a política?”. “Você tá dizendo que eu tô envolvida com o quê? Quem *faz política* são eles lá do MDF, eu não!”, respondeu revoltada a moça. A entrevista terminou neste mesmo momento e com um tremendo mal-estar. Nessa situação, pude perceber como esse método aventava problemáticas e contradições típicas de meu objeto de pesquisa e acabei assim reduzindo o uso de entrevistas. Nesse ponto, devo concordar com Goldman (2006) ao considerar que “as entrevistas, ainda que estas possam servir como complemento das informações obtidas por outras vias - mas sempre no final da pesquisa, quando o etnógrafo já possui um certo controle sobre os dados e as relações com os informantes” (GOLDMAN, 2006, p.24).

Tendo o método de histórias e trajetórias de vida marcado minha primeira pesquisa com Cristiano e André, aprofundei-me nos estudos sobre memória e história oral a partir de minha participação no documentário da favela. Como enuncia Alberti (2004), ao discorrer que “a história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento” (ALBERTI, 2004, p.29), busquei fazer uso desse método para tratar as informações oriundas das entrevistas concedidas para o documentário e, assim, reconstruir um passado da favela²² que até então me era desconhecido e distante. O material filmográfico já produzido anteriormente pelo Coletivo EcoInformação, além de outros materiais disponibilizados do acervo do coletivo e do MDF também foram usados como importantes fontes para essa reconstrução.

Além disso, coletei e utilizei algumas fontes documentais e jornalísticas, na medida em que essas exprimiam e materializavam muitos dos conflitos e controvérsias inerentes à política na favela e que permitiam elucidar tantos episódios históricos rememorados nas falas de meus interlocutores. Foram eles mesmos que me indicaram a

²² Muitas dessas informações históricas da favela serão trabalhadas ao longo de toda dissertação. No Capítulo 1 essas narrativas aparecem com mais densidade, justamente quando amplio meu leque de interlocutores presentes no texto por meio da inserção de depoimentos oriundos do “Doc. Sou Favela”. Sobre a participação e escolha desses personagens para o documentário, abordarei esse processo de produção no Capítulo 4, quando tratarei dos bastidores do documentário.

busca por matérias relevantes presentes em grandes veículos de comunicação ou em jornais do bairro, sendo que, em alguns casos, meus interlocutores guardavam recortes ou versões digitais dessas matérias, muitas das quais pude reproduzir ao longo desse trabalho.

As matérias de jornais e revistas citadas foram acessadas mediante consulta ao acervo digital da Folha de São Paulo e a revista *Veja*. Jornais locais como a Folha da Vila Prudente e a extinta Gazeta da Vila Prudente, além de fonte de informações para a pesquisa, também são parte constitutiva dos próprios embates políticos locais. No caso do primeiro jornal, por ser moradora do bairro reuni ao longo de um ano as edições semanais do jornal, arquivando as edições que citavam a favela em pastas físicas. Matérias mais antigas foram consultadas no acervo digital do jornal. Já as matérias da Gazeta da Vila Prudente apresentadas aqui no trabalho foram acessadas mediante consulta ao acervo físico do MDF.

Nesse mesmo acervo, pude ter acesso a diversos documentos do MDF e registros pessoais de antigos militantes, os quais relatavam o andamento de atividades e obras executadas na favela durante a década de 1980. Tive livre acesso a esse material, sendo que parte dele foi escaneado e a mim disponibilizado, e outros documentos pude fotografar em visitas à sede do MDF.

As redes sociais também se configuraram como espaço privilegiado de observação e acompanhamento, especialmente no *Facebook*, seja pelas postagens nos perfis pessoais de meus interlocutores, quanto pelo conteúdo presente nas páginas das organizações atuantes na favela. Esses “discursos públicos” no *Facebook* mostravam-se interessantes formas de interlocução desses atores com um público mais amplo e puderam ser comparados com a prioritária observação-participante.

A partir da grande quantidade dos relatos de campo – nos formatos digital e manuscrito - e as diversas gravações, passei também a registrá-los e organizá-los em uma planilha com as seguintes informações:

Data	Evento/ Ocasião	Descrição (sucinta)	Participantes	Gravação/ Nome ²³	Meio disponível ²⁴
------	--------------------	------------------------	---------------	---------------------------------	----------------------------------

Em cada uma dessas células indicava informações importantes que me auxiliariam no processo de escrita e na seleção de eventos a serem descritos na dissertação. Cada *insight* e/ou evento paradigmático com que me deparei nessas idas, eram devidamente anotados nessa planilha para dá-los destaque. Ao final da escrita desse texto, a planilha já contava com mais de 120 linhas, ou seja, 120 idas e notas de campo.

Com as informações organizadas, dei início ao processo de textualização e, como indica Cardoso de Oliveira (2000), sendo a escrita um ato cognitivo, este tende a ser repetido diversas vezes “não apenas para aperfeiçoar o texto do ponto de vista formal, quanto para melhorar a veracidade das descrições e da narrativa, aprofundar a análise e consolidar argumentos” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 32). Nesse processo de textualização procurei apresentar e lidar com as informações etnográficas tal qual sugeriram e trabalharam os pesquisadores da Escola de Manchester²⁵, por meio do método da “análise situacional”. Pois, como bem observa Gluckman (2010 [1961]), “as situações sociais constituem uma grande parte da matéria-prima do antropólogo, pois são os eventos que observa” (GLUCKMAN, 2010 [1961]). Tendo como exemplo a situação que já descrevi no prólogo desse trabalho, assim discorre Van Velsen (2010 [1967]):

Denominei esta maneira de apresentar e lidar com as informações etnográficas de ‘análise situacional’. Ao usar esse método o etnógrafo não somente apresenta ao leitor abstrações e conclusões do seu material de campo, mas também lhe fornece parte considerável desse material. (VAN VELSEN, [1967] 2010, p.360)

²³ Nesse campo, indicava os nomes dos arquivos de gravações realizadas e as pastas em que estavam salvos.

²⁴ Nesses dois anos de pesquisa de campo estabeleci meus registros em diversos cadernos, cadernetas e também em formato digital, em arquivos *Word*, ou como mais recentemente, em pontuais anotações no aplicativo *OneNote*. Nesse campo da planilha passei a indicar então as diversas formas de registros com que descrevi cada ida a campo e como encontrá-los.

²⁵ Com esse nome popular em meio aos antropólogos, refiro-me aqui aos pesquisadores do Instituto Rhodes Livingstone, localizado na antiga Rodésia do Norte (atual Zâmbia).

A partir, também, de minha participação no Grupo de Estudos Visuais e Urbanos (Visurb)²⁶, e diante de uma pasta repleta de imagens da favela, busquei trazer algumas dessas fotografias para o trabalho e articulá-las com o texto. Pois como sugere Berger (1982), quando juntas, fotografias e palavras tornam-se fontes de evidências e significados extremamente poderosos.

Por fim, cabe esclarecer que perpassando por todo esse material, anotações e registros tenho plena consciência de que esses não são tão meus quanto aparentam. Durante toda a pesquisa pude contar com a incrível colaboração de meus interlocutores, que me avisavam de reuniões, separavam fotos, matérias de jornais e até vinham me contar informações de “primeira mão” que achavam que “me interessavam”. Quiçá, minha tarefa nesse processo foi apenas organizar e construir uma narrativa lógica para tudo o que me era apresentado e o que presenciei. Construir singelas formulações “teórico-etnográficas” (PEIRANO, 2014) sobre a política e a ação coletiva na favela, talvez seja a isso que me proponho nesse texto.

Organização do texto

Se tivermos de dizer qual das três fases etnográficas é a mais difícil, diríamos certamente que é a da escrita, pois como converter tantos dados num texto? Em quantos capítulos? De que será cada um? A teoria irá em um e os dados em outro? Por onde começar? São perguntas que ansiosamente todos nos perguntamos quando nos vemos diante de uma escrivanhinha abarrotada de depoimentos, transcrições, fitas, cadernos de campo, fotos, diário de campo, lembranças, sensações etc. (URIARTE, 2012, p.177).

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, busco apresentar o território da favela a partir das apropriações e seus usos pelos moradores, bem como das temporalidades e transformações que demarcaram sua dinâmica interna. Contextualizando alguns

²⁶O Visurb foi criado em 2007, no âmbito da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), e tem como objetivo geral analisar questões referentes ao uso da imagem na pesquisa em Antropologia. Como objetivo específico, nossa proposta é lidar com questões na fronteira entre a antropologia visual e a antropologia urbana. A construção da sociabilidade urbana, as práticas culturais na metrópole, a participação de grupos de jovens nessas práticas. A pesquisa com imagens e sons figura nessa proposta como grande aliada para perceber o movimento próprio a cultura. Mais informações no website do grupo: <http://visurb-unifesp.wix.com/>

processos que incidiram sobre seu entorno e no espaço urbano de forma geral, mostro como a favela e seus moradores estão intrinsecamente conectados a esses processos e temporalidades da cidade.

Consequente, no segundo capítulo, situo os diversos agires políticos de atores e organizações atuantes na Favela de Vila Prudente nesse espaço circunscrito; descrevendo algumas de suas práticas, situando-as numa linha do tempo e indicando suas respectivas áreas de domínio nesse território. No que concerne aos discursos desses atores, mostro como signos e representações sobre a favela são acionados por esses atores, sobretudo, para potencializar e legitimar suas atuações.

O terceiro capítulo busca desvelar os contornos da “pequena política” na favela, aquela gerida localmente e que tem como pioneiros desse processo a Associação de Moradores, o Movimento de Defesa do Favelado e a atuação de suas respectivas lideranças históricas, Manoel Espíndola e Patrick Clarke. Descrevo então como estes atores imprimiram no território da favela suas distintas práticas políticas e de como dissidências surgiram nesse processo. Encenando episódios de “dramas sociais”, mostro como esses atores lidam ou contornam normas e regras na manutenção de suas respectivas atuações políticas na favela. Os conflitos que se desenrolam a partir dessa tensão entre as entidades é o fio condutor para o último capítulo.

Abordando as formas de ação coletiva existentes na Favela de Vila Prudente nos dias atuais, o quarto capítulo conecta o presente, passado e futuro da favela, mostrando a convivência intergeracional entre lideranças ligadas a essas “antigas” entidades, bem como a emergência de novos grupos e formas de organização. Evidenciando aqui minha escolha por uma narrativa temporal sobre a política na favela, descrevo as práticas políticas das gerações mais novas de moradores. Identifico nesse percurso algumas linhas de continuidade, rearranjos e rupturas na forma de *se fazer política* na favela ao longo dessas gerações.

Capítulo 1 – Apresentação da favela: percursos etnográficos

*Favela, ô
Favela que me viu nascer
Só quem te conhece por dentro
Pode te entender.
O povo que sobe a ladeira
Ajuda a fazer mutirão
Divide a sobra da feira
E reparte o pão.*

(Favela – Arlindo Cruz)

Historicamente, um território como o da favela vem sendo abordado majoritariamente pelas ciências sociais como lócus da segregação urbana, desigualdades sociais e remoções estatais; oriundo dos fluxos migratórios urbanos, além de ser paradoxalmente um espaço em que se conjugam vivência comunitária, crime organizado e movimentos sociais urbanos. Por outro lado, numa vertente mais ligada à antropologia urbana, a favela também vem sendo estudada a partir das práticas culturais, de lazer e de “sobrevivência” de seus moradores. Superada a dialética “favela-problema” e “favela-solução”, apontada por Valladares (2005) como sendo orientadora das produções acadêmicas sobre a favela por um longo período, hoje, o desafio que ainda persiste refere-se a desvelar esses territórios por meio das relações e sentidos que seus moradores atribuem a eles. Evitando olhares viesados e repletos de pré-conceitos que tenderiam a caracterizar e estigmatizar as práticas desses atores nesse contexto urbano específico.

Proponho assim apresentar e caracterizar a favela aqui estudada a partir dos atributos e aspectos enfatizados e observados em minha pesquisa de campo. Uma vez que, nas conversas e entrevistas com meus interlocutores, tornou-se latente a menção e referência à Favela de Vila Prudente como sendo a mais antiga de São Paulo, que estaria repleta de histórias, histórias de *luta*, de *política*. Como pretendo trabalhar ao longo deste capítulo com a apresentação do território da favela e de seus atores, procuro mostrar como esse território mostra-se dotado de subjetividades e sentidos, ganhando centralidade quando articulado e rememorado com aspectos relacionados à memória e à política na favela. Dessa forma, busco apresentá-lo aqui ao leitor por meio de suas

transitoriedades ao longo do tempo e também da “materialização” dessa história no território e nos espaços da favela.

É nesse sentido que Michel Agier (2011; 1998) propõe deslocar o ponto de vista das cidades para os cidadãos, ou seja, desvencilhar-se de uma dada referência espacial e da chave de leitura de um território essencialista e estanque para um território constituído pela inserção e experiência de seus cidadãos. Para Deleuze e Guattari (1996), o território é o espaço subjetivo vivido, é o lugar onde um sujeito se sente “em casa”, ele é sinônimo de apropriação. O território é aqui compreendido como “o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p.323).

As práticas cotidianas e representações que delineiam esse território tornam-se, então, relevantes de serem pensadas, pois essas são acionadas nos discursos de representantes de organizações e lideranças comunitárias que buscam apropriar-se dessas relações e memórias que permeiam a favela para assim articular e potencializar suas atuações. Fazendo aqui uma breve analogia às categorias de “espaço” e “lugar” de De Certeau (2013), em que o primeiro se refere a uma ordem topográfica estável e o segundo ao “espaço” praticado por meio da ação dos sujeitos; procuro analisar quais processos e ações estão em curso no “espaço” da favela e que fazem com que esta seja tida como “lugar” da história, da política e de tantos outros sentidos atribuídos por seus moradores.

A favela entre tempos e espaços

A gente vive na favela mais antiga de São Paulo, e eu falo que tudo que conseguimos aqui foi à base de muita *luta*. (Entrevista de Wilsinho [presidente da Associação de Moradores] – 03/09/2015)

Nossa história é uma história linda. E essa história tem que ser repassada (Depoimento de Leonardo [professor de karatê e de informática] em reportagem à TVT – 08/10/2015)

(...) E tudo isso vem de um processo histórico em que aqui se discutiu mutirão, construção da creche. É um espaço que ferve *política* nesse sentido, de *ação política* mesmo. (Entrevista de André [MDF] – 13/04/2014)

As narrativas das lideranças comunitárias da favela iniciam-se sempre de forma semelhante. Remetem-se à historicidade da presença dessa favela no meio urbano, “a mais antiga” de São Paulo, quase que um “adjetivo” que lhe é indissociável. Essa poderia ser vista como a “invenção de uma tradição” que, conforme discorre Hobsbawm (1984), caracteriza-se como um meio de formalização e ritualização sempre se referindo ao passado, impondo repetição. O autor assim mostra que há algumas situações em que as tradições são parte inventadas, parte desenvolvidas em grupos fechados ou realizadas de modo informal em determinado ambiente aberto e se perpetuam.

Não obstante, mais do que criação ou invenção da tradição, aqui se nota o exercício de uma função fabuladora dos pobres, nos termos de Deleuze (1985), tal qual explicita Paterniani (2013), “o que se opõe à ficção não é o real, não é a verdade que é sempre a dos dominantes ou dos colonizadores, é a função fabuladora dos pobres, na medida em que dá ao falso a potência que faz deste uma memória, uma lenda, um monstro”.(PATERNIANI, 2013, p.172). Nessa memória da favela construída por lideranças e moradores residiria uma prática de fabulação poderosa: a de constituir-se como sujeito político coletivo e ativo.

Com bastante curiosidade, e me valendo das narrativas de meus interlocutores, passei a buscar em documentos e jornais da época registros e notícias que confirmassem a existência dessa favela no período de surgimento dos primeiros núcleos de favela em São Paulo. Esse processo data de 1940, mediante o agravamento da crise da habitação na cidade e como consequência dos despejos, da forte urbanização e da falta de alternativas habitacionais (BONDUKI, 2004). Até a década de 1950, a população favelada representava menos de 1% (5.790 pessoas) da população da cidade (idem, 1994), e conforme mostram as pesquisas de Kowarick (2009) e Pasternak Taschner (2001), os núcleos de favela existentes na cidade eram: a favela do Oratório no bairro da Mooca, a favela da rua Guaicurus na Lapa, a favela do Ibirapuera na zona sul, a favela Ordem e Progresso na Barra Funda, a favela do Vergueiro na Vila Mariana, e por fim, a favela da Vila Prudente no bairro de mesmo nome.

O senhor Manoel Espíndola, então presidente da Associação de Moradores e um dos mais antigos moradores da favela, em entrevista concedida na década de 1980, corrobora com essas evidências ao narrar o deslocamento espacial e fixação da favela na região de Vila Prudente:

A favela da Vila Prudente tem a sua história. Ela é a mais antiga de São Paulo. Existe desde 1940, mas não neste local atual. Originalmente assentada na região do Cambuci, onde estão os prédios do Exército, deslocou-se para essa área de propriedade do Estado em 1941. (...) (ESPÍNDOLA, Manoel Francisco. “A favela foi a maior das minhas escolas.”) (SÃO PAULO (Governo do Estado), 1983 apud LARA, 2012, p.160).

O terreno pertencia à antiga Superintendência dos Serviços do Café, e a partir de uma ocupação de migrantes recém-chegados à capital e de moradores despejados de outras regiões centrais, ali se ergueu a favela.

Quando eu cheguei aqui a maior parte era brejo, e era um terreno invadido que se chamava ‘Rainha do Café’. [Depoimento de Wilsinho, presidente da Associação de Moradores, para o “Doc Sou Favela”²⁷]

O terreno existe desde 1949, e aqui era pântano. Não existia iluminação, não existia saneamento básico. As pessoas que moravam aqui nesse terreno, pra falar sinceramente, tinham uma vida precária, mas eram felizes. [Depoimento de Elisa, moradora da favela e secretária da Associação de Moradores, para o EcoInformação, acervo]

Ao conversar com as famílias e moradores mais antigos da favela, as falas iniciam-se sempre da mesma maneira: “aqui era um matagal que só”, “quando eu cheguei aqui não tinha nada, só mato”. Essas narrativas assemelham-se àquelas que diversos pesquisadores, mas principalmente Telles e Cabanes (2006), também identificaram entre moradores que se estabeleceram nas periferias durante a década de 1970. Os autores veem essas “epopeias urbanas” e histórias contadas como evidências de vidas que foram construídas sob o signo do “progresso”, em que acontecimentos biográficos e familiares estão, ou parecem estar, em sincronia com o tempo social da urbanização (TELLES, 2006, p. 78).

Esses diversos migrantes que foram se fixando no terreno da favela buscavam fugir dos preços inflados do aluguel em São Paulo, e viam a possibilidade de residirem em ocupações irregulares como um meio de se estabelecer temporariamente na cidade. O não pagamento do aluguel era o principal atrativo para essa população migrante e

²⁷ Os depoimentos e falas aqui transcritos integram o “Doc Sou Favela” produzido e editado pelo coletivo EcoInformação, e que visa contar parte da história da Favela de Vila Prudente. Para isso foram realizadas diversas entrevistas com moradores e atores importantes para a favela.

despejada de outras favelas. A maioria era proveniente de estados como Pernambuco, Alagoas, Ceará e Bahia; mas também houve um afluxo de famílias oriundas do interior de São Paulo e Minas Gerais.

Ora procurando fugir da seca e dos infortúnios de suas condições de vida no local de origem, ora “aventurando-se” e tentando a vida na grande metrópole, esses migrantes apoiavam-se em laços de parentesco e de amizade para conseguir “sobreviver” em São Paulo. Nas histórias contadas pelos entrevistados no “Doc Sou Favela”, essas relações são expressas como “meu pai tinha um compadre que já morava aqui” ou “tinha um tio meu que veio primeiro”. Como mostrou Durham (2004) ao estudar os migrantes rurais, “a família e o grupo de parentes constituem ainda o grupo assistencial por excelência, e se apresentam como indispensáveis inclusive à segurança econômica dos indivíduos” (DURHAM, 2004, p.199).

Com esse afluxo denso de pessoas, a proliferação de barracos chamava atenção da mídia e criava suspeitas no imaginário das classes mais abastadas. Vistas como territórios de concentração da pobreza, a condenação das favelas se deu de forma mais intensa quando as estratégias higienistas passaram a vigorar nas grandes metrópoles. Apesar de serem poucas na década de 1950, junto dos cortiços, as favelas passaram a ser vistas como formas de habitação insalubre e fétida. Somada a essa visão, está a associação histórica entre pobreza e criminalidade, na qual ações modernizadoras e higienistas se pautariam sob a ideia de produção e existência de “desajustados sociais” nessas formas de moradia.

As condições de vida das classes pobres passaram a ser vistas como produtoras de malefícios para a sociedade em geral, e seus espaços de moradia constituiriam um território ameaçador, habitado por pessoas perigosas e com potencialidade de se tornarem “malfeitores” (CHALHOUB, 2006). Ideias que perpetuam até hoje no imaginário das classes mais abastadas, e que corrobora com as campanhas de eliminação das favelas, por exemplo. Houve assim uma grande veiculação de notícias nos principais jornais da época que se referiam à favela de Vila Prudente como problema e um perigo urbano iminente, entre as quais reproduzo aqui:

GRANDE É O NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE VIVEM DESAJUSTADAMENTE NAS FAVELAS DA CAPITAL – RETIRANTES NORDESTINOS

(...) A favela não é o que muita gente diz e pensa. Não é reduto de malandro ou valhacouto de ladrões. É o refúgio de gente pobre. De homens desajustados, de gente que vendeu tudo o que tinha na sua terra e que veio a São Paulo em busca de riqueza encontrando na favela a reprodução fatalista de seu antigo mocambo. Em sua maioria, os habitantes da favela são nordestinos. Do número estimado de cinco mil favelados, pelo nosso cálculo três mil são procedentes do chamado polígono da seca; estão em São Paulo, a menos de cinco anos. Esses elementos são encontrados principalmente nas favelas de Vila Prudente.

O número de barracões nas favelas de Vila Prudente é superior a duzentos. No Piqueri há 169 barracões. No Canindé, 150; em Ibicaba, 10 e na Barra Funda, apenas 35 barracos. Latas velhas, pedaços de madeira, pregos usados, papelão e entulho são empregado na construção daquele mundo de zinco. (Folha da Manhã, 30/05/1954).

ASCENDE A 15 MIL O NÚMERO DE FAVELADOS EM SÃO PAULO

A favela, que ainda não é o problema social em nossa cidade, poderá desenvolver-se a tal ponto (suas populações estão crescendo) que será muito difícil fazê-las desaparecer em curto espaço de tempo (...) As favelas, em São Paulo, embora numerosas (...), não chegando a constituir um problema tão angustiante como no Rio (...). Entretanto, com o êxodo rural e nordestino e com as difíceis condições de vida, São Paulo já corre o risco de ver agravado este problema, pois as populações faveladas, (...) aumentam continuamente. (Folha da Noite, 20/10/1957).

O problema dos pobres e da pobreza na cidade recaía sobre a favela e seus moradores, os ditos *favelados*. Ainda longe de serem vistos como cidadãos, esses “elementos”, como assim se refere a primeira notícia, seriam marcados e estigmatizados por sua origem, predominantemente nordestina, e pelas condições de vida e suas habitações na cidade. Em 1955, é fundada a Associação Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente, justamente como reação a um grande despejo ocorrido em anos anteriores e numa tentativa de articular as demandas dos moradores por melhores condições de vida. A placa de fundação ainda perdura na entrada da Associação²⁸, demarcando sua longevidade e presença na favela.

²⁸A Sociedade Amigos da Favela da Vila Prudente é conhecida e citada pelos moradores meramente como “Associação” ou “Sede”; neste último caso, em referência ao espaço em que se encontra a Associação. Utilizarei essas denominações ao longo do texto para referir-me a essa organização também.



Imagem 1: Fachada da Associação de Moradores da Favela
Fonte: Registro da autora

Internamente, a Favela de Vila Prudente passou a ser constituída e organizada a partir da origem dos moradores e de suas relações de parentesco. André, de origem pernambucana, conta que seus familiares, por exemplo, “moravam todos ali no beco próximo ao ponto de ônibus da Dianópolis e eram eles que cuidavam do forró na favela”. Sendo assim, o exercício de algumas atividades comerciais e profissionais, além da provisão de alguns serviços, também foram tornando-se especializados e conferidos a determinados grupo de origem.

Os “puxadinhos” entre os barracos de madeira eram erguidos acima ou ao lado para abrigar os parentes e conterrâneos recém-chegados. Até hoje em dia, agora nas casas de alvenaria, muitas dessas práticas e costumes mantêm-se. Como comentam muitas das lideranças da favela, hoje, “a favela continua crescendo, mas para cima, é só ver quando algum filho casa”. Desmitificando a ideia de desorganização, em matéria da revista *Veja*, da década de 1970, sob o título de “As favelas sem fama”, a Favela de Vila Prudente é retratada como local de “ordem” e de comércio próspero, que se constituía “à parte” da cidade, “com vida própria”. As fotos abaixo, além de mostrarem a dinâmica do comércio na favela, revelam a predominância das casas feitas de madeira e das habitações autoconstruídas de dois andares.

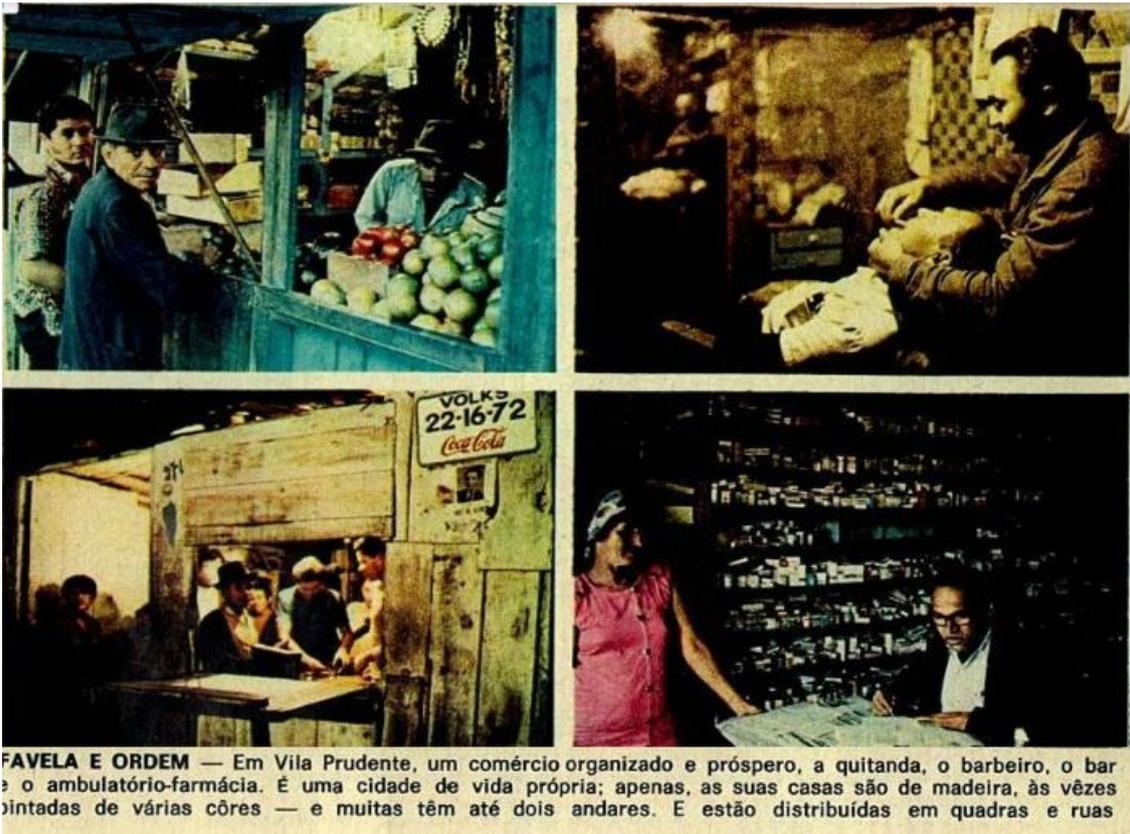


Imagem 2: Comércio da favela, década de 1970.
 Fonte: Acervo da Revista Veja

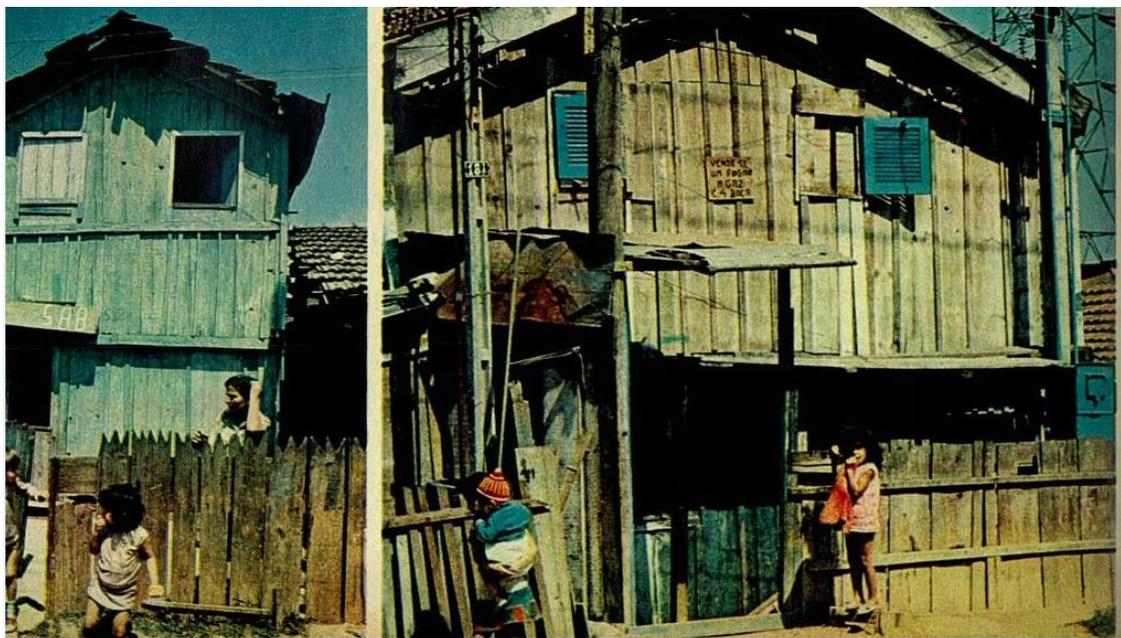


Imagem 3: Casas de madeira na favela, década de 1970.
 Fonte: Acervo da Revista Veja

Uma das primeiras conquistas da Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente foi a instalação de pontos coletivos de distribuição de água na favela, ainda no final da década de 1960.

E outra coisa que eu lembro também, sobre a água. A gente pegava água na cabeça. Aqui, saindo daqui na rua da Igreja, tinham as torneiras. Duas torneiras aqui, duas lá embaixo e duas lá em cima na rua da frente. Então a gente tinha aqueles tambores grandes e aí a gente enchia. Eu mesma cansei de encher para as vizinhas para ganhar um dinheiro. Mas até pra gente novinha, aquilo era um divertimento. E quando faltava água aqui, a gente ia buscar nos postos de gasolina [Depoimento de Denise, moradora da favela há mais de trinta anos, para o “Doc Sou Favela”]

Água a gente vinha aqui na rua da Igreja pegar. Era uma fila, uma fila de baldes. Se furasse fila dava briga. E a torneira ficava ligada direto. [Depoimento de moradora da favela [não identificada] para o EcoInformação, acervo]

As idas e vindas com latas e baldes d’água na cabeça em meio às filas das torneiras são passagens na vida de muitas mulheres e tornaram-se histórias repletas de “causos”, de brigas, de amizades constituídas durante as longas horas de espera, além de refletirem a precariedade em que viviam.



Imagem 4: Moradora enchendo latas em uma das torneiras coletivas da favela
Fonte: Acervo do MDF

A torneira parece conter uma presença significativa nas memórias de muitos moradores da favela, por ter sido parte constitutiva de suas tarefas e atividades cotidianas por ao menos duas décadas. A instalação da torneira também aventou o fortalecimento de coletividades naquele território, uma vez que os moradores, sobretudo mulheres e crianças, passaram a compartilhar dessa mesma experiência da coleta de água cotidianamente. Hoje, um desses primeiros pontos coletivos de distribuição de água, localizado na Rua da Igreja, ainda tem preservada a estrutura da torneira que abastecia os moradores na época.

Somente a mera estrutura de uma antiga torneira para alguém de fora da favela como eu, mas que possui um significado simbólico bastante expressivo para os moradores. Nesse aspecto, Halbwachs (2003) discorre que “cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade” (HALBWACHS, 2003, p.148). Esse acionamento recorrente de tal episódio das torneiras na memória coletiva dos moradores levou o Coletivo EcoInformação a reconstituir em suas telas de *grafitti* uma dessas torneiras coletivas, conforme as histórias narradas por algumas moradoras.



Imagem 5: Tela de grafitti “Torneira”, produzida pelos jovens do Coletivo EcoInformação, 2013.
Fonte: Coletivo EcoInformação

As tentativas de remoção e desfavelamento continuaram nas décadas seguintes. A figura de Jânio Quadros tornou-se emblemática em muitas dessas tentativas, durante as gestões do político como prefeito de São Paulo (1953-1955 e 1986-1989) e no comando do governo do estado (1955-1959). “A época do Jânio” é então rememorada na fala de lideranças e moradores para se referirem a esses períodos de tempo em que afloravam anseios e incertezas quanto ao futuro da favela e que os levaram a participar de atos e manifestações contra a remoção.

Quem aqui lembra na época do Jânio, quando a gente pegou os ônibus para ir pra Brasília brigar para não tirarem a favela? Viajamos muitas horas até lá e conseguimos [Fala de Zezão, ex-morador da favela durante reunião sobre as obras do monotrilho]

A presença histórica de missionários religiosos ligados à Teologia da Libertação também marcou intensamente a vida dos moradores dessa favela. Além dos projetos e obras sociais desenvolvidos, esses padres e freiras pautaram muito do cotidiano e das relações na favela. Um dos times de futebol de várzea da Favela de Vila Prudente, por exemplo, teve seu nome sugerido por uma freira francesa que trabalhava na favela na década de 1960. De diversas nacionalidades, esses missionários, ainda atuantes na favela, compartilham o ímpeto em trabalhar com os mais pobres e “menos favorecidos”; diretrizes de um reordenamento da Igreja Católica que reafirmava seu compromisso com as classes populares²⁹. Nas metrópoles brasileiras, esse redirecionamento implicou numa proliferação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nas periferias da cidade durante as décadas de 1970 e 80 (SADER, 1988). Além de influenciar no surgimento e luta de diversos movimentos sociais urbanos (DOIMO, 1995), a exemplo do próprio Movimento de Defesa do Favelado (MDF), como mostrarei nos próximos capítulos.

As obras de canalização do esgoto na favela ocorreram no início da década de 1980, e foram realizadas por meio de um mutirão com ampla participação dos moradores. Os créditos e méritos quanto a execução e autoria das obras são motivo de disputas entre alguns grupos na favela, como pretenderei abordar nos capítulos seguintes. O financiamento das obras veio de repasses internacionais angariados pelo padre irlandês Patrick Clarke, coordenador e fundador do MDF, e também teve o apoio do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente que disponibilizou alguns

²⁹ Esse reordenamento da Igreja Católica será explorado mais profundamente nos Capítulos 2 e 3.

materiais para a execução das obras. De qualquer forma, muitos moradores da favela, principalmente homens, participaram e ajudaram nas obras. A obra de ligação do esgoto em todas as casas demorou cerca de cinco anos para ser finalizada. Algumas fotos do acervo do MDF mostram a dedicação e o trabalho dispendidos na execução dessa obra, sempre acompanhada pela presença e olhar curioso das crianças da favela.



Imagem 6: Homens trabalhando no mutirão do esgoto, década de 1980
Fonte: Acervo do MDF



Imagem 7: Homens trabalhando no mutirão do esgoto, década de 1980
Fonte: Acervo do MDF



Imagem 8: Dutos da rede de esgoto na favela, década de 1980
Fonte: Acervo do MDF

Com a finalização da obra do esgoto, seguiram-se os mutirões pela construção do salão do povo, do centro pastoral, de uma casa de cultura e da creche comunitária. As obras da creche comunitária contaram com uma sólida participação de todos os moradores, incluindo também mulheres e crianças, como mostram as fotos que se seguem. Nesse caso, as mulheres contam ter participado mais diretamente, pois se viam como parte integrante do processo e também como principais beneficiadas com a construção da creche.

Na época dos ‘mutirão’ nem que fosse fazer um almoço ou levar água para os homens, a gente fazia. Quando veio a creche, a gente também ajudou a carregar areia, era tudo para os nossos filhos, né. [Depoimento de Denise, moradora da favela há mais de trinta anos, para o “Doc Sou Favela”]



Imagem 9: Moradores participando do mutirão para construção da creche, década de 1980
Fonte: Acervo do MDF



Imagem 10: Menino carregando tijolo em meio às obras da creche, década de 1980
Fonte: Acervo do MDF

Essas experiências mobilizatórias habitam a memória coletiva desse grupo (moradores da favela) e desse espaço circunscrito (a favela), no entanto, o quadro interpretativo sobre esses processos torna-se bastante distinto entre os moradores. Se para as lideranças comunitárias, sobretudo as ligadas ao MDF, isso simbolizou uma forma de protagonismo e exercício da participação social dos favelados, na linha do que Dagnino (1994) denomina como “uma nova noção de cidadania” que viria “de baixo para cima”, para muitos moradores essas experiências dos mutirões são atribuídas como algo ligado ao “trabalho do Padre Patrick” ou até como uma iniciativa pontual. Trechos dos depoimentos coletados por Feltran (2005) a respeito da atuação do MDF na Favela de Vila Prudente e do documentário sobre a favela exemplificam essas distintas concepções:

Tudo que nós temos aqui hoje, de melhoria, agradeço a Deus em primeiro lugar e em segundo a ele [o Pe. Patrick]. Aqui não tinha esgoto, outras coisas mais... através do Patrick nós temos. O Patrick reunia para fazer esgoto, a gente fez. [Depoimento de D. Zezé] (FELTRAN, 2005, p. 234)

Pra mim uma figura importante na favela é o Padre Patrick, se não fosse ele, até hoje a gente não teria tanta coisa aqui, nem o esgoto. [Depoimento de Clóvis, morador e artista circense, para o “Doc Sou Favela”]

A organização usou tudo o que aparecia... em vez da gente chegar com um projeto, a gente assimilou aquilo que a gente encontrou... colocava as perguntas, e eles mesmos voltaram com as respostas e se abriram à possibilidade de outros caminhos. É por isso que as coisas aconteceram, o esgoto aconteceu, depois a creche... tudo o que aconteceu aqui dentro foi nesse caminho. [...] Claro que para o povo as conquistas imediatas, materiais, são importantes, né? Não se vive só de especulação. Mas eu acho que o próprio jeito de se juntar essas duas coisas [participação política e conquista material] do qual saiu o que saiu, é a conquista maior. [Depoimento de Patrick] (FELTRAN, 2005, p. 235)

Esses contrapontos são importantes de serem pensados afim de se refletir como articulam-se memória coletiva e memória individual sobre as experiências desse grupo no espaço da favela. Nesses termos Halbwachs (2003) analisa que:

Se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. (...) De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. (HALBWACHS, 2003, p. 69)

Se por um lado as atividades mobilizatórias estavam a pleno vapor na década de 1980, por outro lado, a criminalidade e violência acirravam-se na favela.

Quando eu cheguei aqui em 1987, chegamos do Piauí. Kassia, minha mãe conta que ficou horrorizada com o lugar! Primeiro porque era muito barraco, a gente nunca tinha visto casa de madeira e de dois andares. A gente tinha medo de subir a escada de madeira e desabar sabe (risos). É verdade! E assim, num dia matavam 8 [pessoas]. Você via as pessoas morta ali, minha mãe trancava a gente pra gente nem sair. A gente chegou numa época de matança mesmo. [Josenilda, liderança do MDF e moradora da favela]

Quantas vezes a gente tava jogando bola lá no campinho quando criança e tinha que parar porque o tiroteio começava a rolar, o chicote estralava, era uma época pesada. [André, liderança do MDF e morador da favela]

Contando-me em tom de confidência, alguns de meus interlocutores atribuem esses episódios aos “ninjas”, um grupo de irmãos “justiceiros” que “trabalhavam de dia e matavam de noite nas favelas da região”. Ao esquecer de fechar a porta na casa de um amigo na favela, um diálogo interessante travou-se entre nós e que elucida a atuação dos “justiceiros”:

I³⁰: Ou, fecha a porta! Não tem mais os ‘ninjas’ aqui, mas nem por isso eu deixo a porta aberta.

Eu: Os ‘ninjas’ eram o que?

I: Eram os justiceiros que agiam aqui nas favelas da região, entravam nas casas no meio da noite, sequestravam os caras, matavam os ladrões. Eram uns irmãos da família dos Peixoto³¹, tudo de Pernambuco.

Eu: Mas você é ladrão para se preocupar com isso?

I: Não, mas eu faço política né! Então tem gente que eu devo incomodar com isso...e os ‘ninja’ também mexiam com isso. Eles eram matadores de aluguel, era chegar só encomendar a morte com eles. [Caderno de Campo, 31/01/2014]

Manso (2012) identificaria esse feito do aumento da violência nos anos 1980 justamente nas comunidades onde também era maciça a atuação dos movimentos sociais, e assim explica essa relação com a ação dos “justiceiros”:

A solução homicida como forma de limpeza social em bairros e cidades violentas começou sendo praticada pelos justiceiros, com o suporte de lideranças comerciais e empresariais locais. Foram iniciativas da São Paulo dos anos 1980, que ocorreu paralelamente à efervescência dos movimentos sociais. (...). Se esses últimos protestavam junto aos governos, organizando caravanas de ônibus e organizando comissões, na segurança pública as soluções eram imediatas e copiadas das forças de segurança que agiam no território. Os justiceiros reproduziam as soluções aplicadas pelos integrantes do Estado, representados pelos policiais militares, com quem chegavam a se unir em defesa dos “trabalhadores”. (...) Os efeitos dessa escolha é que foram perversos e opostos aos esperados, contribuindo para o aumento da desordem e para a fragilização dos laços sociais (MANSO, 2012, p.283).

O Favelão e seu entorno

Sendo a favela uma comunidade que não é isolada e que “sua própria existência depende muito mais de determinadas condições estruturais da sociedade global do que dos mecanismos internos desenvolvidos para mantê-la” (MACHADO DA SILVA, 1967, p. 699); ao longo das seis décadas de sua existência, a Favela de Vila Prudente acompanhou e vivenciou diversas transformações na região. Entre essas transformações estão o surgimento e esmaecimento de diversas favelas em seu entorno: Morro do

³⁰ Mantive o anonimato nesse diálogo de modo a preservar a identidade de meu interlocutor.

³¹ O sobrenome aqui adotado não condiz com o real sobrenome da família, mais uma vez preservando a identidade e integridade dessa família que ainda reside na favela.

Urubu, Favela do Heliópolis, Favela do Paraguai, Favela da Linha/Estação, Morro do Pel (Favela do Jacaraípe) e Ilha das Cobras.

Busquei reconstituir por meio do desenho de um mapa, com apontamentos e sugestões de meus interlocutores, como estavam divididas e constituídas essas favelas na região de Vila Prudente, demarcando também os períodos em que essas foram surgindo e/ou sendo extintas.

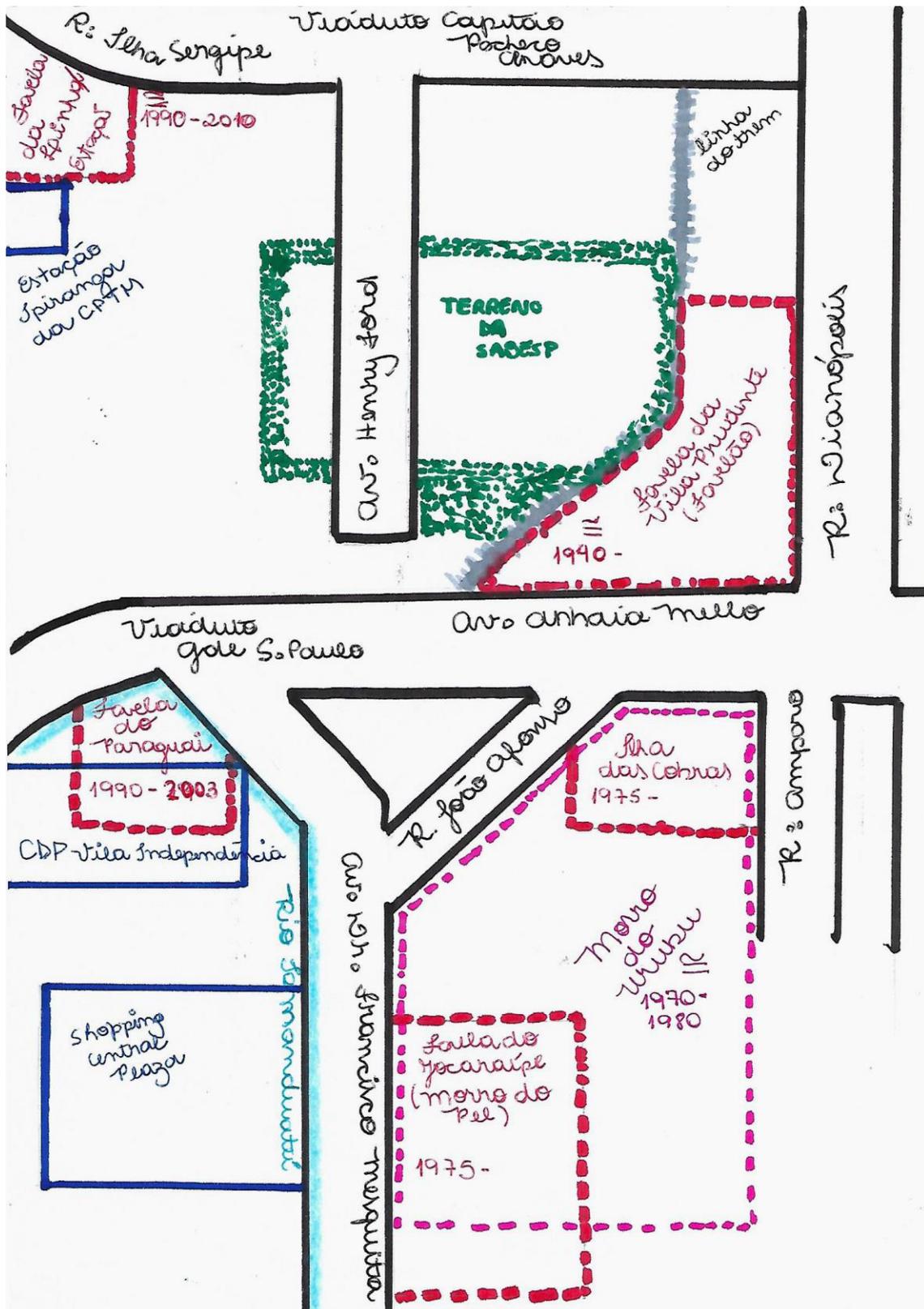


Imagem 11: Mapa das favelas da região de Vila Prudente
 Fonte: Elaboração da autora

O Morro do Urubu, junto com a Favela da Vila Prudente, foi uma das primeiras favelas existentes na região. O padre irlandês Patrick Clarke fez dessa favela o cenário de sua pesquisa de mestrado, “Pão e poesia: a imaginação religiosa e a luta pelo pão no cotidiano do Morro do Urubu”, lançada em livro em 1993. Contando sobre suas andanças em meio aos brejos e becos no morro do Urubu, o padre narra o “cotidiano dos oprimidos” nessa cidade e da relação destes com a religião, dando ênfase à história de seu Caetano e sua família, uma das primeiras lideranças do MDF. Atualmente, o Morro do Urubu abriga as favelas do Morro do Pel (Favela do Jacaraípe) e Ilha das Cobras. Essas duas favelas são oriundas da construção da Avenida Luiz Ignácio de Anhaia Mello e que acabou levando à desapropriação de algumas famílias em 1975.

A Favela do Heliópolis ou *Helipa*, como é chamada popularmente pelos jovens, tem sua história entrelaçada à de Vila Prudente. Lideranças comunitárias fazem questão de enfatizar, e informações do governo confirmam essa história³², que foi o *Favelão* que deu origem à Favela de Heliópolis, tida como uma das maiores da América Latina. Esse evento ocorreu durante a gestão do prefeito Figueiredo Ferraz (1971-1973), quando mais de 100 famílias foram removidas do *Favelão* e transferidas para um terreno vazio na região do Ipiranga. As diversas relações de parentesco entre os moradores dessas duas favelas fazem com que os vínculos e trocas entre os territórios ainda perdurem depois de quatro décadas dessa intervenção urbana.

O surgimento da favela do Paraguai remonta à segunda metade da década de 1990 e apresenta uma transição temporal bastante interessante de ser analisada. O terreno onde estava localizada essa favela, até a década de 1980, funcionou como um lixão industrial, o que implicou numa contaminação severa do solo³³sem qualquer tentativa de recuperação. Foi então que, em 1990, sob cogestão da Secretaria do Menor do Estado de São Paulo e da Prefeitura Municipal de São Paulo, foi ali inaugurado o Projeto Enturmando Circo-Escola Vila Prudente. O projeto tinha como objetivo atender prioritariamente crianças e adolescentes, entre 7 e 17 anos de idade, em situação de risco pessoal e social, residentes nos focos de exclusão social, oferecendo atividades complementares ao período escolar e ações socioeducativas com as famílias. Uma

³²Ver: <http://www.nossobairro.sp.gov.br/portal.php/heliopolis>

³³Morador diz que não irá deixar favela Paraguai (SP). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u74368.shtml> (Folha de São Paulo- 07/05/2003)

geração de moradores, na faixa dos trinta e quarenta anos, relembra com bastante nostalgia desse projeto e equipamento social:

O Enturmado Circo-Escola era um trabalho lindo demais. Do pessoal daquela época, o André fazia aquilo de entrar dentro da caixa, o Richard era dos malabares, a criançada aqui da favela estava precisando muito disso, não sei porque o governo parou. Acho que hoje era coisa que o CEU deveria abraçar. [Depoimento de Muriel, morador e rapper, para o “Doc Sou Favela”]

Eu era muito ‘espoleta’ e minha mãe não tinha muito o que fazer comigo desde criança. Quando chegou o Circo em 1990, ele foi o meu divisor de águas. A gente viu que a vida não era só o crime. Aí a arte começou a entrar na minha vida, hoje eu sou malabarista e professor de circo. [Depoimento de Clóvis, morador e artista circense, para o “Doc Sou Favela”]

As fotos selecionadas buscam expressar a mescla de sentimentos, do sofrimento cotidiano à alegria e deslumbramento que a chegada de um equipamento social provocou numa população anteriormente desprovida de iniciativas como essa.



Vila Prudente Circo-escola professor e alunos.

Imagem 12

Fonte: Acervo público do Picasa de Alda Marcantônio



Vila Prudente à espera do circo 12.05.1990.

Imagem 13

Fonte: Acervo público do Picasa de Alda Marcantônio



Vila Prudente Circo-escola hora do lanche 02.

Imagem 14

Fonte: Acervo público do Picasa de Alda Marcantônio

O Circo-Escola teve suas atividades encerradas em 1993, período em que tiveram início as ocupações que dariam origem à favela do Paraguai. Esta foi assim alcunhada pelos moradores por estar separada do *Favelão* pelo rio Tamanduateí. Essa fronteira física, que ganhou um sentido simbólico no imaginário dos moradores do Favelão, revelou-se também sinônimo de tensão mediante a disputa por pontos de venda de drogas entre traficantes dessas favelas no final da década de 1990.

Em dezembro de 1999, a imprensa noticia existir uma “guerra do tráfico” na região de Vila Prudente. De acordo com os relatos de meus interlocutores, para além da disputa por pontos de venda de drogas, estavam imbrincadas nessa “guerra” antigas rixas de famílias e um círculo de vinganças que perdurava há décadas. Isso fez da Favela do Paraguai o palco de um trágico ciclo de chacinas³⁴ que contabilizou a morte de dezoito pessoas, dentre as quais estavam mulheres e crianças, familiares de traficantes. Em 2006, os acusados de participar da chacina foram condenados há mais de cem anos de prisão³⁵.

Depois do episódio da chacina e com a divulgação da contaminação do solo, os moradores foram deixando o terreno progressivamente. Em 2004, o terreno foi totalmente desapropriado e destinado a abrigar um CDP (Centro de Detenção Provisória). Inaugurado em 2006, o CDP Vila Independência tem uma capacidade máxima de 828 pessoas. De acordo com uma nota pública divulgada pela Pastoral Carcerária em março de 2014³⁶, e também por relatos de um padre da favela que visita mensalmente o CDP, a situação é calamitosa, pois estariam presas nessa unidade 2.570 pessoas.

Exposta a reconstituição dos usos e apropriações desse terreno ao longo do tempo, cabe dizer que foi uma fala de André que me levou a descrever esses deslocamentos temporais e a compreender como o “tempo da política” e os dispositivos

³⁴ Disputa entre dois traficantes causa 4 chacinas e 18 mortes em 4 dias em SP: Apenas no fim-de-semana ocorreram três chacinas, com nove vítimas, na região da Vila Prudente. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0612199901.htm> (Folha de São Paulo – 06/12/1999)

³⁵ Juíza condena a mais de cem anos acusados de chacina em São Paulo. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,AA1340563-5605,00-JUIZA+CONDENA+A+MAIS+DE+CEM+ANOS+ACUSADOS+DE+CHACINA+EM+SAO+PAULO.html> (Portal G1 - 07/11/2006)

³⁶ Disponível em: <http://carceraria.org.br/pastoral-carceraria-divulga-nota-publica-sobre-sistema-prisional-paulista.html>

de gestão, sejam eles estatais ou não, operam e incidem sobre o cotidiano das classes mais pobres:

De um projeto que ajudou e marcou a vida de muitas crianças daqui, para uma favela que viria a ser palco de uma das maiores chacinas de São Paulo e agora um Centro de Detenção. Sabe, dá tristeza olhar esse terreno, mas também é muito sintomático olhar para essas mudanças em volta de uma favela. [Fala de André - Caderno de Campo - 21/06/2014]

Marcando ainda o cotidiano dessas favelas, somam-se diversos casos de incêndios criminosos e sem resolução. Um desses incêndios ocorreu em 2010, na antiga Favela da Linha/ Estação, a qual estava localizada nas adjacências da Estação Ipiranga da Companhia Paulista do Trem Metropolitano (CPTM) e era formada por 80 famílias. Recentemente, essas famílias que passaram mais de dois anos recebendo auxílio-aluguel, foram encaminhadas para um conjunto habitacional na região de Sapopemba. Em 2009 e 2012 ocorreram alguns incêndios que também acometeram a Favela de Vila Prudente deixando cerca de 50 e 60 famílias, respectivamente, sem moradia. Esses incêndios correspondem muito ao padrão de incêndios que vêm sendo acompanhados pelo Observatório de Remoções³⁷ e do site Fogo no Barraco³⁸: favelas localizadas em regiões centrais da cidade, em zona de intervenção de Operações Consorciadas Urbanas e em bairros com ascendente especulação imobiliária.

Apesar da região de Vila Prudente já ter sido considerada como parte da periferia da cidade entre as décadas de 1980 e 1990, duas décadas depois, o bairro apresenta uma infraestrutura urbana que tem atraído e mantido muitas famílias de classe média e classe média alta. Tem sido visível a proliferação de empreendimentos imobiliários luxuosos na região de Vila Prudente e principalmente nos arredores da favela; os quais emergem como verdadeiros enclaves fortificados, cerceados por um forte esquema de segurança realizado por empresas particulares (CALDEIRA, 2000).

³⁷ O Observatório de Remoções é formado pelos pesquisadores e professores coordenadores do LabHab (Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos) e do LabCidade (Laboratório do Espaço Público e Direito à Cidade) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. O Observatório, além de levantar e reunir informações sobre as remoções forçadas na cidade de São Paulo, busca também subsidiar as comunidades ameaçadas com informações e análises acerca da situação.

³⁸ O site Fogo no Barraco é uma iniciativa de dois jovens estudantes de jornalismo da PUC-SP que visa a investigar os incontáveis incêndios que acontecem nas favelas paulistanas. Tudo o que é feito, por ora, é a projeção dos dados de uma planilha pública sobre o mapa de SP, fruto de um trabalho colaborativo, que busca reunir, publicar e interpretar informações sobre os incêndios nas favelas de São Paulo. Mais informações em: www.fogonobarraco.laboratorio.us.

Dois *shoppings centers* também foram construídos, ambos localizados a menos de um quilômetro da favela. Além de criarem determinadas “centralidades urbanas” (FRÚGOLI JR, 1995) na região, os *shoppings* também significam o oferecimento de vagas e postos de trabalho, dos quais muitos são preenchidos pelos moradores da Favela de Vila Prudente e de outras favelas da região.

Com a expansão da Linha 2 – Verde do Metrô de São Paulo, em 2011, foram inauguradas as estações Tamandateí e Vila Prudente. A chegada do metrô ao bairro atraiu diversos investimentos na região como faculdades, lanchonetes, bares e empresas. Com uma privilegiada localização, de fácil acesso às principais vias e opções diversificadas de transporte público, a Vila Prudente tem sentido os efeitos da famigerada especulação imobiliária. São essas transformações na região que têm promovido uma branda expulsão de famílias e indivíduos mais pobres, que aparece com frequência nas falas dos moradores da favela sob o discurso de “não dá mais, tá ficando tudo muito caro por aqui, até o aluguel na favela”. André elabora de forma mais capciosa essa situação:

Eu sempre digo que *o pessoal da Vila* [Prudente] deveria agradecer à favela por ela continuar aqui, porque a favela cumpre uma ‘função social’ de segurar o preço do imóvel e do aluguel no bairro. Porque se o metro quadrado está seis mil reais aqui, imagina se não existisse a favela, os preços estariam nas alturas [André]

A foto abaixo apresenta esse avanço da verticalização no bairro e os prédios e condomínios de alto padrão que rodeiam a favela.



Imagem 15: Vista dos prédios ao redor da favela

Fonte: Rede TVT – Vídeo: Documentário resgata memória da favela da Vila Prudente

As fronteiras entre a favela e o bairro de Vila Prudente tornam-se visíveis a partir da arquitetura e estética que demarcam essas nuances do espaço urbano. Apesar dessas, cabe ressaltar que os imóveis da favela margeiam todas suas ruas adjacentes, não havendo um cerceamento das moradias dos *favelados* no contato com o bairro, como por exemplo, por muros, grades e casas da favela contrapostas às ruas. Não obstante, o fato da Favela de Vila Prudente possuir o mesmo nome que o bairro não impede que ocorram processos de diferenciação entre os reconhecidos como moradores do *Favelão* e aqueles que são da *Vila*; mostrando como a designação “vila” e “favela” são notórias nessa distinção entre os moradores da região.

Como apresentado no prólogo do presente trabalho, no momento atual, a favela e seus moradores têm sido ameaçados com as incertezas das futuras obras do monotrilho, na interligação com a estação de trem do Ipiranga. Para a construção dessa interligação, ao final de 2013, a diretoria do metrô previu uma intervenção no terreno da favela que atingiria algumas moradias localizadas às margens da Avenida Luis Ignácio de Anhaia Mello. De acordo com estimativas do MDF seriam impactadas cerca de 200 casas e barracos. Desde então, o movimento passou a reivindicar ao Metrô e à CDHU que o terreno localizado ao lado da favela, pertencente à Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), fosse comprado nesse processo e destinado para habitação de interesse social (HIS).

Concomitante a isso está em curso a Operação Urbana Consorciada³⁹ Bairros do Tamanduateí⁴⁰ que, em seu início, pretendia destinar uma grande área no entorno da favela para o estabelecimento de indústrias e galpões ou para a construção de um CEU (Centro de Educação Unificado). Porém, recentemente, em março de 2016, o Prefeito Fernando Haddad ao sancionar a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), também conhecida como Lei de Zoneamento do município, por pressão dos movimentos de moradia, acabou vetando diversas emendas que reduziam a presença de habitações de interesse social no zoneamento da cidade. Entre os vetos estava a área do terreno da Sabesp, o qual deverá ser destinado a abrigar moradias populares. O prazo da Operação e para realização dos projetos urbanísticos vai até 2025 que, assim como as obras paralisadas do monotrilho, suscitam ainda mais espera na vida dos moradores da Favela de Vila Prudente e das favelas da região.

Entre becos e vielas

Mayol (2013) ao discorrer sobre a arte do morar e a prática do bairro vê esse como um objeto de consumo e lugar de reconhecimento, em que o usuário se apropriaria de conhecimentos, relações e serviços que ali estão disponíveis; e conseqüentemente, acumularia e combinaria formas de exercício da prática do bairro, utilizando-se de possíveis “táticas”, nos termos de De Certeau (2013). Nesse sentido, laços sociais, memórias, territorialidades e pertencimentos poderiam ser indicados como alguns dos processos em curso na favela, aqui lida sob a categoria de bairro, e dos quais seus moradores se apropriariam e reconheceriam em seu cotidiano.

³⁹A Operação Urbana Consorciada é um instrumento de política urbana previsto no Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), que em seu artigo nº 32 as define como "o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, e tem o objetivo de alcançar, em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental". Neste instrumento, o Poder Público deve delimitar uma área e elaborar um plano de ocupação, no qual estejam previstos aspectos tais como a implementação de infraestrutura, a nova distribuição de usos, as densidades permitidas, os padrões de acessibilidade, etc. Na prática, muitas dessas operações têm privilegiado e favorecido os interesses de especuladores imobiliários, resultando na valorização de determinadas áreas da cidade e promovendo a expulsão das classes mais pobres que lá residiam. O que tende a atenuar as desigualdades e segregações já existentes na cidade. Para uma análise crítica sobre esse instrumento da política urbana, ver: MARICATO e FERREIRA, 2002.

⁴⁰A Operação Bairros do Tamanduateí prevê intervenções nos bairros do Cambuci, Mooca, Ipiranga, Vila Carioca e Vila Prudente, todos margeados pelo Rio Tamanduateí.

Ampliando a mera noção de vizinhança que entrelaçaria essa experiência coletiva dos moradores da favela, o conceito de vicinalidade parece mais apropriado para exprimir tais relações, uma vez que:

por oposição a vizinhança, descreve uma proximidade aberta entre espaços de morada. Vicinalidades não são vizinhanças, zonas territorialmente demarcadas; são processos de aproximação territorial constitutiva. (...) Como categoria analítica, portanto, o conceito de “vicinalidade” assume que os espaços de morada (casas, domicílios, tendas, etc.) tendem a se agregar territorialmente segundo lógicas plurais (p.ex., amizade, homonímia, interesse político, geração, afinidade, matrilateralidade, etc.), formando assim conglomerados abertos com importantes implicações para a ação social, que coexistem e interagem com outras formas mais instituídas de agrupamento (tais como aldeias, linhagens, partidos, etnicidade, classes etárias, etc.) sem nelas se dissolverem. (PINA-CABRAL; GODOI, 2014, p. 12)

As proximidades espaciais que o conceito de vicinalidade convoca podem ser vistas como formas de prolongar a mera ideia de morada, criando locais de vida, experiência e identidade. Dresch, ao articular a ideia de “segmentaridade” e “território”, assim também acrescentaria que “esse não deve ser confundido com uma simples área geográfica, mas como uma espécie de qualidade que envolve tudo o que está ligado ao grupo”. (DRESCH, 1986, p.311 *apud* GOLDMAN, 2001, p. 74). Com mais de sessenta anos de existência, a Favela de Vila Prudente é demarcada internamente por muitas dessas lógicas plurais vigentes no território.

Atualmente, o *Favelão* possui cerca de 8.000 moradores⁴¹ e pouco mais de 2.600 imóveis⁴². Abrangendo uma área de 38.241m², encontra-se dividido em sete regiões, a partir de suas ruas principais: Rua da Linha, Rua da Igreja, Rua da Frente (Dianópolis), Anhaia Mello, Rua da Light, Região da Creche e Região do Coroado.

Com a tentativa da construção de um mapa da favela para o serviço de postagem e correios, idealizado pela Associação de Moradores na década de 1990, os becos e vielas foram marcados por letras e números e outros com nomes de pássaros. O serviço foi restringido pelos traficantes da favela e vem sendo realizado, desde então, por um carteiro filho de um morador da própria favela. Pragmaticamente, esses acessos são

⁴¹Com base em informações da Coordenadoria de Habitação da Subprefeitura de Vila Prudente e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/mvc/mvc-habitacao-z/mvc-habitacao-z.pdf

⁴²Com base no número de títulos de posse entregues aos moradores entre 2004 e 2012.

conhecidos e indicados por referência ao nome dos moradores mais antigos e populares que neles residem, como o “beco da Sandra”, “na viela do Seu Toninho”, “na rua do peixeiro”.



Imagem 16: Arte de grafitti em nome de beco da favela
Fonte: Coletivo EcoInformação

A Rua da Linha foi marcada por diversas tragédias que assolaram os moradores até a década de 1970. Tangenciada pela linha do trem na ligação Ipiranga-Centro, diversos acidentes ocorreram nesse período. Como conta o atual presidente da Associação de Moradores, em 1982, a Rede Ferroviária Federal acolheu as reivindicações dos moradores e alterou o traçado do trem para uma distância segura da favela, além de construir um muro entre os trilhos e a favela. Muitos moradores questionam se a tentativa do governo foi de protegê-los ainda mais ou de apenas “esconder” os barracos. Por sua largura, na Rua da Linha os carros ficam estacionados na frente das casas sem causar nenhum empecilho à circulação.

A Rua da Igreja ganha centralidade no cotidiano da favela, além de localizar-se próxima a uma entrada fácil e estratégica da Avenida Anhaia Mello. Essa rua é tida como ponto de encontro dos moradores, de pessoas de fora e de realização de eventos e celebrações. Abriga o bar de um dos times de várzea, a igreja São José Operário e o Centro Pastoral Dom Oscar Romero. O baile funk, ou *fluxo*, também toma parte da Rua da Igreja nas madrugadas de sábado. Em pesquisa de campo⁴³ realizada pelo Coletivo EcoInformação, os moradores assim indicaram a Rua da Igreja como “cartão-postal” da

⁴³ Durante dois anos consecutivo, 2012 e 2013, o Coletivo EcoInformação realizou uma pesquisa na favela para apurar informações a respeito da situação social e das preferências dos moradores da favela.

favela, já que não haveria como ilustrar a favela sem situá-la ao centro. A circulação de motos se faz constante nessa rua, além da passagem esporádica de alguns carros. Nos finais de semana, alguns chegam a ficar estacionados, porém não devem nunca travar a passagem. Como nos casos em que a rua será fechada para algum evento ou para descarregar materiais e mudanças, quase que como lei, deve-se avisar aos “caras do tráfico”, já que isso implicaria no fechamento de uma possível “rota de fuga” em caso de aparecimento da polícia.



Imagem 17: Rua da Igreja durante exibição de jogo da Copa do Mundo
Fonte: Feeh Ribeiro Fotografia

Na rua Dianópolis, também conhecida como Rua da Frente, as casas e comércios presentes em sua extensão são predominantemente pintadas com paredes coloridas. “Parece até Caminito⁴⁴”, é o que alguns estrangeiros já exclamaram ao passar por essas casas, como me contou Cristiano. Sendo uma rua bastante movimentada e com trânsito intenso, nos dias de semana é proibido estacionar na lateral da favela, principalmente por interromper a circulação dos ônibus no ponto em frente à sede da Associação de Moradores da Favela. Depois das 20h e aos finais de semana a rua ganha outra configuração. Carros estacionados nas duas laterais da rua e em cima das calçadas ocupam a rua Dianópolis. A entrada na favela pelos becos que dão acesso à rua Dianópolis é mais restrita e vigiada pela presença do tráfico por meio dos *olheiros* e

⁴⁴ Bairro tradicional e periférico de Buenos Aires, Argentina, em que casas e bares de paredes e telhados coloridos caracterizam a estética arquitetônica do bairro.

*radinhos*⁴⁵. Aos domingos, mesas e churrasqueiras também extrapolam as calçadas e ocupam uma das faixas da rua.



Imagem 18: Vista da Rua Dianópolis
Fonte: Coletivo EcoInformação

A avenida Luiz Ignácio de Anhaia Mello foi construída em 1975, sob gestão do então prefeito Miguel Colassuono (1973-1975). As principais entradas da favela estão localizadas nessa avenida e dão acesso à Rua da Igreja e à região do Coroado. Às suas margens estão localizados diversos sobrados com dois ou mais andares e alguns bares que possuem um movimento maior durante os finais de semana, inclusive a sede de um dos times de várzea da favela, chegando a interromper uma das faixas que dá sentido à avenida Francisco Mesquita em dias de festa.

⁴⁵Os olheiros e radinhos trabalham para o tráfico e ficam responsáveis pela vigilância a qualquer sinal de movimentação “estranha” na favela, realizando o *enquadro* de pessoas estranhas ou suspeitas. Tudo isso em razão da ameaça da polícia e de seus infiltrados que tentam descobrir refinarias ou barracos que armazenam drogas. Os radinhos, nesse caso, monitoram a frequência do rádio da polícia e informam aos donos da *biqueira* caso viaturas estejam por perto da favela.



Imagem 19: Vista da favela e Av. Anhaia Mello a partir do Viaduto Grande São Paulo
Fonte: Feeh Ribeiro Fotografia

A Rua da Light recebeu esse nome por estar localizada próxima às antigas torres de geração de energia da empresa de capital canadense Light São Paulo, que atuava na geração e distribuição de energia elétrica no município até a década de 1980. Ao final dessa rua também se encontra uma passagem, criada pela abertura de um buraco no muro que cerceia a linha do trem, que dá acesso às ruas que levam à Estação Ipiranga da CPTM.

A Região da Creche compreende a área em que se localizam os principais equipamentos sociais da favela, como o Centro Cultural de Vila Prudente e seus cinco prédios, a ONG dos franceses e a Creche Júlio César de Aguiar, que se tornou referência para a região. Com vielas e becos mais estreitos, a circulação nessa área se dá somente por pedestres e bicicletas. Ali faz-se constante a presença de crianças brincando ou de adolescentes e jovens fumando *narguilé*. Reafirmando seus pertencimentos a esse local, os jovens que residem na região criaram assim o grupo “Família da Creche”, que organiza festas e bailes funks em alguns espaços da favela.

Acompanhando algumas conversas no *Facebook* e momentos de confraternização na favela, tornou-se notável a estigmatização e demarcada relação de alteridade existentes entre todas as áreas da favela com o Coroado. Basta andar em meio aos becos e vielas estreitas do Coroado para logo notar que a presença de barracos de madeira e habitações de alvenaria mais precárias concentram-se nessa região. Dessa forma, os moradores do Coroado são tidos como “mais pobres” e “problemáticos”. O

reforço de um estereótipo negativo tornou-se presente nessas falas que ouvi e presenciei em campo:

A gente procura atender mais o pessoal do Coroadó, que é quem mais precisa aqui na favela dos nossos serviços. [Fala de um membro da Associação de Moradores]

Ixi, eu hein...pegar mulher do Coroadó, tô fora! Ali elas têm tudo doença. [Fala de um jovem morador da favela]

Nossa Kassia, hoje você veio meio desarrumada, tá parecendo até que mora no Coroadó. [Fala de uma jovem moradora da favela]

Pior é que você vê as crianças de 6 anos aqui do Centro Cultural xingando o amiguinho falando que ele é do Coroadó. A gente tenta trabalhar isso aqui. [Fala de uma educadora do Centro Cultural]

O nome Coroadó faz alusão a uma novela da década de 1970 que se passava numa região em que se concentravam os bares com “prostitutas” e “bandidos”. Dessa forma, como nessa região da favela viviam a família de *justiceiros* e muitas mulheres que se prostituíam, os moradores passaram a referir-se a essa região com a alcunha criada pela novela da época. Com um incêndio ocorrido em 2012, parte dos barracos do Coroadó foi tomada pelo fogo. A Prefeitura de São Paulo forneceu material para que os moradores reconstruíssem suas casas, o que fez com que novas casas de alvenaria surgissem e distinguíssem-se naquele espaço anteriormente tomado por barracos de madeira.

Foi a partir dessa minha intensa presença e circulação em campo que busquei elaborar uma cartografia do território e de suas subjetividades. Para a construção de um mapa contei com as sugestões e opiniões de meus interlocutores, que desde o primeiro momento puderam palpitar em meus primeiros esboços. Reconheço assim que “a aposta da cartografia é na construção coletiva do conhecimento por meio de uma combinação que pode parecer, à primeira vista, paradoxal: acessar e, ao mesmo tempo, construir um plano comum entre pesquisadores e pesquisados.” (KASTRUP; PASSOS, 2013).

A cartografia consiste em acompanhar processos, não em representar objetos – isto é, ao lado dos contornos estáveis do que denominamos como formas, objetos ou sujeitos, coexiste o plano coletivo das forças que o produzem. A cartografia tem a ver com a prática de construção desse plano. (MEJÍA, 2015, p.95)

Percorrendo a favela pude gravar na memória muros e casas que me permitiam reconhecer trajetos e caminhos até a casa de meus amigos e de interlocutores da pesquisa. Na primeira versão do mapa que elaborei todos meus interlocutores, sem exceção, zombaram do formato quadrado que eu o havia desenhado, “como você nunca reparou que a favela é uma bota?”, “você não viu os mapas que apresentamos nas reuniões?”. Sendo assim, a metáfora espacial do território da favela no formato de uma bota foi questão de unanimidade para a construção do mapa.

Dada a representação central do território, reconstruí o mapa abaixo a partir da minha experiência e circulação na favela, junto às lideranças, moradores e em meio a espaços e locais de reunião e realização de projetos sociais na favela, entre outros.

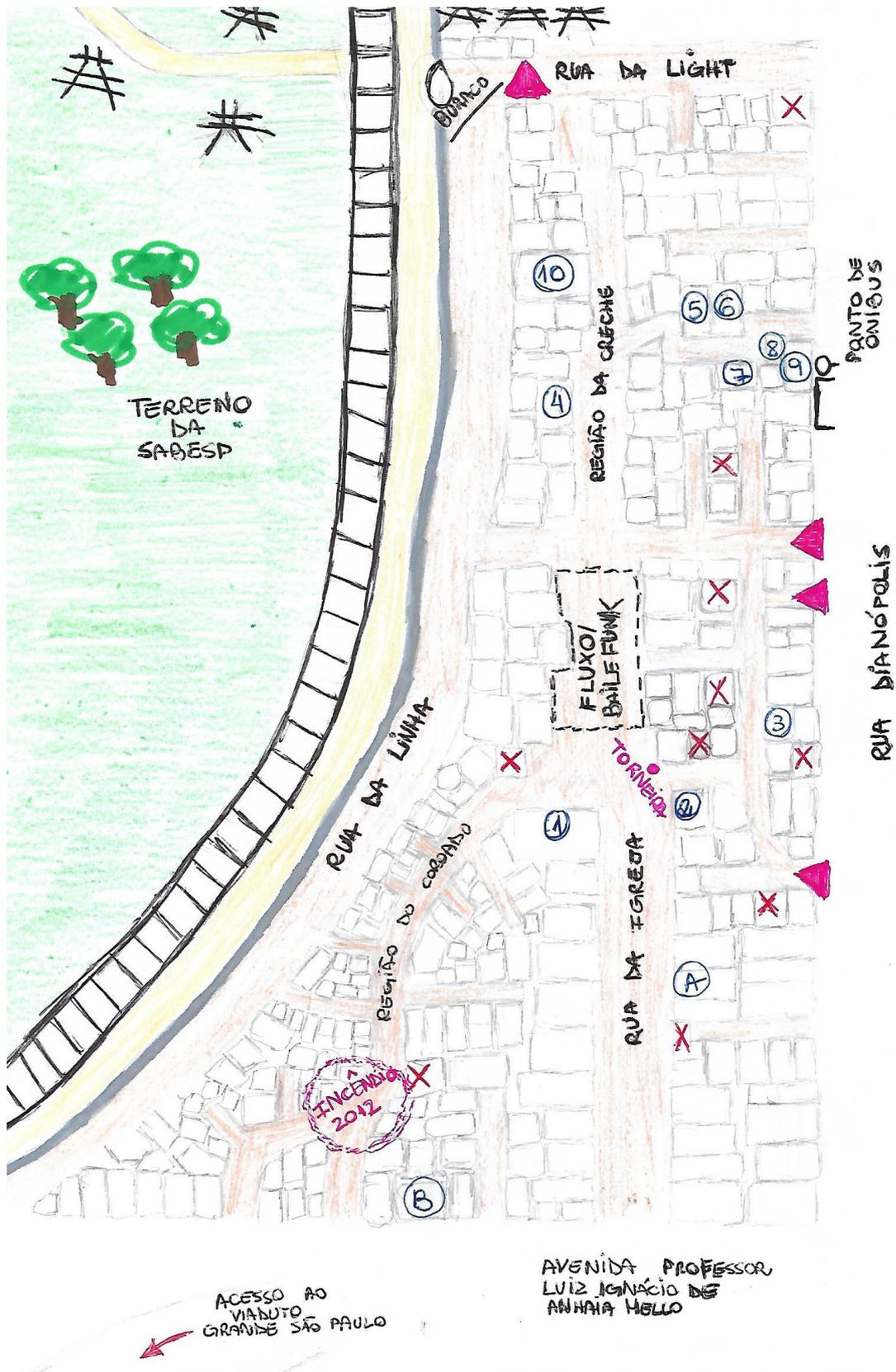


Imagem 20: Mapa da Favela de Vila Prudente
 Fonte: Elaboração da autora

As legendas presentes nesse mapa remetem-se a:

- ‘X’ vermelho: casas de amigos e principais interlocutores, marcando meus trajetos mais frequentes na favela;
- 1: Igreja São José Operário;
- 2: Centro Pastoral Dom Oscar Romero;
- 3: Salão do Povo e/ou Salão das Artes;
- 4, 5, 6, 7 e 8: Prédios do Centro Cultural de Vila Prudente;
- 9: Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente;
- 10: ONG Arca do Saber;
- Triângulos rosas: entradas mais restritas aos “não moradores” da favela;
- A e B: Sedes dos times de futebol de várzea da favela.

Apresentadas e mapeadas essas áreas e regiões da favela e demarcadas suas singularidades e alteridades, mostrarei no próximo capítulo como estes locais abrigam e simbolizam diversos significados para a política na favela ao longo dos tempos. As tramas e redes de relações entre lideranças e organizações atuantes na favela tornam-se importantes de serem apresentadas primeiramente.

Capítulo 2 – A favela como espaço político: entre práticas e discursos

As favelas estampam as páginas de noticiários a partir de interpretações que as concebem como lugar da pobreza, da precariedade, do “descaso do Estado” e de outras concepções que as veem sob o signo da “ausência”. O lugar dos pobres, o lugar à margem da sociedade. Na fala de meus interlocutores, tais concepções não deixam de ser evocadas, principalmente em seus discursos públicos; porém, estes também as problematizam por essencializarem o território e os moradores da favela por representações tidas como negativas.

Não obstante, ainda identifiquei em meio a esses discursos e práticas, que a favela também se configura como um espaço político que é produzido e reconfigurado a partir da atuação de lideranças e organizações na Favela de Vila Prudente. Retomando as noções de “espaço” e “lugar” de De Certeau (2013), ao entender o espaço como a prática do lugar, ou seja, como os indivíduos o transformam a partir das suas ocupações, apropriações e vivências, busquei observar e identificar práticas de meus interlocutores que fariam da favela um “espaço da política”.

Nessa perspectiva, a favela configurar-se-ia como espaço político, ou lugar da política praticada, mediante dois processos concomitantes. Primeiro, pelas práticas engendradas no território por lideranças e organizações, as quais produziriam grafias internas e entrelaçariam seus agires políticos com domínios próprios no território. Segundamente, pelas representações e signos que o território da favela adquire nos discursos desses atores, sobretudo, para legitimar suas respectivas atuações.

A favela e seus agires políticos: práticas, tempos e domínios

Cena 1 – Caderno de Campo, 29 de Julho de 2014 – Oitivas contra Violência Policial

Contexto: Após uma incursão da Força Tática da Polícia Militar na Favela de Vila Prudente, durante um sábado à noite, um jovem de 22 anos foi baleado com três tiros nas costas. A ação ocorreu na região do Coroado, área mais pobre da favela, e diversos moradores estavam no momento em que a morte do rapaz foi forjada como “auto de resistência” pelos policiais que participaram da ação.

Cerca de quinze dias após este trágico episódio, por intermédio do Movimento de Defesa do Favelado, sobretudo de André, morador da favela e educador do movimento,

foram realizadas Oitivas Contra Violência Policial. As Oitivas foram coordenadas por militantes do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS) e do Conselho de Defesa da Pessoa Humana (CONDEPE). André encabeçou a organização dessa reunião e ressaltava que era importante que todos os projetos, organizações e lideranças da favela deveriam estar presentes. Participaram assim, da organização e preparação das Oitivas, lideranças da favela ligadas ao Centro Cultural de Vila Prudente, da Cooperativa Recifavela, do Blog Vozes das Comunidades da Vila Prudente, do Movimento de Defesa do Favelado e padres e irmãs ligadas à Comunidade São José Operário.

Em campo: Na segunda-feira, às 19h, na Capela São José Operário, havia uma movimentação incomum de pessoas na porta da pequena igreja. Jornalistas do bairro e também de uma emissora ligada a sindicatos de trabalhadores posicionavam suas câmeras estrategicamente para o altar da igreja. Os poucos moradores presentes aconchegaram-se nos bancos ao fundo, enquanto corredeiros da polícia, advogados, militantes de direitos humanos e assessores de parlamentares do PT e PSOL concentravam-se à frente. O padre da igreja, o irlandês Patrick Clarke era cumprimentado por todos que chegavam e sua figura e presença histórica na favela lhe garantiam certo destaque.

Educadores do Centro Cultural estendiam fios de barbantes pela igreja para pendurar o trabalho realizado pelas crianças durante a semana, justamente sobre a questão da violência. A ONG francesa, também atuante na favela, não estava com representantes presentes, mas também mandou desenhos das crianças para serem expostos. Auxiliei os educadores na execução dessa tarefa de expor os desenhos e fui orientada a separar o que era de cada organização.

Sentei-me ao lado de um dos padres espíritanos da igreja e do presidente da cooperativa Recifavela. André corria de um lado para o outro cumprimentando animadamente todos que chegavam e também auxiliando sua esposa, educadora do Centro Cultural. André conversa ao pé do ouvido com Padre Patrick que faz sinal de positivo a ele. Com o atraso de quase uma hora, tem início a Oitiva:

“Boa noite a todos e todas, para quem não me conhece eu sou André, morador da favela e educador do Movimento de Defesa do Favelado e estamos aqui para realizar essa reunião que tem objetivo de ouvir e encaminhar as denúncias de violência policial na favela. Como a gente soube, infelizmente, nós perdemos na noite de sábado o Brutus* a partir de uma ação violenta da polícia. A gente sabe que não é de hoje que isso acontece, mas nos últimos tempos isso tem se intensificado. Têm aumentado os casos de gente que tem a casa ou o barraco arrombado pela polícia, muitos casos de invasão e ronda na madrugada, não deixando ninguém dormir sossegado. Sem falar o que os nossos jovens sofrem de abuso ou abordagem por parte da polícia. Eu falo que não é porque a gente mora na favela que a gente tem menos dignidade para ser tratado assim, porque vai ver se na Vila eles chegam assim nas casas.

Bom, essa atividade aqui é resultado de uma articulação de um Fórum de Segurança que nós formamos com a participação de lideranças e organizações da favela. Hoje a maioria está aqui presente, então quando eu lhes chamar, por favor, levantem a mão para que todos possam ver. O Movimento de Defesa do Favelado, com seus educadores e a Suely, nossa coordenadora; os educadores do Centro Cultural de Vila Prudente, também ligados ao MDF e cadê a Daniele que é a coordenadora? (avisam-no que ela deve ter ido ao Centro Cultural); o Cristiano que também participa do MDF e da

cooperativa de reciclagem daqui da favela, a Recifavela; o Júlio do Blog Vozes das Comunidade que tem acompanhado de perto toda essa questão da morte do Brutus. Ah, temos aqui também o nosso presidente da Associação de Moradores, o sr. Wilson, mais conhecido como Wilsinho, seja bem-vindo (o presidente havia acabado de chegar e cumprimentava algumas pessoas em meio à reunião). Ali também o Leonardo que também cuida do Salão do Povo e é filho da dona Lili, que foi uma importante liderança histórica da favela e do MDF. Ah quase eu me esqueço de falar, não estão presentes, mas mandaram todos esses desenhos que estão rodeando a nossa igreja, a ONG dos franceses que, assim como o Centro Cultural, oferece atividades culturais para as crianças daqui da favela. Então, depois, vou pedir para uma educadora falar um pouco desses desenhos. Vou passar agora o microfone para o padre Patrick.”

Padre Patrick levanta-se calmamente do banco a frente do altar e inicia sua fala:

“Como o André já falou, todos aqui presentes mostram a existência de uma rede de solidariedade forte aqui na favela. Não é por ser morador da favela que vocês devem aceitar esse tipo de situação e tratamento da polícia. Então estamos aqui unidos, todos esses projetos, pessoas e até o trabalho das irmãs para mostrar a força que temos na favela.”

A oitiva apresentada nesse registro de campo ocorreu na Igreja São José Operário, porém, para sua realização, aconteceram duas reuniões de planejamento no Centro Pastoral Dom Oscar Romero. As situações de violência policial, marcantes no cotidiano da favela, tornaram-se assim um assunto político que caberia ser discutido e compactuado entre todos os atores que desenvolveriam ações de caráter social nesse território. Mais do que a denúncia e o enfrentamento perante as ações truculentas da polícia, a oitiva tinha a intenção de promover um ato público que projetasse e expressasse a contestação dos moradores da favela sobre tais fatos, concomitantemente com a possibilidade de se firmarem laços de solidariedade entre organizações e lideranças da favela.

Os participantes dessas reuniões pertencem a diferentes organizações e a redes de relações existentes na favela, André, na posição de mediador da reunião, buscou citá-las e atribuí-las os devidos créditos e méritos pelo trabalho que desenvolvem na favela. Essas falas públicas de lideranças e membros de organizações são bastante frequentes e expressam uma tentativa de criar e evocar uma ideia de coletividade entre todos esses atores, projetos e organizações atuantes na favela.

Essa noção de coletividade é assim reiterada em momentos públicos e estratégicos como esse, mas também ganha suas clivagens e distinções em outros momentos. A situação de campo presente no prólogo desse trabalho mostra como essas

clivagens também podem ganhar os contornos de um conflito ou disputa entre atores e organizações.

Autores como Paterniani (2013a; 2015) e Filadelfo (2008; 2014) ao estudarem as relações políticas e noções de coletividades presentes nos movimentos de moradia e em seus espaços de atuação, também notaram a existência de processos concomitantes de “diferenciação” e “aproximação” entre grupos e militantes desses movimentos. Suas análises passaram então a trabalhar o conceito antropológico de “segmentaridade”, fundado pelos antropólogos britânicos Evans- Pritchard e Meyer-Fortes, nas décadas de 1930 e 1940, para explicar a organização e integração de sociedades de linhagem que não possuíam Estado. No entanto, esses autores vão além e promovem uma reificação dessa noção de segmentaridade, tal qual explicita Filadelfo (2014):

Deleuze e Guattari (1996) e Goldman (2001, 2006) propõem que a noção de segmentaridade não se restringe às sociedades de linhagem e nem ao modelo piramidal Nuer. Seu alcance deve ser ampliado, uma vez que o princípio de segmentaridade é universal na constituição das relações políticas. (FILADELFO, 2014, p. 163)

Goldman (2006) assim concebe que “o princípio de segmentaridade significa apenas que oposição e composição formam sempre uma totalidade indecomponível” (GOLDMAN, 2006, p. 144). A fim de compreender essas relações políticas que ora se reúnem, ora se dissolvem no cotidiano da favela, busco então apresentar os atores e grupos citados nessas situações de campo, os quais integram e participam da maior parte das relações políticas que permeiam essa favela. Dessa forma, minha seleção desses atores, tidos como envolvidos nas tramas da política na favela, não são frutos de meras abstrações minhas, mas sim oriunda de meus “vestígios de campo” que assim me davam pistas sobre quem *faria política* na favela.

Apesar do tom de unidade entre atores que a oitiva buscava reiterar, no cotidiano da favela são notáveis as relações de alteridades e tentativas de distinção entre seus pares. Esses agentes políticos da favela também reivindicariam áreas de domínio próprias e remontariam o território da favela a partir da conjunção de suas atuações e formas de ação.

O marco histórico de surgimento dessas distintas formas de ação coletiva na favela se dá com a fundação da Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente, em

1955. A Sociedade nasce como resposta às recorrentes tentativas de despejo da favela orquestradas pelos moradores de Vila Prudente e Mooca. Como assim contou um dos mais célebres e póstumo presidente, Manoel Espíndola, em 1985, ao Jornal do Órgão do Conselho Coordenador das Associação de Favelas de São Paulo – CORAFASP:

Os habitantes de Vila Prudente fizeram um abaixo-assinado pedindo o despejo dos favelados. Nós, apavorados, vendo-nos diante da polícia, de tratores e jamantas, com ordem de executar um despejo violento, fomos pedir socorro a dois comerciantes de Vila Prudente, os quais não se negaram ajudar. A partir deste acontecimento sentimos a necessidade de formar a Sociedade Amigos da Favela para proteger os moradores e lutar pelas melhorias. (FAVELAS, nº3, maio 1985, p. 13).

A Sociedade, ou Associação, como popularmente conhecida, nasce sob o caráter de uma organização associativista, que como bem demarca Freire (2011), “o que prepondera é seu papel político de mediação entre os interesses dos habitantes e os interesses governamentais, vistos com frequência como antagônicos” (FREIRE, 2011, p.105). Contando com a participação de pessoas de fora da favela também, a Associação recebe até hoje o incentivo de alguns políticos da região e do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente⁴⁶. Porém, Wilsinho gosta de enfatizar que estes aparecem mais em *tempo de eleição* e que não gosta de ser recebido por “assessor” de político, pois esses não resolveriam nada, “eu aprendi com o antigo presidente que tem que falar só com a figura em pessoa”. O antigo presidente, corriqueiramente citado nos discursos das lideranças da Associação, é Manoel Espíndola, o qual ocupou por diversos mandatos a posição de líder da favela e da Associação, cuja história e memórias apresentarei ao longo dos próximos capítulos.

Conforme presente no estatuto desde sua fundação, a Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente é formada por uma diretoria e três conselheiros fiscais. A diretoria é composta por presidente, vice-presidente, secretária, diretor financeiro e diretor social. Entre esses, Elisa e Wilsinho, secretária e presidente, são as duas personalidades que representam a Associação entre os moradores, sendo sempre procurados para resolver quaisquer questões cotidianas.

Financeiramente a Associação se sustenta por meio de doações e incentivos de pessoas físicas, jurídicas e também de vereadores e deputados do bairro. Três vezes na

⁴⁶ Antigo Circulo Operário de Vila Prudente.

semana a Associação oferece, das 7h às 9h, um café da manhã para crianças e adolescentes da favela, visando a atender principalmente “o pessoal do Coroado”, como ressalta Wilsinho. Duas vezes por semana, o salão da Associação também é cedido para um mestre de capoeira na favela, que ministra ali suas aulas gratuitas. Aulas de dança para idosos e informática englobam o repertório de iniciativa recreativas e educativas oferecidas nesse espaço.

Além dessas atividades, presenciei os plantões de conselheiros e diretores na sede da Associação para revisão e negociação dos valores exacerbados das contas de luz e águas dos moradores. Quinzenalmente, a Associação também recebe um médico clínico-geral e um dentista voluntários para realização de consultas gratuitas aos moradores da favela. No momento, estavam sem médico, mas um acupunturista havia se voluntariado a atender os moradores mensalmente. Problemas com iluminação, distribuição de água e bocas de lobo também são levados pelos moradores, que comparecem ao escritório da Associação ou à casa de Wilsinho a qualquer hora do dia, e é ele quem sai muitas vezes para desentupir bueiros ou resolver problemas estruturais na favela.

A sede da Associação ocupa um espaço considerável na rua Dianópolis, com dois imóveis em que funcionam um escritório, os consultórios médicos e ao lado um amplo salão para realização de reuniões, eventos e do café de manhã. O salão também é alugado para festas, casamentos e bailes, e entre as últimas locações se destacam aquelas da “Turma da Creche” para realização de bailes funk. A renda do aluguel vai para os membros da Associação e custeia materiais de manutenção e de escritório, como assim me contou a secretária.

Posteriormente ao surgimento da Associação, em meados da década de 1970, a figura do padre irlandês Patrick Clarke passa a ser presente no cotidiano das favelas da zona leste de São Paulo, especialmente na região de Vila Prudente e São Mateus. O Movimento de Defesa do Favelado nasce como fruto da liderança e organização dos favelados da zona leste de São Paulo por esse padre missionário, Patrick Clarke, da Congregação do Espírito Santo e da missionária irlandesa Ana Boran, ligada à Congregação Franciscana de Maria. Ambos de congregações que sofreram forte influência de correntes progressistas da Igreja Católica, sobretudo da Teologia da Libertação.

O MDF encaixa-se no processo que Dagnino (1994) analisou como sendo uma “nova noção de cidadania” emergente a partir da década de 1980, que redefine a ideia de “direitos” partindo de uma concepção de um “direito a ter direitos”. O que implicaria na constituição de sujeitos sociais ativos que também passariam a definir o que eles consideram ser seus direitos. A ascensão dos movimentos sociais perpassaria, assim, por um reconhecimento de seus sujeitos, os quais se viam excluídos dos processos políticos e reivindicariam uma cidadania “de baixo para cima”.

O projeto político popular do MDF começou a ganhar corpo na Região Episcopal do Belém. Apoiados e incentivados pelo bispo D. Luciano Mendes de Almeida, pequenos grupos de diversas favelas, ligados a Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e à pastoral da juventude passaram a reunir-se e “a transformar um mundo de miséria em um mundo de partilha”⁴⁷. No apoio aos trabalhos junto aos setores populares fundavam-se as bases do que se concretizaria, em 1980, com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT). A afinidade e proximidade entre lideranças do partido e do MDF permitiam, e ainda permitem, que mediações estejam presentes nessas relações entre a política institucional e movimentos sociais⁴⁸.

O MDF teve um papel importante na concretização dos mutirões auto-gestionários na favela para construção da creche comunitária (Creche Júlio César de Aguiar), o Salão do Povo, o Centro Pastoral Dom Oscar Romero e a casa de cultura (Centro Cultural de Vila Prudente). O protagonismo e a participação dos favelados nesses processos, diretamente incentivados pelo MDF, culminariam em disputas com políticos da região, que viam na favela um espaço para exercer suas atividades “paternalistas” e “assistencialistas”. Em 1983, o MDF é legalmente constituído e passa a engajar-se em torno da questão da regularização fundiária, do direito pela taxa mínima de água e luz nas favelas e outras pautas que aproximaram o movimento de outros grupos e movimentos populares.

O MDF seguiu realizando seu projeto de base que também articulava projetos de educação e cultura nas favelas em que atuava, dando origem ao Centro Cultural de Vila Prudente em 1990. Foi assim que, ao longo da década de 1990, alguns projetos e equipamentos sociais foram ganhando espaço na favela. Das ações filantrópicas da

⁴⁷ Reprodução de trecho do folheto de divulgação do trabalho do MDF.

⁴⁸ Ver: TATAGIBA, 2012. Sobre a relação entre os movimentos de moradia e as gestões do PT na Prefeitura de São Paulo.

década de 1980 ao processo de institucionalização e profissionalização de organizações não houve rupturas, mas na verdade uma “adequação” aos novos tempos, em que o “velho” e o “novo” se misturam, como assim analisa Vera Telles (2006):

Entramos na “era dos projetos” e das parcerias; é a linguagem do Terceiro Setor alterando a anterior gramática política dos movimentos sociais e redefinindo a paisagem local, conforme a maior ou menor presença de ONGs com seus projetos, parcerias e vinculações em redes de extensão variada. Na prática, o “velho” e o “novo” se confundem, as fronteiras não são lá muito claras, até porque tudo acontece por vezes nos mesmos espaços e territórios, e os personagens – também não poucas vezes – passam e transitam entre um e outro. (TELLES, 2006, p.83)

Foi observando reordenamentos semelhantes aos do MDF que Magalhães (2011) também assinala uma mudança nas relações entre as associações populares que passaram das pautas de reivindicação conjuntas para a explícita concorrência por financiamentos, prêmios, relações privilegiadas com financiadores de projetos sociais e, por que não, público alvo para seus projetos.

O Centro Cultural de Vila Prudente (CCVP) acumula 25 anos de atuação e para sua constituição contou com a contratação de um quadro de profissionais formado por pedagogos e licenciados em artes. Este novo perfil de profissionais visava a atender às novas necessidades do trabalho, o qual passou a privilegiar formas de gestão inerentes ao então emergente Terceiro Setor. Sem nunca ter se institucionalizado como uma ONG, o Centro Cultural mantém-se vinculado ao MDF. Quem conta a história do Centro Cultural desde seu início é Tininho, atual coordenador de articulação e com dezoito anos de “casa”. Contratado pelo padre Patrick na década de 1990, Tininho acumula anos de experiência em projetos no Terceiro Setor e na pastoral da Igreja Católica. Logo com sua chegada, sugeriu a mudança do nome do equipamento de Casa de Cultura para Centro Cultural, até para se diferenciar do projeto da então prefeita Luiza Erundina nas periferias de São Paulo⁴⁹.

Como presente em seu website⁵⁰, o Centro Cultural tem como missão “oferecer condições para que as crianças, adolescentes, jovens e comunidade da Vila Prudente

⁴⁹ As Casas de Cultura são espaços criados para garantir o acesso da população à cultura, à reflexão, debate e crítica. Oferecendo oficinas culturais, espaços de leitura, cessão de espaços para atividades afins, acervo histórico da região, etc. Baseado na Lei 11.325/92 de criação das Casas de Cultura.

⁵⁰<http://www.centroculturalvilaprudente.org.br/>

participem do processo de assumir integralmente sua dignidade de ser humano na vida e na sociedade por meio das artes, da cultura e da educação como expressão do conhecimento e transformação”. Esse mantém-se por meio de recursos angariados por Patrick no exterior, de uma parceria antiga com a Fundação Abrinq e com doações de empresas e pessoas físicas.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Centro Cultural estão oficinas de percussão, aulas de ballet e jazz, aulas de francês, aulas de artesanato e mosaico. As atividades são oferecidas no contraturno escolar, prioritariamente aos moradores da favela, e atende até oitenta crianças. A equipe de profissionais do CCVP conta com “arte-educadores” que também são moradores da favela. Desde sua fundação, o centro investe no ofício das artes plásticas, especialmente ligado à temática da arte sacra. A criação da Galeria Patrick Clarke, localizada em um dos prédios do Centro Cultural, busca assim incentivar e expor o trabalho desenvolvido pelos arte-educadores e adolescentes que participam dessas oficinas. Foi assim que o mosaico constituiu-se como a identidade visual da organização:

O mosaico está no nosso DNA e pode se ver que ele cobre todos nossos prédios. Muitos desses mosaicos foram produzidos por um grupo, quase que como um mutirão, como os que tiveram aqui em 1980. É pecinha por pecinha, é trabalhoso, envolve a paciência da construção. Isso diz muito do nosso trabalho aqui como Centro Cultural, simboliza tudo isso. [Depoimento de Tininho, coordenador do CCVP, para o “Doc Sou Favela”]

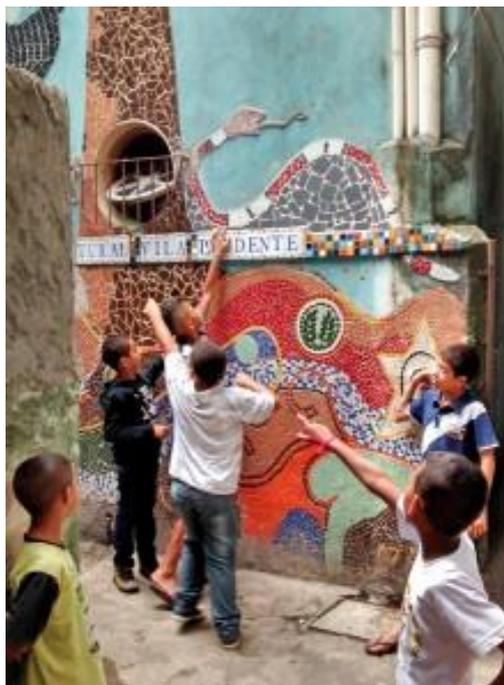


Imagem 21: Crianças brincando em frente à fachada de um dos prédios do CCVP

Fonte: Site da instituição

Tão simbólico quanto os mosaicos, os nomes dos prédios ocupados pelo Centro Cultural revelam sua relação com a Igreja e o MDF. Localizados na Região da Creche, entre os cinco prédios estão: prédio Darcy Ribeiro, onde fica uma galeria e um ateliê de arte; o prédio Nossa Senhora de Guadalupe, onde fica a equipe de coordenação; prédio Herbert de Souza (Betinho), que abriga o refeitório e a cozinha; e por fim, os prédios Chico Mendes e São Francisco de Assis, onde ocorrem as oficinas e atividades com as crianças. Neste último prédio também se encontra uma capela e um terraço aberto, adornado com mosaicos, e que proporciona uma vista panorâmica para toda a favela e bairro de Vila Prudente. Esse local é constantemente utilizado como cenário para gravações e fotografias com lideranças da favela, sobretudo, aquelas ligadas ao MDF e jovens.

Além do Centro Cultural de Vila Prudente, na mesma década, a chegada de um grupo de franceses na favela deu origem ao que se estabeleceria como a ONG Arca do Saber. De um barraco que abrigava uma creche para o processo de estabelecimento de um Centro de Educação Infantil (CEI) ao de, atualmente, um Centro de Criança e Adolescente (CCA) perpassam mais de vinte anos da presença de franceses na favela. Liderados até então pela francesa Margareth, em 2001 foi criada oficialmente a associação e construído um prédio de três andares na Rua da Linha para abrigar a nova

creche. Entre os objetivos de atuação da ONG destaca-se “evitar a marginalização de crianças em situação de grande pobreza através da integração social”⁵¹.

As conversas nos corredores da ONG oscilam entre o português, francês e inglês, marcando a presença de estudantes estrangeiros voluntários que estagiam na instituição. É por meio do trabalho voluntário e de doações, bem como de um grande apoio financeiro do Consulado da França, que franceses e brasileiros que trabalham na ONG ressaltam os diferenciais e a qualidade do trabalho que ali é desenvolvido. Festas e eventos sociais são organizados como forma de angariar recursos para os projetos e estreitar os laços entre os moradores da favela, franceses e outros tantos estrangeiros que por ali transitam.

Em seu processo de institucionalização, a ONG assinou um convênio de quatro anos com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, tornando-se assim um CEI (Centro de Educação Infantil) e oferecendo educação infantil para crianças de 0 a 6 anos. Em 2006, a diretoria da ONG⁵² decide deixar o convênio com a Educação e assina um novo com a Secretaria Municipal de Assistência de Desenvolvimento Social. Readequando sua infraestrutura às exigências do serviço de CCA (Centro da Criança e Adolescente)⁵³, é contratada uma equipe multidisciplinar, agora com a presença de assistentes sociais e psicólogos. Com uma renovação em 2011, a ONG segue oferecendo o serviço de CCA até os dias atuais e, como conta a assistente social, pretende em breve oferecer cursos profissionais aos jovens da favela.

Em meados dos anos 2000, o MDF passou a trabalhar com os temas de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária, buscando mobilizar principalmente os jovens e mulheres das favelas em que atua. Fomentando e potencializando iniciativas de geração de renda nesses moldes, o MDF passou a investir na formação e capacitação de catadores de materiais recicláveis das favelas na região de Vila Prudente. Os Cursos de Verão oferecidos anualmente pela Pontifícia Universidade

⁵¹ Fragmento extraído do site da organização.

⁵² A diretoria é formada por um presidente, vice-presidente e um conselho fiscal. Todos os membros são franceses, alguns residentes no Brasil.

⁵³ De acordo com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), o serviço de CCA caracteriza-se pelo desenvolvimento de atividades com crianças e adolescentes de 6 a 14 anos e onze meses, tendo por foco a constituição de espaços de convivência a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social.

Católica (PUC) com cofinanciamento de entidades religiosas tornaram-se o ponto de encontro para essas discussões. Foi aproximando alguns jovens das favelas, que se encontravam em situação de desemprego, de antigos catadores que foi constituída a Cooperativa ReciFavela.

A Cooperativa Recifavela surge em 2007 mediante a liderança do jovem Cristiano, o qual frequentava o grupo de jovens da igreja São José Operário e participava das atividades de formação do MDF. Formada atualmente por trinta cooperados, a cooperativa trabalha com base na coleta e comercialização solidária de materiais recicláveis. Cristiano, com apoio de um profissional especialista em projetos e cooperativismo contratado pelo MDF, passou a gestar a cooperativa por meio de financiamentos oriundos de empresas privadas e editais públicos de fomento. Esse contato com a “era dos projetos” também levou o jovem a fundar o Coletivo Ecoinformação, formado por uma rede de jovens que também havia frequentado o espaço da igreja São José Operário. O nome do coletivo demarca essa centralidade que a figura de Cristiano e sua trajetória possuem em meio ao grupo, trazendo elementos que remetem à cooperativa e questões ecológicas e à iniciativa de produzir informações e conteúdos para a favela.

Sendo um fenômeno emergente nas periferias paulistanas, a partir dos anos 2000, a produção dos coletivos culturais ganhou espaço como forma de sociabilidade entre os jovens. Pois, além de simbolizar uma forma de “pacificação” de um contexto tido como violento e novas possibilidades de exercício da ação política entre os jovens, a produção cultural também gerou formas de sobrevivência econômica (D’ANDREA, 2013). O Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI)⁵⁴ e o investimento social privado⁵⁵ figuram como importantes fontes de renda e financiamento dos projetos desses grupos e coletivos.

O Coletivo EcoInformação vem empreendendo atividades voltadas para projetos audiovisuais na Favela de Vila Prudente mesclando uma linguagem tecnológica a elementos do *grafitti*. O Eco, como chamado pelos jovens, conta com um acervo de

⁵⁴ O Programa Vai é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo que tem como finalidade apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais. Mais informações em: <http://programavai.blogspot.com.br/>

⁵⁵ Destaco aqui os recursos oriundos de fundações e institutos empresariais e familiares.

vídeos de entrevistas com moradores, quinze telas de grafitti, além de produzir murais em pontos estratégicos da favela, buscando lembrar fatos históricos importantes do cotidiano dos moradores, como a construção da rede de esgoto, a primeira torneira encanada e as diversas ruas da favela (cf. Capítulo 1).

Em 2012, o coletivo teve o projeto EcoCineFavela selecionado pelo Programa VAI, e realizou a exibição de curtas-metragens na favela, podendo assim remunerar todos os jovens envolvidos nas ações e ampliar sua rede de contatos. Em 2013 e 2015, novamente, o coletivo teve mais dois projetos aprovados pelo VAI, entre eles, no último ano, a finalização do documentário “Doc Sou Favela” concomitante com a produção de telas sobre a história da favela.

O grupo que compõe o coletivo é formado por moradores entre 18 e 31 anos, sendo que Cristiano ocupa um papel central e de destaque, apesar de tentar desvencilhar-se dessa posição. Por ser bastante articulado, a jovem liderança fica responsável pela prospecção de patrocinadores e de busca por editais de projetos que permitam que o *Eco* se sustente financeiramente e tenha continuidade em suas atividades. Cabe ressaltar que a organização do grupo é permeada por certa sazonalidade, em que o recurso financeiro condiciona boa parte da frequência e participação dos jovens. As reuniões do grupo acontecem antes das exposições de cinema ou mediante o surgimento de novas ideias e projetos, sempre convocadas por Cristiano. Essas ocorrem no primeiro andar do Centro Pastoral Dom Oscar Romero ou no galpão da Cooperativa Recifavela.

No mesmo prédio do Centro Pastoral Dom Oscar Romero estabeleceu-se a redação do blog e jornal Vozes das Comunidades de Vila Prudente, iniciativa de Júlio, um jovem jornalista e morador da favela. O jovem conta que criou o blog com o intuito de mostrar um “outro lado” das favelas de Vila Prudente que não aparecia nos jornais do bairro e muito menos nas emissoras de televisão. “Das favelas, para as favelas, pelas favelas”, como assim aparece no subtítulo de seu blog e em sua fala. Caracterizando assim seu diferencial por ter um conteúdo produzido por um morador da favela. O *insight* veio ao conhecer a iniciativa do jovem carioca Rene Silva, criador do “Voz das Comunidades”, um jornal no formato online e impresso que vincula notícias sobre as favelas que formam o Complexo do Alemão.

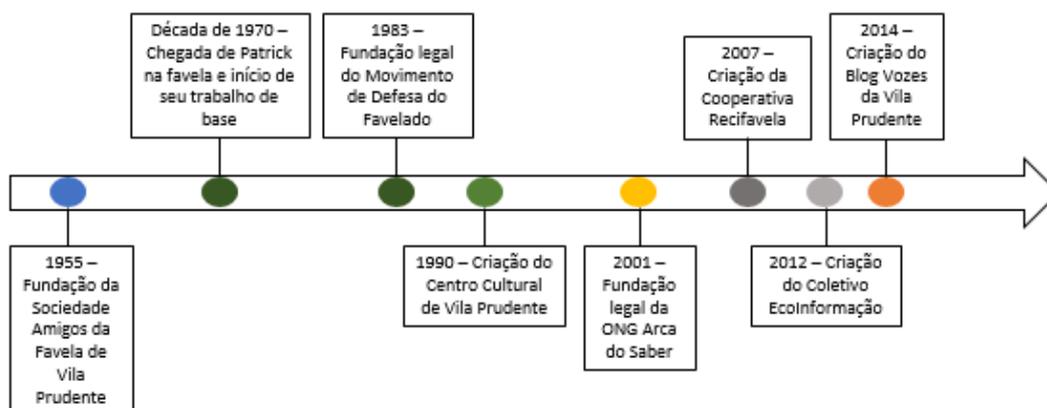
. O “Papo Prudente”, uma das primeiras iniciativas do *Vozes*, envolvia a realização de entrevistas com moradores da favela que teriam “trajetórias de vida inspiradoras”, também surgiu por meio de produções já feitas pelo blog do Rio de Janeiro. “O Voz do Rio e o Rene são uma inspiração pra mim”, reforça Júlio quando lhe questionam por “copiar” algumas iniciativas do blog carioca.

Com dez meses do projeto o jovem resolveu então lançar uma versão impressa do *Vozes*, agora tido como *Vozes de Vila Prudente* – procurando desvincular informações tão somente sobre a favelas. Por meio de *crowdfunding* e doações de comerciantes da favela, foi lançada a primeira edição impressa do jornal, no aniversário de um ano do blog. Com ajuda de alguns voluntários, foram distribuídos 3 mil exemplares do jornal entre as favelas e o bairro de Vila Prudente.

O blog hoje conta com uma equipe de cinco jovens, na faixa de 18 a 26 anos, que não se restringem a moradores da favela. No jornal, e também por meio das redes sociais, a equipe passou a vincular conteúdos publicitários sobre alguns comércios da favela e jogadores dos times de várzea, tornando-se assim uma fonte de geração de renda para esses jovens, que também exercem outras atividades remuneradas. Júlio privilegia o uso do *Facebook* e *Whatsapp* para divulgar informações e mobilizar os moradores da favela e dialoga com o mundo do “empreendedorismo social”. Recentemente, o jovem passou a incentivar e realizar um projeto de escolinha de futebol para crianças e adolescentes no campo de futebol ao lado da favela. Para essa e outras iniciativas o jovem tem se articulado em meio a redes de empreendedores sociais e conta atualmente com o apoio da Brazil Foundation.

No caso do *Eco* e do *Vozes* torna-se possível perceber essa nuance da ação coletiva que caracterizaria uma nova geração de lideranças e de formas de organização emergentes na favela. O esquema abaixo visa a situar numa linha temporal o surgimento e estabelecimento dessas organizações:

Linha do tempo do surgimento e estabelecimento das organizações da Favela de Vila Prudente



Fonte: Elaboração da autora.

Ao longo dessas três décadas de atuação na favela e mediante essas ramificações que lhe foram acometendo, bem como de novas formas de organizações insurgentes, o MDF vem se sustentando financeiramente por meio de recursos pleiteados e angariados por Patrick no exterior. Por meio do convênio e recursos de organizações e agências internacionais de fomento a projetos, como a Trocari (Tropical Cathments Research Initiative), CAFOD, União Europeia e Cáritas - Austrália, o movimento tem viabilizado diversos projetos nas favelas em que atua. Por esses vínculos com organismos internacionais, os educadores do MDF participam de diversos espaços políticos importantes como as Conferências Mundiais do Habitat e os Fóruns Sociais Mundiais; além de serem convidados para viagens de “trocas de experiência” com outras organizações que também possuem projetos financiados.

Entre os atuais projetos do MDF estão o Programa Urbano, desenvolvido em parceria com a APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste⁵⁶, e que tem como proposta formar e fomentar o debate em torno dos impactos ambientais e mudanças climáticas sobre a população de baixa renda, indicando alternativas sustentáveis a serem adotadas nas habitações populares. Além deste, a Cooperativa Pão

⁵⁶ A APOIO é presidida atualmente por Manoel del Rio, uma das principais lideranças da Frente de Luta por Moradia (FLM)

e Arte⁵⁷, formada por mulheres com o intuito de geração de renda, possui o financiamento da Caixa Econômica Federal e busca conscientizar as famílias quanto a reeducação alimentar, reaproveitamento de alimentos e também oferece serviço de *buffet* para eventos. Por fim, a formação de uma “Juventude do MDF” tornou-se pauta para o movimento, como tentativa de renovar o seu quadro de lideranças, uma vez que muitos militantes das favelas já ultrapassam os 60 anos de idade.

Na Favela de Vila Prudente, D. Lili figurou como uma importante liderança do MDF nas décadas de 1980 e 1990. Hoje a senhora de mais de setenta anos encontra-se aposentada pelo movimento, tendo sido afastada por problemas de saúde. Dessa forma, desde o início dos anos 2000, Josenilda e André passaram a ser as lideranças do MDF na favela. A igreja São José Operário ainda é o principal local de reunião e de exercício das atividades do MDF, tendo já sido um espaço disputado pela antiga geração de lideranças da Associação e do MDF, entre as décadas de 1970 e 1980.

Acrescido a esse quadro de atores da favela, pesquisas mais recentes têm evidenciado a emergência de novos ordenamentos emergentes nas periferias urbanas⁵⁸ mediante a ascensão dos neoprotestantes e a reorganização dos mercados criminais sob o controle do Primeiro Comando da Capital (PCC), os quais implicariam em transformações no cotidiano da favela, sobretudo, nas relações de sociabilidade ali presentes. No caso dos neoprotestantes, apesar da identificação do aumento de “fiéis” dessas igrejas evangélicas, como narraram algumas lideranças, estes aparentam pouca expressividade no contexto específico dessa favela, dado o forte protagonismo da Igreja Católica ainda nos dias atuais.

Ao longo da pesquisa pude notar que o tráfico impõe diversas normas e regulações no cotidiano dos moradores da favela, especialmente as que versam sobre a circulação e controle no território, visando a coibir ações que atrairiam a presença da polícia. Acionados algumas vezes também como mediadores de conflitos em diversos casos de brigas familiares e de vizinhos, os traficantes tenderiam a gestar pela “segurança” local uma vez que “morte e roubo na favela atrapalham os negócios deles”,

⁵⁷A cooperativa é coordenada por uma educadora do MDF e moradora da região de São Mateus e envolve poucas mulheres das favelas em que o movimento atua, não sendo identificada nenhuma que residisse nas favelas da região de Vila Prudente.

⁵⁸ Destaco entre essas pesquisas a coletânea de artigos presente em: CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de Santis. Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

como assim resumiu categoricamente uma moradora. Restritos a estas questões, lideranças do MDF ainda reiteram que, quando comparado às favelas das regiões de São Mateus e Sapopemba, o tráfico na Favela de Vila Prudente seria “fraco”, pelo fato da favela ser pequena e pela existência de apenas um ponto de venda de drogas em seu interior, comandado por *primos* e não *irmãos*⁵⁹ do PCC.

O território da favela, *per si* só, mostra-se então dotado de significados perante a utilização de seus lugares e gestão desse espaço por tantos atores. São essas disputas por áreas de domínio de lideranças e organizações, pertencimento de grupos e sua fixação no território que vêm modelando a favela como espaço da política.

Procurei enfatizar o modo como as práticas políticas dos meus interlocutores se organizam no espaço da favela, e como este está fundamentado nas relações desenvolvidas entre atores que atuam e residem nesse território. A espacialidade da política, tal qual Silveira (2014) abordou em sua pesquisa sobre a atuação de uma associação de moradores na região do Grajaú, estaria intimamente ligada aos atores que dela fazem parte e como estes estabelecem seus percursos, domínios e vivenciam o espaço. Ou seja, assim como essa pesquisadora, busquei identificar a atribuição de significados a determinados espaços tendo como base as experiência e interações sociais destes atores com o território.

Mediante as transformações e o quadro dessas complexas e distintas atuações dos atores e organizações da favela, busco abordar e compreender a política aqui numa perspectiva relacional. Esse cenário descrito busca, portanto, embasar e situar atores e relações nessas tramas da política na favela. Nesse sentido, procuro dar centralidade à trajetória e à atuação do MDF, tendo-as como fio lógico do trabalho de onde desdobram-se relações de continuidade, ruptura e alteridade com outros atores e organizações da favela. A forma de fazer *política* do MDF e de gerações de lideranças desse movimento tornam-se então compreensíveis quando analisadas sob a ótica desse cenário relacional de convergências e divergências situacionais e contextualizadas.

⁵⁹ Como mostram pesquisas de Biondi (2010) e Marques (2010), “irmãos” são os “ladrões” filiados (“batizados”) no PCC; “primos” são “ladrões” que, apesar de não pertencerem ao PCC, permanecem no convívio com os “irmãos”, respeitando e compartilhando suas regras nas prisões e nas “quebradas”.

“Ser ou não ser favela?”: representações e discursos

Kassia, a gente [do MDF] quase apanhou. Chegamos numa favela lá do São Lucas e nos apresentamos, aí umas mulheres começaram a brigar com a gente falando que estávamos xingando elas de *faveladas*. O chicote estralou pra nós. [Relato de Josenilda, liderança do MDF e moradora da favela – 12/04/2015]

Agora a Associação funciona diferente, até porque a gente não é mais *favela*, agora nós somos *comunidade*. A gente era *favela*, mas agora todas as casas são de alvenaria. [Entrevista de Wilsinho, presidente da Associação de Moradores – 03/09/2015]

Desde o início da pesquisa, as tensões e contradições em torno das categorias *favela* e *favelado* mostraram-se presentes nas falas e discursos de meus interlocutores. No tocante ao uso do termo “periferia”, como presente em muitas pesquisas etnográficas já citadas na introdução deste trabalho, entre meus interlocutores, este léxico foi poucas vezes utilizado. A localização privilegiada da Favela de Vila Prudente em um bairro majoritariamente de classe média alta era reconhecida, demarcava suas singularidades e repercutia nas falas nativas. Dessa forma, a noção de “centro” e “periferia”, sobretudo essa relação dual, não seriam essencialmente evocadas no contexto e experiência urbana desses moradores. Nessa ausência do uso do termo “periferia” para referirem-se à Favela de Vila Prudente, em contraponto e distinção com diversas outras favelas localizadas em bairros mais distantes, como São Mateus e Sapopemba, haveria também uma conotação estrategicamente política de reiterar o uso do termo “favela” entre muitas lideranças, especialmente àquelas ligadas ao MDF.

Em vários momentos, quando comentava com diferentes pessoas sobre minha pesquisa, chegava a ser questionada: “mas você fala assim mesmo? Favela? Não é comunidade?”. Percebi até então de minha parte um uso essencializado do termo. Foi na entrevista com Wilsinho que notei que os sentidos e significados atribuídos aos termos mereciam minha devida atenção, pois também pautariam os agires políticos de organizações e lideranças.

Josenilda, liderança do MDF, cuja organização carrega o termo “favelado” em seu título, contou-me nessa ocasião que o movimento, desde sua fundação, depara-se

com diversas reações dos moradores de favela. O discurso em torno do uso da categoria “favelado” é assim explicitado entre as lideranças do movimento:

A gente sempre chega lá e tenta explicar o porquê é *favela*, *favelado*. Toda história que vem de Canudos, da planta favela. Sabe, pra mostrar que tem uma história por trás, a história de nossos pais e parentes que chegaram aqui... mas é isso, a gente demora um tempo para explicar tudo isso e as pessoas têm que estar dispostas a ouvir. Nesse caso das mulheres, não teve nem conversa, fomos embora. [Relato de Josenilda, liderança do MDF e moradora da favela – 12/04/2015]

De hostilidades e repulsa diante do acionamento do termo, como assim se comportaram as moradoras de uma favela ao fortalecimento de uma identidade que criaria uma união em torno daqueles que compartilhariam de uma mesma história marcada por suas condições sociais e de moradia na cidade. Nesse *modus operandi* de *fazer política* do MDF, a construção de uma representação e um imaginário social sobre a favela que reforce uma identidade coletiva mostra-se relevante e faz-se presente no discurso de suas lideranças.

A história do surgimento dos primeiros núcleos de favela, conforme conta Valladares (2005) sobre a “descoberta da favela e seu mito de origem”, está intrinsecamente relacionada com o fim da campanha de Canudos e a volta dos soldados para a cidade do Rio de Janeiro; associada às políticas higienistas cariocas que vigoravam na época e que levaram ao fechamento do famoso cortiço Cabeça de Porco. Do mito de sua origem em terras cariocas aos dias atuais sucederam mais de cem anos, assim como lembrado na coletânea de artigos organizada por Zaluar e Alvito (2006) que retrata várias dimensões e transformações ao longo desse “um século de favela”. Sob essa linha do tempo, Oliveira e Marcier (2006) mostram como a palavra “favela” esteve presente em diversas músicas populares brasileiras, sempre representando e tematizando casos de conflitos, preconceitos, estigmas, resistência e vitalidade.

Pasternak (2016) identifica que muitos “mitos” vêm permeando a reflexão intelectual sobre a *favela* e os *favelados*, constituindo também parte do senso comum sobre o assunto. Como discorre a autora, “a favela encarna uma alteridade nefasta, grupo de malfeitores, tecido urbano mal construído e contaminador, como também um segmento urbano iluminado, redentor, sede de pobres que irão consagrar período de igualdade e justiça” (PASTERNAK, 2016, p. 96). Sob o espectro de bandidos ou de

heróis, os *favelados* lidam cotidianamente com essas representações e imaginários sociais que os rodeiam.

Segundo Freire (2008), com o passar do tempo o termo *favela* assumiu um caráter depreciativo. Em sua pesquisa na Favela do Acari, a autora vê, ainda, no discurso de um líder comunitário a argumentação de que o termo deveria ser excluído do vocabulário da população e o entrevistado justifica tal afirmação dizendo que o termo *favela* é pejorativo. No geral, Freire notou que:

Para ele e muitos outros moradores com os quais interagi, são o estilo de vida e o comportamento das pessoas, principalmente nos espaços públicos, que atribuem o caráter de “favela” ao local e o status negativo de “favelados” à sua população. Entre os moradores, a categoria “favelado” possui diferentes significados, mas sua enunciação evoca sempre comportamentos percebidos como moralmente inferiores, associados ou não, como ser mal-educado, falar palavrões, andar malvestido ou sujo, consumir drogas, prostituir-se, mendigar, ser desonesto, brigar na rua, roubar, enfim, “praticar tudo de errado”. (FREIRE, 2008, p. 106)

Nota-se aqui uma concepção moral dos termos *favela* e *favelado*, associada ao estigma e preconceito históricos em relação a esses espaços urbanos e a seus habitantes. Certamente, essa concepção socialmente construída ainda pauta e justifica a intervenção estatal e, sobretudo, das forças policiais nesses espaços. Por outro lado, lideranças da favela veem nessas categorias um meio de se legitimarem e projetarem em diferentes esferas da política, seja ela na favela ou em espaços institucionais. Algumas situações e relatos de campo ilustram essa apropriação de meus atores.

Logo no início de minha pesquisa, durante uma das exposições do Projeto EcoCineFavela, conversava com Cristiano explicando-lhe que gostaria de entrevistá-lo para compreender melhor suas visões sobre a favela e etc. O jovem havia me chamado a atenção por utilizar corriqueiramente a expressão “sou favela” em suas redes sociais e autodenominar-se *favelado*. Ao término da exposição, enquanto limpávamos o Centro Pastoral, Cristiano me chama e dirige-se a uma jovem do coletivo, “Ó, essa aí é uma que não gosta de se dizer *favelada*, quer ver? Luana, você é ou não é *favelada*?”. A jovem dá uma risada tímida e não responde. Cristiano volta-se para mim com uma risada de satisfação e certo ar de superioridade, “viu, não é qualquer um que assume assim”. Com certo desconforto da situação dirijo-me à garota, “nós estávamos conversando lá fora sobre essa coisa de se dizer *favelado*, sei que não é fácil ou que todo mundo assim faz”. Luana responde ainda tímida, como se tentasse se explicar para mim,

“é que é complicado, né. Essa coisa de falar que é *favela*, *favelado*, todo mundo vê como algo ruim, com muita coisa que não é boa”. Cristiano ainda chegou a brincar com a jovem ao final, “você tem que falar assim, nós é *favelado* mas é limpinho (risos)”.

Maria Rita, moradora da favela e educadora do CCVP, também contou um caso que vivenciou sobre as representações em torno dessas categorias. No último ano do colegial, a então jovem estudava num colégio público do bairro vizinho e durante uma aula citou que poderiam fazer o trabalho de biologia na favela em que ela morava. Maria Rita conta que muitos deixaram de falar com ela, enquanto outros diziam-lhe que não acreditavam que ela era *favelada*, pois não teria “cara” de *favelada*. De pele branca e cabelos loiros, Maria Rita os questionou sobre o que seria esse estereótipo de *favelada*, “eu tenho que andar como? De roupa rasgada, descalça e nariz escorrendo?”. Hoje em dia, a educadora faz questão de se autodenominar *favelada* e de contar a história sobre o surgimento das favelas a quem a questiona.

Tendo ambos participado da igreja São José Operário e do MDF, os casos de Cristiano e Maria Rita são emblemáticos para se compreender como se dão essas formas de autodenominação e identificação com as categorias aqui trabalhadas. Retomando a situação de Josenilda e do MDF com as moradoras de outra favela, nota-se que as lideranças e educadores ligados a essa organização possuem uma experiência e inserção distintas dos demais moradores da favela e de Luana, por exemplo. Os próprios ensinamentos religiosos que marcam as matrizes da Teologia da Libertação, na qual a igreja da favela está fundamentada, proporcionariam a essas lideranças uma nova perspectiva sobre as noções de pobreza e estigma que circundariam o termo *favela*.

Nessas situações retratadas percebe-se que reconhecer-se e autodenominar-se como *favelado* também passa por um processo de formação, trajetória e de contato com experiências e atores que lhes proporcionariam ver, em meio a essas redes e espaços, a categoria *favelado* mais como uma forma de identificação política, do que como uma identidade fixa (ADERALDO, 2013). Porém, o processo de fortalecimento da identidade do *favelado* seria inerente e favoreceria novas possibilidades do agir político de grupos e organizações identificados como sendo da *favela*. Seja na relação com entes do Poder Público ou com lideranças do bairro de Vila Prudente, o uso da identidade de *favelado* viria a demarcar a alteridade e singularidade das demandas e questões que afetariam esse grupo específico.

Nesse sentido, para essas lideranças, deve-se desconstruir estereótipos negativos sobre o *favelado*, seja confrontando essas noções depreciativas ou rechaçando em tom de chacota tais concepções. Esse confronto com as representações negativas sobre a favela teria mais permeabilidade entre os demais moradores da favela do que a autodenominação. Como assim contou outro jovem do EcoInformação, esse não se assumiria *favelado* porque sabia que o estigma de seu local de moradia lhe restringiria ofertas de trabalho, “mas deixa falar mal de qualquer coisa de *favela* na minha frente que eu viro um bicho”, reforçou o jovem. Nas reuniões convocadas pelo MDF também não era difícil ver que a maioria dos moradores assumiam ali, mesmo que momentaneamente, o uso dos termos *favela* e *favelado* nas suas falas. Freire (2008), semelhante a isso, percebeu que os moradores de Acari se consideravam *favelados* apenas enquanto dentro da favela, quando fora dela apresentavam-se de forma diferente.

Uma outra denominação bastante utilizada pelos moradores e algumas lideranças para referir-se ao território da favela era *comunidade*. Esses identificavam-se como *moradores da comunidade de Vila Prudente*. Birman (2008) ao observar o contexto carioca, então aponta o uso do termo *comunidade* como forma de minimizar ou reduzir o estigma sofrido por aqueles que residiriam nas regiões tidas como *favelas*. Considerando a reflexividade que essas categorias, operacionalizadas principalmente pela mídia e o Estado, tiveram em meio aos moradores das favelas, pode-se identificar também outros sentidos e apropriações por esses atores.

Wilsinho, da Associação, e Júlio, do blog Vozes da Vila Prudente são algumas das lideranças que fazem uso do termo *comunidades*, sendo que Júlio não o usa de forma exclusiva e assim elabora sua argumentação:

Comunidade é qualquer lugar que envolva uma aglomeração de pessoas interagindo ou convivendo juntas, essa é a ideia. De *favela*, é aquele lugar que a maioria vê como um lugar que só tem crime, que falta muitas políticas públicas, os moradores de *favela* são vistos também com estigmas. Então para mim a diferença de *favela* e *comunidade* é mais subjetiva... Se você vai para o Rio você dificilmente vai ver alguém falar que é da *favela*, é mais o termo *comunidade*. Então é algo mais regional também. Eu uso os dois termos, não tenho problema, mas já fui hostilizado pela polícia por usar o termo *favela*. (...) Quando eu fui abordado com uns 16 anos, falei que morava na *favela* e o policial me deu um safanão ‘que *favela* o quê moleque, você mora na *comunidade*’. [Entrevista com Júlio, morador e redator-chefe do Blog Vozes de Vila Prudente - 01/08/2015]

Júlio, em forte conexão com outras lideranças jovens das favelas, ou comunidades, do Rio de Janeiro, inicialmente, utilizava o termo *comunidades* no título de seu blog “Vozes das Comunidades de Vila Prudente”. A retirada do termo, segundo o jovem, seria para também contemplar notícias que envolviam o bairro e extrapolavam essas localidades. Júlio mostra compreender as concepções e estigmas que norteiam as categorias em questão e seus usos. Na situação da abordagem policial, a repreensão do agente público perante a enunciação do jovem como morador da *favela* demonstra, assim como aponta Goffman (1982), que o estigma está relacionado com a existência de expectativas que norteiam as relações sociais. Como agentes do Estado, atuantes na área de segurança pública, os policiais tenderiam a renegar o termo *favela* pois, para eles, esse estaria atrelado de significados relacionados à criminalidade. Ao impor ao jovem o uso do termo *comunidade* estaria aqui uma clara tentativa de tornar “dócil” esse espaço, revertendo certa identidade social que já estaria carregada de estigmas.

Nas conversas com Wilsinho, presidente da Associação, suas interpretações acerca do termo estão relacionadas com as transformações que esse território teria sofrido ao longo do tempo.

Hoje a gente tem água encanada, esgoto, poucos barracos de madeira. Então aquilo que a ideia de *favela* tem, aqui não existe mais. São outros tempos, por isso eu falo que aqui é uma *comunidade* agora, certo?. [Entrevista de Wilsinho, presidente da Associação de Moradores – 03/09/2015]

Do aumento de casas de alvenaria à ampliação do serviço de saneamento básico na Favela de Vila Prudente, para Wilsinho isso implicaria na constituição de um novo espaço, distinto daquele marcado por barracos de madeiras que esteticamente constituiria uma *favela*. O presidente ainda diz utilizar o termo *favela*, “mas mais por costume, porque eu considero aqui uma *comunidade*. Já pensei até em mudar o nome da Sociedade, mas seria muita burocracia”, conta. Wilsinho considera então que o termo está mais associado com determinada estética urbana do que com uma noção de identidade social ou identificação política. “Eu sempre falo aqui, vocês são moradores de uma *comunidade* que tem muita coisa, muita coisa que a própria Associação conquistou”. Dessa forma, alterar o nome da Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente seria apenas acompanhar as mudanças de nomenclatura do espaço urbano e de “encaixar-se” nas referências utilizadas pelos agentes do Estado. Nesses novos tempos, a Associação também vivenciaria uma mudança de sua atuação, uma vez que, para o

presidente, dadas as conquistas sociais já alcançadas, as demandas para aquele território agora seriam outras.

Na contramão dessa leitura de Wilsinho, André critica justamente o fato que o uso do termo *comunidade* seria imbuído de uma tentativa de “despolitizar” aquele espaço urbano e as necessidades de seus moradores.

Eu sempre digo que temos que deixar um negócio bem claro aqui, quando a gente fala *favela* a gente tá falando de um processo histórico, de uma *luta* histórica. Porque essa coisa de *comunidade* é invenção de novela da Globo, de Luciano Huck, de tentar criar algo mais ‘bonitinho’. [Fala de André durante gravação do “Papo Prudente”, Caderno de Campo - 08/06/2014]

Como expressa a fala de André, a categoria *comunidade* parece evocar, tanto para a sociedade, quanto para os moradores diretamente atingidos pelo processo de estigmatização, uma alternativa simbólica viável de sobrepor a noção de *favela*. Para essa liderança, a própria mídia buscava produzir uma imagem pública positiva, desvinculada do estigma homogeneizante já incutido na própria noção de *favela*. Birman (2008), assim, reitera que o uso eufemístico do termo *comunidade* não confronta, todavia, o estigma, mas apenas indica uma relação de cortesia, necessária, no curso das trocas sociais que se passam com aqueles que não podem se desfazer de suas marcas.

A partir dessas elaborações e apropriações de meus interlocutores, em vez de considerar *favela*, *favelado* e *comunidade* como categorias estáticas, busco compreender a forma como essas são operacionalizadas pelos atores, sendo seus sentidos construídos e reconstruídos dinamicamente no cotidiano de suas interações sociais e em determinadas situações. Ser ou não *favela* perpassa, então, por habilidosas negociações entre moradores, lideranças e agentes externos a esses territórios. Estes termos também flutuam por outras dimensões simbólicas e, portanto, não são rígidos ou estáveis, mas transmudam por sentidos diversos, dependendo das relações e forças em jogo.

“Tudo é político, mesmo que o político não seja tudo”

A frase presente no título deste subcapítulo é de autoria de Dom Pedro Casaldáliga⁶⁰, missionário espanhol radicado no Brasil e atual bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia, e foi citada por André no fechamento de uma reunião do Programa Urbano:

Eu lembrei aqui de uma frase de Dom Pedro Casaldáliga que diz: ‘Tudo é político, mesmo que o político não seja tudo’. Hoje, nós passamos a tarde discutindo formas e alternativas sustentáveis de viver em nossas favelas e ocupações. São essas ideias e pensamentos que têm potencial para se tornarem propostas *políticas*. A cisterna que a Izildinha [cooperada de um projeto do MDF] construiu, por exemplo, é uma postura *política*, que gera autonomia para cada um e ao mesmo tempo ajuda o coletivo. Então, tudo acaba sendo *política*. O próprio ato de estar aqui, de ouvir, falar, e de como iremos nos posicionar perante a pauta da sustentabilidade e da moradia é um ato *político*. Eu digo isso também, porque tem muita gente que não vem para a reunião porque diz que nesses espaços a gente vai falar só de *política*. Então, para esses eu sempre digo: eles não sabem, mas a gente faz *política* todo dia! [Fala de André durante formação do Programa Urbano - Caderno de Campo, 14/05/2015]

Analisando a fala de André, os termos *política* e *político* aparecem e assumem sentidos e significados distintos e justamente expressam a polissemia que os acompanha. Primeiramente, a citação de uma frase de autoria de um missionário religioso ligado à Teologia da Libertação já entrelaça o que seria de domínio da *política* com a dimensão da religião. A frase autoral ainda tende a expressar a díade que permearia o que se entende por sendo inerente ao domínio da *política*. Em que tudo pode vir a ser tratado como *político*, ao mesmo tempo em que nada deve ser interpretado como essencialmente *político* de maneira tão apriorística.

A frase de Dom Pedro Casaldáliga e a fala de André exprimem construções sobre o que se compreende por *política* e o que seria inerente a ela. Neste caso, o educador aciona e engloba elementos e práticas cotidianas dos atores, interpretando-os como *propostas*, *ato* ou *postura política*. Ainda ao final de sua fala o educador, em tom provocativo, critica uma noção de *política* tida como maçante e que provocaria apatia entre o público com quem trabalha, distanciando-o de assuntos ou de espaços tidos

⁶⁰ Para mais informações a respeito da trajetória de Dom Pedro Casaldáliga, importante missionário da Teologia da Libertação no Brasil, ver: ESCRIBANO, Francesco. Descalço sobre a Terra Vermelha. Campinas: Editora da Unicamp, 2000. Em 2014, a obra ganhou sua versão em filme sob o mesmo nome, produzida por Oriol Ferrer e escrita por Marcos Bernstein e Maria Jaén.

como *políticos*. A noção de *política* compreendida por esse público, e a sociedade de forma geral, diz respeito às práticas e aos atores ligados ao Estado e à esfera governamental. Já para André, *política* seria algo muito maior e, dessa forma, renegar ou distanciar-se seria impossível; todos *fariam política* sem mesmo concebê-la conscientemente em suas práticas ou discursos.

O discurso aqui apresentado mostra que há uma multiplicidade dos sentidos que a *política* pode assumir e para compreendê-los é necessário perceber as séries de relações que os permeiam. Dessa forma, *fazer* ou *falar de política* na favela pode ganhar distintas chaves de entendimento e de interpretações nativas, fazendo com que referências das mais diversas sejam mobilizadas pelos diferentes atores que vivem e circulam nesse território. A *política*, ou o que se entende como sendo inerente a ela, neste contexto específico, é então compreendida e, muitas vezes, ressemantizada quando articulada com diversas esferas que operam no cotidiano da favela e com as experiências vivenciadas por seus moradores. Entre estas estão: as relações de vicinalidade, os laços de parentesco, a religião, a circulação entre redes sociais e até as práticas de lazer existentes na favela. Em minha posição como pesquisadora, tive de perceber esses imbricamentos e analisá-los como processos e elementos constituintes do *mundo da política* na favela. Como assim sugere Goldman (2006):

Para isso, é estritamente necessário passar a encarar as práticas nativas (discursivas e não discursivas) sobre os processos políticos dominantes como verdadeiras teorias políticas produzidas por observadores suficientemente deslocados em relação ao objeto para produzir visões realmente alternativas, e usar essas práticas e teorias como guias para a análise antropológica. (GOLDMAN, 2006, p. 37-38)

Privilegiar a perspectiva etnográfica nesse processo vai ao encontro do que Montero et al (2012) apontam como crucial no desenvolvimento do campo da antropologia política que, desde seu surgimento, quando exposta ao confronto com a diversidade etnográfica, teve a concepção de política que a embasava transformada radicalmente. Sem o intuito de fazer uma exposição exaustiva sobre esse campo de estudo, proponho aqui retomarmos brevemente a constituição e consolidação dessa subdisciplina para que isso embase as demais análises que irei tecer ao longo desse trabalho.

Desde seu início, a temática das relações de poder existentes nas sociedades “tradicionais” sempre esteve entre os principais interesses da antropologia. No final do século XIX, no auge da corrente evolucionista da antropologia, as formas e sistemas de poder dessas sociedades eram comparados e classificados conforme o sistema político das sociedades modernas, tendo sido taxados de “atrasados” sob essas circunstâncias. Os antropólogos evolucionistas buscavam assim traçar uma linha evolutiva das formas de organização política dos grupos e sociedades estudados. Em um dos polos dessa linha estava o Estado moderno, tido como parâmetro de forma mais evoluída de organização política de uma sociedade; uma visão ainda bastante influenciada pelas concepções da filosofia política.

Foi nas décadas de 1930 e 1940 que alguns antropólogos passaram a questionar essas visões eurocêntricas que permeavam os estudos relacionados à organização política das sociedades ditas “primitivas”. Segundo Kuschnir (2007a, 2007b), essa abordagem da política ganhou espaço nas etnografias realizadas no contexto colonial anglo-africano, em que as pesquisas buscavam compreender a organização social de grupos e etnias, sem que nesses, necessariamente, existisse um sistema político formal, como a figura do Estado moderno. O antropólogo britânico Radcliffe-Brown, um dos principais representantes desse segmento, defendia o estudo do sistema político de uma sociedade como meio privilegiado de acesso às suas demais instituições sociais.

Uma das principais obras de referência produzida nesse contexto foi a coletânea “African political systems”, lançada em 1940 e organizada por Meyer-Fortes e E.E. Evans-Pritchard. Nesse livro, os autores além de apresentarem a existência de uma variedade de tipos distintos de sistemas políticos, também reconhecem que as teorias da filosofia política tornam-se falhas para a compreensão das sociedades africanas estudadas. Porque, teriam essas teorias se preocupado fundamentalmente “em dizer como os homens deveriam viver e que forma de governo deveriam ter, mais do que quais são seus costumes e instituições políticas” (FORTES; EVANS-PRITCHARD, 1961, p.4 [1940]; trad. minha). Priorizando a perspectiva etnográfica, é nessa direção que surgem as reflexões sobre a importância das relações de parentesco para a constituição da hierarquia e coesão social nessas sociedades. Outro trabalho importante foi a monografia de E.E. Evans-Pritchard, publicada em 1940, sobre as tribos dos Nuer no Sudão, em que o autor mostra como estão constituídos os segmentos tribais e como isso está diretamente relacionado em torno de uma linhagem do clã dominante

(EVANS-PRITCHARD, 2013 [1940]). Mostrando, assim, como as relações de parentesco estão imbricadas na organização política dos Nuer.

Esses diversos trabalhos produzidos sobre os modos de organização social das sociedades africanas foram convencionalmente denominados como “antropologia política” (political anthropology), expressão consagrada no título de um texto escrito pelo cientista político canadense David Easton, em 1959⁶¹. Além desses autores citados, Max Gluckman, Edmund Leach e Victor Turner também produziram estudos relevantes para o campo da antropologia política.

Estes três autores tiveram como principal preocupação evidenciar as transformações sociais pelas quais as sociedades africanas vinham passando e desestabilizar a noção durkheimiana de estabilidade e coesão social que permeava muito dos trabalhos desses antropólogos estrutural-funcionalistas britânicos. Leach, em seu estudo sobre os sistemas políticos da Alta Birmânia, por exemplo, descreve etnograficamente a estrutura de um sistema que não está em equilíbrio, mas em constante mudança por meio da prática, interações sociais e manipulação de regras e categorias pelos indivíduos dessa sociedade (LEACH, 1996). Nessa perspectiva, “os sistemas políticos devem ser entendidos, pois, como sistemas de relações entre categorias nativas em um conjunto estrutural consistente” (MONTERO et al, 2012, p. 11). A incongruência e o conflito seriam então, formas de compreender os processos de mudança social. Essa dimensão do conflito também seria estudada por Gluckman e os antropólogos da Escola de Manchester, por meio da “análise situacional”⁶². Enquanto para Turner, o conceito de “drama social” seria norteador para o estudo de conflitos, tensões, manipulação de interesses e inversões de papéis na sociedade.

Cabe aqui ressaltar também a importante contribuição de Pierre Clastres para a antropologia política. Sua obra paradigmática “A sociedade contra o Estado” propunha uma relativização radical da noção de política, justamente ao mostrar que, em algumas sociedades indígenas da América do Sul, o poder poderia ser exercido de forma não-

⁶¹Apesar de consagrar a antropologia política como uma subdisciplina e novo campo de estudos a ser explorado, o artigo de Easton foi duramente criticado pelos antropólogos da época. O cientista político insistia que a antropologia deveria estudar a política e suas instituições por si mesmas, sem que as relacionasse com outros aspectos da vida social, como religião, parentesco, etc. Uma visão ainda bastante etnocentrista que desprezava as relações intrínsecas presentes na organização política desses grupos. Ver mais em KUSCHNIR (2007b).

⁶² Sobre a abordagem dos estudos de Manchester, ver: FRY, Peter (2011)

coercitiva. Ocupando-se da questão da chefia e do poder, Clastres mostra que a finalidade do poder não é impor a vontade do chefe sobre o grupo, mas sim expressar o discurso da sociedade sobre ela mesma. Pois assim formularia o autor que “a sociedade primitiva é o lugar da recusa de um poder separado, porque ela própria, e não o chefe, é o lugar real do poder (CLASTRES, 2013, p.171 [1974]).

Décadas depois destes estudos pioneiros, o desafio complexifica-se quando os antropólogos passam a direcionar o olhar para a política, não aquela das sociedades tidas como primitivas e distantes, mas justamente para a nossa, produzida e exercida por nós e nossas instituições, por atores sociais e suas experiências e interações. Foi assim que na década de 1990, no Brasil, um grupo de antropólogos preocupados em compreender como os atores sociais compreendem e experimentam a política fundaram o Núcleo de Antropologia da Política (NuAP).

Na visão do NuAP (1998), a “‘antropologia *da* política’ viria a distinguir-se, pois, da ‘antropologia política’, na medida em que consagra a abordagem etnográfica, refina a comparação como enfoque metodológico, reforça o interesse em determinado domínio empírico sem substantivá-lo e acentua a legitimidade das categorias nativas” (NUAP, 1998, p.8).

O mote inicial que articula as pesquisas é a intenção de lançar o olhar antropológico sobre instituições, relações e práticas pensadas socialmente como políticas, trazendo o ponto de vista nativo, na busca de “interrogar a política que é feita, que as pessoas dizem fazer, ou identificam como sendo feita por outros” (PALMEIRA e BARREIRA, 2006, p.9 *apud* COMERFORD e BEZERRA, 2013). Dessa forma, as pesquisas etnográficas produzidas pelo NuAP, inicialmente, voltaram-se para um projeto com em três dimensões-chave: o estudo de *rituais* da política, de *representações* da política e da *violência* na política. Essas dimensões seriam detalhadas e descritas dessa maneira:

a) *representações*, ou concepções, *da política*; aqui, a política funciona como um princípio de diferenciação social entre outros, marcando diferenças entre grupos (agregados politicamente ou segundo outros princípios), territórios (os das comunidades políticas), dimensões (como a da grande e a pequena política) e temporalidades (como aquela que instaura o tempo da política); b) *rituais da política* e a ritualização da política, uma das dimensões privilegiadas para atingir o lugar da política, em especial a politização de outras esferas da vida social e cultural; c) a *violência na política*, entendida não como o contrário da

política, mas como uma forma extrema de “fazer política”, que revela o próprio lugar da política nas sociedades modernas. (NUAP, 1998, p.8)

As pesquisas produzidas que versam sobre essas temáticas, procuram recortar eventos etnográficos paradigmáticos, além de serem profundamente comprometidas com a perspectiva nativa, procurando não antecipar hipóteses ou definições pré-concebidas sobre a política. A ênfase na perspectiva etnográfica acaba “implodindo” com categorias classificatórias presentes no senso comum e domínios estanques como família, religião, território, etc.

Minha pesquisa se aproxima da proposta do NuAP na medida que analisa e compara distintos modos de *fazer política* no contexto dessa favela. Nessa perspectiva, as práticas, representações e discursos das lideranças e organizações são passíveis de serem compreendidas e analisadas a partir de uma abordagem contextual. Isso envolve tentar repensar a *política* “a partir das classificações e das práticas classificatórias dos agentes sociais, necessariamente contextuais, no mais das vezes assistemáticas, mas sempre vinculadas a certo jogo de posições e às relações entre elas” (PALMEIRA; BARREIRA, 2004, p.9).

São essas posições e relações dos atores da favela, suas divergências e convergências, seus conflitos e alianças que busco analisar sob a ótica do conceito de segmentaridade, como previamente apresentado no início do capítulo. Porquanto, esse conceito teria a capacidade de tornar inteligíveis as formas de articulação entre lideranças e organizações quando empiricamente observadas ao longo de um horizonte de tempo.

Capítulo 3 – A pequena política da favela: memórias, temporalidades e conflitos entre Associação e MDF

Formas de organização coletiva e de ação política passam a ser empreendidas na Favela de Vila Prudente a partir da atuação pioneira de entidades como Associação e o MDF. Historicamente constituídas nas figuras de duas lideranças paradigmáticas, Manoel Espíndola e Patrick Clarke, respectivamente, Associação e MDF são entidades que mediam as relações políticas na favela, alternando-se e disputando essas mediações ao longo dos tempos. São justamente as figuras de Espíndola e Patrick que cumpririam um papel de mediação, o qual presume trocas, comunicação e intercâmbio entre categorias sociais e níveis culturais distintos (VELHO; KUSCHNIR, 2003). Como mediadores, essas lideranças transitariam entre mundos, espaços e grupos de níveis sociais e culturais bastante distintos (VELHO; KUSCHNIR, 2001)

O surgimento e estabelecimento da Associação e MDF, em 1955 e 1983, respectivamente, estão fundados em processos históricos, tais quais os estudados por Durham (2004), que refletem a especificidade da forma pela qual as classes populares passaram a se constituir como sujeitos políticos: por meio de associações de moradores e/ou movimentos sociais urbanos. Perante as constantes ameaças de políticas remocionistas e de eliminação das favelas em São Paulo, a representação dos *favelados* fez-se necessária por meio dessas diversas articulações formais, informais e institucionais entre atores e organizações.

Tanto pelos distintos momentos históricos em que surgem, que possuem trinta anos de diferença, MDF e Associação irão distinguir-se significativamente em seus agires políticos, perfil de atuação no território e no modo como interagem com atores e instituições que integram o mundo da “grande política” ou Política com “p” maiúsculo. Por tal definição, Palmeira (1998) diferenciaria a “pequena política” ou política com “p” minúsculo, exercida num nível local, na “pequena comunidade”, da Política com “P” maiúsculo ou “grande política”, praticada em espaços institucionais. Dessa forma, numa relação intrínseca, elementos que permeiam a pequena política como honra, religião, reputação, favores e etc, invadiriam e pautariam a grande política; bem como a grande política organizaria sentidos e formas de ação da pequena política. (PALMEIRA, 1998 *apud* BEZERRA, 1999).

Cabe destacar que as histórias em torno destas entidades e de suas lideranças paradigmáticas são aqui contadas principalmente por meio de narrativas de terceiros, mas também por registros documentais e jornalísticos indicados por meus interlocutores. Falecido em 1991, Manoel Espíndola teve sua história e atuação contadas por sua filha e membros da Associação. Já Patrick Clarke, ao longo dessa pesquisa, esteve em constantes viagens fora do Brasil⁶³, ausentando-se também durante seu ano sabático, ao completar cinquenta anos de atividade missionária. Mesmo tendo-o conhecido pessoalmente e participado de algumas atividades por ele coordenadas, nunca cheguei a realizar uma entrevista formal com o padre irlandês. Minhas impressões sobre Patrick Clarke estão, então, baseadas em poucas observações de campo e nas falas de lideranças da favela e do MDF.

Um dos conceitos-chave que norteiam essas construções e representações de meus interlocutores, portanto, é o da memória. Paul Ricoeur (2007) conceitua a memória como uma ferramenta fundamental para dar sentido ao passado. Apesar de ser um processo singular, seu produto, ou seja, o que é lembrado, se compõe pela pluralidade. Seu sentido é dotado de polissemia. Portanto, para este autor, a memória constitui um meio de releitura do passado capaz de registrar múltiplas impressões sobre seus eventos, sem, entretanto, exaurir todos os seus significados. Como me proponho nesse trabalho, ao analisar alguns relatos sobre entidades e lideranças históricas da favela, o autor reitera que o objetivo por trás de relatos não é atingir a “verdade dos fatos”, mas compreender o porquê de certas construções discursivas. Sendo assim, a memória é uma ferramenta de significação do passado, polissêmica e que não corresponde à exatidão de fatos ocorridos (RICOEUR, 2007).

Para Pollak (1992) é importante compreender a memória enquanto fenômeno construído, o qual parte de um nível individual, utilizando processos conscientes ou inconscientes, e influenciada pela conjuntura presente a partir da qual é articulada. Outra importante noção trabalhada pelo autor é o de enquadramento de memória, que ocorre devido à função da memória coletiva de conservar fronteiras coesas de organizações coletivas variadas, a fim de manter perene o tecido social. No

⁶³Essas viagens de Patrick tornaram-se longas e corriqueiras pois, de acordo com lideranças do MDF, entre os anos de 2014 e 2015 alguns financiamentos robustos do movimento findar-se-iam e havia uma grande preocupação da equipe com relação a sua manutenção e sustentabilidade financeira. Patrick teria ido buscar pessoalmente a renovação de alguns financiamentos e estabelecimento de novos com organizações europeias.

entrelaçamento entre as dimensões do individual e do coletivo na construção e funcionamento da memória, Halbwachs (2003) enfatizaria a importância e influência do grupo e do ambiente em que o indivíduo está inserido nesse processo:

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazemos recordar venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2003, p. 39)

O funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2003, p. 72).

No jogo da memória que perpassa a atuação de lideranças da Associação e MDF, procuro identificar elementos que marcam as disputas e interação entre essas entidades. Todavia, é importante ressaltar que não pretendo produzir uma detalhada reconstituição histórica dessas entidades, já que isso exigiria uma metodologia de investigação que extrapolaria os objetivos dessa pesquisa. Busco trabalhar mais com as representações e memórias oriundas dos relatos de moradores e lideranças da favela a respeito dessas lideranças históricas e suas entidades. Essa escolha permite que eu me aproprie de certos conflitos e disputas que passei a identificar em campo, e cuja origem são anteriores à minha presença na favela, mas que permanecem pautando e orientando o cotidiano das relações e práticas políticas na favela.

A favela do “seo” Espíndola, o eterno presidente da Associação

A placa de uma pequena praça localizada nos cruzamentos da rua Dianópolis com a avenida Luiz Ignácio de Anhaia Mello detém o nome daquele que, por muitas décadas, foi considerado o “dono” da favela: Manoel Francisco Espíndola.

Como já citado anteriormente, a Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente ainda continua bastante personificada na figura de Manoel Espíndola, sempre lembrado como uma das primeiras lideranças da favela e do bairro de Vila Prudente. O “prefeito” ou “presidente” da favela, alcunhas pelas quais Espíndola gostava de ser reconhecido,

exercia um papel de mediador bastante notável no cotidiano da favela e no próprio bairro.

“Eu quero dizer que eu também tenho o seu Espíndola como referência, não só da favela, porque ele também foi muito importante para o bairro”. [Fala de uma liderança da região de Vila Prudente, 53 anos, em evento na Subprefeitura de Vila Prudente – Caderno de Campo, 19/10/2013]

“Olha, eu devo todo meu processo de politização ao seu Espíndola. Quando eu comecei a faculdade de jornalismo, ainda na década de 1970, fui fazer uma conversa com ele e aquele homem me ensinou muita coisa sobre política. [Jornalista e morador de Vila Prudente, aproximadamente 60 anos – Caderno de Campo, 21/07/2016]

No cotidiano da pobreza existente na Favela de Vila Prudente, a rotina do migrante alagoano conjugava a luta por sobrevivência na grande metrópole, com a atuação política e filantrópica na favela. Em 1970, o morador e líder comunitário deixou de ser um anônimo na cidade, ao ter seu perfil retratado na matéria “As favelas sem fama”, em uma revista de grande circulação⁶⁴:

Baixo, magro pardo, feições regulares e uma ligeira mestiçagem com índio, traída pelos cabelos escorridos, o favelado Manuel⁶⁵ Espíndola, 59 anos, alagoano, viúvo, quatro filhos, dirige a Sociedade Caritativa da Favela de Vila Prudente, entidade que fornece enxovais para os recém-nascidos, mantém um ambulatório com amostras grátis doadas pelos laboratórios e dá ajuda ao funeral dos favelados que não têm recursos. Sua mulher morreu numa igreja, rezando, depois de cozer uma panela de feijão para o jantar. Seu casebre de tábuas não é diferente dos oitocentos barracos que o cercam. Mas Espíndola distingue-se de todos os outros favelados: sabe datilografar, ouve a rádio BBC de Londres, compra jornal aos domingos, lê Machado de Assis, diz conhecer a fundo a filosofia racionalista – e já foi candidato a vereador pelo extinto PSB (teve pouco mais de 2.000 votos). [Revista Veja – ed. nº 111, outubro/1970]

Ostentando um capital cultural diferenciado do que se esperaria ver entre moradores pobres de uma favela, Espíndola destacava-se entre os demais moradores. Como autodidata, sua habilidade na datilografia o levou a ministrar cursos na favela e no bairro. “Seo” Espíndola candidatou-se a vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) na década de 1960 e uma década depois estreitou laços com os políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Consecutivamente, filiou-se ao PMDB e saiu como candidato a vereador nas eleições de 1982. Espíndola não foi eleito mas alcançou o marco de dois mil votos, potencializados por sua participação no Conselho

⁶⁴A matéria da Revista Veja foi sugerida e indicada por Cristiano, uma vez que seu tio-avô, Dalvino Gonçalves, também foi mencionado na mesma reportagem.

⁶⁵A grafia de Manoel teria saído erroneamente na reportagem.

Coordenador das Associação de Favelas de São Paulo (CORAFASP), órgão criado em 1984 e vinculado majoritariamente ao PMDB.

Conforme relata uma de suas filhas, e também atual secretária da Associação, quando presidente da entidade, Espíndola recebia diversos políticos importantes como o governador Franco Montoro e seu vice Orestes Quércia (1983-1987) e o então prefeito Mário Covas (1983-1986). Até hoje os membros da Associação gostam de reiterar a importância e influência política da figura de Espíndola citando o dia em que Quércia desceu de helicóptero no terreno ao lado da favela para conversar com “seu” Espíndola a respeito de reivindicações dos favelados.

Meu pai era muito procurado porque ele era bastante inteligente. Que nem você tá aqui, vinha muito estudante conhecer e conversar com ele. Até gente importante vinha consultá-lo, sabe. Essa foto aqui [apresentadas abaixo] é de um empresário, homem bem rico, que veio aqui entrevistar meu pai. Não lembro o nome dele [o empresário], mas ele era famoso. Nesse dia ainda, lembro que meu pai ia para Brasília num congresso que ia ter. [Conversa com Elisa, filha de Espíndola – Caderno de Campo, 24/08/2015]



Imagem 23: Seu Espíndola em conversa com empresário Antônio Ermírio de Moraes – década de 1970
Fonte: Acervo da família de Espíndola



Imagem 24: Seu Espíndola ao lado do empresário em orelhão da Favela – década de 1970.
Fonte: Acervo da família de Espíndola

As fotos marcam o contraste social entre os trajés e feições do empresário e Espíndola que, apesar de ter adquirido projeção no cenário político da época, continuou vivendo numa situação econômica com bastante limitações materiais. Seu barraco de madeira na Rua da Igreja, hoje herdado por um de seus filhos, manteve-se sem reforma e melhorias no período. “O luxo do meu pai era apenas o rádio, em que ele ouvia as notícias toda noite antes de dormir”, enfatizou Elisa.

Exercendo o controle político sobre o território e sendo informado sobre tudo o que acontecia na favela, “seu” Espíndola chegou a ser comparado muitas vezes ao posto de “coronel”, em referência à tradicional figura de chefe político e latifundiário comumente encontrado no interior e nordeste do Brasil. Em 1984, a equipe de reportagem da Folha de São Paulo, durante visita à favela, assim retrataria esse modo de *fazer política* de Espíndola:

Jeito de coronel do sertão, Manoel Espíndola levanta cedo, por volta das seis horas, faz a primeira inspeção pelas ruas e vielas da favela e depois sai para longas peregrinações por gabinetes das autoridades. Nessas idas, ele não gosta de levar caravana. “Muita gente só atrapalha – afirma – vou sozinho ou levo no máximo três pessoas. Sempre consegui o que pretendia, vou ter sucesso também nos próximos anos de mandato”.

O “Prefeito” só dorme depois dos telejornais noturnos, porque gosta de “estar sempre bem informado”. Na favela é conhecido de todo mundo, embora não conheça todas as 1.350 famílias. Manoel Espíndola é procurado para tudo. Tem que resolver desde pendências conjugais, brigas entre vizinhos, até bebedeiras

e fofocas. Em quase todas essas tarefas, se desincumbe muito bem. [Folha de São Paulo – 15/04/1984]

A representação jornalística que associa a figura de “seo” Espíndola à do “coronel do sertão” visava a explicitar os traços tradicionais do exercício do poder político centrada em um indivíduo, circunscrita a determinado território e seus moradores, com traços de autoritarismo. Além de monopolizar as relações com os políticos, Espíndola evidenciaria alguns traços personalistas em suas práticas políticas, sempre reiterando publicamente que sozinho, por si próprio, conseguia angariar apoio e recursos das “autoridades” em seus mandatos como presidente da Associação. Elisa demonstra esse personalismo que permeou o modo de *fazer política* de Espíndola, quando assim se remete aos seus feitos: “foi meu pai quem criou o atual estatuto da Sociedade, meu pai que fez as primeiras eleições aqui, meu pai que recebia os políticos na favela”. A admiração incomensurável pelo pai fazia com que ela considerasse a comparação a um “coronel”, mais a título da importância conferida a seu pai, contestando qualquer aspecto negativo que a patente carregue:

Meu pai sabia sim tudo que acontecia na favela, mas porque ele se importava mesmo com a favela, (...) ele doava o tempo para resolver coisas daqui. Quantas vezes ele chegou a tirar do bolso para dar à favela... [Elisa]

O velho Manoel Espíndola ele se doava mesmo para a favela. [Wilsinho]

“Doar” o tempo para a resolução de problemas da favela e de seus moradores ou até mesmo doar-se à favela. Manoel Espíndola conservaria sua autoridade e prestígio operando sob a lógica da dádiva que, conforme elabora Mauss sobre essas tensões de obrigatoriedade e espontaneidade, o caráter voluntário dessa “prestação social” é “por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado dessas prestações” (MAUSS, 1974, p.41). O antropólogo francês notaria nas relações implícitas a essas prestações sociais que “só conserva a autoridade [aquele que] provar que é favorecido pelos espíritos da fortuna, que é possuído por ela e que a possui, sendo a única forma de provar esta fortuna gastando-a, distribuindo-a, humilhando os demais e pondo-os ‘na sombra do próprio nome’.” (MAUSS, 1974, p.104-105).

Na posição de presidente da Associação, Manoel Espíndola fornecia auxílio e amparo aos moradores da favela, principalmente por meio de sua rede de relações que

envolviam partidos políticos e lideranças do bairro. Por um longo período o líder manteve o monopólio dos contatos políticos na favela. Localmente, o Círculo Operário Cristão de Vila Prudente era um de seus principais contatos. Fundado em 1940, pelo então pároco holandês da Paróquia de Santo Emídio, padre Damião Kleverkamp, o Círculo Operário⁶⁶ é uma entidade civil sem fins lucrativos⁶⁷ que ainda desenvolve trabalhos de caráter beneficente, assistencial, filantrópico e cultural na região de Vila Prudente. Nesse período, a entidade visava oferecer serviços e atividades para os operários que trabalhavam nas empresas da região⁶⁸.

Alternando-se entre a presidência e membro do corpo diretor do Círculo, Milton Seabra já exercia algumas atividades filantrópicas na região de Vila Prudente, sempre associadas a políticos locais com quem mantinha relações de apoio político, levando-o a se candidatar também a deputado estadual pelo antigo Partido Arena, durante a década de 1970. Na presidência do Círculo, Seabra aproximou-se da favela por meio de Espíndola, com quem estabeleceu uma longínqua relação de trocas políticas. Espíndola buscava acesso a recursos para o desenvolvimento de ações na favela, enquanto Seabra procurava formas de ampliar seu poder político no bairro. Juntos, as duas lideranças ainda se autopromoveriam ampliando seu prestígio entre os grupos que atuavam.

Seabra viabilizou nesse processo de trocas políticas a construção de imóveis na favela que viriam a abrigar o ambulatório-farmácia e a capela São José Operário, ainda na década de 1970. Além desses feitos, o líder do Círculo Operário ainda fornecia diversos tipos de doações aos moradores da favela, sempre mediadas por Espíndola no comando da Associação. Nesse processo contínuo de trocas entre Espíndola e Seabra pode-se analisar que, conforme aponta Kuschnir (2000), “o atendimento depende essencialmente da existência de *acessos*, tanto para a obtenção de recursos públicos quanto privados” (KUSCHNIR, 2000, p. 135).

Nesse ponto cabe ressaltar que o controle de Espíndola sobre “tudo” na favela passou a envolver a responsabilidade e manutenção desses espaços desde então. Seu poder na favela materializava-se em um molho com as cópias das chaves da capela São José Operário, da sede da Associação e do ambulatório. Ficava então a cargo da antiga

⁶⁶ Ao longo do trabalho, irei me referir à organização pela sigla CTCVP ou Círculo.

⁶⁷ Conforme descrito em seu site.

⁶⁸ O Círculo é também mantenedor de um tradicional colégio particular do bairro há mais de 50 anos

liderança a disponibilização e abertura desses prédios e locais para a realização de atividades e atendimento. A entidade personificada na figura de uma liderança paradigmática também fez com que parte das memórias sobre os demais presidentes da Associação⁶⁹ fossem pouco mencionadas nas conversas ou até “esquecidas” pelos membros da atual gestão da Associação.

Durante minha visita à Associação, Wilsinho demonstrou como as lembranças e memória em torno da figura de Espíndola estão estabelecidas. Quando o indaguei sobre quais foram as principais conquistas da Associação para a favela desde sua fundação, o atual presidente assim respondeu: “Tudo que o Espíndola conseguiu, porque se você quer saber, ele foi o melhor presidente que a Associação já teve. Quer ver?”. Wilsinho então gritou a um membro da diretoria da Associação, “Luiz, fala aí, quem foi o melhor presidente que a gente já teve”. O tesoureiro gritou de volta “Manoel Espíndola”. De sopetão, um conselheiro da Associação que apenas passava para cumprimentar a todos, também é indagado, “qual o melhor presidente que a Associação já teve?”. Em tom de pergunta o senhor responde, “o ‘seo’ Espíndola?”. “Tá aí, não falei, depois dele não tem pra ninguém”, finalizou Wilsinho.

Dos pontos coletivos de distribuição de água, o ambulatório-farmácia, a construção de um muro e a alteração do curso do trem que afetava a favela, tudo é atribuído a Espíndola. Essas conquistas e episódios históricos da Associação não são contados em determinada ordem cronológica, de forma diacrônica. A atuação de Espíndola evocaria uma noção sincrônica das temporalidades políticas na Associação e na favela, especialmente por suas práticas e feitos serem constantemente comparados e avaliados em contraste com outras entidades e lideranças da favela em distintas épocas, sem que seja colocado em primeiro plano os aspectos cronológicos e/ou a contextualização linear desses acontecimentos.

Os atuais membros corroboravam com essas lembranças sobre os feitos do antigo presidente como algo bastante automático. Nessa relação entre memória histórica

⁶⁹O morador Eleodoro de Moura foi o primeiro presidente da Sociedade eleito por voto direto, tendo se reeleito por cinco vezes (1955-1968). Dalvino Gonçalves de Freitas, tio-avô de Cristiano, também chegou a assumir momentaneamente a presidência da Associação, durante a ausência de Espíndola. Dalvino, responsável pelo ambulatório-farmácia da favela, também foi o “braço direito” de Espíndola, apoiando-o em seus mandatos como presidente.

e memória coletiva, Halbwachs (2003) mostra que acontecimentos do passado tendem a ser evocados pelo indivíduo a partir da conjunção de sua memória individual e as memórias dos outros, do seu ambiente ou dos grupos aos quais pertence, tomando-as emprestado para que se reconstitua uma lembrança integral do fato histórico. O grupo então reforçaria a construção dessa memória coletiva ao mesmo tempo que essa memória fortaleceria a unidade do grupo, no caso, a entidade em questão.

Como filha e membro da Associação, Elisa detinha vínculos ainda mais fortes com essa liderança histórica da Favela de Vila Prudente. A admiração e manutenção da honra e prestígio de seu falecido pai mostravam-se muito presentes em suas falas. Minha conversa com Elisa ocorreu nas dependências do “puxadinho” onde vive, no mesmo imóvel da Associação, e durou pouco mais de duas horas. A senhora de 60 anos contou essas e outras histórias enquanto revirava uma sacola de plástico em busca de alguma foto que pudesse “comprovar” seus relatos. “São como tesouros para mim, sou muito cuidadosa com essas fotos”, assim dizia Elisa, fazendo questão de manter as fotos em suas mãos enquanto me permitia registrá-las apenas por meio da câmera de meu celular.

As memórias e lembranças de seu pai, e de todo seu capital político, encontravam-se materializadas e devidamente resguardadas enquanto continuassem presentes naqueles registros fotográficos. Não à toa, Elisa tentou desvencilhar-se de ter de ceder tais fotos para a produção do documentário sobre a história da favela. “Preciso separá-las melhor”, “ainda tenho que procurá-las direito”, eram muitas das “desculpas” que Elisa utilizava quando questionada pelos jovens do EcoInformação. Ao final, Elisa negou-se a emprestá-las. As memórias de seu pai continuariam a salvo sob seu descomedido zelo.

A Igreja que *faz política* na favela: A chegada de Padre Patrick e o MDF



Imagem 25: Padre Patrick Clarke e Dom Edmar Peron, Bispo Auxiliar de São Paulo em cerimônia na favela - dezembro de 2015
Fonte: Centro Cultural de Vila Prudente

Na pequena capela de São José Operário o movimento de pessoas que se reuniam para missas e celebrações sempre foi grande, desde que esta era apenas um barraco. No novo espaço recém construído pelo Círculo Operário, padres da Paróquia de Santo Emídio revezavam-se na realização das missas dominicais na favela e na realização de outras celebrações de cunho religioso. Durante esse período, a igreja obedecia aos ordenamentos episcopais advindos da Arquidiocese de São Paulo e padres da paróquia do bairro. O diálogo entre Igreja e moradores ainda era bastante distante e voltado para uma atuação filantrópica e de “conforto religioso”.

O espaço da igreja também adquiriu outras funções nesse período, passando a ser usado como local de entrega de cestas básicas e leite para os moradores da favela, para realização de funerais e eventos de celebração de datas festivas. A chave da igreja ficava sob a responsabilidade da Associação de Moradores, mais especificamente, sob os cuidados de Manoel Espíndola.

Foi em 1977 que o padre irlandês Patrick Clarke passou a frequentar assiduamente a Favela de Vila Prudente e a ser um dos padres responsáveis por

ministrar as missas de domingo. Nesse período, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) vinham se consolidando nas periferias da cidade de São Paulo e engajavam missionários na busca por melhorias nesses bairros e favelas (SADER, 1988). Patrick fez da Favela de Vila Prudente uma “vitrine” de seu trabalho social, o qual envolvia o oferecimento de classes comunitárias de alfabetização popular, oficinas profissionalizantes e atividades de debate e reflexão com os moradores sobre a situação social em que se encontravam.

Tendo início no final da década de 1970, a “vigília” da reza⁷⁰ nas casas dos moradores da Favela de Vila Prudente tinha, para além do “conforto religioso”, o intuito de debater e fomentar a reflexão sobre as deploráveis condições de vida desses migrantes recém-chegados à capital paulista. Além do lendário “seo” Caetano, morador da Favela Vergueirinho em São Mateus e liderança histórica dessa favela, o missionário irlandês contou com o apoio de Dona Lili, migrante alagoana residente na Favela de Vila Prudente desde os anos de 1950, para o desenvolvimento de seu trabalho na nova favela. Essas atividades são lembradas pelas lideranças do MDF como parte da *formação política de base* ou *trabalho de base* do padre:

Foi só à base de muita reza na casa das pessoas para fazer com que o mutirão saísse. [Entrevista com André - 13/04/2014]

Era trabalho de formiguinha mesmo, dele [Patrick] passar de casa em casa, convidar todos durante a missa. Aí nisso a igreja ajudava, sem dúvida, a mobilizar para coisas maiores como os mutirões. [Fala de Cleber, liderança do MDF – Caderno de campo, 11/06/2014]

A pedido do padre à Arquidiocese de São Paulo, a igreja da favela passou a ser reconhecida como Área Pastoral Comunidade São José Operário⁷¹ e Patrick tornou-se padre responsável pela sua administração, contando ainda com o apoio da missionária irlandesa Ana Boran. A chave da igreja passara das mãos de Espíndola para Patrick e Dona Lili de maneira nada consensual. A atuação do padre também extrapolava cada vez mais o espaço circunscrito da pequena igreja.

⁷⁰ A prática da reza nas casas dos moradores já não é uma atividade corriqueira na favela. No entanto, no período da Quaresma e do Natal, os fiéis da Igreja São José Operário organizam algumas “vigílias” invocando tanto seu aspecto religioso, quanto numa proposta de rememorar o que essas reuniões representaram na constituição da luta por moradia naquele lugar.

⁷¹Essa passagem de capela para área pastoral passa a dar autonomia para que o padre responsável possa decidir sobre seus trabalhos na comunidade sem ter que se reportar diretamente à qual era submetido, no caso, à Paróquia de Santo Emídio.

Esse novo direcionamento da Igreja Católica recebeu severas críticas de outras matrizes mais conservadoras que opinavam que a “Igreja não deveria se envolver na política”. É então a partir desse entrelaçamento da Igreja com uma ideia de *política* que a constituição do MDF ganha força, como assim sustenta André em sua fala:

A relação com a Igreja, em que o MDF é fruto, assim como os movimentos sociais também são, o próprio MST... É fruto de uma posição política muito forte da Teologia da Libertação, de uma leitura, como os chamados ‘padres comunistas’ (risos)... de uma leitura, uma análise marxista do evangelho. É diferente disso, uma nova postura, um olhar para um Jesus histórico. Porque você vinha de uma Igreja que tinha apoiado o golpe militar, a própria ‘marcha com Deus e a família’ e tal. [Entrevista com André, liderança do MDF - 13/04/2014]

André mostra que o surgimento da matriz da Teologia da Libertação já implicava no reordenamento de uma postura política dentro da própria Igreja Católica e que envolvia a releitura e uma nova interpretação dada aos textos que compõem o evangelho. Ainda assim, a Igreja Católica sempre esteve envolvida nos meandros da política no Brasil, sobretudo, pautando uma agenda bastante conservadora, apoiando o golpe militar e muitas pautas consideradas à direita. Na sua atuação *in loco*, os “padres comunistas” envolver-se-iam, então, numa aproximação com as camadas mais populares que passavam a organizar-se em meio aos movimentos sociais.

Patrick destoava em meio aos moradores pobres da favela. Sua figura longilínea de quase dois metros de altura era vista comumente circulando em meio às vielas e becos da favela “amassando terra”, como assim referem-se as lideranças do MDF sobre essas atividades em campo. O padre sempre optou por residir fora da favela, dividindo uma pequena casa com outros padres espíritanos. Seu fusca azul e, posteriormente, um veículo 4x4 ainda são seus meios de transporte até as favelas em que atuava e atua. De fala mansa, bastante discreto e disposto a ouvir a todos, não demorou muito para que o português do padre ganhasse desenvoltura. Em depoimento concedido há quase dez anos, Patrick, em entrevista a Feltran (2005), descreve a origem do movimento e de como se deu seu trabalho na favela:

que eu lembre é assim: quando eu cheguei aqui, em meados na década de 60, 70, eu tive um impacto muito forte, grande sobre como as pessoas viviam... as favelas, na cidade. E também eu sempre tive um desejo de estar de alguma forma ligado a essa camada da população, [...] cheguei enquanto padre, já formado, mas eu não queria uma coisa organizada em torno... é... eu queria

uma coisa em que até eu fosse um deles. Eu não tinha um projeto pronto. O projeto era andar e ver, testemunhar, entender, a situação. E ver a partir daí se teria algum papel que eu poderia exercer lá dentro. [...] Bom, então assim a gente andou bastante de uma favela para outra, sabendo de nada, né? (FELTRAN, 2005, p.227)

Como nós fizemos coisas nessa favela, andando pra cima e pra baixo, junto de gente importante também (...). E o Patrick sempre esteve junto de nós nisso tudo. [Depoimento de Dona Lili, moradora e antiga liderança do MDF, para o “Doc Sou Favela”]

As falas de Patrick, bem como da antiga liderança do MDF, sempre são permeadas por noções de coletividade. “Nós”, “estar junto”, “ser um deles”. A diluição de fronteiras e de certa alteridade na relação entre o padre estrangeiro e os moradores pobres da favela evidenciava um dos pilares do agir político que Patrick buscava estabelecer na Favela de Vila Prudente.

E por isso que as coisas aconteceram, o esgoto aconteceu, depois a creche... tudo o que aconteceu aqui dentro foi nesse caminho. (...) Claro que para o povo as conquistas imediatas, materiais, são importantes, né? Não se vive só de especulação. Mas eu acho que o próprio jeito de se juntar essas duas coisas (participação política e conquista material) do qual saiu o que saiu, é a conquista maior. [Depoimento de Patrick à Gabriel Feltran, FELTRAN, 2005, p.235]

A participação e envolvimento dos moradores era crucial para o projeto político que Patrick procurava estabelecer na favela. Os mutirões autogestionários que se concretizaram na década de 1980 foram reflexos desse modo de *fazer política* que o padre empreenderia na favela e que se desdobraria com a fundação legal do Movimento de Defesa do Favelado – Região Episcopal do Belém, em 1983. Para a realização dessas diversas frentes de trabalho nas favelas da zona leste e, principalmente, na Favela de Vila Prudente, Patrick mediava relações com organizações internacionais de fomento, como a Trócaire da Irlanda. Os recursos oriundos desses convênios eram destinados ao pagamento da compra de materiais para as obras. Milton Seabra, na presidência do Círculo Operário, também chegou a financiar pontualmente alguns recursos para a construção da creche comunitária da favela.

Os convênios internacionais também foram direcionados para a remuneração da recém-formada *equipe central* do MDF, da qual Dona Lili foi uma das primeiras profissionais contratadas e registradas. Não à toa, a nomenclatura “educador” ainda é

utilizada para designar as lideranças e/ou militantes do MDF que possuem este vínculo profissional com a entidade.

Nos anos finais da ditadura militar Patrick mantinha contato com diversas lideranças da esquerda brasileira que voltavam do exílio. Somavam-se a esses grupos líderes sindicalistas do ABC como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e outros intelectuais como o educador Paulo Freire, seu amigo pessoal. O método de alfabetização freireano guiou por muitos anos o trabalho do grupo de educadores do MDF nas favelas da zona leste.

O movimento então formado por lideranças locais das favelas da zona leste e padre Patrick passaram a integrar a Pastoral das Favelas⁷² e o Movimento Unificado de Favelas (MUF). O MUF destacou-se sob a coordenação da então assistente social da Prefeitura, Luiza Erundina, reunindo lideranças de mais de 400 favelas de São Paulo e fazendo da luta pela taxa mínima de água e luz sua principal reivindicação frente ao governo de Franco Montoro (1982-1986). Com a fundação do PT em 1985, diversas lideranças do MDF passaram a dividir-se entre as andanças nas favelas e a presença no gabinete de parlamentares do partido.

Essa relação de proximidade e trocas entre parlamentares do PT e o movimento, bem como da militância múltipla⁷³ (MISCHE, 1997) de lideranças do movimento, tornou-se funcional para muitas das reivindicações do MDF. O apoio às candidaturas de Eduardo Suplicy a vereador e de Luiza Erundina à Prefeitura, nas eleições municipais de 1988, deu impulso para que a pauta da Concessão do Direito Real de Uso (CDRU)⁷⁴ fosse levada à agenda governamental. Sobre o lema do MDF, “Do teto e do chão não se

⁷²No auge do período militar, em meados da década de 1970, vertentes da Igreja Católica ligadas à Teologia da Libertação fundaram a Pastoral das Favelas. No modelo já existente no Rio de Janeiro, a Pastoral concedia assistência às populações ameaçadas de expulsão e apoio às ações de ajuda mútua com vistas à futura urbanização de favelas. Ver mais em: SACHS, 1999.

⁷³ Mische (1997) designaria como “militância múltipla” o padrão que caracterizaria os militantes brasileiros, em que combinariam uma variedade de participações e inserções institucionais (grupos religiosos, entidades sociais, movimentos, partidos, governos, fóruns institucionais etc.), diluindo e nublando as fronteiras e formas de pertencimento.

⁷⁴A CDRU permite ao poder público regularizar áreas públicas utilizadas para fins de habitação. Configura-se em direito real oponível a terceiros que violem ou prejudiquem o direito do concessionário de possuir, utilizar e dispor do imóvel. A CDRU deve ser efetivada mediante um contrato a ser registrado no Cartório de Imóveis e pode ser transferida para terceiros, desde que essa possibilidade conste do contrato.

abre mão”, os movimentos de favela que se articulavam em torno da gestão municipal do PT pressionavam também o governo estadual de Orestes Quércia (1987-1991).



Imagem 25: Ato dos movimentos de moradia em 1990, ao centro, Eduardo Suplicy (de terno) e Luiza Erundina (com microfone).
Fonte: Acervo do MDF

Foi nessa relação de negociação com a política institucional e suas compartimentalizações que o MDF foi se delineando como um movimento essencialmente da área de habitação, filiando-se à União dos Movimentos de Moradia (UMM) ainda no final da década de 1980. Essa rede de relações e contatos político do MDF eram acionadas por meio da mediação de Patrick Clarke, mas também extrapolavam a figura uníssona do missionário.

Neste período, alguns advogados do MDF, como Henrique Pacheco e Paulo Conforto, chegaram a inserir-se institucionalmente em cargos do Executivo e Legislativo, sob filiação do PT, nublando ainda mais as fronteiras entre partido e movimento. Isso levou as lideranças do MDF, em certos momentos, a ponderarem as críticas e manifestações contras as gestões do PT que se seguiram no âmbito municipal. De qualquer forma, Patrick sempre se manteve contra o estabelecimento de convênios ou quaisquer parcerias formais entre o MDF e as gestões governamentais, independentes de serem petistas. Essa resistência do padre e a centralização das atividades de captação de recursos em suas mãos já teria gerado muitos conflitos internos na equipe. Há cerca de trinta anos na presidência do MDF, Patrick ainda se

mantém veemente contra a assinatura de contratos com órgãos públicos e empresas privadas.

Essas transformações e transições do MDF sempre são contadas cronologicamente, contextualizadas e devidamente situadas no tempo. Vera Telles (2006), ao explorar trajetórias urbanas na cidade de São Paulo, mostrou como o “tempo político da cidade”, compreendido pela alternância de gestões, governantes e políticas públicas vigentes na cidade, condicionaria transformações e práticas políticas de entidades locais. De tal forma, o MDF também foi se adaptando ao longo dos tempos. Seja organizando-se internamente nas favelas, destinando profissionais para o cumprimento das “novas burocracias” da organização ou até enfrentando os desafios que outras formas de agir político lhe colocam. Não obstante, ao longo destas três décadas, o movimento manteve um quadro léxico e discursivo que ainda tem orientado as práticas e representações em torno da atuação do MDF, o qual exploro logo em seguida.

Luta e compromisso do MDF: vocabulário e matrizes discursivas

Os trabalhos acadêmicos de algumas lideranças do MDF mostram-se exemplos importantes para perceber a convergência entre religião e política na atuação do movimento. Sueli, militante do MDF há mais de duas décadas, em sua monografia do curso de Teologia intitulada “O Reino de Deus e os Favelados” assim mencionaria que: “o Movimento de Defesa do Favelado, solidarizando-se concretamente e historicamente com os empobrecidos, foi aprendendo a fazer interação entre fé e política” (MACHADO, 1998, p.6). Já Patrick, em sua dissertação de mestrado, narra “a luta pelo pão entre os pobres” do Morro do Urubu em quatro paradas, comparando-as ao “sofrimento da via sacra”. Foi assim que percebi que algumas categorias aqui utilizadas como *fé*, *política*, *luta* e de alguma forma a noção de *pobreza* aqui trabalhada poderiam dar indícios importantes para se compreender estas relações, configurando um léxico relevante de análise.

Somado a isso, em uma entrevista com André indaguei-o sobre como se daria essa relação entre religião e política na favela, que teria culminado no surgimento do

MDF. Sua resposta trouxe à tona as mesmas categorias e outros pontos relevantes de análise:

O perfil aqui é de mão na massa, da *fé* ser expressa nesse sentido. Eu aprendi, por exemplo, que o crisma, que é confirmação e *compromisso*, é quando o jovem passa da adolescência pra fase adulta pro cristão. O interessante é que aqui a gente sempre trabalhou com esses dois pilares: confirmação, em que você tá confirmando aquela *fé* que você aprendeu e recebeu; e *compromisso*, em que você assume um *compromisso* aqui. Então a gente sempre trabalhou nessa perspectiva. Qual o *compromisso cristão* que eu tô assumindo aqui? Na comunidade igreja e aí eu falo na favela. Qual o *compromisso* que eu assumo aqui, vindo de uma história de que aqui dentro da igreja se discutia a construção da creche, se discutiu o esgoto...Então é um espaço em que se *fervilha política* nesse sentido. De *ação política* mesmo. [Entrevista de André - 13/04/2014]

A categoria *compromisso* mostrou-se promissora para compreender a confluência entre política e religião. Uma vez que a fala de André parece nublar ainda mais as fronteiras entre o que seriam “compromisso cristão” e “compromisso político”, quase que os concebendo como indissociáveis nesse caso. A metáfora com o compromisso religioso, no caso do crisma, pode ser comparada a quando se firmaria um compromisso político, com a *luta*. Sendo assim, o *compromisso* seria um atributo quase que imprescindível para a *luta*, podendo ser grosseiramente traduzido como uma relação duradoura e de subserviência com a comunidade da igreja e com os moradores da favela. “Solidarizar-se concretamente e historicamente com os mais pobres”, poderia ser uma forma de exercer esse *compromisso*.

Assim, podemos entender como a “Igreja” funciona muitas vezes como “porta de entrada” para o engajamento militante de muitos indivíduos, principalmente, de moradores de regiões periféricas. Isso se justifica não só porque as lideranças religiosas já possuem uma rede de relações notável entre grupos e partidos de esquerda, mas principalmente porque o indivíduo teria passado por uma experiência que o qualificaria para permanecer e ainda ascender dentro da *luta*. Foi assim que lideranças e educadores do MDF e do Centro Cultural contaram-me em diversas ocasiões que para ingressarem em seus postos de atuação, passaram por um período de “observação” de Patrick:

Você tá aqui na igreja sem saber que ele [Patrick] está te observando. Vendo você na missa, participando das atividades. Aí ele te escolhe e te convida para participar do movimento. [Fala de Josenilda – Caderno de Campo, 26/04/2014]

Eu vinha participando das atividades da igreja, virei ministro de eucaristia até que o Patrick chegou pra mim e falou ‘você tem cara para a política’. [Entrevista de André - 13/04/2014]

Eu conheci o Patrick em algumas atividades da Pastoral da Juventude lá em Minas Gerais, eu não sabia, mas ele contou que já estava me observando. Aí depois veio o convite para eu vir para São Paulo assumir a coordenação do Centro Cultural. [Depoimento de Tininho, coordenador do CCVP, para o “Doc Sou Favela”]

Como contam aqueles que teriam passado pelo crivo de Patrick, para além de outros atributos pessoais, foi a trajetória e comportamento deles em meio à Igreja que os teriam alçado à posição que ocupam no MDF e no Centro Cultural. Caberia aqui pensar que existiria então uma moral condizente com a *luta*. Essa moral poderia ser vinculada a muitos dos preceitos religiosos: dedicação com o outro, crença ou fé, participação ativa na CEB ou grupo religioso, etc. Estes atributos seriam semelhantes àqueles que Filadelfo (2015) notou entre os militantes do Movimento Sem Terras da Leste I, movimento com uma trajetória bastante parecida a do MDF. Além de identificar esses atributos como sendo: paciência, disposição, fé, acreditar, persistência, etc; para o autor, estes atributos “são sempre nomeados e concebidos em comparação aos que não os têm ou de termos moralmente negativos como ‘preguiça’” (FILADELFO, 2015, p.92).

A *fé*, expressa nessas falas, aqui também se relaciona com a crença e o compromisso cristão com a Igreja. Essa ganharia concretude e magnitude quando empregada por meio de ações, a “mão na massa”, ou quando articulada com a *política*. Já ao explorar a categoria *luta* enfaticamente citada nos discursos de antigas e novas lideranças do MDF, percebemos diversos sentidos e conotações. Retomo aqui uma situação de campo apresentada no prólogo desse trabalho:

Aí eles vão perceber que não é a *luta* de cada um, é nossa *luta*, não só da Vila Prudente, mas das favelas. Esse ano, a Associação de Moradores fez 59 anos; ano que vem serão 60 anos. E como vamos comemorar isso? *Fazendo luta* ou não? Não sei vocês, mas eu lembro dos meus pais e de toda *luta* dessa favela. Do primeiro esgoto construído em mutirão e também da creche. Nós não podemos perder esse tesouro feito com as mãos de nosso pais e avós! [Fala de André em uma Assembleia de Moradores da Favela – Caderno de campo, 13/04/2014]

Como já explorado por Comerford (1999), a categoria *luta*, num sentido individual “de cada um”, guarda uma relação com o sofrimento, “descrevendo o esforço digno, valoroso, de uma pessoa ou família pobre frente às adversidades da vida e do

destino” (COMERFORD, 1999, p.135). Nessa perspectiva, necessidade e dificuldade às vezes são associados ao termo *luta*, como na expressão *lutar contra as dificuldades* ou *lutando para não passar necessidade*. Patrick, ao contar sobre essa *luta* em sua dissertação, tenta metaforizá-la ao sofrimento de Jesus Cristo na via sacra, criando a ideia de que os mais pobres também “carregariam uma cruz” em seu cotidiano.

Dias de Andrade (2010) em sua dissertação de mestrado sobre os sem-teto da ocupação Pinheirinho também se deparou com uma ideia de *luta* tida como o movimento constante pelo qual seus nativos definiriam sua participação política. Na situação de campo aqui descrita, *fazer a luta* pode ser interpretado como manter em movimento os meios de participação política dos moradores da favela que, em seu cotidiano, empreendem uma *luta* para poderem sobreviver em meio às adversidades de suas condições precárias de vida. Na reunião, a partir da experiência individual de cada um instigava-se construir uma coletividade, a *luta* dos moradores da favela e a *luta* dos *favelados*, de forma geral.

Associando a *luta* com uma perspectiva história e de uma memória coletiva da favela, a família e os pais são lembrados como sujeitos que já teriam *feito a luta*. Nesse sentido, a categoria também serve como signo explicativo para expor a historicidade de trajetórias familiares e de indivíduos da favela que teriam percorrido esse “calvário” da *luta*. Ao mesmo tempo em que essa *luta* foi marcada por sacrifícios, conquistas também são lembradas, como todos os feitos alcançados pelos mutirões. Tesouros, conquistas valiosas resultadas de muita *luta*.

O MDF ao assumir o *compromisso* de *lutar* junto aos *pobres* e *empobrecidos* também os conceberia como protagonistas dessa *luta*. Neste aspecto, a favela, vista sob os signos da marginalidade, precariedade e pobreza, faria com que seus habitantes compartilhassem uma condição social comum. Essa situação social em que vivem, interpretada sempre pela “ausência” e “falta de”, tornaria possível que, frente as suas necessidades comuns, estes fizessem a mesma *luta* num sentido coletivo, a *luta dos pobres*. Dias de Andrade (2013), retomando a pesquisa de Caldeira (1984) e a partir de uma releitura bastante profícua dessa pesquisa, assim elaboraria:

Desse modo, o termo “luta” refere-se à agência possível da parte da população que está inferiorizada hierarquicamente e que precisa estar em constante atrito com outros setores da sociedade que lhe são desfavoráveis. Nesse sentido, “luta” é um termo que descreve a relação posta entre aqueles dois termos da

sociedade que Caldeira (1984) analisava em sua etnografia, detalhada no livro “A política dos outros”. Caldeira afirma que dentro das classes populares há uma concepção de mundo transversal, que opõe a sociedade em duas metades: o “nós, pobres” e o “eles, ricos”. (...)Trata-se de uma tentativa de interpretação ampliada do que Caldeira (1984) definiu no Jardim das Camélias, a distinção primeira do olhar na sociedade: aquela que opõe o “nós, pobres” aos “outros, ricos”. (DIAS DE ANDRADE, 2013, pp.52-54)

Nessa perspectiva que Paterniani (2013), em sua pesquisa com movimentos de moradia da ocupação Mauá, percebeu uma associação entre *política* e *luta* com os *pobres*. Uma vez que a *luta* seria, ao mesmo tempo, o cotidiano de sobrevivência e o meio com que os mais pobres conseguiriam colocar em evidência suas demandas; a *luta* poderia ser vista como a forma própria dos *pobres fazerem política*. Essa forma de fazer política também se aproximaria da noção de política trabalha por Jacques Rancière:

A política é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação. Por subjetivação vamos entender a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação portanto caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência. (RANCIÈRE, 1996, p.48)

Em breves termos: a *luta* pode ser compreendida como um dos modos de subjetivação dos *pobres fazerem política*. Além desse léxico mobilizado pelo movimento, ao conversar com os demais moradores da favela, àqueles que não possuem laços familiares com lideranças do MDF, a eles também se torna quase indistinguível o que caberia ou seria de autoria do MDF ou dos membros da Comunidade São José Operário. Pela partilha do mesmo espaço para a missa e para reuniões e assembleias do movimento, além do fato de muitos militantes serem participantes ativos na igreja, os moradores enxergariam política e religião como esferas quase indissociáveis nessa favela. Uma emblemática situação de campo ilustra tal relação:

Caderno de Campo – 28/09/2015 – Reunião sobre Operação Consorciada

No final de semana, André convoca uma reunião na igreja São José Operário, em uma segunda-feira, às 19h. O aviso da reunião ocorre pelo Facebook e também por meio de cartazes fixados em alguns pontos da favela. O assunto a ser tratado dizia respeito às alterações no projeto da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí e também buscava discutir e explicar aos moradores o que implicava a alteração de alguns artigos que versavam sobre o zoneamento na região. Às 19h15 ainda poucas pessoas faziam-se presentes na igreja. Um grupo animado de mulheres conversava no banco atrás de mim. De repente, ouço o sino da igreja São José Operário tocar. Procuo em

volta quem o estaria tocando. Uma das mulheres diz que André que foi tocá-lo. Pergunto de forma capciosa a ela: “Mas pode tocar assim o sino? Não é quando tem missa só?”. As mulheres dão risada e respondem: “Pode, ele foi tocar para avisar que a reunião está começando. Aqui a gente sabe: tocou o sino, ou é missa ou marcaram reunião!”. [...]

Durante parte da reunião, três meninos de menos de dez anos de idade permaneceram sentados no último banco da igreja. Cochichando e prestando certa atenção na fala de André, os meninos despertaram a minha curiosidade e de mais algumas pessoas de fora da favela [uma advogada do movimento de moradia e uma jovem estudante da USP]. Quando a reunião terminou algumas pessoas vieram à frente da igreja conversar e tirar dúvidas com André. Os garotinhos também se aproximaram, cutucavam-se e cochichavam entre si. A estudante da USP comenta comigo que eles lhe perguntaram se eles deveriam ter trazido o livro. Sem entender de que livro falaram, ela disse que não sabia e que bastava estar ali ouvindo o que André falava. Foi assim que os garotos permaneceram durante toda reunião. Em certo momento os garotos bastante envergonhados pedem para passar em meio ao pequeno aglomerado de pessoas que cercava André e um lhe cutuca na cintura: “Padre, você pode abençoar a gente?”. Todos em volta põem-se a rir e a caçoar de André chamando-o de padre. Sua esposa pede que ele não negue a benção. André, bastante carismático, coloca a mão na cabeça de cada um deles e diz “Filho, eu te abençoo”. “Pronto tá todo mundo abençoado agora, pode ir”. Os meninos saem animados e correndo da igreja. Somente nesse momento reparo que André está vestido com uma bata branca e carrega uma cruz de madeira no pescoço.

Quem manda na favela? Disputas por reputação, honra e prestígio

É possível notar que a chegada de Patrick na Favela de Vila Prudente veio a desestabilizar o monopólio das relações políticas já constituídas por Manoel Espíndola nesse território, além de confrontar o modo de *fazer política* do presidente da Associação. Os conflitos que se desdobraram a partir do choque destas práticas políticas distintas viriam a demarcar segmentações e faccionismos no cotidiano da *política* na favela.

No fundo, a briga aqui é, e sempre foi, para ver quem manda mais na favela, quem faz mais por ela. Como se fosse para ver quem é o dono dela mesmo!
[Fala de André – Caderno de Campo, 05/11/2014]

Estas disputas e faccionismos entre entidades e grupos da favela foram de tal modo sintetizados na fala de André. Dadas as distintas formas de exercício da ação

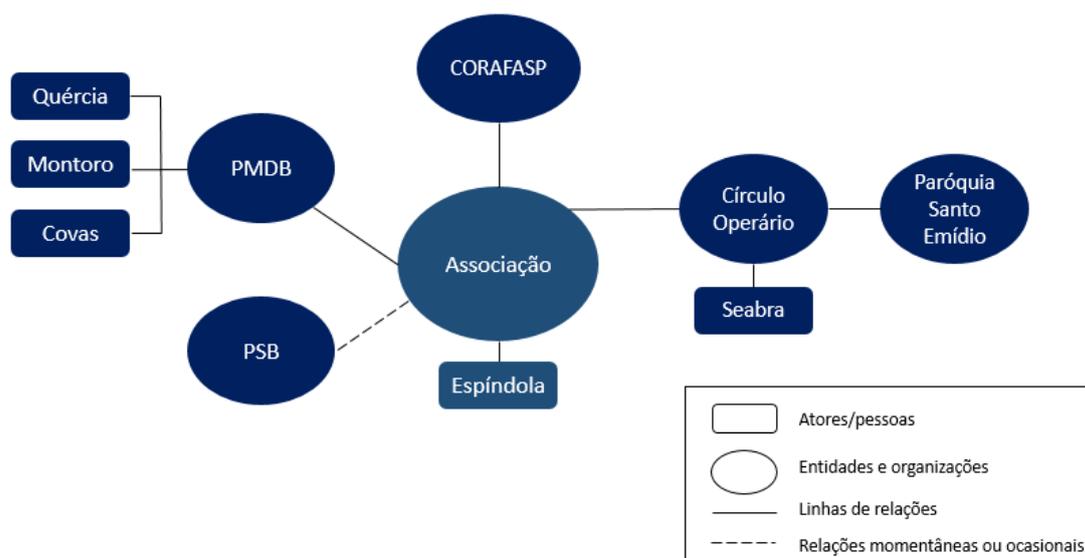
coletiva, as lideranças e suas respectivas organizações, para além do desenvolvimento de ações que impactariam na melhoria das condições de vida dos moradores da favela, também buscariam um reconhecimento e prestígio social por suas atuações. A liderança do MDF ainda acrescenta que tais disputas seriam uma constante no tempo e no espaço da favela, não se restringindo a determinada época ou a determinados atores.

O anseio de ter seu trabalho reconhecido, sendo visto como o responsável ou o “benfeitor” por projetos e ações que trariam melhoria à favela é o cerne de diversos destes conflitos, como mostrarei nas páginas a seguir. A busca pela honra, que lhes garantiria prestígio entre os moradores da favela, faz com que esses atores e entidades pleiteiem tal reconhecimento público. Cláudia Fonseca (2000) ao adotar o conceito de honra, tal qual trabalhado por Pitt-Rivers (1973), discorreria sobre os ideais da sociedade que o envolveriam:

Assim, adotamos o conceito de honra deste autor: "um nexo entre os ideais da sociedade e a reprodução destes ideais no indivíduo através de sua aspiração de personificá-los" (Pitt-Rivers, 1973, p.13-14). E, seguindo essa linha de investigação, desenvolvemos nosso argumento sob dois aspectos analíticos: o primeiro sublinha o sentimento individual, o orgulho pessoal, ou seja, o esforço de enobrecer a própria imagem segundo as normas socialmente estabelecidas; o segundo refere-se a um "código de honra", um código social de interação, onde o prestígio pessoal é negociado como o bem simbólico fundamental de troca. (FONSECA, 2000, p. 10)

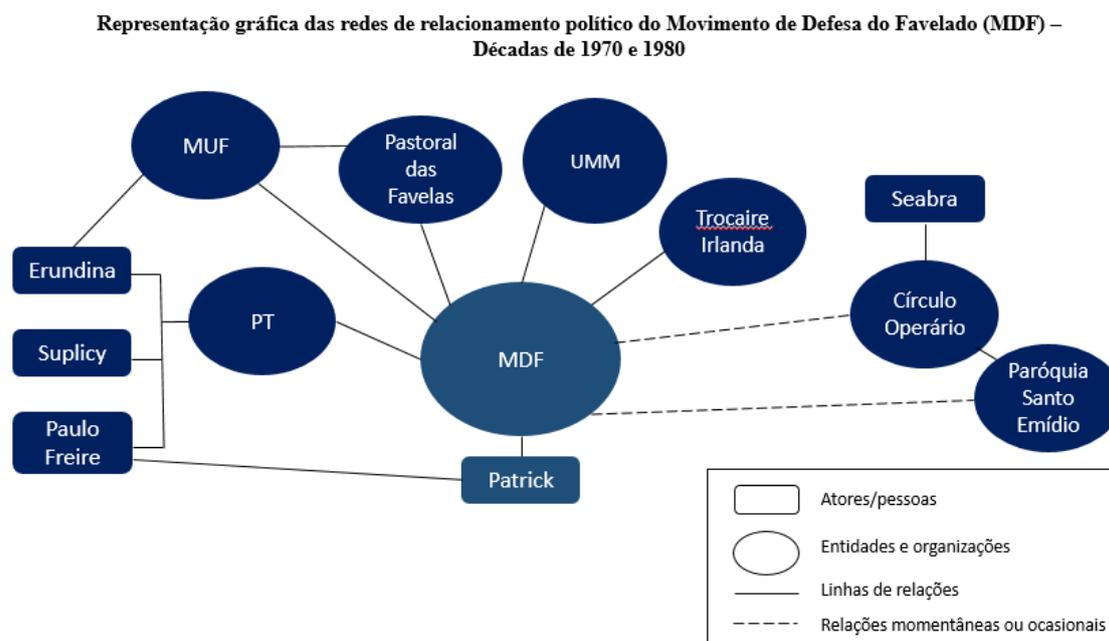
Nessa busca pelo prestígio pessoal e social na favela, esses atores e organizações estabeleceriam relações e alianças que, para além das afinidades políticas, tenderiam a fortalecerlos nesse aspecto. Pode-se, então, interpretar as relações de trocas políticas entre Círculo Operário e Associação, bem como a proximidade entre MDF e políticos profissionais do PT, por exemplo. Além destas, como descrevi nos subcapítulos anteriores, outras organizações e atores integram essas redes de relações das entidades.

Representação gráfica das redes de relacionamento político da Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente (Associação) – Décadas de 1970 e 1980



Como apontam Kunrath Silva e Zanata Jr. (2012), o tratamento qualitativo de informações relacionais e trocas entre organizações e atores tende a predominar em estudos antropológicos e visam a sistematizar a complexidade e dinâmica dessas relações. Inspirada por esquemas e sociogramas produzidos em estudos como o de Whyte (2005), busquei representar as redes sociais destas duas entidades graficamente da seguinte forma:

* Cabe ressaltar que nesse período Mário Covas era filiado ao PMDB, filiando-se posteriormente ao PSDB somente em 1989.



Fonte: Elaboração da autora.

Fonte: Elaboração da autora.

Ambas redes sociais mostram-se centradas não tão somente em grupos e organizações, mas também em pessoas. São essas lideranças, personalidades públicas e autoridades que regulariam e estabeleceriam muitos dos “nós” dessas redes. A presença de autoridades nas redes das duas entidades teria uma importância fundamental já que essas, como apontam Palmeira e Goldman (1996), possibilitariam “grandes favores ou ajudas maiores que são buscados fora, junto a quem tem condições de fazê-los, por dispor de dinheiro, prestígio ou de um capital de relações pessoais suficiente para mobilizar recursos de diferentes espécies de modo a atender às solicitações feitas”. (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996, p. 47)

Auyero (1999) analisaria essas redes de relações tidas como clientelistas a partir da noção de “redes de resolução de problemas” (trad. minha), as quais poderiam ser representadas a partir de círculos concêntricos nos quais parcelas das populações pobres estariam distribuídas e com uma personalidade política ao centro, o “broker”. Quanto mais próximas do “broker”, mais acesso a bens e serviços essas parcelas das populações teriam. Este ponto de vista não pretende romper com o caráter assimétrico das relações e mediações clientelistas, mas trariam um novo ângulo de observação para compreender o caráter instrumental dessas redes para os mais pobres também.

Cabe ressaltar que a durabilidade e intensidades dessas relações seria suscetível aos contextos e situações políticas internos e externos à favela. Portanto, essas relações políticas não são estanques e imutáveis, mas justamente calculadas e reconfiguradas quando aproximações ou distanciamentos tornam-se convenientes para lhes favorecerem politicamente, seja por meio de acesso a bens e recursos ou manutenção de seu status político.

No presente caso a ser apresentado, em que alguns acontecimentos se remetem ao passado da favela, além do fato de alguns atores envolvidos diretamente terem falecidos ou terem sido destituídos dos postos que ocupavam, a memória ganha notoriedade e um papel central nessa disputa política. Sendo assim, muitos desses episódios das brigas políticas na favela são contados em terceira pessoa, por familiares e sucessores⁷⁵ dessas lideranças. A tentativa de deslegitimar a memória “do outro” suscita um jogo que perdura até hoje na relação entre estas organizações e atores.

Dramas sociais na favela: as eleições de 1984 e a construção da creche

Na segunda fase de minha pesquisa de campo na favela, a qual teve início com meu ingresso no mestrado, passei a acompanhar e a aproximar-me mais das lideranças ligadas à Associação. Isso envolveu um processo de escuta atenta de outras narrativas e

⁷⁵Explorarei logo de início no Capítulo 4 as relações de continuidade e ruptura do legado político dessas lideranças da favela.

versões sobre a história da Favela de Vila Prudente, sobretudo, a respeito das conquistas sociais dos moradores.

Meu desafio durante a escrita foi o de pensar em como trazer para as páginas desta dissertação essas diversas versões, muitas vezes contraditórias. Auyero (2002) ao estudar as diferentes versões sobre o *Santiagazo*, um motim popular ocorrido numa cidade argentina, assim discorreu sobre os usos e potencialidades das distintas narrativas a respeito de um evento:

A existência de diferentes versões de grandes eventos (desordenadas ou não) não é novidade. Como Vera Zolberg coloca de forma perspicaz em seu estudo sobre a controvérsia em torno da exposição Hiroshima: 'A leitura do passado nunca é uma questão tão simples, mesmo quando os eventos que o compõem estão de fato em acordo pela maioria que o decifra. Os próprios eventos são apenas alguns dos ingredientes que constituem a história, e eles raramente mantêm-se numa solidez intocada.' (AUYERO, 2002, p. 154, trad. minha)

É nesse sentido que o autor propõe que reflitamos e consideremos mais a relação entre narrativas, memória e a compreensão própria dos atores a respeito de eventos do passado. As narrativas, tal qual os lugares da memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições de um grupo. Nesse ponto, a memória coletiva seria viva, múltipla e existiriam várias, tantas quanto os grupos (HALBWACHS, 2003).

Ao desvelar os conflitos que marcam a relação entre Associação e MDF, além da noção de memória, o conceito de Turner (1957) de “drama social” mostrou-se pertinente para a compreensão de conflitos ocorridos na favela nas últimas décadas. Para este autor, os dramas sociais podem ser assim compreendidos como unidades de processos desarmônicos que surgem dentro de uma sociedade, os quais podem ser oriundos de interesses e atitudes de pessoas e/ou grupos que decaem em oposição ou antagonismo (TURNER, 1996 [1957]).

Tudo tem início com a chegada do padre Patrick Clarke à Favela de Vila Prudente, em 1977, como já mencionado. Junto de Ana Boran, o padre irlandês, ligado a tendências progressistas da Igreja Católica e próximo de lideranças da esquerda brasileira, passou a desenvolver seu *trabalho de base*, que tinha como princípio a escuta forte dos moradores da favela e a participação destes. Como assim explicou André:

Para além da alfabetização com base no método do Paulo Freire, o Patrick fez um *trabalho de base* quando chegou. Então, ele andava pelos becos e casas da favela perguntando sobre a situação das pessoas. Claro que ele ouviu o seu Espíndola, mas não só ele, foi aí que veio o problema. O seu Espíndola se via como maior *autoridade* para falar pela favela. [André]

Como retrata André, a posição uníssona de autoridade que “seo” Espíndola tendia a assumir foi questionada por Patrick. Para o padre, o líder comunitário era semelhante aos demais moradores, não sendo privilegiado ou detentor de uma posição que lhe permitisse “falar pelos outros moradores”. Encarando isso como afronta e um desprestígio de sua figura, Espíndola viu em Patrick um potencial risco para sua hegemonia política na favela.

Elisa encara tal episódio como certa “falta de consideração” de Patrick pela história e atuação de seu pai na favela, “ele nem chegou a chamá-lo direito para conversar”, conta ela. Apesar de considerar sua atuação como “mais democrática” por envolver mais os moradores nos processos decisórios, cabe reconhecer que Patrick ocupa uma posição social e detém um capital cultural mais elevado do que Espíndola possuía. Como padre, europeu, branco e com alto grau de escolarização, Patrick possuía mais prestígio social do que um morador da favela.

Uma efetiva ameaça à hegemonia política de Manoel Espíndola ocorreu nas eleições de 1984. Alternando-se na presidência e no conselho da Associação há 27 anos ininterruptos, “seo” Espíndola deparou-se com uma forte oposição à sua candidatura nessas eleições na favela. Em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, a situação foi assim noticiada:



Imagem 26: Matéria Folha de São Paulo
Fonte: Jornal Folha de São Paulo – 15/04/1984

Utilizando-se de ideais, valores e conceitos emergentes em uma sociedade que atravessava um processo de redemocratização, o título “uma democracia sem oposição” atribui claramente uma carga negativa à política na favela. Ora caracterizando-a como autoritária e opressora, ora permeada por traços “coronelistas”. A longa matéria continua assim descrevendo a situação nesse trecho:

“Quem quiser aprender o que é democracia tem que vir aqui na favela de Vila Prudente”, diz Manoel Espíndola, líder e “poderoso-chefão” do local há 27 anos. Domingo passado, ele foi reeleito presidente da Sociedade Amigos da Favela, depois de uma eleição direta bastante agitada, pois, pela primeira vez, a oposição resolveu apresentar candidato próprio. Embora tenha conseguido 344 votos e seu concorrente apenas 76, Espíndola entendeu que seu poder absoluto foi colocado em jogo e está bastante preocupado por causa disso. “Quiseram matar o velho – comenta agora, uma semana após a eleição – mas não conseguiram”, deixando escapar seu descontentamento com a situação. Para Espíndola, um alagoano que em 1957 chegou na Favela de Vila Prudente depois de uma rápida passagem pelo Rio de Janeiro, quem trouxe a oposição entre os favelados foi a Igreja Católica Romana, “que deu a maior força ao PT, um bando de radicais do MR-8.”

Apesar da confusão entre o PT e o MR-8, o “prefeito”, como é conhecido pelas 1.350 famílias que compõem a Favela de Vila Prudente – a mais antiga e melhor organizada de São Paulo, com água luz e rede de esgoto, abrangendo 70% dos barracos – é muito politizado. Sabe muito bem como tratar com os moradores do local e tem grande relacionamento com os políticos, desde o governador Franco Montoro – com quem pretende marcar

uma entrevista nos próximos dias – passando pelo prefeito Mário Covas, até os vereadores da Câmara Municipal.

A Eleição

A obsessão que agita toda a sociedade brasileira, que vai às ruas e se integra ativamente dos comícios, mostrando toda a sua vontade de participar do processo político, escolhendo ela própria seus líderes, também foi vista na campanha eleitoral da Favela Vila Prudente. Profundo conhecedor de todas as particularidades políticas dos favelados, Espíndola não teve muito problema para vencer e conservar o cargo por mais quatro anos, mas dessa vez teve que trabalhar bastante para assegurar a sua posição.

Filiado ao PMDB, partido pelo qual concorreu a uma vaga de vereador na Câmara Municipal, em 1982, não teve sucesso na campanha, apesar de se considerar o líder dos favelados em São Paulo – onde existem aproximadamente 1.500 núcleos. “Essa derrota, afirma, foi uma vitória pra mim. Aqui na favela eu me sinto muito melhor e posso fazer o trabalho que gosto, sem interferência de ninguém.”

E de fato, ele não admite interferência de quem quer que seja. Recentemente, uma equipe de BBC de Londres entrou na favela, acompanhada por alguns sociólogos brasileiros, para fazer um documentário do local, registrando a vida que os favelados levam. O repórter se esqueceu de pedir permissão a Espíndola e quase foi expulso. A oposição, representada por Nelson Soares de Oliveira, não foi expulsa ainda, mas ele demonstra claramente, nas conversas reservadas, que faria isso. [Folha de São Paulo – 15/04/1984]

Com a recente conquista das eleições diretas no Brasil, em 1982, a matéria comparava o fervor nacional com a ampliação da participação política do povo brasileiro com o processo eleitoral ocorrido na favela. Como mostra a matéria, ao encontro das falas anteriores de Elisa, “seo” Espíndola gabava-se por ter instituído muitos desses processos e mecanismos típicos das democracias modernas na favela. Do estabelecimento do Estatuto da Associação à realização periódica de eleições, esses seriam, para Espíndola, elementos contundentes para afirmar que a democracia existia na Favela de Vila Prudente. Porém, como mostra a contradição expressa no título da notícia, apesar de tais mecanismos, o líder comunitário coibiria a existência e interferência de adversários e opositores.

Filiado ao PMDB, Espíndola teria aspirado ingressar na “grande política mas, conformado diante de sua derrota nas urnas, percebeu que o baixo grau de burocratização dos processos políticos na favela o permitiam exercer seu poder sem “tanta interferência”; diferentemente do que enfrentaria se tivesse sido eleito como vereador. Referindo-se ao “poder absoluto” do “poderoso chefe” da favela, a matéria dava indícios do modo de *fazer política* de Espíndola.

O “perigo dos padres comunistas” seria a forma que Espíndola referir-se-ia a Patrick e sua rede de relações, a qual envolvia as lideranças locais do MDF e outras organizações de esquerda ligadas à Igreja. Tomando a disputa política nas eleições da Associação como um ataque pessoal dirigido a ele, e não parte de um processo sadio e “democrático”, Espíndola canalizaria suas críticas à instituição “Igreja Católica” presente na favela. Apesar de ter sido católico e ter mantido uma relação próxima do Círculo Operário Cristão, Espíndola associava a atuação dessa parcela da Igreja, ligada à Teologia da Libertação, aos “radicais” da esquerda brasileira do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, famosa organização política de ideologia comunista que aderiu à luta armada no período da ditadura militar. Manoel Espíndola também demarcava seus adversários políticos na favela a partir das referências partidárias com que se articulavam, os quais distinguiam de sua afinidade com o PMDB. Com a relação próxima existente entre MDF, MUF e PT, Espíndola acusava a Igreja de filiar-se partidariamente também.

O “opositor” de Espíndola foi Nelson Soares de Oliveira, o qual não é lembrado por boa parte dos moradores da favela, especialmente quando questionei os mais velhos. André contou-me o pouco que soube da existência dele:

Pelo que eu sei, ele não foi um candidato do MDF para a Associação, na verdade, ele [Nelson] frequentava a Comunidade São José Operário e chegou a comentar com o Patrick que queria se candidatar. O Patrick apenas o incentivou, mas nem se envolveu em fazer campanha ou apoiá-lo publicamente. [André]

Mais uma vez, as fronteiras entre igreja e movimento nublam-se, ainda mais sob o peso da memória, quando se tenta identificar se Nelson Oliveira foi realmente ligado ao MDF ou se apenas um frequentador da igreja. Com a derrota desse seu adversário nas urnas, suscitava-se que Espíndola o expulsasse da favela, assim como fazia com forasteiros que adentrassem a favela sem seu conhecimento e permissão. O território mostra-se imperativo no modo de *fazer política* de Espíndola, uma vez que esse reivindicava que espaço circunscrito da favela estaria sob seu domínio e controle.

A conciliação pós-eleições seria conduzida por Espíndola, como aponta a continuação da matéria:

Conciliação

De público, no entanto, muito político, afirma, conciliador: “Acabou a eleição. Agora temos que trabalhar todo mundo junto.” Apesar de se dizer adepto da participação, Espíndola não aceita que todos os favelados – sete mil pessoas – votassem para escolher o presidente da Sociedade. “Está no estatuto que só podem votar os 700 associados e disso não abrimos mão”, assinala.

Uma semana antes das eleições, os partidários de Espíndola colocaram cartazes e folhetos com o programa de seu candidato em quase todos os barracos. E soltaram um manifesto dando estocadas na oposição, advertindo os eleitores que “um grupo de pessoas estava contra o ‘prefeito’ e que queria afastá-lo da sociedade.”

Num de seus tópicos, o documento relatava o que “esse pessoal havia feito em prol da favela: “Tomaram do Espíndola a chave da Igreja, proibiram o uso do alto falante, utilizado para anunciar crianças e outras coisas perdidas ou doentes que tinham alta nos hospitais”. A oposição contra-atacou com outro manifesto, afirmando que “está na hora de colocar na presidência da Sociedade quem tem vontade de trabalhar e não apenas aparecer para a imprensa.

De fato, Espíndola, que muitos dizem ser militante do PCB, embora ele negue isso com veemência, já deu entrevista para os maiores jornais brasileiros e muitos da Europa e Estados Unidos. “Sou muito conhecido, diz, e acho que é pelo trabalho que faço aqui”. Nos seus 27 anos de poder absoluto na favela, ele sempre procurou coordenar as visitas das autoridades e foi através de seus pedidos que muitas melhorias colocam hoje a favela da Vila Prudente como a mais urbanizada de São Paulo. Mas muitos desses favores foram trocados por votos.

Agora promete trabalhar ainda mais para a favela. Seus planos nesses quatro anos, incluem a conquista de esgoto e energia elétrica para os 30% restantes dos barracos e ampliar a creche, hoje com 60 crianças. “Precisaríamos de um local para abrigar pelo menos 400 crianças, diz, e quero ver se eu consigo isso, logo.”

A oposição reconhece que Espíndola fez alguma coisa, para a favela, mas critica seu estilo de conseguir os benefícios para os moradores. “Ele trabalha muito por conta” diz uma assistente social da Prefeitura, que conhece muito bem seu estilo de “governar”. “Enquanto ficar no cargo, dificilmente os favelados poderão participar ativamente”, garante ela. (...)

Anteontem, enquanto Espíndola acompanhava a reportagem da “Folha” pela favela, teve que resolver muitos desses problemas. “Seu Espíndola, aproximou-se de uma mulher chamada Gerulice. “O vizinho lá do meu barraco não quer que eu limpe a caixa de esgoto, que está entupida. Dá pra ver isso?” “ – Já vou”, responde. Em seguida, desaparece por uma viela estreita. Minutos depois volta e informa: “Tudo certo”. Além desse tipo de atividade, o “prefeito” atende os moradores em seu escritório. Providencia documentos, atestados, encaminha pessoas para políticos, “tudo de graça”, afirma, sem cobrar nada de ninguém”. Essa forma de atuar, assegura, “me deixa muito à vontade, pois não tenho o rabo preso com ninguém.” [Folha de São Paulo – 15/04/1984]

Com um discurso de conciliação, pedindo a participação e união pela favela, Espíndola tentava dissolver as tensões e possíveis ameaças que o surgimento de uma oposição lhe trouxera. A contradição de sua atuação se dava na distância entre seu

discurso e sua prática política. Conforme narra a reportagem, Manoel Espíndola cerceava as formas de participação dos moradores da favela, bem como manipulava regras e normas do estatuto da Associação pretendendo beneficiar-se pessoalmente.

Na disputa eleitoral, a antiga liderança também teria se beneficiado de sua rede de relações e apoiadores na distribuição do material de campanha. O manifesto da oposição o acusava de ser vaidoso, que gostava de “aparecer na imprensa, mais do que trabalhar”. Sua filha Elisa relembra que seu pai fazia questão de guardar todas as revistas e jornais para os quais concedia entrevista. Cristiano refere-se a Espíndola como “dono de um ego gigante”, pois não gostava de ser contrariado e apreciava “aparecer em qualquer jornal que fosse”. A vaidade seria uma característica marcante de Espíndola, conforme citado.

Entre ataques e contra-ataques, os partidários de Espíndola elencariam as medidas que os opositores teriam tomado em prejuízo a Espíndola. Destaco entre elas, a “tomada da chave da Igreja” que também foi enfaticamente citada por Elisa:

A gota d'água foi no dia em que trocaram a fechadura da igreja e não avisaram meu pai. Foi um desaforo sem tamanho! Eles [da igreja e MDF] estavam querendo proibir que os velórios fossem feitos lá, mas meu pai bateu o pé. Sabe, os barracos são pequenos e o pessoal não tinha condições de pagar um velório digno. Aí, o padre [Patrick] foi lá e trocou e não deu uma cópia pra ele. [Elisa]

Essa ênfase na perda da chave da igreja como sinônimo do declínio do poder de Espíndola mostra mais uma vez a centralidade do espaço da igreja na favela e como terreno de disputas políticas. A transferência da chave para as mãos de Patrick simbolizava certo declínio e perda de status para Espíndola e materializava alguns símbolos do conflito.

A maior crítica dirigida à atuação de Espíndola seria justamente seu “estilo de governar”, seu modo de *fazer política* em que cerceava a participação social dos demais moradores da favela. Trajando-se na figura de “prefeito”, “presidente” e visto como “coronel”, as falas de Espíndola na matéria são enfáticas e centradas em primeira pessoa; “eu fiz”, “eu consigo”, “eu farei” pela favela. Sempre “por conta própria” e agindo na companhia de poucos, Manoel Espíndola evidenciaria seu jeito personalista de atuar. Para Da Matta (1997; 1985), o personalismo seria caracterizado pela manipulação de regras e meios de burlar as normas legais em prol do pessoal; e, de outro, um sistema legal, moderno, individualista, isto é, fundado no indivíduo,

modelado e inspirado na ideologia liberal, que submeteria e trataria todos como “iguais”.

Aqueles que Espíndola tratava como oposição, de certa forma, reconheceriam que, por meio de seus contatos políticos, a liderança teria conseguido diversos bens e serviços para a Favela de Vila Prudente. Sempre citada como a favela mais organizada e urbanizada da cidade na época, foram essas relações concebidas como “clientelistas” que, mesmo permeadas por características assimétricas e desiguais, teriam garantido a Espíndola um pequeno grau de influência na conquista de recursos para a localidade. Todavia, as conquistas que Espíndola teria trazido para a favela eram apontadas como resultantes de trocas de votos e favores com governantes. É nesse sentido que Auyero (2011) veria, do ponto de vista do cliente, as mediações clientelistas como uma possível “solução de problemas de sobrevivência pelas pessoas pobres através da criação e reprodução de relações duráveis com mediadores políticos (via voto, comparecimento a comícios, participação na máquina política, e/ou nas tropas de choque dos partidos) ” (AUYERO, 2011, p. 133).

A solução de problemas e desavenças do cotidiano dos moradores da favela era tomada por Espíndola como uma de suas incumbências e, por que não, habilidade como mediador de conflitos. Sua atuação na favela predispunha então de um amplo conhecimento daquele cotidiano, a ponto de fazê-lo parte constituinte do universo da política. Cefai (2011), na busca de compreender os contextos de experiência e de atividade da política local a partir de uma associação de moradores em um bairro parisiense, denominaria como “saber local” a forma com que essas instituições se valeriam para “defender” ou “representar” um bairro. Os conhecimentos relativos às formas de vida associativa próprias de um território, bem como suas práticas e usos vigentes, forneceriam a essas organizações e suas lideranças legitimidade e capital político.

O contato com as “burocracias públicas”, muitas vezes inacessíveis ou desconhecidas pelos moradores pobres de uma favela, também era intermediado por Espíndola, que fazia questão de frisar a gratuidade com que oferecia seus serviços. Já o encaminhamento de moradores para o gabinete de políticos e governantes provia a esses o acesso a bens ou recursos, possibilitados por meio da rede de relações políticas que Espíndola mantinha. A matéria assim termina:

A tarefa mais árdua, como ele mesmo admite, será controlar a Igreja Católica Apostólica Romana, que “introduziu debaixo da batina dos padres a oposição. Esse pessoal me dá muito trabalho, afirma, mas não vou dar moleza para ninguém”. E daqui quatro anos? “Se me tirarem do cargo, eu morro. Isso aqui é tudo para mim”. [Folha de São Paulo – 15/04/1984]

Espíndola, assim, coloca que seu grande desafio seria o de “controlar” ou, minimamente, de “conviver” com uma oposição na favela. Seu declarado apego ao posto de presidência e ao poder que essa posição lhe conferia, evidenciavam que a antiga liderança não aceitaria que a oposição ameaçasse sua reputação política. O final das eleições já dava indícios de que o conflito não seria pormenorizado.

A segunda fase desse drama social ganhou fôlego quando denúncias na creche da favela irromperam na favela e chegaram à imprensa local. Em março de 1985, menos de um ano após as eleições, Espíndola foi acusado de tentar empregar familiares e pessoas de sua confiança na creche da favela. A creche comunitária construída em 1982, por famílias e jovens da Comunidade São José Operário, atendia 60 crianças na favela. Localizada na esquina das ruas Dianópolis e Rua da Light, esta foi submetida juridicamente à Associação de Moradores, pela necessidade de um ente jurídico para estabelecimento de um convênio com a Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES). O convênio destinava mensalmente Cr\$ 8 milhões⁷⁶, para o pagamento de sete funcionárias e assistência às crianças.

Sendo gerida majoritariamente pelo grupo de mães da favela, a creche também empregava algumas “pajens”, cuidadoras de crianças, indicadas entre as moradoras da favela. Lúcia, a então diretora, acumulava anos de experiência no trabalho em creches. Foi então que Espíndola resolveu destituir Lúcia do posto e nomear Deise como diretora, além de empregar uma de suas filhas como pajem. Sua alegação para tal medida era que os atuais funcionários não tinham “nível cultural” para dar à creche um bom padrão de atendimento. Como assim mostram algumas notícias da época:

Em Vila Prudente, creche pode perder sua autonomia

(...) Nos últimos seis meses, Manoel Espíndola – presidente da Sociedade há 30 anos – resolveu intervir na administração e nomear funcionários de fora para cargos de direção, sob a alegação de que os atuais dirigente e

⁷⁶ Numa conversão monetária de cruzeiros para reais, esse valor seria de aproximadamente R\$ 2.900,00.

funcionários não têm nível cultural para dar à creche bom padrão de atendimento.

A decisão de Espíndola gerou sério conflito com as mães e funcionárias, porque a creche foi criada para ser administrada comunitariamente e dar emprego às próprias moradoras, características até agora preservadas(...)

Suas ações têm respaldo da Secretaria da Família e Bem-Estar Social (Fabes), cuja titular, Marta Godinho, vê no presidente da Sociedade autoridade legal para indicar funcionários e orientar na administração da creche. [Folha de São Paulo – 19/03/1985]

Mães protestam contra desmandos na creche da favela

Um grupo de mães da favela de Vila Prudente visitou, ontem à tarde, a redação da Gazeta de Vila Prudente, a fim de protestar e contar uma série de fatos ocorridos na Creche “Caminhando Juntos” e envolvendo o presidente da Sociedade Amigos da Favela, Manoel Francisco Espíndola, e a atual diretora da creche, Lúcia Maria da Conceição.

De acordo com as mães, Espíndola quer retirar Lúcia do cargo e colocar em seu lugar Daize Santana, tesoureira do Centro da Mulher Brasileira (que em reportagem publicada na Folha de S. Paulo aparece como Deise Lopes). Além disso, Espíndola teria empregado na creche sua filha, Ariadne, reprovada em um concurso público para função que hoje exerce.

O grupo de mães afirmou que Deise é “autoritária”. Durante uma reunião em que ela própria apresentou-se às mães, houve um tumulto e Daize teria dito: “Queiram vocês ou não, serei a diretora da creche”. As queixas contra Ariadne dão conta de que “não tem paciência com as crianças, grita com as pajens e jamais será mandada embora porque é filha do Espíndola.

Segundo as mães, Espíndola vem chamando os favelados de “burros”, “incapazes de dirigir a creche” e desrespeita-os “como cachorros, falando sempre com o dedo em riste”, além de “espalhar mentiras sobre a Lúcia, acusando-a de comprar aparelhos domésticos para si com o dinheiro da favela. Mas quem controla as finanças e assina os cheques é o próprio Espíndola”. A creche é subordinada à Sociedade Amigos da Favela. [Gazeta da Vila Prudente – 21/03/1985]

Acusado de nepotismo⁷⁷ e de empregar pessoas na creche em trocas de favores políticos, Espíndola ainda teria assumido uma postura arrogante e de superioridade perante as mães e pajens da creche. Sua forma autoritária de atuar na favela tendia a ganhar contornos atenuantes ainda mais quando formas comunitárias e descentralizadas de gestão passaram a intensificar-se na favela com a chegada de Patrick.

A crise adensou-se quando o MDF, especialmente Patrick e Ana Boran, resolveu engrossar o coro das denúncias contra Manoel Espíndola. Pela primeira vez tornavam-se públicas as dissidências e embates entre as organizações:

⁷⁷ O nepotismo é caracterizado como uma prática política em que membros da família, ou pessoas próximas, são favorecidas mediante a nomeação e alocação desses em cargos e ocupações públicas, em detrimento de pessoas mais qualificadas.

O Movimento de Defesa do Favelado, que atua em 25 das 54 favelas da região, contesta as duas posições: a Espíndola, considera interventor, nesse episódio, e classifica de “insulto grave aos moradores” a alegação da incompetência em função da falta de cultura. A posição da Fabes, o movimento define de “politicamente conveniente, mas insustentável”, e denuncia que funcionários da Secretaria trabalharam como cabos eleitorais de Espíndola, em abril passado, quando após 29 anos de domínio político na favela, o presidente elegeu-se para um mandato de mais quatro, disputado pela primeira vez com uma chapa de oposição.[Folha de São Paulo – 19/03/1985]

Sendo acusado de um comportamento insultante com os demais moradores, o MDF também o denunciou por utilizar a creche como instrumento de exercício de seus favores políticos, trocados pelo apoio na última eleição da Associação. Não demoraria para que Espíndola também procurasse o jornal local e contasse sua versão dos fatos:

Espíndola desmente acusações sobre creche da favela

“A denúncia não é verdadeira. É mentirosa. As mães foram preparadas, dirigidas, para fazerem acusações. O que está acontecendo é uma política contra a Sociedade e a minha pessoa”, afirma Manoel Francisco Espíndola, presidente da Sociedade Amigos da Favela de Vila Prudente, defendendo-se das acusações que algumas mães fizeram à Gazeta sobre fatos ocorridos na creche “Caminhando Juntos”.

Espíndola esclarece melhor o que chama de “política contra a Sociedade”: aqui há um foco da Pastoral da Favela, dirigido pelo padre Patrick. A Lúcia também faz parte do grupo e convoca as mães para irem contra qualquer medida da Sociedade. Elas agitam mesmo”.(...)

Espíndola acrescenta: “Na minha opinião, as mães são influenciadas pelo padre Patrick que, junto com a Ana e a Lúcia, faz um trabalho político-partidário nas favelas. Na favela Jacaraípe, levam as pessoas até o gabinete de uma vereadora do PT”. [Gazeta da Vila Prudente – 28/03/1985]

Defendendo-se das denúncias, Espíndola emprega o termo *política*, com uma conotação pejorativa, como forma de referir-se às práticas de seus “opositores”, que teriam o intuito de desmoralizar e deslegitimar sua atuação e da Sociedade na favela. Estes tramariam e orientariam as mães a se posicionar contra a Sociedade, desqualificando quaisquer iniciativas desta. Espíndola então nomeia seus “opositores”: Patrick, Ana e Lúcia; acusando-os de tramar junto com as mães essa situação. O MDF, tido como “foco da Pastoral da Favela”, seria de tal forma citado em razão do vínculo de Patrick com a Pastoral das Favelas. Sob a mesma interpretação dos vínculos do MDF com esferas e atores da “grande política”, “seo” Espíndola também acusaria os membros do MDF e da creche de promoverem o apoio político partidário ao PT

interpelando moradores da favela e levando-os para conversarem com uma vereadora do partido.

No cotidiano da favela, essas disputas de mandonismo e protagonismo políticos estabeleceriam um “jogo de honra” entre entidades e lideranças, o qual funciona como aponta Fonseca (2000):

existe também um jogo de honra entre os quase-iguais, segundo o qual o indivíduo mede constantemente sua posição em relação a outros, pois, como nos lembra Pitt-Rivers (1973) a honra representa um sistema "absoluto": é impossível duas pessoas estarem no mesmo nível. Conseguir rebaixar o status de um faz com que suba o do outro. (FONSECA, 2000, p. 27)

Os ataques, acusações e fofocas expressos na fala de membros da Associação, e do MDF, podem ser vistos, assim, como dispositivos sociais manuseados nesse jogo de honra da política na favela. Ana Boran, junto de Lúcia e uma representante das mães, daria a última cartada do jogo ao vincular uma “Carta à População” no mesmo jornal local, contestando os argumentos de Espíndola. Com a publicidade da situação conflituosa e apoio do moradores da favela, o MDF e as mães conseguiram que a creche não sofresse alterações e mantivesse seu quadro de funcionários. Poucos meses depois, em razão do alargamento de uma rua na favela, o antigo prédio de madeira que abrigava a creche foi removido pela Prefeitura. O Círculo Operário então entrou em campo.

Mediante o fim da creche, Milton Seabra aproximou-se do MDF na busca de firmarem uma parceria para a reconstrução e gestão da creche comunitária na favela. Cabe ressaltar que, até então, o Círculo Operário mantinha uma forte relação com a Associação e por meio dela exercia sua atuação na favela. Essas ações sociais do Círculo estampavam as páginas do noticiário mensal da organização e garantiam prestígio social a Seabra no bairro. Usando o termo “caridade”, tanto André quanto Wilsinho assim referiram-se às ações de Seabra na favela. Além disso, sua atuação teria sido sempre permeada por traços de personalismo e num diálogo bastante verticalizado. Retomo brevemente aqui a análise de Da Matta (1997), a qual distingue e assegura que a “caridade”, traço característico do brasileiro, seria distinta da filantropia, que é um sistema de ajuda ao próximo e mais voltado para a construção social. Para o autor, a “caridade” reforçaria a “ética vertical”, ligando o superior ao inferior por laços de patronagem e da moralidade, além de complementar mais a perspectiva das relações hierárquicas nessa sociedade.

Nas reuniões ocorridas no espaço do Círculo para discussão sobre as obras da creche, Patrick já notava que Seabra tinha um jeito próprio de *fazer política*, especialmente, ao restringir a participação da população da favela nessas reuniões.

O Patrick tinha acabado de conhecê-lo, mas começou a perceber que ele tinha um jeito de agir que não era legal, não era o que o Patrick acreditava como projeto político. [Fala de André – Caderno de Campo, 05/11/2014]

Mesmo com as divergências de seus agires políticos, perante a necessidade de reconstrução da creche da favela, Patrick manteve essa articulação com o Círculo. Em 1986, Seabra apresentou um projeto para a creche a Patrick, o qual pretendia atender 120 crianças. O projeto da obra foi anunciado publicamente no boletim informativo do Círculo:

Creche na Favela

O que era um projeto começa a transformar-se em realidade.

Iniciaram-se as fundações para construção da Creche na Favela de Vila Prudente que abrigará 120 crianças de 0 a 6 anos daquela comunidade.

O Círculo estará administrando esta construção e junto com o Movimento de Defesa do Favelado – MDF, encabeçado pelo Padre Patrick e a Paróquia de Santo Emídio fornecerá os recursos materiais para a obra. Exceto para as fundações, toda a mão de obra empregada na construção da Creche será recrutada junto aos moradores da Favela de Vila Prudente que oferecerão seus préstimos gratuitamente.

O Círculo que já tem seu ambulatório funcionando há 10 anos naquele local e a Capela de São José Operário completa com esta obra um conjunto único de serviços e de gestão para a comunidade da Favela. [Boletim Informativo do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente- Set/Out de 1986]



Imagem 27: Desenho do projeto da creche

Fonte: Boletim Informativo do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente- Set/Out de 1986

Reconhecendo a eficiência e o êxito do mutirão que viabilizou o esgoto na favela, o Círculo apostou nessa forma de trabalho para a construção da creche. Exaltando as obras e serviços oferecidos à favela, a organização anunciava a creche como mais um dos compromissos sociais do Círculo com a região de Vila Prudente. A surpresa para Patrick e membros do MDF se deu quando, no boletim informativo, o Círculo indicava que realizaria gestão da futura creche e que essa teria o nome de São Patrício. Na tentativa de agradar Patrick, Seabra lançou mão de nomear a creche não avisando sobre tais decisões. A partir daí, conforme contam lideranças do MDF, as relações estremeceram-se:

Deu pra ver que o nome da creche era um agrado para o Patrick, mas ele não levou assim. Para o Patrick, tudo você devia sentar para discutir com a população e o Seabra não era bem adepto desse jeito de *fazer política*” [Fala de Cleber, liderança do MDF – Caderno de Campo, 20/06/2015]

O Patrick, a partir daí, viu que ia ser difícil trabalhar com esse cara [Seabra]. Ele era sempre autoritário e queria tomar as decisões pelo povo. A obra demorou pra acontecer e a relação foi piorando. [Fala de André – Caderno de Campo, 05/11/2014]

Mais uma vez, o “*jeito de se fazer política*” na favela aparece como razão do conflito entre entidades e lideranças. As formas distintas de conceberem a participação social e política nos processos de tomada de decisão sob projetos e ações na favela marcariam os conflitos e dissidências entre as figuras públicas e os grupos e organizações aos quais pertencem.

Ainda na fase de obras da creche, mais uma vez Patrick e Seabra discutiram sobre as decisões unilaterais tomadas pelo presidente do Círculo sem qualquer consulta à população. Patrick decidiu então romper relações publicamente com o Círculo durante uma reunião. Mediante a situação, Seabra avisou que deixaria de financiar a obra que se encontrava na metade. O padre, assim como no caso do mutirão do esgoto, demonstrou mais uma vez sua habilidade e posição como mediador (VELHO; KUSCHNIR, 2001) e acionou sua rede de contatos no exterior. Ao longo de um ano, Patrick conseguiu os recursos restantes para a finalização das obras.

A tarefa de finalização da obra continuou árdua para os moradores e famílias participantes da igreja que se dispuseram a participar do mutirão. De acordo com notas do diário de padre Patrick, com a saída do Círculo, apoiadores de Espíndola sentiram-se desinibidos e passaram a boicotar as obras da creche:

Estou sentado aqui na parede derrubada da creche. “Tenhamos” que ver como vigiar para assegurar que não aconteça de novo. Pelo jeito, a derrubada é proposital. Não é um tombo de brincadeira. Imagino que exista um grupo organizado atrás disso. Dá desânimo. Seu compadre Antônio está muito desanimado. Acabamos de saber que o cara que toma conta da sede dos jogos, ligado ao Espíndola, prometeu derrubar a creche. Resolvemos conversar o assunto entre Mané, Francisco, Zezinho e Odete para poder acabar com essa besteira. [Transcrição de trecho do diário do padre Patrick Clarke – 21/06/1987, Acervo do MDF]

Outros relatos posteriores do diário de Patrick narram o revezamento de jovens e famílias em turnos de trabalho para a finalização das obras. O padre não denunciou essa situação e, com certo conformismo, passou a compreender que esse era o tipo de oposição com que teria que lidar para a concretização de sua obra social.

A Creche da Favela foi entregue em 1987. A placa pregada na fachada visava a reconhecer publicamente todos os esforços de grupos e entidades que teriam participado da obra, evocando também uma tentativa de “conciliação”, de modo a amenizar os conflitos que se tornaram latentes durante essas obras.



Imagem 28: Placa da fachada da Creche da Favela - 1987

Fonte: Acervo do MDF

Dessa forma, após o episódio da creche, as dissidências entre entidades e lideranças ficaram bastante demarcadas. Espontaneamente, quase que organicamente, foram estabelecidos limites entre as atuações desses atores para que nenhum viesse a intervir ou disputar protagonismos sobre determinados domínios e questões que uma ou outra entidade encabeçaria. A coexistência desses distintos agires políticos na favela impeliu que essa “trégua” fosse firmada para que não houvesse mais conflitos que “desmoralizassem” as práticas políticas na favela, manifestas principalmente pelas acusações públicas. Mesmo com o falecimento de Manoel Espíndola, em 1991, por gerações essas entidades mantiveram-se distantes.

Capítulo 4 - Os desafios e arranjos nos novos tempos da política na favela

Minha presença na favela ocorreu cerca de três décadas posteriores aos conflitos apresentados no capítulo anterior. Desde minha chegada, passei a notar o protagonismo que Patrick exercia no local, sempre sendo citado numa breve conversa com os moradores da favela, sobretudo, os mais velhos. Se por um lado Patrick tornou-se uma

figura admirada pelos moradores, sendo a ele atribuído os créditos por tantas melhorias na favela nas últimas décadas, concomitantemente, muitas desavenças e desaprovações de lideranças e políticos ligados à favela também foram despertadas nesse processo.

Foi notável um arrefecimento da atuação da Associação no cotidiano da favela, sempre quando comparado o momento atual aos “tempos do Espíndola”, na fala das próprias lideranças da Associação. Após o falecimento desse paradigmático mediador político, a entidade teria perdido com ele muitos dos canais e possibilidades de interlocução com autoridades e reconhecimento entre os moradores da favela.

Paralelo a isso, novos formatos organizativos e de exercício da ação coletiva foram evidenciados na favela a partir dos anos 2000. O engajamento e articulação de moradores jovens em torno dessas iniciativas e o uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC's) são os principais marcadores que distinguiriam essas práticas políticas das demais já existentes na favela.

Nessa coexistência do “antigo” e do “novo”, dos “velhos” e dos “jovens”, a favela configurar-se-ia como um espaço de convivência e de “aprendizado intergeracional” entre as lideranças. Inicialmente, tomo aqui o conceito de gerações de Mannheim (1982), o qual ainda oferece a mais crível abordagem sociológica de dar conta do tema das gerações, embora algumas contribuições posteriores sejam particularmente significativas de serem mencionadas. Para a construção de sua abordagem sobre o problema sociológico das gerações, Mannheim (1982) analisou que mais do que fatores biológicos, como o nascimento em um mesmo tempo cronológico, o que caracterizaria uma situação geracional comum entre esses indivíduos seria a potencialidade ou possibilidade de presenciarem os mesmos acontecimentos e de vivenciarem experiências próximas, além de processarem estes de forma semelhante. Portanto, ser considerado “velho” ou “novo” nesse aspecto envolveria algo relacional e contextual. Se é “velho” ou “novo” em relação a alguém, a algum marco temporal tomado como referência. Alguém seria “velho” ou “novo” por viver em determinado contexto histórico e ter vivenciado experiências específicas e auto-adquiridas nesse processo, as quais estariam imbuídas de um caráter formativo do indivíduo.

O sociólogo inglês Philip Abrams (1982) viria ampliar essa perspectiva lançada por Mannheim, ao aprofundar e expandir a noção histórico-social de geração,

relacionando-a com a questão da identidade. De acordo com Feixas e Leccardi (2010), a intenção desse autor foi de lançar luzes sobre a íntima relação entre o tempo individual e o tempo social. A partir dos recursos e significados disponíveis socialmente e historicamente, os indivíduos das novas gerações teriam outros repertórios e elementos para a construção de suas identidades e de novas possibilidades para a ação (ABRAMS, 1982 *apud* FEIXAS; LECCARDI, 2010).

Os processos de socialização no cotidiano da favela e em meio aos grupos e entidades permitiriam que emergissem continuidades e rupturas no *fazer político* na favela a partir da atuação dessas novas gerações de lideranças. Michael Pollak (1992) sugere a possibilidade de ocorrer um fenômeno de identificação com o passado que é projetado no presente através dos processos de socialização política e histórica. Na articulação entre presente e passado, a memória buscaria no passado elementos que poderiam contribuir para explicar o presente, para dar sustentabilidade ao projeto de cada indivíduo ou grupo. Nessa perspectiva, o passado poderia se apresentar como continuidade ou ser reinterpretado e ressignificado pelas gerações mais novas.

No contexto estudado, como pude perceber empiricamente, a classificação ou sucessão dessas gerações não possuem fronteiras ou critérios tão claros. Cabe assim ressaltar que ao longo desse trabalho, a noção de juventude e a atribuição da categoria *jovem* a determinados atores orienta-se por atribuições e apropriações nativas. Nesse sentido, critérios e construções apriorísticas que compreendem a juventude como definida por determinada faixa etária acabam sendo questionados aqui à medida que meus interlocutores reconfiguram essas noções por meio de seus discursos e práticas. Dessa forma, poder-se-á perceber que a maleabilidade e atribuições de tais categorias também se configuram como apropriações e práticas políticas de meus interlocutores.

As “crias” de Patrick e Espíndola

No mundo da política são diversos os termos e categorias nativas mobilizados para se referirem aos sucessores de políticos ou lideranças: “apadrinhado”, “seguidor”, “indicado”, “protegido”, “discípulo”, entre outras categorias. É nesse sentido que as atuais lideranças da Associação e do MDF também lidariam com corriqueiras

associações entre suas figuras e as das paradigmáticas lideranças que fundaram essas organizações na favela.

Wilsinho, como atual presidente da Associação, fazia questão de dizer que aprendeu tudo o que sabe com o falecido “seu” Espíndola. André não deixava por menos, dizia que conversar com Patrick e as experiências que esse teria lhe proporcionado vinham lhe formando enquanto liderança do MDF. Nessa perspectiva geracional, Wilsinho e André eram tidos como “crias” dessas lideranças, revelando as demarcações entre seus distintos agires políticos e os das lideranças que os teriam precedido. Wilsinho agiria de tal forma por ser “cria” de Espíndola, enquanto que André e quaisquer pessoas da igreja seriam “tudo cria” do Patrick. O termo “cria” aqui mobilizado tenderia a ser associado com uma noção de descendência, no sentido do indivíduo ser oriundo de determinada “prole” e de um processo de criação atribuído a certo “progenitor”:

Aí eu fui numa reunião e o Seabra falou pra mim, “eu não quero falar com você, você é *cria* do Patrick.” [Fala de André – Caderno de Campo, 21/06/2014]

O termo poderia assim adquirir um sentido pejorativo quando mobilizado pelas demais lideranças e/ou adversários políticos. A acusação seria no sentido de que André carregaria determinados valores e uma “herança” de repertório político tais quais aos de Patrick Clarke. Dado o desentendimento e rompimento de relações de Patrick e Seabra no episódio da creche, André seria signatário dessa posição e do conflito herdado de seu “criador”. Wilsinho ao acionar sempre as lembranças em torno de Espíndola em seu discurso, de modo a justificar suas práticas políticas e opiniões sobre pautas da “grande política”, também revelaria valores herdados dessa antiga liderança.

É sob essa perspectiva que Mannheim (1982), aponta o estado de interação constante entre as gerações e o fenômeno de transmissão cultural, caracterizado pela “passagem automática, às novas gerações, dos modos tradicionais de vida, sentimentos e atitudes” (MANNHEIM, 1982, p.80). Na relação intergeracional entre essas lideranças ocorreria então um processo de aprendizagem e de transmissão de conhecimento, valores e lembranças. Desse modo, a memória de diversos eventos contados no capítulo anterior teria sido herdada pelas atuais lideranças e seria fruto das relações estabelecidas entre os mais “novos” e os mais “antigos”, estes últimos que teriam participado do

conflito. Como já explanado por Halbwachs (2003), fazer parte de um grupo permitiria que memórias fossem potencializadas através desses pertencimentos, sentimentos e experiências comuns entre os indivíduos, por mais que não vivenciados por todos. Wilsinho e André construiriam suas versões destes conflitos e seus posicionamentos políticos a partir de elementos emprestados e reconstituídos das narrativas e experiências dessas duas lideranças históricas que lhes precederam.

Como no relato presente no prólogo desse trabalho, Wilsinho e André encenam um episódio de conflito na reunião de moradores evidenciando que, mesmo com a trégua entre as organizações, o choque entre Associação e MDF ainda era inevitável na favela. Não sendo esse um caso isolado de disputa entre as duas lideranças, como pude notar em campo, passei a questionar se, mesmo com as trocas geracionais, as práticas políticas dessas organizações manter-se-iam distintas e suas lideranças distantes.

À medida que pude apresentar nos episódios de dramas sociais e ao longo da descrição sobre a atuação das organizações, essas articulariam espaços e formas distintas de atuação. A Associação de Moradores teria uma atuação mais restrita à resolução de problemas do cotidiano dos moradores voltados para a questão de infraestrutura, conflitos entre moradores e renegociação de dívidas ou contas de água e energia elétrica. Mediando o oferecimento de atividades de lazer e de atendimento médico aos moradores da favela, a Associação teria um caráter mais associativo e de provisão de bens e serviços para os moradores.

Uma vez nas dependências da Associação, na Sede, cheguei a presenciar uma moradora vindo consultar Wilsinho se ele havia conseguido o leite para seu filho. Ainda exercendo muitas das atividades que “seo” Espíndola desenvolvia, Wilsinho, todavia, não consegue ter a mesma interlocução com as autoridades políticas tal qual a antiga liderança. Um dos problemas que a Associação vinha enfrentando também era o baixo nível de participação de moradores e de associados, como assim contou o atual presidente:

Aqui na favela ninguém participa mais que nem antes, não tem mais interesse. Até quando tem eleição, pouca gente vota. Pode ver, a gente passa dificuldade financeira porque nem tem sócio mais. (Entrevista de Wilsinho [presidente da Associação de Moradores] – 03/09/2015)

A reclamação sobre a baixa participação e engajamento dos moradores da favela era bastante comum na fala das atuais lideranças; sendo sempre comparados com os tempos passados, os tempos das antigas lideranças.

Já o MDF teria uma atuação mais galgada na trajetória dos movimentos sociais urbanos. Mesmo com as transformações ocorridas ao longo do tempo, o MDF ainda preservaria uma atuação conectada aos preceitos e repertórios de ação destes movimentos, principalmente aqueles do campo da moradia. Contando com um corpo técnico de advogados e de lideranças nas favelas em que atua, o MDF tem mediado e encaminhado as pautas por regularização fundiária, acompanhando situações críticas de remoção ou reintegração de posse nessas favelas e necessidades de infraestrutura urbana em algumas localidades.

Filiado à UMM, o movimento e seus militantes vêm participando de diversas mobilizações em torno de pautas estratégicas, como a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001; e para elaboração do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, em 2002 e 2013. Além disso, lideranças do MDF vêm participando e/ou acompanhando de perto as atividades do Conselho Municipal de Habitação (CMH)⁷⁸ desde seu surgimento, em 2002. Mediante essas pressões foi que a Prefeitura de São Paulo aprovou, em 2004, o primeiro pacote de áreas que passariam por regularização fundiária na cidade. O MDF calcula que 160 áreas da cidade foram beneficiadas pela regularização, entre elas, a Favela de Vila Prudente, em que 2.670 imóveis receberam sua escritura.

A relação de proximidade entre o MDF e o PT também explicita a sua filiação e permanência na UMM, tida como o movimento de moradia “mais simpatizante do partido” e que tem parlamentares do PT como aliados em suas ações (BLIKSTAD, 2013). Como pôde evidenciar Tatagiba (2011), durante a gestão da prefeita Marta Suplicy (2002-2004) imperou a “prática política de negociação” entre o partido e os militantes dos movimentos de moradia, fazendo com que as ações de ocupações e manifestações fossem progressivamente reduzidas, prezando por uma relação permeada pelo diálogo com o governo. Além de atuar entre a “pequena” e “grande política”, o

⁷⁸ O CMH é uma instância de representação tripartite composta por: integrantes de entidades comunitárias e organizações populares ligadas à habitação, representantes de outras organizações da sociedade civil (associações, sindicatos, etc) e membros do poder público. As lideranças do MDF figuraram entre titulares e suplentes do Conselho no 1º biênio (2003-2005) e no 5º biênio (2014-2016). Ver mais em: TATAGIBA e TEIXEIRA, 2007.

MDF vem mantendo seus convênios com organizações internacionais e promovendo projetos de formação interna e nas favelas em que atua. No âmbito dessas articulações internacionais, seus militantes têm viajado e experienciado o contato com outros grupos e organizações atuantes na área social.

Apesar de atuações um tanto distintas, essas antigas organizações viriam enfrentando-se inevitavelmente em alguns momentos críticos. Porém, diferentemente das antigas lideranças, estes não chegavam a explicitar publicamente o conflito a ponto de demarcarem uma significativa cisão. Em reuniões realizadas no espaço da Associação ou na igreja São José Operário ambas lideranças se convidavam. Durante o período de tensão sobre a incerteza das obras do monotrilho, Wilsinho e André disputavam as narrativas sobre o problema e as possíveis soluções que poderiam contorná-lo.

Nas assembleias de moradores da favela, convocadas pelo MDF e mediadas por André, eram apresentadas as últimas informações que detinham sobre os trâmites das obras e posição das autoridades políticas perante as negociações. Discutia-se exaustivamente a conjuntura da “grande política” que poderia favorecer a favela e como a intercessão de um advogado do movimento estaria sendo conduzida para que lhes fosse garantido o direito à moradia da população.

A Associação não chegou a convocar nenhuma reunião sobre o tema. Wilsinho passava em algumas reuniões do MDF, assimilava alguns pontos debatidos e comentava o assunto ao término da reunião com alguns moradores. Mediante quaisquer problemas elencados nas reuniões era pronta sua resposta: “Não vai acontecer nada, eu sou o presidente e sei que tô falando. Agora, se vier a obra, eu já falei: a gente se junta e compra o terreno da SABESP”, dizia Wilsinho. Se para o MDF a situação exigia cálculo e cautela política para garantia do direito de permanência das famílias; para Wilsinho, o diagnóstico era simples e a solução para o problema facilmente contornada. Formas bastante distintas de compreender o problema, ler o contexto político colocado e propor caminhos plausíveis junto dos moradores. Alguns pontos das trajetórias e práticas políticas dessas lideranças explicariam o emprego dessas interpretações.

Tudo começou na igreja, quando o Patrick chegou pra mim e falou que eu tinha cara para a política [...] Eu cheguei no MDF quando o movimento comemorava uns vinte anos de atuação, então teve um peso sabe. Movimento com uma

articulação nacional, uma história mesmo. Aí me mandaram de primeira para um encontro nacional dos movimentos de moradia. [Entrevista de André - 13/04/2014]

André, 39 anos, é sempre reconhecido na favela por sua participação na Comunidade São José Operário. Na posição de ministro da eucaristia, André teria uma postura de “bom cristão”, como assim o caracteriza Cristiano, por sua frequência e relação próxima com a Igreja. Convocado por padre Patrick a partir de sua participação na igreja, André possui um discurso bastante eloquente e carregado de referências marxistas e da Teologia da Libertação, típicos da esquerda católica. Filiado ao PT, André participa ativamente de fóruns, congressos e outros espaços de debates políticos, além de ser convidado a participar de viagens internacionais representando o MDF em eventos.

Wilsinho viria a trilhar uma trajetória distinta e mais circunscrita que André:

Eu cresci próximo do velho Espíndola, desde os 16 anos ele teve o papel como de um pai pra mim. Aprendi tudo que sei de política com ele (...). [Trecho do depoimento de Wilsinho, presidente da Associação de Moradores, para o “Doc Sou Favela” – Caderno de Campo, 02/09/2015]

O “seo” Espíndola era recebido direto pelas autoridades, por isso eu não aceito ficar só sendo passado por assessor por aí. (...) Eu acabei me desfiliando do PMDB porque não acredito no rumo que a política tomou no país. [Entrevista de Wilsinho, presidente da Associação de Moradores – 03/09/2015]

Presente nas reuniões de moradores, pude notar que Wilsinho ainda procura exercer um controle na favela semelhante ao de Espíndola, enfatizando em suas falas a sua posição como “o presidente da Associação” e reivindicando o prestígio que esse posto teria. Suas experiências políticas estiveram delimitadas a postos no conselho e na diretoria da Associação e no conselho da unidade básica de saúde do bairro. Não tendo tanta interlocução com os atuais governantes, Wilsinho critica a falta de abertura que estes teriam em recebê-lo, “na época do Espíndola era mais fácil, eles ouviam os favelados”, tenta assim explicar. O descontentamento com os governantes fez com que Wilsinho se desfiliasse do PMDB recentemente, após vinte anos no partido.

Localmente, Wilsinho ainda mantém uma relação amistosa com Seabra, agora na presidência do Círculo de Trabalhadores Cristão de Vila Prudente⁷⁹. Nesse tempo, Seabra ampliou sua interlocução no bairro, tornando-se um dos sócios fundadores do jornal Folha da Vila Prudente, em 1991. Assumindo o posto de presidente e editor-chefe do jornal em 2001.

Assim como seus antecessores, André e Wilsinho teriam vivenciado experiências distintas nos entremeios do *mundo da política*. Suas práticas políticas e discursos seriam, então, condizentes com suas respectivas experiências e trajetórias nessas organizações. Numa breve e atual comparação, Cristiano – que já havia participado do MDF – explicou que “a Associação parou no tempo, deixaram de atuar na favela nos tempos de hoje”. Neste aspecto, o jovem procurava referir-se ao baixo protagonismo da Associação e de seus membros, que ainda viveriam de certa nostalgia sobre os “tempos de ‘seo’ Espíndola”.

A capacidade de interlocução do MDF junto à “grande política” e seu conhecimento sobre os processos e trâmites burocráticos vigentes no contato com instituições políticas, fez com que Wilsinho reconhecesse, em alguns momentos, a liderança de André na favela:

Gente, eu acho que é um momento importante para a gente aprender e entender o que está por vir [sobre as obras da Operação Urbana] e que bom que temos pessoas que nem o André, que está aqui dedicado nessa questão. Olha, então, respeitem a liderança que ele é e o conhecimento que ele está trazendo, pelo que ele está fazendo pela favela. Eu, como presidente da Associação, digo que é de pessoas como o André, de lideranças como ele que a favela precisa. [Fala de Wilsinho em reunião convocada pelo MDF - Caderno de Campo, 28/09/2015]

Em uma reunião convocada pelo MDF, a qual procurava apresentar aos moradores da favela os possíveis impactos que a Operação Consorciada Urbana Bairros do Tamanduateí traria à favela, Wilsinho realizou a fala acima transcrita. A fala pública de Wilsinho em meio à igreja, além de demarcar publicamente sua posição como “presidente da Associação”, também exprimia uma tentativa dessa liderança de diluir as

⁷⁹A mudança de Círculo Operário para Círculo de Trabalhadores, a partir de 1990, estaria associada ao processo de desindustrialização do bairro e às transformações urbanas. A categoria “trabalhadores” possibilitaria agregar novas inserções ao mercado de trabalho.

fronteiras e minimizar os conflitos entre sua entidade e o MDF, uma vez que o assunto em pauta pediria o estabelecimento de uma união entre os moradores.

A fala de Wilsinho exaltando a figura e atuação de André, por mais que estivesse permeada de “diplomacia” política, ainda era um tanto curiosa. Tentando compreender como embates constantes transformar-se-iam em laços de solidariedade momentâneos entre essas lideranças; foi numa conversa desprentensiosa com os jovens do EcoInformação que fiquei sabendo que os dois não deveriam ser vistos como “adversários políticos”. Nas eleições para a presidência da Associação, em 2012, foi André quem ajudou Wilsinho a ser eleito como o “predileto” da favela.

Quando o “inimigo é outro”: eleições de 2012 da Associação

Há dois anos realizando a pesquisa de campo na favela não pude deixar de expressar tamanha perplexidade com o fato de André já ter apoiado Wilsinho ao cargo de presidente durante as eleições para Associação no passado. Sabendo das disputas históricas entre as entidades existentes na favela, eu já havia construído um quadro interpretativo que via MDF e Associação como “adversários”, e nas situações mais tensas, quase que como “inimigos”. Foram os relatos dos jovens do EcoInformação sobre as eleições de 2012 que me permitiram desessencializar minha interpretação um tanto quanto polarizada. A narrativa sobre as eleições de 2012 são aqui contadas por meus jovens interlocutores. Para isso, transcrevo alguns trechos dessa conversa, devidamente anotados em meu caderno de campo:

Em 2012 teve eleições para a Associação e saíram dois candidatos: o Wilsinho e o Zico, aquele cara do PSDB. O Zico nem morava mais aqui, mas o pessoal do PSDB tentou colocar ele para candidato aqui na favela. Foram três chapas, se não me engano, e a chapa do Zico tava ganhando espaço. Aí o André resolveu ajudar o Wilsinho. Sabe como é, a gente sendo PT, o nosso inimigo era outro nesse momento. [Cristiano]

A gente fez a maior campanha, tudo a gente conversava por *Facebook*, principalmente para fazer o slogan do Wilsinho. Como ele não era um cara muito bom das ideias, a gente criou o “Vote Wilsinho, Maluco Beleza”, se lembra?” [Felipe – 22 anos, integrante do EcoInformação]

Aí o Zico chegou a leiloar um cabrito, fez um bingo aí na sede do Vera [time de futebol] e rifou esse cabrito. A mãe do Guga [um jovem do coletivo] que

ganhou o cabrito. Aí quem mandou né, fizemos uma campanha em cima do cabrito, falando se valia vender o voto por um cabrito [Cristiano]

Nossa, eu lembro no dia da votação. Aí o André falou com o Santista [Cristiano] e ele veio falar com a gente do Eco. No dia, a gente ficou falando pelo Facebook, se reuniu e fez filas imensas pra votar. Chamamos tudo que é parente aqui da favela e aí só dava todo mundo com o RG pra votar. [Mauro – 24 anos, integrante do EcoInformação]

(Trechos extraídos do Caderno de Campo – 11/09/2015)

Depois de dez anos sem a realização periódica de eleições, em 2012 os membros da Associação de Moradores cederam pela convocação de novas eleições. Para a disputa eleitoral foram lançadas três chapas: Chapa 1 do candidato Zico, Chapa 2 da candidata D. Lisa e Chapa 3 do candidato Wilsinho.

Na disputa, Zico, o qual já havia assumido a presidência da Associação na década de 1990, disparava na preferência dos moradores. Por sua filiação ao PSDB, Zico seria visto como um candidato do partido e aposta deste em angariar apoio político partidário na favela, quem sabe, para as próximas eleições. André, assim como Cristiano, filiado ao PT, via Zico como uma possível ameaça e risco, não apenas para a Associação, mas para a favela. Na lógica da disputa político-partidária vigente na “grande política”, PSDB e PT são concebidos como partidos extremamente polarizados, por questões ideológicas e por pautarem suas campanhas políticas justamente nesta polarização. Na “pequena política” gestada na favela, essa lógica da disputa partidária também seria de tal forma canalizada e incidiria sobre a disputa para a Associação de Moradores.

Com o “inimigo” conquistando votos para as eleições, André resolveu intervir nessa corrida eleitoral para a Associação; não se candidatando, mas apoiando aqueles que já estavam na disputa. Para André, o fato de Zico residir fora da favela⁸⁰ corroboraria para que ele não fosse visto com legitimidade suficiente para assumir o cargo da presidência da Associação. Uma vez que um candidato que não compartilhasse a experiência comum a todos moradores da favela, ou seja, o “morar” naquele território, não poderia *lutar* pelas reais necessidades dos moradores por desconhecê-las.

⁸⁰ Zico teria mudado da favela há pelo menos uma década, sendo que apenas seu filho mais velho ainda residiria na favela.

Wilsinho, que se encontrava em segundo lugar na predileção dos moradores, ganhou então em André um aliado político. Percebendo que iria enfrentar uma acirrada disputa na corrida eleitoral, Zico abriu mão de algumas estratégias para aumentar seu prestígio na favela e angariar mais apoio político para as eleições:

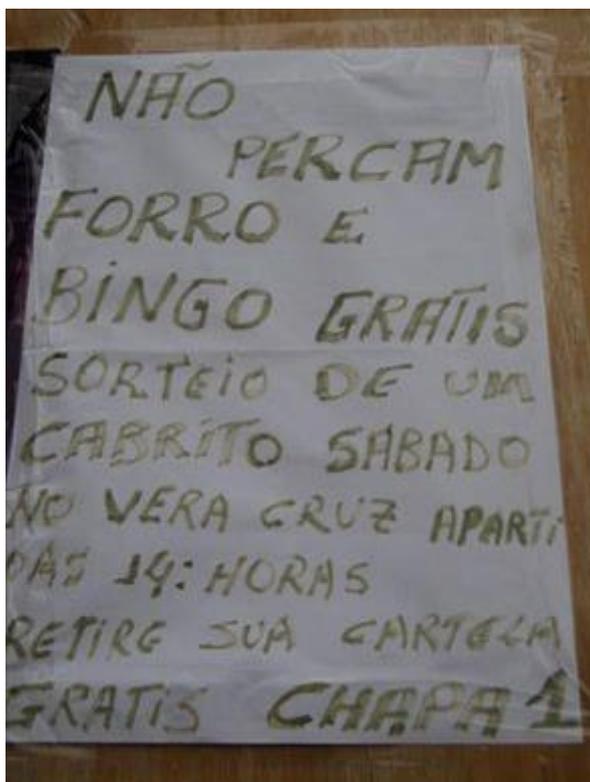


Imagem 29: Cartazes da Chapa 1 – Eleições na Favela 2012

Fonte: Página do EcoInformação no Facebook

Zico junto com seus apoiadores decidiram por realizar uma festa, um forró para os moradores da favela na sede do Vera Cruz, time de futebol da favela. Nos cartazes afixados pela favela, ressaltava-se o caráter gratuito do evento, o qual ainda contaria com a realização de um bingo e o sorteio de um cabrito. Como detectou Chaves (2003), as festas políticas teriam um papel fundamental como forma de sociabilidade na qual a política se sustenta e a partir da qual se espraia. Essas também referem-se ao exercício do personalismo, explicitando os valores que o sustentam, além de refletirem “a ambiguidade de que são portadoras, tais festas políticas expressam a face pública – socialmente visíveis mas desprestigiadas – de relações políticas calcadas no predomínio do privado” (CHAVES, 2003, p.165).

Vista como uma estratégia para a compra de votos, essa iniciativa de Zico foi tida como condenável por meus interlocutores, uma vez que, imbuídos pelos valores modernos e democráticos da sociedade, “o voto seria pessoal, secreto e inalienável”, ou seja; a compra de votos seria vista como um ato imoral num processo democrático como esse. Como assim relatam, considerando o fato de que André e Cristiano também teriam influenciado o voto dos jovens do Coletivo EcoInformação no processo eleitoral, esses apenas condenavam a prática de obtenção de votos quando a relação de troca envolvida nesse processo estivesse pautada na provisão de algum bem material ao eleitor/ votante. Pode-se assim notar que a realização de uma festa de forró não foi condenada ou ao menos citada como uma tentativa de conseguir apoio político e obter votos entre os eleitores.

Como mostra Barreira (2004), ao refletir sobre as práticas políticas que são classificadas como crimes eleitorais, ações fraudulentas ou atos de corrupção; o oferecimento de festas, churrascos e a realização de eventos pelo candidato político para a sua base eleitoral não seriam concebidos pelos eleitores como “crime” ou “compra de voto”. O autor mostra na verdade, que justamente ações como essas são esperadas pelos eleitores, pois simbolizariam *dádivas*, uma vez que o voto estaria inserido numa relação de troca com o candidato. A base eleitoral cativa do candidato lhe daria o voto, o candidato o receberia e o retribuiria por meio da realização de tais ritos festivos típicos do “tempo da política”.

Ainda sobre a escolha que orientaria o voto, Kuschnir (2000), ao buscar entender os múltiplos elementos que o motivariam, mostra que “o indivíduo situa sua “escolha” dentro de um leque de opções, um campo de possibilidades: “Podem estar em jogo, não só o bairro e o time de futebol, como a religião e o conselho do sogro” (KUSCHNIR, 2000, p.137). Evidencia-se aqui a contradição entre os discursos e valores atribuídos ao voto e sua prática concreta no cotidiano. Influenciados pelos laços de amizade que os envolviam, os jovens do coletivo, liderados por Cristiano, assumiriam ao lado de André o apoio político a Wilsinho. Mediante a rede de relações vigente nesse território, que envolve desde a vicinalidade ao parentesco, os jovens ainda mobilizaram vizinhos e familiares para apoio e conquista de votos para Wilsinho. O reforço de valores de lealdade e gratidão ganhariam peso nessas relações e fariam com que o indivíduo assim norteasse “afetivamente” sua escolha política.

Por compreenderem a repercussão negativa que a tentativa de compra de votos de Zico teria na favela, a rifa do cabrito tornou-se símbolo e *slogan* da campanha de Wilsinho e foi utilizada contra a candidatura de Zico. Os cartazes afixados nas favelas e os posts nas redes sociais condenavam ou tratavam em tom jocoso tal prática eleitoral:



Imagem 30: Cartazes e Posts da Campanha Eleitoral

Fonte: Página do EcoInformação no Facebook

Durante as eleições, estas práticas tradicionais das campanhas políticas se mesclaram com o uso de novas tecnologias, como a utilização das mídias sociais, as quais teriam impactado significativamente nessas eleições. Na rede social *Facebook*, além de veicularem muitas imagens e discursos apoiando Wilsinho, os jovens também contaram que se comunicavam para saber como corria o processo eleitoral no dia e local de votação. Dada a possibilidade de pulverização da informação e seu uso estratégico como ferramenta de comunicação, a utilização do *Facebook* garantiu parte do êxito da campanha eleitoral de Wilsinho.

Na abertura das urnas, o resultado final das eleições era esperado, mas foi ainda mais arrebatador: Dona Lisa obteve 160 votos, Zico 300 votos e Wilsinho 740 votos. Como assim contou Wilsinho, desde o tempo de Espíndola não havia um quórum tão alto de votantes nas eleições. A campanha de uma liderança do MDF para uma liderança da Associação teria tido um alcance potencializado pela junção de forças políticas que as duas lideranças possuíam.

Ao término das eleições Wilsinho sentiu-se na obrigação social, dentro da ideia das relações de reciprocidade, de retribuir o apoio concedido publicamente por André à

sua candidatura. O então presidente da Associação, ao assumir esse posto, ofereceu o cargo de diretor social a André, cuja função envolvia a viabilização de projetos e iniciativas sociais para a entidade.

André não chegou a comentar muito sobre esse episódio, apenas contou-me que negou o cargo, pois estava atribulado com seu trabalho no MDF. Mesmo negando o cargo, para alguns moradores e lideranças da favela, notava-se a intenção de André de manter essa dívida social e moral com Wilsinho, de modo a poder influenciar minimamente algumas questões dentro da Associação. No entanto, pela primeira vez no posto de presidente, Wilsinho se viu acuado e sem saber gerir as atividades da entidade. Isso o levou a restituir a antiga diretoria da Associação em seu mandato, minando com quaisquer expectativas de mudança que André projetava para a Associação. Mediante tal cenário, André decidiu por distanciar-se novamente da Associação e de romper laços com Wilsinho. O “inimigo” ou “adversário” já havia sido vencido e restaurava-se assim as segmentações entre MDF e Associação.

Na situação das eleições de 2012 aqui apresentada, diferente do ocorrido em 1984, André, liderança do MDF, teria apoiado um candidato ligado à figura de Espíndola para as eleições da Associação. Neste contexto, as cisões oriundas de conflitos do passado teriam sido colocadas em suspenso. “O inimigo era outro”, o que fez com que laços de solidariedade fossem estabelecidos por um período momentâneo.

Esses rearranjos e reordenamentos das relações políticas na favela podem ser compreendidos pelo princípio de segmentaridade que, para Deleuze e Guatarri (1996), pode ser distinguido em três modalidades: binárias (de gênero, classe, idade: assim, na favela, a distinção entre ser ou não morador, por exemplo), circulares (do indivíduo com o espaço: a favela, o bairro de Vila Prudente, a zona leste, a cidade de São Paulo) e por fim, as lineares (ligadas a processos constantes e sucessivos: a família, o partido, o trabalho, a religião). Assim afirmam os autores, que por sermos seres segmentarizados espacial e socialmente, estas figuras segmentares que nos compõem são tomadas umas nas outras, transformando-se de acordo com o ponto de vista. A forma com que nos relacionamos poderia então adquirir diversas multiplicidades temporalmente ou contingencialmente (DELEUZE; GUATARRI, 1996, p.84).

Nessa situação, os rearranjos das relações políticas entre os atores da favela poderiam ser interpretados como “linhas em fluxo”, ou seja, o entrelaçamento dessas segmentaridades que compõem o todo de cada um dos atores. A filiação partidária, pertencimento a um grupo e a relação com o local de residência, sendo encarados como segmentos, nos permitiriam compreender de forma menos estanque e normativa tais rearranjos e reordenamentos do indivíduo num grupo e na sociedade.

Anos 2000: A favela e o *jovem favelado* viram “potência”

No contexto econômico e político de ascensão da classe C, a favela passa a ser celebrada e exaltada pela mídia e o mercado como sinônimo de “potência” e desenvolvimento. No recente livro organizado pelo produtor cultural Celso Athayde e Renato Meirelles, presidente do Instituto Data Popular, os autores visam a evidenciar o “poder transformador” das favelas brasileiras e de seus moradores (ATHAYDE; MEIRELLES, 2014). Apresentando dados qualitativos e quantitativos sobre o universo das favelas brasileiras, o livro ainda aborda as iniciativas de empreendedorismo, fomento da economia popular e atividades culturais promovidas por seus moradores. O potencial criativo agora desperto nas favelas seria quase que um atributo inerente aos seus moradores.

Ainda nessa pesquisa liderada pelo Instituto Data Popular, foram ouvidas 2 mil pessoas em 63 favelas do Brasil. Entre os dados coletados, busca-se corroborar com uma ideia de ascensão social dos moradores de favela na última década, mediante a apresentação de dados referentes ao aumento de renda e poder de compra desses:

Em 2013, a média salarial do favelado era de 1.068 reais contra 603 reais, em 2003. Trata-se de um salto notável de 54,7%. No Brasil em geral, a renda pulou de 1.172 reais para 1.616 reais, uma evolução de 37,9%. Conclusão: na favela, o ritmo do avanço é mais acelerado. (ATHAYDE; MEIRELLES, 2014, p. 30)

Além destes dados, a publicação ainda estima que os quase 12 milhões de moradores de favelas movimentaram, somente no ano de 2013, mais de R\$ 63 bilhões na economia brasileira. Em seu último parágrafo, a publicação não podia deixar por menos ao prenunciar que “convém valorizar o espaço da favela”. Realizando o que

D'Andrea (2013) chamou de “uma celebração mercadológica dos pobres”, o mercado visualizou neste cenário uma oportunidade de fomentar o consumo popular da classe C ou da chamada “nova classe média”.

Paralelo a isso, além do avanço das organizações do terceiro setor desde 1990, as fundações e institutos empresariais também irão fortalecer suas atuações nesse período. Subsidiados pelas estatísticas de violência juvenil, desemprego, gravidez não desejada na adolescência e baixas taxas de rendimento escolar no ensino médio a juventude mostrou-se um necessário e potencial “campo de intervenção” (TOMMASI, 2014) para estes atores e seus projetos. Em consonância com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a imagem do “jovem problema” deveria ser assim superada para que ele fosse concebido como “sujeito de direito”. Porém, como analisa Tommasi (2012, 2014), a maneira enfática com que projetos sociais e políticas públicas passaram a trabalhar a questão juvenil foi de conceber o jovem como “futuro da nação” e “protagonistas do desenvolvimento local”. Longe de reconhecer veementemente as potencialidades da juventude pobre, as organizações passaram a trabalhar sob a lógica da “gestão de riscos”, operando dispositivos de gestão da população jovem. A ocupação do tempo livre e a orientação para o engajamento em ações sociais em suas comunidades foram algumas das estratégias trabalhadas.

Faz parte da gramática e discurso desses atores e instituições (executoras e financiadoras) o uso de verbetes e termos que qualificam e remetem-se à favela e seus moradores como “vulneráveis”, “em situação de risco”, “em situação de exclusão social” e “marginalizados”. A resposta para reverter esse quadro também seria dada por meio do uso retórico de outros termos como “empoderamento” (empowerment), “quebra do ciclo da pobreza”, “inclusão social” e o mais sagaz deles, “promover o protagonismo dos sujeitos”⁸¹.

Foi dessa forma que a “favela”, assim como, paradoxalmente, o “jovem”, transitou do espectro de “problema” para o de “potência”. Os jovens favelados, reunindo todos estes signos, passaram a ser vistos como potencial público-alvo para políticas públicas e projetos sociais. Não pretendendo me estender nessas análises,

⁸¹ Esses termos e verbetes mencionados no texto foram extraídos de sites de fundações empresariais e de documentos e materiais das organizações citadas. Por ter trabalhado anteriormente numa fundação empresarial com foco na juventude, também consultei alguns textos e linguagens que eram comumente utilizados no cotidiano dessa instituição.

busco apenas reconstituir esse cenário social e econômico, de modo a expor esse contexto específico onde estão situados meus interlocutores. São essas transformações das últimas décadas que irão influenciar as práticas políticas de uma nova geração de moradores, bem como colocar desafios para as lideranças e entidades já estabelecidas a longa data.

Os desafios da juventude do MDF

Toda vez que a gente tem que contar o que é o MDF se começa falando dos mutirões da década de 1980, de tudo que foi feito, sempre falando do passado. Às vezes quando eu percebo, até a gente mais jovem acaba reproduzindo esse discurso. [Fala de Júlia, moradora de São Mateus e participante da Juventude do MDF – Caderno de Campo, 12/04/2015]

É isso, nosso desafio é pensar o que vai ser o MDF daqui pra frente. Se não, a gente fica só falando do passado. [Fala de Giovani, morador de São Mateus e liderança do MDF – Caderno de Campo, 12/04/2015]

Durante uma reunião de jovens integrantes da Pastoral da Juventude na igreja São José Operário, Júlia e Giovani conversavam comigo durante um lanche com cerca de trinta jovens ligados a CEB's das periferias de São Paulo. Júlia, de 23 anos, e Giovani, de 38 anos, comentavam comigo sobre seus anseios em relação ao espaço ocupado pelos jovens no MDF. A história do MDF galgada na trajetória dos movimentos sociais urbanos impeliria que sua atuação fosse sempre contada e recontada tendo como referência seus “tempos áureos” na década de 1980. Para Júlia e Giovani isso dificultaria projetar um futuro para a atuação do movimento nesse novo contexto social e político colocado. De tal forma, pela presença de “antigas” lideranças no quadro do MDF, um discurso em comum seria incorporado por todos que participam da entidade.

O movimento formado em meados da década de 1980 ainda é composto por um quadro de lideranças atuantes no movimento desde os anos de 1990. A equipe central do MDF, atualmente, é formada por cinco educadores/lideranças e duas coordenadoras, além de Patrick no cargo de presidente. Dessa equipe, apenas André e Josenilda, lideranças da região de Vila Prudente, e Giovani, liderança da região de São Mateus, ingressaram no MDF em meados dos anos 2000.

Não apenas a idade se configura como um marcador para essas duas gerações de lideranças que compõem o quadro do movimento, mas justamente o momento e período de ingresso do MDF. Dessa forma, Cleber, que integra a equipe do MDF desde 1998, possui a mesma faixa de idade que essas lideranças da segunda geração; porém, com 40 anos, ele teria vivido outras experiências por seu ingresso prévio na entidade. Um marcador que os diferenciaria nesse processo estaria intrinsecamente relacionado com a temporalidade da política na cidade de São Paulo, ou seja, dos períodos e gestões municipais pelos quais teriam passado ao longo de sua presença no movimento. Principalmente, no que concerne às políticas habitacionais geridas pelas distintas gestões que se seguiram na cidade, estas se configuravam como marcadores para as gerações do MDF.

Desde seu ingresso em 2007, Giovanni concilia sua rotina no movimento com a atuação como professor de biologia na rede estadual de ensino. Compondo o quadro da equipe central, além de articular as demandas das favelas da região de São Mateus, ele também passou a coordenar o trabalho com alguns jovens que participavam do MDF, justamente a partir da relação ou atuação de seus pais ou avós no movimento. Como abordado por Tomizaki (2005) em seu doutorado sobre as relações intergeracionais entre sindicalistas metalúrgicos do ABC, torna-se passível compreender uma transmissão familiar de “herança política” entre as classes populares, em que são transmitidos conhecimentos entre as gerações de uma família e uma certa predisposição para a ação política.

Júlia é uma das jovens que vem participando das atividades do MDF, como os cursos de formação e encontros com lideranças populares de outras organizações financiadas pelos parceiros do MDF, como a CAFOD. A avó de Júlia teria sido uma importante liderança das favelas do distrito de Iguatemi⁸² que, apesar de não ter integrado a equipe central do MDF, teria sido uma importante articuladora local que participou das mobilizações do movimento para a conquista da regularização fundiária em algumas favelas e construção de conjuntos habitacionais na região.

⁸² Iguatemi é um bairro da extrema zona leste de São Paulo. Fica a aproximadamente 13 km do centro do município de Santo André e a 20 km do centro da capital.

Eu lembro de ir com a minha avó em alguns atos, e de ajudá-la em um referendo quando ainda era bem pequena. [Fala de Júlia, moradora de São Mateus e participante da Juventude do MDF – Caderno de Campo, 17/06/2014]

A jovem ainda conta que a ideia de formação de uma “Juventude do MDF” teria surgido a partir de um diagnóstico de Patrick ao perceber que, nas assembleias e reuniões com os moradores das favelas, poucos jovens estariam presentes ou participando das mobilizações locais.

O Patrick foi percebendo que não havia jovens envolvidos nas coisas do MDF nas favelas. Pode ver, na Vila Prudente ninguém mais participa. O Cris [Cristiano] e os meninos do EcoInformação até chegaram a participar, mas se distanciaram. Tem uma preocupação porque, querendo ou não, quem participa ainda é gente *das antigas*. Minha avó mesmo, tem quase 80 anos, não tem como se dedicar mais como antes a essas coisas. [Fala de Júlia, moradora de São Mateus e participante da Juventude do MDF – Caderno de Campo, 17/06/2014]

Júlia retrata que haveria uma preocupação interna na entidade com a “renovação” do quadro de lideranças e articuladores locais, para a sustentabilidade e continuidade do MDF e de suas ações junto às e nas favelas em que atua. Nesse encontro intergeracional entre “antigas” e “novas” lideranças seria passível de ocorrerem também rupturas, como assim apontou Tomizaki, “Em certos casos, o grupo que se vai transmite as suas posições para os mais jovens. Em outros, não há mais posições a serem transmitidas. Em outros, ainda, não há interessados em ocupar as posições que se transmite “ (TOMIZAKI, 2005, p.264).

Na convivência e compartilhamento desse espaço de atuação do MDF entre as “antigas” e “novas” lideranças se dão diversas trocas de experiências, bem como conflitos e desentendimentos entre esses atores. Dona Lili, mesmo na condição de afastada do MDF, teria ainda uma resistência em reconhecer a figura de André como liderança da favela. De acordo com as atuais lideranças do movimento, ela o acusaria de roubar sua cópia da chave da igreja São José Operário; uma vez que agora era André quem realizaria as reuniões nesse espaço. Assim como no caso do conflito com “seo” Espíndola, nas décadas de 1970 e 1980, a posse da chave da igreja ainda simbolizava e materializava o poder e evidenciava que a igreja ainda detinha certa centralidade para a política na favela.

No que tange a constatação da baixa participação de jovens no MDF, Feltran (2011) já havia enunciado um arrefecimento das ações dos movimentos sociais nas periferias e favelas urbanas, a partir dos anos 1990, e que seria fruto da exclusão social profunda que marcou a década. Mediante um novo contexto político e social, a combinação da tríade “desemprego-drogas-criminalidade” abarcava a nova geração de moradores de favelas e periferias. Houve assim uma ruptura e descrença dessa nova geração nos meios de ascensão social, na própria relação com o mercado de trabalho, representação e participação política por organizações de base, em comparação com a geração de seus pais. Estes fatores tenderiam a justificar o baixo interesse e envolvimento dos jovens em seguir as trajetórias de antigos militantes da década de 1980.

No caso específico da Favela de Vila Prudente, esse diagnóstico pode ser ampliado a partir do ponto de vista dos meus interlocutores. A partir da trajetória de Cristiano, ele conta que os jovens frequentariam as atividades do movimento, inicialmente, impulsionados pelos laços familiares ou de amizade mantido com pessoas ligadas ao MDF. Um outro ponto que levaria os jovens a participarem, seriam as viagens para a Jornada Mundial da Juventude, realizada a cada dois anos:

Todo mundo que tá lá, tá porque alguém o convidou e chamou para participar. Eu fui muito por causa do André e por participar das atividades da igreja. [...] Muitos jovens tão lá também por causa da Jornada, porque sabe que o MDF paga toda viagem.[...] A minha [ida à Jornada] foi a primeira em que os jovens das favelas foram, aí depois todo mundo queria participar e ficava de olho nisso.[...] Sabe, a experiência da Jornada da Juventude na Alemanha foi única, lá você não valoriza... a gente vai no “oba oba”, depois você começa a ver como essa experiência marca. [Fala de Cristiano – Caderno de Campo, 07/05/2015]

Como apresentei em minha pesquisa sobre a trajetória política de Cristiano e André (BOBADILLA, 2014), a participação na igreja da favela configura-se como uma “porta de entrada” para o contato de muitos moradores com outros espaços e redes de militância. Para Cristiano isso não teria sido diferente. Em 2005, o jovem foi um dos selecionados para participar da 10ª Jornada Mundial da Juventude (JMJ), em Colônia, Alemanha. Na época com 19 anos, ele conta que ainda não compreendia o valor que essa experiência traria para sua vida. Depois de Cristiano, outros dois jovens do EcoInformação também participaram da 12ª JMJ em Madrid, Espanha.

Instituída pelo papa João Paulo II, a Jornada Mundial da Juventude ocorre em intervalos de dois a três anos e reúne milhares de jovens com a proposta de formação e compartilhamento da doutrina católica entre os diversos povos do mundo. O evento é realizado numa cidade escolhida pelo papa em exercício e as instituições ligadas à Igreja Católica ficam responsáveis por viabilizar a ida dos jovens ao evento. No caso dos jovens do MDF é o padre Patrick Clarke quem aciona sua rede de contatos e instituições para conseguir financiar a ida dos jovens.

Não mencionado por Cristiano, mas relevante de ser citado, além das jornadas, os jovens em seu percurso no MDF também tinham em comum a participação no Curso de Dinâmica para Líderes (CDL) oferecido pelo Centro de Cursos de Capacitação da Juventude (CCJ). O CCJ é uma entidade ligada à Pastoral da Juventude e que tem como presidente Jorge Boran, missionário espiritual e irmão de Ana Boran (Cf. Capítulos 2 e 3). O CDL, como popularmente chamado pelos jovens, ocorre diversas vezes ao ano e, de acordo com o site da organização, tem como objetivo “tornar o jovem protagonista do processo de evangelização”⁸³. Como assim me contaram, reunidos durante um final de semana os jovens participam de cursos e atividades formativas de reflexão e contato com os preceitos da Teologia da Libertação.

Acompanhando as conversas de jovens que já passaram pelo MDF e outros que vêm participando das atividades, tanto a JMJ quanto os CDL’s configuram-se como espaços de sociabilidade importantes para esses jovens. A dinamicidade e formato destes encontros buscavam tornar a linguagem da Igreja Católica mais atrativa e aberta para a juventude ao mesmo tempo em que fomentavam redes de relações entre jovens de diversas paróquias e CEB’s do mundo.

Cristiano foi quem me apresentou o MDF logo que cheguei à Favela de Vila Prudente. Publicamente, Cristiano evocava a importância do MDF para a *luta* das favelas e em sua trajetória, demonstrando bastante gratidão e respeito pelas lideranças do movimento. André era tido como um exemplo para o jovem e Patrick uma referência para toda a favela, sendo atribuído a este o mérito por todas as conquistas. Apesar de tais falas públicas, pronunciadas durante entrevistas, gravações, em meio a pessoas de

⁸³ Mais informações disponíveis no site da instituição em: <http://ccj.org.br/cdl-cursos/cdl-1o-nivel/>

fora da favela e nas próprias redes sociais, Cristiano foi deixando transparecer algumas divergências e contradições com a organização.

Primeiramente, a relação com a Igreja Católica já não lhe era mais tão significativa como de início. Nesse período ele havia começado a frequentar um centro de umbanda e a identificar-se com a religião. Não só a questão religiosa lhe incomodava, mas a própria dinâmica restritiva dos espaços em que se encontrava. Sempre enérgico, Cristiano buscava alçar novos voos que, aparentemente, extrapolariam os limites do modo de atuação do MDF. O jovem não chegou a romper definitivamente com a entidade, até porque a cooperativa de reciclagem em que atuava ainda estava ligada juridicamente ao MDF. Sem alarde, num movimento quase que silencioso, Cristiano vai apenas afastando-se da Igreja, do MDF e mediando mais de longe sua relação com esses.

De maneira semelhante, Guga e Felipe, jovens do EcoInformação, também contaram que em certo momento eles deixaram de se identificar com o grupo de jovens e de querer participar das atividades do movimento. A influência da linguagem da Igreja Católica nos discursos e espaços de militância do MDF teriam se tornado “desestimuladoras” para os jovens. Como satirizou Felipe, durante uma reunião bastante informal do Eco, “oxi, se tiver que rezar antes da reunião eu voltava para o CDL, MDF”. Os ritos religiosos que marcavam alguns momentos de reunião do MDF eram tidos como “maçantes” ou “ultrapassados” para essa juventude. Cristiano constatou esse afastamento dos jovens a partir de sua própria experiência:

Você vai vendo que não tem mais novidade e que é sempre a mesma coisa. [...] Mas eu acho que tudo funciona assim, um grupo sempre tem uma hora pra acabar e se renovar. [Entrevista com Cristiano – 19/09/2013]

Cristiano toma o desinteresse e a desmobilização dos jovens do MDF como um processo inerente e natural ao grupo. Assim como citado por Tomizaki (2005), haveria a possibilidade de continuidades ou rupturas nesse encontro intergeracional. Cristiano passou então a liderar algumas formas de reordenamento da ação coletiva na Favela de Vila Prudente. A aposta numa linguagem mais dinâmica que conjugasse expressões artísticas e culturais valorizadas pela juventude seria uma forma de continuar engajando jovens em prol da favela, porém, com uma nova abordagem e configuração.

Coletivos juvenis e jovens lideranças: agenciamentos e disputas

Cristiano ganhou projeção por sua atuação política na favela ainda no início dos anos 2000. O jovem que havia integrado o grupo de jovens da igreja São José Operário e participado de diversas atividades do MDF, pretendia ampliar sua atuação para além desses grupos e espaços. Sua trajetória e experiências nestes teriam lhe possibilitado estabelecer relações com diversos atores no Brasil e no mundo, apreender certos valores e levar consigo algumas “heranças” desse processo. Sua filiação ao PT e a rede de relações lhe acompanhariam ao longo de sua atuação, influenciando substancialmente seu modo de *fazer política* na favela.

Concomitante à sua atuação como catador de materiais recicláveis na Cooperativa Recifavela, Cristiano passou a mobilizar alguns jovens da favela para fazer algo distinto em termos de atuação política:

A gente se conheceu mais quando a gente participava do MDF (...). Aí a gente passou a fazer uns cursos lá e a gente começou a discutir o que é ser favelado, coisas que podíamos fazer. A organização não tava nem aí pra isso, mas a gente queria. Aí eu comecei a reparar que tinha uma molecada muito boa lá, pra um debate mesmo, sabe? Falei pra Miriam [mãe de dois de seus filhos] e pra Joice [prima de Miriam] que eu queria fazer uma ‘articulação’ aí. Montar um blog mesmo pra manter notícias e aí falei pra gente chamar essa molecada e ver no que vai dar. Comecei a chamar, começamos a trocar uma ideia. Ficamos uns 4 meses nos reunindo, pra montar o nome, a ideologia, o porquê, qual o foco... Aí beleza, começou a surgir as ideias e aí lançamos o Eco. [Entrevista com Cristiano – 19/09/2013]

As experiências e laços sociais prévios no MDF, bem como o conteúdo de cursos e formações, são transformados por Cristiano em insumos para a construção de um *coletivo*, que representava uma nova forma de pensar a participação e envolvimento dos jovens nas questões inerentes à favela, como assim definido por Aderaldo (2016):

Tais coletivos, em linhas gerais, podem ser definidos como pequenas associações – sem estrutura hierárquica e geralmente informais – constituídas pela junção de pessoas com certas afinidades, que se organizam na maior parte das vezes para realizar intervenções estéticas e políticas em diversos espaços urbanos, com o propósito de ressignificar simbolicamente o sentido social dos locais “ocupados”. (ADERALDO, 2016, p. 55)

A utilização de uma nova linguagem que privilegiasse a tecnologia e formas lúdicas de expressão, por meio do *grafitti* e de produções audiovisuais, era a guinada que o Eco pretendia trazer. A estética do território da favela era constantemente trabalhada nas produções do coletivo e enfatizada até em seu logotipo, produzido por um dos jovens do grupo:

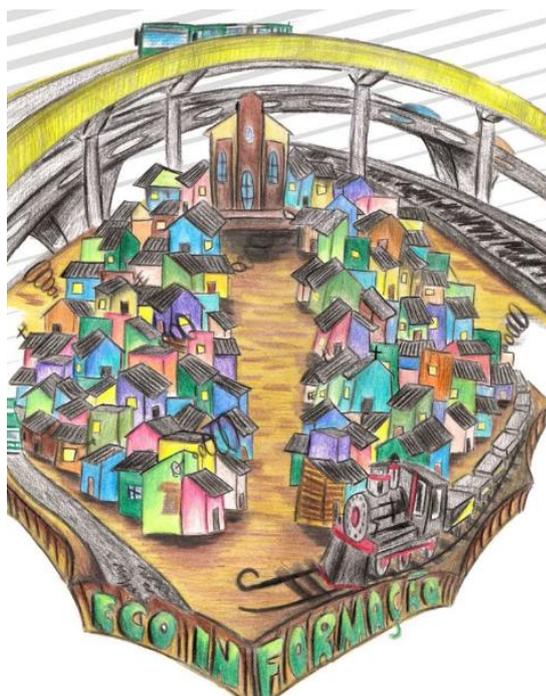


Imagem 31: Logotipo do EcoInformação

Inicialmente, cerca de oito jovens passaram a compor a equipe do EcoInformação, além de Cristiano. Com idade entre 16 e 29 anos, todos moravam na favela e sua maioria cursava o ensino médio, mesmo os mais velhos. Embora com 31 anos, Cristiano ainda era considerado um jovem para as demais lideranças da favela e alguns moradores, justamente pelo fato de pertencer a uma organização considerada de perfil “juvenil” ou “jovem”. Além disso, a ampliação da faixa etária de alguns editais de financiamento direcionados para o público jovem, de 16 a 29 anos, para 16 a 32 anos⁸⁴, permitiu que a categoria “jovem” pudesse ser “alargada” e atribuída a estes “jovens” com mais de 30 anos de idade integrantes de coletivos e participantes desses projetos.

⁸⁴ Em 2014, o Programa VAI II teve seu edital alterado para contemplar membros de coletivos juvenis que extrapolassem a faixa etária considerada “jovem”.

Esse é um dado relevante para se pensar como essas categorias podem ser facilmente manejadas e modificadas pelo efeito de alterações em políticas públicas e seus critérios.

Para dar início às atividades na favela, Cristiano contou que eles e os jovens resolveram realizar uma “pesquisa” junto aos moradores. Durante um final de semana, os jovens dividiram-se em duplas e passaram nas casas entrevistando os moradores, apenas com um pequeno roteiro e caderno em mãos:

A ideia era saber o que os moradores pensam. Ver o que eles queriam para a favela, de projetos, atividades. Então a gente perguntava quantas pessoas moravam na casa, o que ele esperava para o futuro, se ele lia ou estudava, do que ele mais gostava na favela e outras questões. [Fala de Cristiano durante gravação do “Papo Prudente”– 06/07/2014]

Baseando-se nesse “diagnóstico”, os jovens contaram ter identificado, entre outras coisas, que os moradores careciam de atividades de lazer para crianças e de que não tinham por hábito a leitura de livros ou jornais. Cristiano, um assíduo leitor de biografias de líderes da esquerda, sugeriu que criassem um *blog* e página no *Facebook* para veicular notícias sem um viés tão midiático e parcial. Nesses espaços virtuais também poderiam ser divulgadas notícias sobre as favelas e as atividades que eles pretendiam realizar. Surgiu assim o blog “EcoInformação em conexão com as favelas”. Cogitava-se ainda a publicação de um jornal impresso, porém, por indisponibilidade de recursos, os jovens deixaram de produzi-lo.

Por meio da formação em produção de curtas-metragens, oferecida pela Associação Kinofórum⁸⁵, os jovens do coletivo passaram a produzir curtas-metragens e a promover a exibição de alguns outros nas favelas de Vila Prudente. Durante os últimos sábados do mês, a partir das 19h, a Rua da Igreja se transformava numa sala de cinema a céu aberto. As cadeiras do Centro Pastoral Dom Oscar Romeu eram dispostas enfileiradas na rua e o telão pendurado por fios entre os sobrados localizados na rua. Nas primeiras exibições, os jovens conseguiam com amigos comerciantes o milho para pipoca e refrigerantes a serem distribuídos para as crianças. Ao terem o projeto EcoCineFavela aprovado no Programa VAI, em 2012 e 2013, os custos e despesas com alimentação passaram a ser custeados com a verba fornecida pela Secretaria Municipal de Cultura.

⁸⁵<http://www.kinoforum.org/>



Imagem 32: Exibição do EcoCineFavela em 02/07/2013

Fonte: Coletivo EcoInformação



Imagem 33: Flyer de divulgação do EcoCine Favela

Fonte: Coletivo EcoInformação

Os projetos empreendidos pelos jovens do EcoInformação ainda envolveram a produção de telas de *grafitti* que buscavam reconstituir marcos simbólicos e eventos importantes para os moradores da Favela de Vila Prudente. Apesar de se prezar pela horizontalidade das relações no coletivo, Cristiano sempre se manteve como uma liderança para o grupo. Não somente por ser o mais velho do grupo, mas por deter um admirável capital social e cultural. Dessa forma, era Cristiano quem muitas vezes indicava quais figuras e imagens deveriam ser reconstituídas nas telas de *grafitti* e em algumas paredes da favela.

Das conversas com os moradores eu ia ouvindo e percebendo que muitas coisas, lugares eram citados por vários, então tinha que aparecer isso nas telas. Assim foi o orelhão, a torneira, o banheiro. [Entrevista com Cristiano – 19/09/2013]

Foi nesse sentido que Halbwachs (2003) indicou que as memórias dos grupos se referenciam, também, nos espaços em que habitam e nas relações que constroem com estes espaços. Os lugares configuram-se como importantes referências na memória dos indivíduos, pois mudanças empreendidas nesses lugares podem ocorrer concomitantemente a marcos na vida de um indivíduo e na memória dos grupos. O tema das telas era então decidido por Cristiano a partir da frequência com que situações e lugares eram citados pelos moradores. A reconstituição era feita por dois jovens do coletivo com uma admirável habilidade artística. Não acompanhei o processo de feitura das telas, mas observei Cristiano descrevendo como deveriam ser retratadas as imagens, a partir dos depoimentos gravados de alguns moradores, cujos vídeos também eram disponibilizados aos jovens. Essas descrições, muitas vezes não tão detalhadas, deixavam espaço para que os jovens criassem e recriassem representações imagéticas desses lugares históricos.

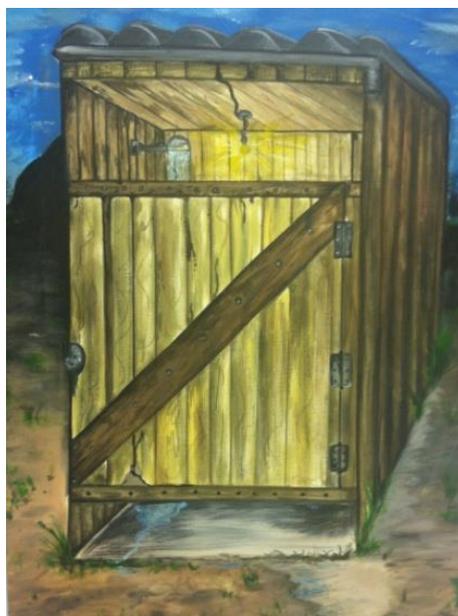


Imagem 34: Tela do Orelhão

Imagem 35: Tela do Banheiro Coletivo

Fonte: Coletivo EcoInformação

Em 2014, o EcoInformação não teve seus projetos aprovados no Programa VAI e enfrentou uma desmobilização e frustração entre os integrantes do coletivo. Nesse

período, acompanhei as tentativas em vão de Cristiano para reunir todo grupo de jovens ou de propor atividades que não envolvessem remuneração. Formado num espaço de militância como o MDF, Cristiano condenava a atitude dos jovens que apenas participavam das ações quando estaria atrelado a algum benefício financeiro. Não obstante, ele sabia que aqueles jovens do coletivo ainda eram os que tinham mais inclinação a apoiá-lo e, conjuntamente, voltarem a realizar novos projetos na favela. É nesse momento de “vácuo” de atuação do Eco que Júlio começou a colocar em movimento o blog Vozes das Comunidades de Vila Prudente.

Júlio, até então estudante de jornalismo, atuava como estagiário de locução numa *rádio web*⁸⁶, fomentadas por uma organização não-governamental do bairro do Ipiranga. O jovem, assíduo usuário de redes sociais e interessado em mídias sociais, trouxe estes elementos como centrais para sua prática política na favela. Acompanhando as ações do “jornalismo periférico” ou “jornalismo de quebrada”⁸⁷ nas redes sociais, Júlio passou a envolver-se com uma rede de atores que atuava nessa vertente e a colocar a Vila Prudente nesse rol de atuação.

Quando eu estava na faculdade e comecei a ter contato com essas ações, eu percebi que como morador da favela eu tinha que fazer algo pela favela, dar algo em troca ao lugar de onde eu vim. (...) Foi aí que eu vi o que poderia oferecer para a favela: um jornal comunitário. E eu peguei bem a época em que começaram a falar sobre as obras do monotrilho e ninguém tinha muita informação sobre isso, nem eu, que teria minha casa afetada pela obra. (...) E eu falo que no início, meus recursos eram apenas meu computador e a internet. Aí passei a procurar o Rene, dono do Voz lá do Rio, no *Facebook* para trocar uma ideia e pedir permissão para usar o nome aqui em São Paulo. Depois de tanto conhecer gente do Rio que eu fui adicionando, consegui finalmente conversar com o Rene. Ele gostou da ideia, apoiou e me autorizou a usar o nome. [Entrevista de Júlio – 01/08/2015]

Júlio, a partir de sua trajetória e experiências, conta ter tido a necessidade de “fazer algo pela favela, dar algo em troca ao lugar de onde” veio. Quase que como uma “obrigação social”, Júlio sente que teria uma dívida “moral” com a favela e seus moradores. Sob a perspectiva de uma “reciprocidade indireta”, nos termos de Mauss

⁸⁶ No formato web, a rádio tinha sua transmissão realizada somente pela internet, na página da organização, no formato *mainstream*.

⁸⁷ O termo “jornalismo de quebrada” visa a trabalhar o jornalismo como elemento de transformação social, ao mesmo tempo em que amplia o acesso das periferias aos meios de informação. Fonte: Periferia em movimento.

(1974), através de sua atuação política e desenvolvimento de projetos sociais para a favela, Júlio devolveria a uma nova geração de moradores tudo o que teria “recebido” desse lugar em que nasceu; Mauss explicaria essa moral da reciprocidade como sendo matriz da humanidade:

Convém que o cidadão não seja nem demasiado bom e subjetivo demais, nem demasiado insensível e realista demais. É preciso que ele tenha um senso agudo de si mesmo, dos outros e da realidade social (e haverá, nesses fatos de moral uma outra realidade?). Ele deve agir levando em conta a si, os subgrupos e a sociedade. Essa moral é eterna; é comum às sociedades mais evoluídas, às do futuro próximo, e às sociedades menos educadas que possamos imaginar! Tocamos a pedra fundamental. Nem mesmo falamos mais em termos de direito, falamos de homens e de grupos de homens, porque são eles, é a sociedade, são os sentimentos de homens de carne, osso e espírito que agem o tempo todo e agiram em toda parte. (Mauss, 1974, p. 299)

O nome “emprestado” do Blog Voz das Comunidades, blog de notícias de jovens cariocas do Complexo do Alemão e coordenado por Rene Moura, fez com que Júlio adotasse diversas nomenclaturas e ações que correspondiam ao universo das favelas cariocas e as empregasse na Favela de Vila Prudente. A esse fenômeno, Valladares (2005) atribuiu o nome de “favela virtual”, marcado pelo ingresso de diversas instituições atreladas à imagem da favela no mundo virtual. O jovem também tentou emplacar diversas iniciativas que aconteciam nas favelas do complexo no Rio de Janeiro. O “Fala Jovem” buscava fomentar o debate dos jovens em torno de questões e notícias da atualidade pelo aplicativo *Whatsapp*, no entanto, Júlio começou a perceber as dificuldades de promover a participação e engajamento em quaisquer que fossem as questões.

O projeto “Papo Reto”, que se transformou em “Papo Prudente” na Vila Prudente, foi realizado com quatro moradores da favela, incluindo André e Cristiano, ocasiões nas quais auxiliiei Júlio na produção. Com duas câmeras digitais pequenas, Júlio realizou as gravações na laje da casa de André e na cooperativa em que Cristiano trabalha. Por cerca de duas horas, o jovem pedia que as lideranças contassem aspectos importantes de sua vida, principalmente, momentos de superação que pudessem servir de inspiração para os moradores da favela. Os cortes feitos na gravação permitiam que Júlio entrevistasse e direcionasse ainda mais as respostas de André e Cristiano para um tom “motivacional”.

Apesar de alimentar cotidianamente o *blog* e a página no *Facebook* com notícias, além de produzir conteúdos customizados visando aos moradores, como o “Papo Prudente”, a audiência e repercussão do Vozes ainda era baixa e não atendia as expectativas do jovem. Contando com o apoio de apenas uma jovem moradora, Júlio resolveu envolver alguns colegas de fora da favela para viabilizar a publicação de um jornal impresso. Para o financiamento do projeto, o jovem criou uma campanha de *crowdfunding*⁸⁸ em um site especializado e definiu um espaço para vinculação de classificados no jornal, cobrando uma quantia dos comerciantes e interessados que gostariam de publicar algo nessa primeira edição. Ainda nessa linha, Júlio e a jovem estudante de marketing também prestaram alguns serviços de publicidade, para os comerciantes da favela e do bairro, em meio às redes sociais.

A primeira edição impressa do jornal foi lançada no aniversário de um ano do Vozes. Com ajuda de alguns voluntários, foram distribuídos 3 mil exemplares do jornal, nas favelas e no bairro de Vila Prudente.



Imagem 36: Capa da primeira edição do Jornal do Vozes

Fonte: Blog Vozes da Vila Prudente

O Vozes conta hoje com uma equipe de seis pessoas, formada por Júlio e jovens da região de Vila Prudente, não essencialmente das favelas. Todos possuem nível universitário ou estão com a graduação em curso. Concomitante ao *blog* e ao jornal

⁸⁸ Consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da conjunção de múltiplas fontes de financiamento, em geral, pessoas físicas interessadas na iniciativa. O termo é muitas vezes usado para descrever especificamente ações na Internet com o objetivo de arrecadar dinheiro para artistas, jornalismo cidadão, pequenos negócios e *start-ups*, campanhas políticas, iniciativas de software livre, filantropia e ajuda a regiões atingidas por desastres, entre outros.

impresso, Júlio vem coordenando essa equipe na realização de campanhas de doação em datas festivas e fomentando cursos e atividades de lazer. Em suas páginas nas redes sociais, Júlio vincula cotidianamente suas ideias de projeto, convocando os moradores a opinarem sobre, além de pedidos de apoio a atividades que deseja empreender. De voluntários para aulas de música às chuteiras para o projeto da escolinha de futebol, tudo é solicitado pelo *Facebook*. Nem todos seus projetos vingam ou saem do campo da ideia, mas ao se intitular um “empreendedor social” e atuante no campo dos “negócios sociais” ele diz que estaria preparado para os percalços.

Recentemente, o Vozes foi selecionado por um edital da Brazil Foundation que tinha dois eixos de atuação: o financiamento de “arranjos colaborativos”, financiamento de parceria entre duas ou mais instituições, e “inovação comunitária”, microfinanciamento de iniciativas informais, identificados por meio da rede de parceiros. A relação estabelecida com o Vozes das Comunidades do Rio de Janeiro teria impulsionado Júlio a inscrever-se e a ser identificado entre a rede de parceiros da fundação.

Um importante fator caracteriza a atuação dessa geração de “jovens” lideranças e coletivos da favela: o acesso e uso das tecnologias digitais. Pereira (2010), ao analisar a relação entre juventude e tecnologia, à luz de autores como Green e Bigun (1998) e Haraway (2000), pôde demonstrar como “as novas tecnologias e certos aspectos da cultura de massa continham uma forte potencialidade geracional, na medida em que os mais jovens estariam mais aptos a compreendê-las e manipulá-las” (PEREIRA, 2010, p.17). As experiências juvenis em torno das tecnologias de informação e comunicação (TICs) têm assim permitido que esses jovens entrem em contato com uma gama de pessoas e conhecimentos que eram impensáveis na geração de seus pais e avós.

Esse modo de *fazer política*, vinculado a manifestações e produções artísticas e culturais, foi de tal forma explicitado por Hoehne (2012):

“Em contraponto, surgem movimentos apartidários formados por coletivos culturais jovens que são determinantes nesse processo de provocação de mudanças, tanto no que diz respeito ao ponto de partida do olhar – olhar e desejar pensar diferente – quanto ao modo de se organizar – agir diferente. Existe uma efervescência de propostas pelo Brasil que atuam diretamente no cotidiano, com ações artísticas interventivas e articulação de atores sociais em torno de celebrações, encontros e ocupações de espaços públicos. (HOEHNE, 2012 - Le Monde Diplomatique Brasil, 05/11/2012)

Sob a tônica de editais e fomento a projetos culturais, e munidos do acesso a tecnologias digitais e redes sociais, esses jovens também passaram a desafiar suas fronteiras de atuação ao se conectarem com jovens de outras *quebradas* da cidade, superando muitas vezes até as fronteiras nacionais. Bastava uma rápida conversa com Júlio ou Cristiano para notar como estes apropriaram-se de tal maneira da “linguagem dos projetos” e das artimanhas dos editais de financiamento de projetos. Cabe aqui compreender esse jogo de forças entre os coletivos e organizações financiadoras sob as noções de “estratégia” e “tática” de De Certeau (2013). Para o autor, a “estratégia” diz respeito à ordem e regulação imposta pelo “forte”, o “dominador”; enquanto a “tática” seriam ações desviacionistas manipulada pelos mais “fracos”, os dominados (DE CERTEAU, 2013). Considerando os editais e suas regras como parte da “estratégia” das organizações e as “táticas” como os modos de fazer de meus interlocutores, pode-se identificar que esses atores e organizações estabelecem uma relação de interdependência regulada, apesar de assimétrica.

No âmbito do Programa VAI, Cristiano buscou aprender “macetes”, ou “táticas”, que caracterizariam a escrita de um “bom projeto”. Sendo o autor de todos os projetos enviados, além de ter adquirido experiência ao participar de vários editais, o jovem procurou junto a sua rede de contatos pessoas que dominavam as técnicas de escrita de projeto para lhe auxiliarem. O uso de termos e frases de efeito, como as já mencionadas nos parágrafos acima, favoreceriam a aprovação do projeto. Cristiano chegou a me enviar um dos projetos para revisão ortográfica e gramatical, mas fez uma ressalva: “não mexe em muita coisa, nem escreve de um jeito tão ‘culto’, senão eles vão achar que não foi um ‘favelado’ que fez isso (risos)”. Um eruditismo exarcebado poderia minar com as chances do projeto ser aprovado no Programa VAI, dado o perfil e recorte de público que o programa buscava trabalhar, não se esperava uma escrita tão eloquente.

Júlio tinha como parte de sua “tática” o acionamento de um discurso, oral e escrito, carregado de jargões do mundo do empreendedorismo social. Sua relação com Rene Silva do famoso blog carioca também era sempre acionada pelo jovem para que conseguisse adentrar alguns espaços. A influência e projeção de Rene Silva no Brasil e

no mundo⁸⁹ lhe rendia alguns canais de interlocução. Foi assim que, no final de 2014, a Brazil Foundation mapeou a atuação do Vozes da Vila Prudente em São Paulo e o selecionou entre o rol de projetos a serem apoiados, assim como o coletivo de Rene Silva já era há alguns anos. O apoio da fundação traria junto o pedido de promover e divulgar essa parceria nas redes sociais. Por meio de *hashtags* e *posts* nas redes sociais, Júlio divulgava todas as ações da instituição e ainda atribuía a ela os “créditos” pelas atividades desenvolvidas agora pelo Vozes. Não seria uma mera obrigação, mas uma forma de manter uma boa relação com a instituição de fomento com o intuito de buscar garantir a continuidade do apoio financeiro.

Apesar da noção de “coletivo” evocada por Cristiano e de “fazer junto” de Júlio, os dois não buscavam realizar ações conjuntamente na favela, acusando um ao outro de querer “ganhar mais crédito” ou de ser intransigente na forma de agir.

“O Júlio é complicado, à vezes eu falo uma ideia e aí ele já toma pra ele e diz que é coisa do Vozes. Ele quer muito ser só ele sabe” [Fala de Cristiano]

“O Cris é bacana, mas é muito difícil conversar com ele de vez em quando. Ele não aceita ficar por baixo nas coisas. [Fala de Júlio]

Oriundos de um mesmo momento e processo histórico, além de disporem de formas de atuação semelhantes, os dois coletivos juvenis viriam a disputar o protagonismo na Favela de Vila Prudente nos tempos atuais. Basta retornar algumas páginas desse texto para notar que a disputa para ver “ quem é o dono da favela”, tal qual citada por André, ainda perduraria entre os coletivos de jovens hoje em dia. Não tão acirrada como nos “tempos de Espíndola e Patrick”, mas ainda gerando atritos e conflitos em torno da conquista do prestígio e reconhecimento social como liderança na favela.

⁸⁹ Rene Silva ficou internacionalmente conhecido por narrar em tempo real a ocupação no Complexo de Favelas do Alemão, em 2010. O jovem foi eleito em 2011, como o melhor produtor de conteúdo no quesito Inovação, pela Shorty Awards, considerado o "Oscar" do *twitter* pelo jornal New York Times.

“História da favela, tomada 1, ação!”: nos bastidores do “Doc Sou Favela”

Em 2015, mais uma das “táticas” de Cristiano colocadas em prática rendeu ao Coletivo EcoInformação a aprovação do Projeto “Cine Grafite e História da Favela Vila Prudente” no edital do Programa VAI II, voltado para projetos que já tinham sido financiados e realizados no âmbito de outras edições do VAI e que teriam ao menos dois anos de duração.

Além da continuidade das exposições de cinema, os jovens deveriam entregar ao fim do projeto a finalização do documentário “Sou Favela”, para o qual vinham gravando e buscando informações desde 2013. O título de “favela mais antiga de São Paulo”, atribuído à Vila Prudente, rendia aos jovens do coletivo um repertório de ação política diferenciado que lhes permitia, por meio dessa identificação territorial, atrelar um sentido político a suas produções audiovisuais.

Entre a gravação e entrega do documentário seguiram-se seis meses, mas foi durante três meses que se tornaram constantes a circulação dos jovens do EcoInformação para todos os cantos da favela. Dia, tarde e noite, aos finais de semanas e depois do expediente de trabalho. Participei ativamente dessas gravações, as quais eram marcadas por Cristiano e avisadas aos jovens do coletivo pelo *Whatsapp*. Carregados de caixas, mochilas e todo material de gravação, fazíamos de qualquer parede rebocada o cenário para o documentário. “Ficaria bom hein, essa parede mal pintada e o reboco aparecendo. Tem tomada? Bora puxar uma extensão então”.

Não me arrisquei a indicar possíveis cenários para a gravação, pois ainda demorei um tanto para compreender a lógica e a construção estética por trás dessas “locações” pela favela. O reconhecimento do território pelos jovens lhes permitia percorrer mentalmente as imagens dos becos e vielas e identificar pontos que conteriam traços estéticos que lembrassem a favela. Casas com tijolos à vista, vestígios dos antigos barracos de madeira e o aspecto de obras inacabadas construía esse imaginário estético sobre o qual gostariam de retratar a favela nas telas. Em dias em que as condições meteorológicas não permitiam a gravação de cenas externas, simplesmente voltávamos ao Centro Pastoral para gravar em um dos seus três andares.

Se para a construção dos cenários da produção a tarefa pôde ser considerada um tanto fácil, o mesmo não se pôde dizer da seleção dos personagens do documentário. Logo após o projeto ter sido aprovado pelo VAI, Cristiano convocou uma reunião de planejamento com a equipe do documentário. Nessa ocasião, fui solicitada para mediar a reunião por meio da escrita e organização de tarjetas com atividades, prazos e pessoas a serem entrevistadas no documentário. Essa prática de planejamento era comum nas reuniões do MDF, como contou-me Cristiano e sua companheira Miriam, onde metodologias participativas são bastante valorizadas.

Sáímos da reunião com uma lista de mais de trinta pessoas a serem entrevistadas; moradores, ex-moradores, representantes de entidades e políticos que teriam uma relação com a favela. Grupos de samba, rap, jovens, organizações da favela, membros da igreja São José Operário, lideranças comunitárias, times de futebol. Tudo deveria caber na produção do, até então, curta-metragem.

A gente tem que prezar por falar com todos, sabe, para não ficar atiçando disputa. Por exemplo: se falou com tal time, tem que falar com outro. Que nem o Centro Cultural, se falar com a Arca e não falar com eles, o bicho come. [Fala de Cristiano – Caderno de Campo, 23/04/2015]

Então, mas se a gente marcou de falar com o (nome de um jovem), a gente vai ter que falar com o (nome de outro jovem). Se não vai ficar chato isso. [Fala de Felipe – Caderno de Campo, 23/04/2015]

Os jovens receosos visavam a contemplar a participação e depoimento de todos, pois consideravam que a exclusão de um ou outro geraria mal-estar na relação entre organizações e atores, não só do “mundo da política”, mas de quaisquer relações segmentares pré-existentes entre os moradores. Ou seja, coube aos jovens, sobretudo a Cristiano, administrar conflitos e impasses existentes entre grupos e atores da favela. O documentário teria um papel também de conciliação política neste aspecto.

Nas atividades realizadas pelo coletivo era cobrada avidamente a presença de todos e, mesmo com diversos atrasos nos horários das gravações, a regulação dos jovens não deixava de ser feita. Eu mesma não escapei das cobranças. Os jovens ainda me contaram que nas outras edições do projeto, eles chegavam a atrelar a frequência e pontualidade como condicionalidade para receber o pagamento ao longo do projeto. Ao

término de cada mês de gravação e de cada exibição, cada jovem recebia a quantia de R\$ 400 e R\$ 200 pela participação, respectivamente.

Nesses percursos de gravação do documentário, dois jovens que integravam o coletivo desde sua formação acabaram não participando desse projeto. Saulo e Elson eram os responsáveis por produzir as telas de *grafitti* já apresentadas previamente ao longo do texto. Estes declararam que não teriam tempo de se dedicar às atividades nesse projeto e que o prazo de entrega das telas seria impossível de ser cumprido. De modo a garantir a confecção das telas previstas no projeto aprovado, Cristiano então resolver chamar um educador do Centro Cultural da favela para produzi-las. O valor que seria pago aos dois jovens foi repassado para o profissional, o qual possuía graduação e especialização em artes plásticas. Além desse profissional, Cristiano resolveu chamar um antigo oficinairo da Associação Kinofórum para participar da condução das gravações e realizar a edição do material, pois ninguém do coletivo teria habilidade para fazê-las.

Haveria muito o que descrever e traduzir sobre minha experiência em meio às gravações e atividades realizadas junto ao EcoInformação, tornando-se impossível de trazê-las integralmente para este texto. Dado meu recorte de pesquisa e abordagem desse capítulo, irei deter-me a discorrer sobre o sentido político dessa empreitada dos jovens.

Com mais de cem horas de áudios e vídeos, quarenta diárias de gravação e muitas histórias e “causos” contados e recontados, foi notável que eventos e situações não eram apresentados pelos depoentes de modo dialógico ou de maneira estritamente coerente. Ao fim das gravações, os jovens questionavam entre si algumas versões apresentadas pelos depoentes, na tentativa de construir uma narrativa homogênea. No entanto, conforme aponta Caldeira (1984), estas nunca tendem a ser construídas de tal forma pelas pessoas individualmente:

Na vida cotidiana as pessoas têm de interpretar acontecimentos e não construir sistemas explicativos globais e coerentes. Para isso, elas lançam mãos dos mais variados elementos, tomam os fragmentos disponíveis e que mais pareçam adequados a cada caso, sem se preocupar em manter uma coerência. As conexões discursivas são estabelecidas conjuntamente e na prática e estão sempre mudando. Assim, o que os discursos revelam são memórias fragmentadas, justapostas, e informações parceladas e contraditórias, explicações parciais que não têm de se conectar para formar um todo.” (CALDEIRA, 1984, p. 283)

Alguns moradores faziam do momento e espaço de gravação um meio de recriarem suas próprias biografias e as conectarem com o território da favela. Isso seria significativo, pois, como sugere Kofes (2015), as experiências desses indivíduos:

conteria relações, conexões, movimentos da vida, experiência social e reflexão dos próprios sujeitos, conteria a expressão da experiência que não prescinde da sua expressão narrativa. A estrutura da experiência conectaria experiência vivida e os sentidos dados e criados pelos sujeitos. (KOFES, 2015, p.35)

A gravação configurou-se, assim, como um espaço e momento de expressão das distintas experiências desses moradores. Utilizo aqui a noção de experiência de Turner (1982), que a compreende como intrinsecamente relacionada à narrativa, ao descrever os cinco momentos que constituem a estrutura processual da experiência vivida: 1) algo acontece ao nível da percepção; 2) imagens de experiências do passado são evocadas e delineadas; 3) emoções associadas aos eventos do passado são revividas; 4) o passado articula-se ao presente numa “relação musical” (conforme a analogia de Dilthey), tornando possível a descoberta e construção de significado; e 5) a experiência se completa através de uma forma de “expressão” (TURNER, 1982, trad.minha).

Após o trabalho de edição e decisões de reedição por parte dos jovens⁹⁰, o documentário tornou-se um longa-metragem com 110 minutos de duração. O lançamento do “Doc Sou Favela” foi divulgado em redes sociais e impresso em cartazes e convites nominais àqueles que tinham prestado seus depoimentos à produção. Ainda com recursos oriundos do VAI, foi oferecido um coquetel no Salão de Povo e as telas expostas nos três andares do Centro Pastoral. Já a exibição ocorreu na Rua da Igreja, assim como nos dias de EcoCineFavela.

Na noite de lançamento do documentário, eu nunca havia visto a Rua da Igreja tão cheia. Moradores, convidados e muitas crianças ocupavam aquele espaço enquanto alguns *MCs* ensaiavam rimas de rap ao microfone. Antes da exibição ainda ocorreu a apresentação de duas escolas de samba da região, entre elas, a Cabeções de Vila Prudente, dirigida por um educador do Centro Cultural e Josenilda do MDF.

⁹⁰ Não participei desse processo, pois estive participando de um congresso durante o período.



Imagem 37: Convite de divulgação do lançamento do documentário
Fonte: Coletivo EcoInformação

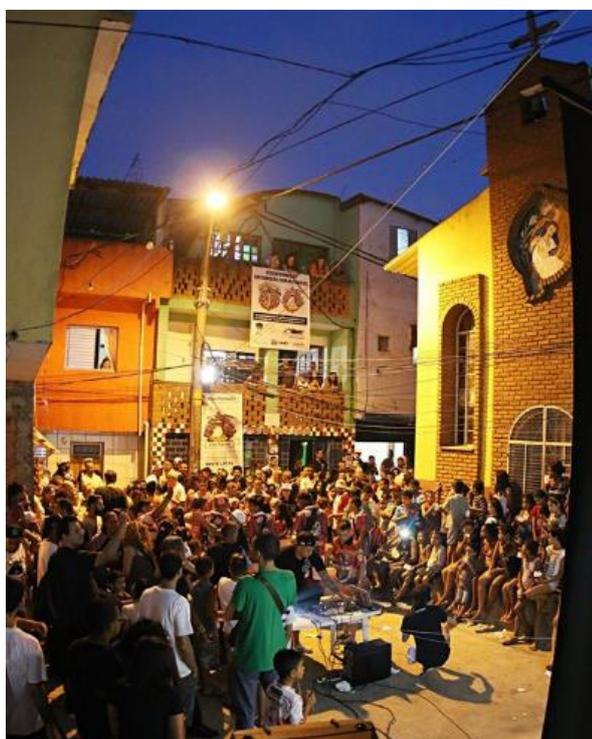


Imagem 38: Rua da Igreja em noite de lançamento do documentário
Fonte: Coletivo EcoInformação

Antes do início da exibição, Cristiano pediu que todos entrássemos no Centro Pastoral Dom Oscar Romero. Estavam presentes todos os jovens do EcoInformação, inclusive Elson e Saulo e alguns parentes dos jovens que tinham se prestado a nos ajudar no dia da exibição. Cristiano, bastante emocionado, conduziu a seguinte fala:

Gente, hoje é o dia que a gente tanto sonhou, depois de anos gravando para produzir esse documentário. Queria agradecer muito a cada um que está aqui, que se esforçou para estar aqui. Eu lembro quando o Eco nasceu, da nossa correria para fazer tudo acontecer e ter todo mundo aqui não tem preço. [...] E é isso que a gente vem fazendo, colocando um sorriso no rosto de todas aquelas crianças que estão lá fora e tanta gente que veio só para ver esse documentário. Hoje a gente está fazendo história nessa favela, todo mundo que está aqui está fazendo história. Esse documentário vai mostrar para muita gente que está lá fora, que nem tem ideia da história dessa favela, o porquê a gente tem orgulho de dizer “Sou Favela” (aplausos). Por isso, acho que seria importante nesse momento que a gente desse as mãos e rezasse um Pai Nosso, independente da religião que cada um seguiu aqui, mas para a gente lembrar de onde a gente veio, de como tudo começou nessa igreja aqui. [Notas de Campo, 11/12/2015]

O momento de confraternização do coletivo, dirigido por Cristiano, configurou-se como um espaço de evocação e conjunção do passado e do presente, do grupo de jovens e da favela. A origem do coletivo e a origem da favela foram lembrados nessa fala da jovem liderança que buscava evidenciá-las como partes do processo de pertencimento dos jovens ali presentes. Por mais que estes tentassem se desvincular da associação com a Igreja, Cristiano, nesse momento, os lembrava que não se deveria renegar ou tentar romper com o passado, uma vez que essas experiências os teriam conduzido aonde chegaram.

As mais de vinte telas expostas no Centro Pastoral abordavam diversas temáticas e retratavam aspectos da história e cotidiano dos moradores da Favela Vila Prudente. Entre as dez telas produzidas no âmbito desse último projeto, guardadas a sete-chaves até o dia do lançamento, destaco duas que tiveram o intuito de homenagear e retratar a atuação histórica de lideranças e entidades da favela:



Imagem 39: Tela “Do teto e do chão” (figuras de Patrick Clarke e Dona Lili)
Fonte: Coletivo EcoInformação



Imagem 40: Tela “Sou Favela” (figuras do farmacêutico Dalvino, “seo” Espíndola, do professor de karatê Leonardo, André e o sambista Noel)
Fonte: Coletivo EcoInformação

A produção de telas com as figuras de importantes lideranças políticas e também moradores que teriam sido importantes na história da favela pretendia dar projeção e aferir reconhecimento político àquelas distintas personalidades citadas entre os depoimentos de moradores ao documentário. Apesar de o MDF ter recebido atenção

especial em uma tela exclusiva, junto com as organizações que teriam sido originárias de sua atuação, a presença e referência a outras lideranças nas telas garantia que parentes e pessoas próximas a estes sentissem-se contempladas. Mesmo Wilsinho não tendo sido retratado nas telas, este mostrou-se lisonjeado ao ver a imagem de Espíndola ali presente.

Ao longo da noite também ocorreu a entrega de uma placa de homenagem do prêmio “Sou Favela”, o qual buscava reconhecer atores e entidades que teriam uma importância por sua atuação na Favela de Vila Prudente. Para o prêmio, Cristiano e Miriam solicitaram a confecção de mais de quarenta placas a serem entregues. Sem exceção, todas entidades da favela e seus representantes receberam as simbólicas placas, inclusive alguns moradores e lideranças *in memoriam*.

A memória e o lembrar adquiriam assim uma conotação essencialmente política na noite de lançamento do documentário. Alçando entidades e lideranças de distintas gerações a um mesmo patamar, seja por meio das telas, nas cenas do documentário ou concedendo-lhes condecorações, procurava produzir um momento de união entre todos ali presentes. Podendo ser compreendido como um processo de coletivização, este tinha um caráter situacional, pois, apenas nessa noite, na favela, os pertencimentos, disputas e filiações teriam sido colocados em suspenso. Não obstante, o documentário configurava-se como um instrumento de poder, pois mais do que um mero relato oral, este se constituía como uma nova versão e forma de narrar a história da Favela de Vila Prudente. Sob o signo de uma memória coletiva ali sendo construída e evocada, naquela noite, todos eram apenas *favela*.

Considerações Finais

Como essa pesquisa prenuncia desde sua introdução, minhas análises na Favela de Vila Prudente nunca estiveram preocupadas com o dever ser da política, ou com o que seria moralmente aceito, mas com o modo como efetivamente ela é praticada. Privilegiou, portanto, a política em ação; sem desconsiderar, no entanto, que a reflexão sistemática sobre a “pequena política” pode ser um passo necessário para o aperfeiçoamento das práticas e instituições da “grande política”. Nesse movimento de análise, também pode-se perceber como questões da “grande política” repercutem e incidem sobre a “pequena política”.

Pude, ao longo desse texto, apresentar alguns aspectos da dinâmica da política na favela, mais especificamente na Favela de Vila Prudente, e de como essa é dotada de muitos mais sentidos, agenciamentos e práticas do que aqueles sintetizados por Machado da Silva em seu artigo de 1967, a partir de sua pesquisa em favelas cariocas. Nesse sentido, busquei me desvencilhar de qualquer tentativa de descrever e enquadrar os comportamentos das lideranças comunitárias e suas práticas políticas em categorias apriorísticas e generalizantes, tais quais as comumente utilizadas pela ciência política, pois essas poderiam prejudicar as análises e subverter a proposta de captar a política do ponto de vista nativo.

Essas modulações entre as entidades aqui apresentadas e seus atores também permite-nos enxergar a importância de escaparmos de um modelo de investigação centrado em instituições e organizações sociais coerentes e fixas, na direção de uma etnografia multissituada que se atente aos sentidos de seus engajamentos em distintos contextos e situações sociais. Foi sob essa perspectiva que busquei apresentar os distintos agires políticos dessas entidades e atores, bem como suas emergências e transformações, por meio de uma abordagem que combinasse uma visão diacrônica e sincrônica em torno de situações e eventos.

Essa estratégia teórico-metodológica adotada ainda pôde dar conta da forma na qual meus interlocutores tendiam a contar fatos do passado e experiências que vivenciaram. Como orienta Caldeira (1984), os fragmentos podem ganhar lógica quando conectados e reconstruídos historicamente:

Os indivíduos estão o tempo todo transitando por entre esses diversos planos, realidades, níveis e sistemas explicativos; a fragmentação de papéis e a heterogeneidade das experiências vividas são a marca registrada da vida cotidiana nas sociedades complexas (...) Se não existe uma articulação geral de todos os fragmentos em que se dividem a experiência e os discursos, isso não significa que as partes estejam sempre desconexas ou isoladas, ou que possam ser conectadas arbitrariamente, de qualquer jeito. (CALDEIRA, 1984, pp. 283-284)

Foi através dessa conexão de fragmentos de histórias contadas ao pé do ouvido, na Rua da Igreja, em entrevistas ou declamadas em público que a política na favela foi sendo desvelada ao longo de minha pesquisa de campo. Atores, organizações, memórias, conflitos, disputas e alianças entrelaçavam-se em minhas observações em campo com tamanha complexidade que não poderiam ser melhor definidas como constituintes de uma trama.

São tramas porque são estruturas formadas por elementos que se cruzam, se interligam e que podem criar texturas diversas a partir de suas conjunções, formando um tecido. De maneira metafórica, compreendendo a política na Favela de Vila Prudente como um tecido formado pelas relações entre entidades, atores e suas práticas políticas, são estes cruzamentos e interligações que, ao se reestruturarem situacionalmente, irão conferir novas “texturas” para a política.

A própria noção de segmentaridade abordada ao longo do texto permitiu que esses processos de composição e decomposição de coletividades entre as entidades e atores fossem tratados como inerentes ao funcionamento da política na favela, dotados de um certo tipo de estruturação dinâmica. A dissolução situacional de heterogeneidades entre lideranças comunitárias e suas organizações mostra que as relações políticas não são estanques, mas sempre passíveis de serem reordenadas. Como assim identificou Whyte (2005) em Cornerville, haveria uma natureza cambiante da organização política dos atores nessas dadas localidades, principalmente porque seus mediadores (VELHO; KUSCHNIR, 2001) relacionam-se com diversas redes e atores de distintos níveis socioeconômicos e políticos.

A partir de meu questionamento inicial sobre quais seriam os *modus operandis* que a política poderia adquirir na Favela de Vila Prudente, procurei perpassar descritivamente por atuações de distintas gerações de lideranças comunitárias e entidades presentes na favela. Aceitei, assim, como orienta Goldman (2006) ao citar

Lienhardt (1958), que “a segmentaridade é, sobretudo, e no sentido forte do termo, uma ‘teoria política’ nativa, que serve, simultaneamente para explicar e orientar a prática política. Nesse sentido, ela informa e dá sentido à ação” (GOLDMAN, 2006, p. 143).

Na polissemia do conceito de trama também é admitida a ideia de enredo, do desenrolar de acontecimentos que dão sentido a uma determinada história e narrativa. Uma trama pode envolver dramas, tragédias, emoções, intrigas; até uma conspiração coletiva ou um emaranhado de todos esses tipos de acontecimentos. Foram as memórias contadas e recontadas a respeito das antigas lideranças e de fatos do passado que deram indícios para que eu construísse um enredo narrativo que trouxesse à tona casos de conflitos como os “dramas sociais” das eleições de 1984 e da construção da creche. Da mesma forma, o caso das eleições de 2012 para a Associação evidenciou a construção de alianças políticas momentâneas que podem até ser comparadas como certa “conspiração coletiva” entre André, Wilsinho e os jovens do EcoInformação contra Zico.

Ao longo do segundo capítulo pude mostrar que para se pensar essas múltiplas relações políticas não há como fazê-las dissociando-as de uma ideia de espacialidade da política. Neste sentido, apesar de distintas, as práticas políticas de lideranças e entidades estão intrinsecamente relacionadas ao território e na prática do “espaço” que faz da Favela de Vila Prudente um “lugar” da política (DE CERTEAU, 2013); como assim pude reconstruir cartograficamente percursos e dinâmicas desses agentes políticos. Não obstante, são essas modulações do fazer político que reificam alguns espaços situacionalmente e/ou historicamente.

Na apresentação das diversas formas de atuação e de exercício da prática política na favela, não tive como propósitos hierarquizá-las ou tratá-las como mais ou menos evoluídas. Não sendo possível eximi-las de certa comparação – já que o método comparativo está presente nos estudos antropológicos – práticas como a de Patrick e Espíndola devem ser observadas e analisadas como formas distintas de atuação passíveis nesse contexto e momento histórico específicos. Sendo assim, cabe abordá-las como desdobramentos das relações dessas lideranças com instituições e atores que habitariam o mundo da “grande política”, a partir da posição que ocupam nessas redes.

As mediações e práticas clientelistas tendem a configurar-se como estratégia, consciente e deliberada, dessas lideranças comunitárias para a solução de problemas na

favela ou mesmo para a troca de favores pessoais. Cabe aqui ressaltar que relações clientelistas e personalistas não seriam exclusivas a instituições e atores de camadas sociais mais pobres, mas é entre esse grupo que elas tendem a se projetar de modo mais assimétrico. Auyero (2011) atribuiu exacerbado valor ao papel da etnografia nesse processo com o intuito de “observar microscopicamente os fundamentos das instituições políticas e de suas práticas de atendimento, para dissecar as complexidades e significados implícitos do cotidiano da política” (AUYERO, 2011, p. 155). Para o autor, o clientelismo não se limitaria meramente a essa dimensão material das trocas, mas às obrigações morais e relações de reciprocidade que habitam o campo da subjetividade e permitem que prestações e troca de favores políticos perdurem ao longo do tempo.

Torna-se notável que todas as organizações apresentadas ao longo do texto estão centradas em pessoas e são justamente essas que exercem influência sobre os rumos das entidades e dos acessos e canais que lhes são possibilitados no “mundo da política”. Dependendo dos distintos segmentos aos quais pertencem as lideranças da favela – partidos políticos, grupos, etc – estes podem obter mais ou menos acesso para sua atuação política. Nesse sentido, podemos tecer comparações tanto entre lideranças situadas em um mesmo processo histórico ou numa análise intergeracional para perceber que, por suas distintas trajetórias políticas, as lideranças comunitárias da favela tendem a carregar valores transmitidos por esses processos de socialização secundária com diversos atores.

Sendo assim, por mais que a impessoalidade e os preceitos de mecanismos democráticos sejam evocados e valorizados nos discursos dessas lideranças, como clamava “seo” Espíndola sobre a instauração da democracia na favela; na prática, ainda vigoram relações de cunho essencialmente pessoal. Como prenuncia Da Matta (1985; 1997), esses arranjos são características do Brasil como uma sociedade relacional que articula a lógica moderna do individualismo com uma lógica tradicional que valoriza a hierarquia e dá precedência às relações pessoais. Na mesma direção, Da Matta afirma que, enquanto a lógica moderna é simbolicamente associada ao “mundo da rua”, a lógica tradicional seria identificada com o “mundo da casa” onde a família e as relações personalizadas ganham prioridade. A articulação das duas lógicas teria engendrado desvios para cima e para baixo nas instituições e práticas políticas, bem como nas condições de cidadania.

Numa disputa prenunciada por André, do qual esse também faz parte, sobre “quem manda na favela ou faz mais por ela”, pode-se afirmar que a política é, por excelência, um espaço honrado onde a atribuição de prestígio é um sinal de poder e uma fonte de poder. A honra acaba indexando às lideranças comunitárias o seu papel social e permite, concomitantemente, a atribuição de responsabilidades diferenciadas dos demais moradores e um status social a ser gerido. Uma noção de comprometimento social então permearia a prática e atuação desses atores que, por ostentarem um capital cultural e papel social diferenciados, incorporariam uma ideia de “obrigação social” pela favela e seus moradores, como evidenciam as falas de Wilsinho e Júlio.

Dessa forma, as memórias são importantes de serem sustentadas pelas lideranças e integrantes das organizações pelo uso político que podem adquirir no processo de diferenciação e de manutenção de legitimidade da entidade em que atuam, bem como em preservar a reputação das paradigmáticas lideranças que os precederam. Esse trabalho de enquadramento de memória (POLLAK, 1992) ocorre devido à função da memória coletiva de conservar fronteiras coesas de organizações coletivas variadas, a fim de manter perene o tecido social. Sendo assim, os usos políticos do passado não são necessariamente lembranças fidedignas de um grupo sobre determinados fatos, mas formas de homogeneizar as diferentes representações do passado entre os indivíduos de um mesmo grupo. No âmbito do MDF isso ganha uma conotação estratégica, principalmente, como relatam Júlia e Giovani, sobre o discurso que diversas gerações de lideranças tendem a incorporar para contar sobre o papel e atuação da organização.

Os “novos tempos da política na favela” demarcam diversos aspectos da convivência intergeracional entre entidades e lideranças e de como continuidades e rupturas coexistem no âmbito desses reordenamentos da ação coletiva na favela pelas lideranças mais jovens. Rompe-se com um formato mais hierarquizado de relações entre os membros do grupo, porém conserva-se valores e aprendizados que tendem a ser aplicados nas práticas políticas então reificadas. Mais uma vez a trajetória política desses atores tem crucial relevância para compreender as modulações que seus agires políticos vão adquirindo ao longo desse percurso.

Da hipótese inicial que formulei, sobre uma possível alteração e renovação do quadro de lideranças e organizações atuantes na favela, as quais teriam alterado conseqüentemente os repertórios de ação coletiva ali empreendidos; ao longo da

pesquisa de campo e, principalmente, na construção desse texto etnográfico detive-me a reavaliar tal hipótese. Pois como sugere Latour (2002) “o texto, em nossa disciplina, não é uma história, uma boa história, é o equivalente funcional de um laboratório. É um lugar para testes, experimentos e transformações” (LATOURE, 2002, p. 2). Pela apresentação dessa gama de dados e registros de campo pude identificar que, mais do que uma substituição geracional, vigoraria um processo de convivência geracional entre lideranças na favela que, como formulado por Tomizaki (2005), está sujeito à transmissão de posições para os mais jovens, mas também à inexistência de posições a serem transmitidas ou de não haver interessados em ocupá-las. No entanto, a noção de segmentaridade mantém-se e atravessa todas as gerações, estabelecendo como inerente à constituição da política na favela esses movimentos situacionais de aproximação e distanciamento entre os atores.

No fluxo de gerações e de trocas internacionais aqui abordadas, percebe-se que a política demarca temporalidades e processos de diferenciação entre e intra organizações; define espaços, tempos e experiências. A política também é produzida e reificada por agenciamento e práticas colocadas em curso por esses atores, seja como “táticas” ou corroborando a uma “estratégia” vigente. Ganha materialidade nas chaves da igreja ou perpassa os bastidores da produção de um documentário. Se a Favela de Vila Prudente “fervilha política”, da mesma forma, a política faz a favela mais antiga de São Paulo continuar fervilhando.

Referências Bibliográficas

ADERALDO, Guilherme. *Entre imagens e imaginários: estética e política nas intervenções visuais/audiovisuais de coletivos culturais paulistanos*. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR., Heitor (org). Pluralidade urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: FAPESP, 2016.

_____. *Reinventando a cidade: disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de “coletivos culturais” em São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). FFLCH-USP, 2013.

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

_____. *Lugares e Redes: a mediação da cultura urbana*. In: NIEMEYER, Ana Maria; GODÓI, Emília Piatrafesa (org). Além dos territórios: para um diálogo com a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado das Letras, 1998

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Ronaldo.; D’ANDREA, Tiarajú. *Pobreza e Redes Sociais em uma Favela Paulistana*. In: Revista Novos Estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 68, março 2004.

_____. DE LUCCA, Daniel. *Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas*. In: Revista Novos Estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 82, Nov. 2008.

AMOROSO, Mauro. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no morro do Borel*. Tese. (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) CPDOC-FGV, 2013.

ATHAYDE, Celso; MEIRELLES, Renato. *Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira*. São Paulo: Editora Gente, 2014.

AUYERO, Javier. *Vidas e Política das Pessoas Pobres - as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo*. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 28, pp. 126-164, set./dez. 2011.

_____. *The judge, the cop, and the queen of carnival: Ethnography, storytelling, and the (contested) meanings of protest*. In: Theory and Society, n. 31, pp. 151-187, 2002.

_____. “From the client's point(s) of view”: How poor people perceive and evaluate political clientelism. In: *Theory and Society*, v. 28, n. 2, pp. 297-334, abr. 1999.

BARREIRA, Cesar. *Fraudes e corrupções eleitorais: entre dádivas e contravenções*. In: *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004

BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Uma teoria da ação coletiva*. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1977.

BERGER, John. *Appearances*. In: BERGER, John; MOHR, Jean. Another way of telling. New York: Pantheons Book, 1982.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das bases*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 1999.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2010.

BIRMAN, Patricia. *Favela é comunidade?* In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: Violência e Rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BLIKSTAD, Karin. *O desafio de ser movimento social: o caso da atuação do movimento de moradia por dentro de espaços da política convencional*. Trabalho apresentado no II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, 2013.

BOBADILLA, Kássia Beatriz. “Com um pé na favela e outro na política”: trajetória e atuação de lideranças comunitárias da Favela de Vila Prudente. Monografia. (Especialização em Psicossociologia da Juventude e Políticas Públicas). FESPSP. São Paulo, 2014.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004

_____. *Origens da habitação social no Brasil*. In: *Revista Análise Social*. São Paulo, v. 29, 1994.

CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera (org.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

CABANES, Robert; TELLES, Vera (org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

CALDEIRA, Tereza Pires. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

_____. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, Ruth Leite. *A trajetória dos movimentos sociais*. In: DAGNINO, Evelina. (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. SP, Cia das Letras, 2006.

CHAVES, Christine de Alencar. *Festas da política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/ MG)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. In: _____. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp/Paralelo, 2000.

CEFAI, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fábio Reis; VEIGA, Felipe Berocan. (org). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

CLARKE, Patrick. *Pão e poesia: a imaginação religiosa e a luta pelo pão no cotidiano do Morro do Urubu*. São Paulo: AM Edições, 1994.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2013 [1974].

COLAÇO, José. *Segredos, Pescadores e Etnógrafos*. In: *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 40, p. 121-130, 2012.

COMERFORD, John Cunha. *Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas*. In: PEIRANO, Mariza (org). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999

_____.; BEZERRA; Marcos Otávio. *Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política*. In: *Anál. Social*, n. 207, Lisboa, abr. 2013.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo*. Tese (Doutorado em Sociologia). FFLCH-USP, 2013.

DAGNINO, Evelina. *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*. In: Dagnino, Evelina. (Org.) *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. *A Casa e a Rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues*. *Boletim do Museu Nacional*, n. 27, Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1978.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (orgs.) *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey, 2004

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. 1: Artes de fazer*. Ed. Vozes, Petrópolis, 2013.

DELEUZE, Giles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. v. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

DIAS DE ANDRADE, Inácio C. “*A gente já nasce lutando*”: *a desocupação do Pinheirinho, a política entre o formal e o informal*. In: *Revista de Antropologia*, v. 56, nº1, pp. 45-78, São Paulo, USP, 2013.

_____. *Movimento social, cotidiano e política: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto*. São Paulo [Dissertação], PPGAS-USP. 2010

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz popular*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 2013 [1940].

_____. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005 [1978].

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. *O conceito de geração nas teorias sobre juventude*. In: Soc. estado., Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, Aug. 2010.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp: CEM: CEBRAP, 2011a.

_____. *Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo*. In: KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (orgs.). São Paulo: novos percursos e atores - sociedade, cultura e política. São Paulo: Editora 34/Centro de Estudos da Metrópole, 2011b.

_____. *Vinte anos depois: A construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo*. In: Revista Lua Nova n.72, p. 83-114, São Paulo, 2007.

_____. *Desvelar a política na periferia: história de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Editorial Humanitas, 2005.

FILADELFO, Carlos. *A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). FFLCH-USP, 2015.

_____. *Cotidiano e política de luta por moradia na cidade de São Paulo*. In: Revista Antropolítica, n. 36, pp. 149-178, Niterói, 1. sem. 2014.

_____. *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). FFLCH-USP, 2008.

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, E. E. (org.). *African Political Systems*. London: Oxford University Press, 1961 [1940].

FREIRE, Letícia de Luna. *“Em nome da comunidade” o papel das associações de moradores no processo de implantação de uma política urbana em uma favela do Rio de Janeiro*. In: CEFAl, Daniel et al (org). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

_____. *Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados*. In: *Dilemas*, v.1, n. 2, pp. 95-114, 2008.

FRÚGOLI JR., Heitor. *O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia*. São Paulo: Revista de Antropologia, v.48, n.1, 2005.

_____. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GEERTZ, Clifford. *Atrás dos fatos: dois países, quatro décadas, um antropólogo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

GLUCKMAN, Max. *Análise de uma situação social na Zululândia* [1961]. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. *Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus*. Mana. Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 57-94, 2001.

GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica e cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *“Introdução”* In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOEHNE, Leandro. *Perifativismo cultural, um olhar político jovem*. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. 05 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1291>

KASTRUP, Virgínia; PASSOS, Eduardo. *Cartografar é traçar um plano comum*. In: *Fractal, Revista de Psicologia*, v. 25, n.2, pp. 263-280, Maio/Agosto, 2013.

KOFES, Suely. *Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser?*. In: KOFES, Suely; MANICA, Daniela (org). *Vidas & Grafias: Narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia*. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2015.

KOPPER, Moisés. *Arte oratória e democracia participativa: Uma etnografia das performances e estratégias discursivas de líderes comunitários a partir de sua atuação na esfera pública de Porto Alegre*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). UFRGS, 2009.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

KUNRATH SILVA, Marcelo; ZANATA JR., Rui. “Diz-me com quem andas, que te direi quem és”: uma breve introdução à análise de redes sociais. In: *Revista USP*, nº 92, pp. 114-130, dezembro/fevereiro, 2011-2012.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia e política*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.22, n.64. São Paulo, 2007a.

_____. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007b.

_____. *Antropologia da política: uma perspectiva brasileira*. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford. Working paper n. 64, 2005.

_____. *Uma pesquisadora na metrópole: identidade e socialização no mundo da política*. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (org). *Pesquisas urbanas: Desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

_____. *Trajetória, projeto e mediação na política*. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (org). *Mediação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.

_____. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

_____; CARNEIRO, Leandro Piquet. *As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política*. In: *Revista Estudos históricos*. n. 24. Rio de Janeiro, 1999.

LARA, Fernão Lopes Ginez de. *Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas de São Paulo e a Favela do Vergueiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH-USP, 2012.

LATOUR, Bruno. *A Dialog on Actor Network Theory*. Disponível em: <http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/090.html>, 2002b.

LEACH, Edmund R. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social Kachin*. EDUSP: São Paulo, 1996

MACHADO, Sueli de Fátima de Almeida. *O reino de Deus e os favelados*. Monografia (Bacharelado em Teologia). Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção. São Paulo, 1998.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *A política na favela*. In: Cadernos de Estudos Brasileiros, v. 9, n.41, 1967.

MAGALHÃES, José César. *As entidades sociais e o surgimento de uma gestão concorrencial do engajamento cívico*. In CABANES, R.; et al. (orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MANNHEIM, Karl. *O problema sociológico das gerações*. In: FORACCHI, Marialice M. (org). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982 [1952].

MANSO, Bruno Paes. *Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010: Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). FFLCH-USP, 2012

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro – Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), FFLCH-USP, 2010.

MARQUES, Eduardo. *Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado*. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac, 2005.

MARQUES, Ana Cláudia; VILLELA, Jorge Mattar. *O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco*. In: *Rev. Antropol.* [online]. vol.48, n.1, pp. 37-74, 2005.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In : _____. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Edusp. 1974.

MAYOL, Pierre. *Morar*. In: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MEJÍA, Rafael Estrada. *Etnografia, cartografia e devir: potencialidades da escritura nas pesquisas antropológicas contemporâneas*. In: KOFES, Suely; MANICA, Daniela (org). *Vidas & Grafias: Narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia*. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2015.

MINTZ, Sidney. *Encontrando Taso, me descobrindo*. In: Revista Dados, Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 27, 1984.

MISCHE, Ann. *De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política*. In: Revista Brasileira de Educação, nº 05-06, pp. 134-150, 1997.

MONTERO, Paula; ARRUTI, José Maurício; POMPA, Cristina. *Para uma antropologia do político*. In: LAVALLE, Adrian Gurzán (org). *O horizonte da política – Questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo: Ed. UNESP/CEBRAP, 2012.

MORENO, Gilberto Geribola. *“Tudo que a gente faz na quebrada é política”: Vida associativa nas bordas da cidade*. Tese (Doutorado em Educação). FE-USP, 2014.

MOYA, Maria Encarnación. *Desigualdades na pobreza: trajetórias e transições em uma favela paulistana*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – FFLCH-USP, 2010.

NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA. *Uma Antropologia da Política: Rituais, Representação e Violência*. Cadernos do NuAP 1, Rio de Janeiro: Nau Editora, 1998.

OLIVEIRA, Jane Souto de; MARCIER, Maria Hortense. “A palavra é: favela”. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PATERNIANI, Stella Zagatto. *Histórias e narrativas envolvendo a ocupação Mauá*. In: KOFES, Suely; MANICA, Daniela (org). *Vidas & Grafias: Narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia*. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2015.

_____. *Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). IFCH-UNICAMP, 2013b.

_____. *Ocupação Mauá e poder de fabulação: considerações a partir de uma atividade de formação*. In: Revista Lugar Comum; Nº40, pp. 171-187, 2013a.

PALMEIRA, Moacir. *Política e tempo: nota exploratória*. In: PEIRANO, Mariza (org). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____; BARREIRA, César (orgs). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

_____; GOLDMAN, Marcio (orgs.). *Introdução. Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PASTERNAK TASCHNER, Suzana. *Favelas: fatos e boatos*. In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR., Heitor (org). *Pluralidade urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: FAPESP, 2016.

_____. *Favelas em São Paulo, censos, consensos e contra-sensos*. Cadernos Metrôpole. São Paulo: Educ, n. 5., 2001.

_____. *Degradação ambiental em favelas*. In: TORRES, Haroldo. & COSTA, H. *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

_____; VÉRAS, Maura. *Evolução e mudança das favelas paulistanas*. In: Espaço e Debates, n. 31, pp. 52-71, 1990.

PAULINO, Jorge. *O pensamento sobre a favela em São Paulo: Uma história concisa das favelas paulistanas*. Dissertação de Mestrado. FAU-USP, 2007.

PEIRANO, Mariza. *Etnografia não é método*. Horizonte Antropológicos. Vol. 20, n. 42, Porto Alegre, 2014.

_____. *Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica*. In: PEIRANO, Mariza (org). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. *Antropologia política, ciência política e antropologia da política*. In _____, *Três Ensaio Breves*. Brasília, UnB, “Série Antropologia”, n. 230, pp. 17-29, 1998.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *“A maior zoeira”*: experiências juvenis na periferia de São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia Social). FFLCH-USP, 2010.

_____. De "rolê" pela cidade: os "pixadores" em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). FFLCH/USP, 2005.

PINA-CABRAL, João de; GODOI, Emilia Pietrafesa. *Apresentação – Vicinalidades e Casas Partíveis*. In: Revista de Antropologia. v. 57, nº 2, ano 13. São Paulo, USP, 2014.

POLLAK, Michel. *Memória e identidade social*. In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

POSTIGO, Augusto de Arruda. *A terra vista do alto: usos e percepções acerca do espaço entre os moradores do Rio Bagé, Acre*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). IFCH-UNICAMP, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento - política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena - experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

SARAIVA, Camila e MARQUES, Eduardo. *A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo*. In: MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo (orgs.). São Paulo – Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005

_____. *Favelas e periferias nos anos 2000*. In: KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (orgs.). São Paulo: novos percursos e atores - sociedade, cultura e política. São Paulo: Editora 34/Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

SILVEIRA, Laís. *Política e território: etnografia das práticas políticas dos membros de uma Associação de Moradores no Grajaú*. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). FFLCH-USP, 2014.

TATAGIBA, Luciana. *Relação entre movimentos sociais e instituições políticas na cidade de São Paulo: o caso do movimento de moradia*. In: KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo (orgs.). São Paulo: novos percursos e atores - sociedade, cultura e política. São Paulo: Editora 34/Centro de Estudos da Metrópole, 2011

TELLES, Vera. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

_____. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: CABANES, Robert; TELLES, Vera (org). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

_____. Pobreza e cidadania. São Paulo: Editora 34, 2001.

DE TOMMASI, Lívia. *Tubarões e peixinhos: histórias de jovens protagonistas*. In: Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 2, pp. 533-548, 2014.

_____. *Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal*. In: Dilemas: Revista de Estudos de Con(ito e Controle social, Rio de Janeiro, v.5, n.1, pp. 101-129, 2012.

TOMIZAKI, Kimi. *Ser metalúrgico no ABC: rupturas e continuidades nas relações intergeracionais da classe trabalhadora*. São Paulo. [Tese de doutorado]. Faculdade de Educação - UNICAMP, 2005.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: EdUFF, 2008.

_____. *Schism and Continuity in an African Society: a study of ndembu village life*. Manchester Univ. Press, [1957] 1996.

_____. *From Ritual to Theatre: Thee Human Seriousness of Play*. New York: PAJ Publications, 1982.

URIARTE, Urpi Montoya. *Podemos todos ser etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas*. In: ReDobra, Salvador, ano 3, n.10, 2012.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Os dez mandamentos da observação participante*. In: Rev. bras. Ci. Soc. [online]. vol.22, n.63, pp. 153-155, 2007.

_____. *A invenção da favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VAN VELSEN, Jaap. *A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010 [1967].

VELHO, Gilberto. *Observando o Familiar*. In: NUNES, Edson de Oliveira – *A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

_____ ; KUSCHNIR, Karina. (org). Pesquisas urbanas: Desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

_____ ; KUSCHNIR, Karina. (org). Mediação, Cultura e Política. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.

WEBER, Max. *A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política*. In: Metodologia das ciências sociais. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WHYTE, Willian Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba. *Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas*. In: CARDOSO, Ruth Leite (org). *A aventura antropológica*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1986.

Sites Consultados

ACERVO DA FOLHA - <http://acervo.folha.uol.com.br/>

FOLHA DA VILA PRUDENTE - www.folhavp.com.br

MOVIMENTO DE DEFESA DO FAVELADO - www.mdf.org.br

NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA - <http://nuap.etc.br/>

CCJ - <http://ccj.org.br/>

Materiais audiovisuais consultados:

“**DOC Sou Favela**”. Produção: EcoInformação. Roteiro: Cristiano Cardoso e Kassia Bobadilla. 110 min, 2015.

Prévia Documentário História da Favela da Vila Prudente. Produção: EcoInformação. 8 min, 2013.

Moradores de Favela fazem sessões de Cinema a céu aberto. Produção: TV Folha. 2 min, 2011.

Gravação EcoInformação em Conexão com as Favelas. Produção: EcoInformação. 6 min, 2011.

Documentário **“De Medellín à Aparecida”**. Produção: TV PUC e Trilha Mídia. 52 min, 2007.